série EUCLIDES DA CUNHA

samuel benchimol

ESTRUTURA GEO-SOCIAL E ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

(2.º VOLUME)

ga

O AUTOR dêste livro é uma das mais lúcidas inteligências novas do Amazonas. Samuel Benchimol nasceu em Manaus, a 13 de julho de 1923. É bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito do Amazonas, da qual é hoje professor catedrático de Economia Política, brilhantemente concursado. Possui curso de post-graduação em Ciências Econômicas e Sociais pela Universidade de Miami, Oxford, Ohio, U.S.A. (Master Degree). A tese que defendeu para seu doutoramento, no concurso da Faculdade de Direito do Amazonas, subordinou-se ao título de "Ciclos de Negócios & Estabilidade Econômica" e a tese de licenciamento na Universidade de Miami, ao título "Manaus The Growth of a City in the Amazon Valley"

O professor Samuel Benchimol tem diversos trabalhos publicados, o primeiro dêles, "O cearense na Amazônia" de 1946, premiado pelo X Congresso Brasileiro de Geografia, com o prêmio José Boiteux. No mesmo ano publicou, em Manaus, editado pela Livraria Clássica, "O Bacharel no Brasil — Aspectos de sua Influência em nossa História Social e Política" e, no Rio de Janeiro, no Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia, ano IV n.º 42. "O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo Aspectos Antropogeográficos da Imigração e Colonização no Brasil" Em 1947 in "Sociology and Social Research" Vol. 32, n.º 2, dezembro, Los Angeles, Califórnia, publicou "Sociology in Brazil A Comparative Study" e a sua tese de licenciamento na Universidade de Miami, a que já nos referimos.

Destacam-se, ainda, os seguintes trabalhos publicados pelo professor Samuel Benchimol em 1955, na revista da Faculdade de Direito do Amazonas, n.º 3, Manaus, "Relação entre a Economia e o Direito" Em 1956, em Manaus, Edição Sérgio Cardoso e, no Rio de Janeiro, na Revista do Serviço Público DASP volume 73, "Inflação e Desenvolvi-

9592
92.

Ao meu Ipiranga Monteiro,
com a admiração e estima
de
Carmen Jurema
Havana, 12.9.66.

7

ESTRUTURA GEO-SOCIAL E ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

(2.º VOLUME)

série **EUCLIDES DA CUNHA**

volume VI

SAMUEL BENCHIMOL

Catedrático de Economia da Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas. Membro do Conselho Consultivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas (CODEAMA).

ESTRUTURA GEO-SOCIAL E ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

prefácio de

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas

Amzn
304.2
B34te
v. 2

EDIÇÕES GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Manaus

Ilustração de capa

de

AFRÂNIO DE CASTRO

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Registro: 00118
Folha:
Data:

1966

Impresso nos Estados Unidos do Brasil

Printed in the United States of Brazil

Aos jovens economistas amazônidas que estão sendo formados pelas Universidades do Amazonas, Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, com a responsabilidade de assumir as tarefas e os encargos de formular o processo de desenvolvimento econômico da área, dedico êste Manual na esperança de que as questões aqui levantadas ajudem a definir o campo de seu labor analítico.

A meus pais,

à Mery, minha espôsa, e

aos meus filhos Nora e Jaime.

S. B.

índice

PREFÁCIO 13
JUSTIFICATIVA 15

1.º VOLUME

1 0 — **CONCEITOS**

2.0 — **COMPLEXO GEOGRÁFICO** 19

2.1 — *As Regiões e o Clima* 24
2.2 — *O Rio e as Águas* 32
2.3 — *A Floresta e a Fauna* 40
2.4 — *A Terra Firme e as Várzeas* 45

3.0 — **DIMENSÃO HUMANA** 51

3 1 — *Conquista e Ocupação* 53
3.2 — *Povoamento* 57
3 3 — *População* 70

4.0 — **CONTEXTO CULTURAL** 115

4.1 — *Origens Culturais* 117
4 2 — *Contribuição Indígena-Cabocla* 118
4 3 — *Contribuição Portuguêsa-Hispânica* 121
4 4 — *Contribuição Européia-Inglêsa* 127
4.5 — *Contribuição Norte-Americana* 133
4.6 — *Contribuição Semita* 136

4 7 — *Contribuição Asiática* . . . 143
4 8 — *Contribuição Cearense-Nordestina* . . 147
4 9 — *Integração Brasileira* . 151
BIBLIOGRAFIA . 183

2.º VOLUME

PREFÁCIO 13
JUSTIFICATIVA 15

5 0 — **ESTRUTURA ECONÔMICA** 21

5 1 — *Fundamentos Históricos* 23
5 2 — *Economia Extrativa Florestal e Animal* .. . 76
5.3 — *Economia Extrativa Mineral* 118
5.4 *Economia Fluvial e Lacustre da Pesca* 161
5 5 — *Economia Campestre da Pecuária Bovina* 175
5.6 — *Economia Ribeirinha da Lavoura de Subsistência* 216
5.7 — *Economia Agro-Industrial e de Exportação da Várzea e Terra Firme* . . 240
5 8 — *Economia Urbana Industrial e de Serviços* . 260
5 9 — *Estrutura Agrária* .. 297
5 10 — *Estrutura Financeira e Fiscal*
5.10 1 — *Estrutura Financeira* . 323
5 10 2 — *Estrutura Fiscal* 341
5.11 — *Estrutura do Intercâmbio*
5.11 1 — *Amazônia e o Resto do Mundo* 362
5.11.2 — *Amazônia e o Resto do Brasil* . 398
5.11 3 — *O Intercâmbio na Amazônia dos Seis* 441
5 12 — *Estrutura da Renda Regional* . . . 449
BIBLIOGRAFIA 495

prefácio

A ECONOMIA amazonense, nas suas peculiaridades e na sua participação no processo de desenvolvimento do Brasil, encontra, no livro do professor Samuel Benchimol, de que o Estado lança, em suas Edições, o segundo volume, a sua proposição, os seus detalhes e a sua atualidade. Tudo rigorosamente elaborado, com fundamento na observação e na documentação disponível. E' de registrar-se logo que há no livro, a "Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia", não a exposição rotineira, do compêndio para o ensino universitário ou visando à informação pura e simples, sem maiores ambições. Há nêle, ao contrário, muito elemento nôvo, muito fato ignorado, muita realidade examinada com decisão e segurança. Trata-se, destarte, de obra que atende ao público universitário, para que foi escrita, como aulas proferidas no Curso de Análise Econômica, recentemente realizado nesta Capital, e ao grupo mais numeroso dos que desejam ou precisam saber, conscientemente, o que foi e é a elaboração da vida econômica da Amazônia.

Sim, porque a obra não se situa apenas no âmbito estadual. Ela é mais ambiciosa, amplia-se por tôda a região, abrangendo-a como um todo, senão uniforme, pelo menos global como unidade. Propõe os aspectos maiores e menores da infra-estrutura regional para melhor examinar o fato econômico no que êle significa e de como êle reflete a atividade coletiva. No particular da infra-estrutura, dá o balanço pormenorizado de como ela se elaborou e se vem corporificando. E', sob êsse ângulo, um balanço extremamente rico e revestido da melhor

comprovação. E no particular da análise dos sucessos que importam no processo econômico pròpriamente dito, mostra-se rigoroso, sem negativismo ou exaltações, que não seriam lícitos no autor e no tema.

O Govêrno do Estado, ao lançar o segundo volume de a "Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia", tem a certeza de que edita obra que vai marcar época, pela dignidade de que se reveste, pela sistemática por que foi ordenada, pelo conteúdo de suas páginas, pela extrema segurança do que nêle se afirma e conclui. Pelos tempos adiante, "Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia" será guia permanente.

MANAUS, setembro de 1966.

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

justificativa

APROVEITANDO a oportunidade oferecida pelo Curso de Análise Econômica, recentemente realizado em Manaus, promovido pelo Departamento Nacional do SESI da Confederação Nacional da Indústria, e sob o alto patrocínio do Govêrno do Estado do Amazonas e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas, ministrei, durante o mês de julho de 1965, um curso de Estrutura da Economia Amazônica.

A experiência que me proporcionou a realização do referido curso, através do preparo e sistematização do material, bem como dos debates realizados, animou-me a escrever o presente manual de exercícios e treinamento; e, ao fazê-lo, tive por principal objetivo, na ausência de um livro de texto, proporcionar aos jovens economistas e analistas, estagiários, um elenco de questões, teses, proposições, práticas e debates que servissem para fixar as diretrizes do curso, sôbre os quais pudessem os seus integrantes desenvolver ulterior elaboração conceitual e analítica da problemática regional. Para tanto, o manual procurou, sob a forma de inquérito, reunir dados e informações, cujo conhecimento fôsse fundamental para a formação do economista amazônico.

Os exercícios propostos tiveram, outrossim, a finalidade de despertar a vocação da pesquisa e provocar a inquietação na mente dos economandos, possibilitando treinamento dialético, habilidade interpretativa, argúcia intuitiva na observação dos fatos e identificação de oportunidades a serem exercitadas com base nos complexos

geográfico, cultural, social e econômico do Vale, de maneira que ajudasse a definir a problemática regional, em resposta ao grande desafio que a Amazônia representa para todos nós.

Após o estudo dos complexos geográfico, humano e cultural, constantes do primeiro volume, apresentamos agora, neste segundo tomo, os principais aspectos que individualizam as diversas áreas da economia amazônica, iniciando pelo estudo setorial para concluir, ao final, pelo balanço e síntese dos resultados já alcançados nos dias correntes. Com isto, pretendemos facilitar ao estudante universitário e ao economista amazônico, dentro e fora dos muros acadêmicos, a melhor compreensão do processo estrutural da economia regional, em suas linhas particulares, bem como tentar, através da metodologia macro-econômica, dimensionar e avaliar os agregados que compõem o conjunto significativo das atividades econômicas. Êste procedimento permitirá melhor apreciação crítica, com vistas ao aperfeiçoamento dos instrumentos analíticos aqui propostos, que permitam definir, no futuro, com maior exatidão e objetividade, o entendimento dos complexos problemas e orientar as decisões que terão de ser tomadas para promover o desenvolvimento e a integração regional.

Compartilhando, agora, com um público mais especializado, essa experiência pioneira, quero, novamente, deixar registrado os meus agradecimentos ao Professor Arthur Cézar Ferreira Reis, que antes de tudo continua sendo o magnífico *scholar* e professor

universitário, pelo incentivo proporcionado pela divulgação dêste segundo manual, na série *Euclides da Cunha*, editada pelo Govêrno do Estado do Amazonas; ao Professor Manuel Orlando, o grande treinador de economistas em todo o Brasil, pela oportunidade oferecida para realização do curso; ao Professor Saul Benchimol, ex-Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas, pela acolhida dispensada pela sua dinâmica escola, à equipe da CODEAMA, pelo trabalho datilográfico, e ao Professor Antônio Gonçalves da Encarnação Filho, pela revisão vernacular do texto original, empreendida parcialmente em virtude da premência de tempo. Se, a despeito de tal colaboração, ainda forem encontrados lapsos, êstes sòmente devem ser atribuídos ao autor, responsável, naturalmente, por tôdas as omissões, falhas ou erros cometidos. E, finalmente, os agradecimentos são estendidos à brilhante turma de estagiários do Curso de Análise Econômica, pelo estímulo e calor dos debates que permitiram, naquela altura, a manutenção do diálogo, e agora, a publicação do final dêste trabalho.

MANAUS, setembro de 1966.

SAMUEL BENCHIMOL

AMAZÔNIA:

— vigésima parte da superfície terrestre

— um quinto da dispon bilidade mundial de água dôce

— quatro décimos da América do Sul

— três quintos do Brasil

— um têrço das reservas mundiais de florestas latifoliadas

— dois e meio milésimos da população mundial.

5.0 - ESTRUTURA ECONÔMICA

5.0 — ESTRUTURA ECONÔMICA

5.1 — FUNDAMENTOS HISTÓRICOS

209. Após o descobrimento e durante a maior parte do período colonial a política portuguêsa na Amazônia objetivou a expansão territorial procurando ampliar e consolidar as suas fronteiras imperiais, limitadas pelo meridiano de Tordesilhas, em disputa com o poderio colonial da Espanha, Holanda, França e Inglaterra. Para tanto, a conquista e a ocupação militar, bem configurada no leque de fortins erigidos em locais estratégicos em tôda a região, não era suficiente para garantir a posse da terra. Era necessário fazer uso dela, criando uma base econômica que garantisse a subsistência do colono e a manutenção da tropa.

210. Essa oportunidade surgiu quando foram encontradas as primeiras drogas e especiarias florestais na região, — canela, cacau, cravo grosso e fino, pimenta, baunilha, aniz, salsaparrilha, copaíba, ipecacuanha, quina, — criando assim a imagem do País da Canela. Êsse descobrimento serviu para compensar a frustração inicial causada pelo não descobrimento do El-Dorado, que fustigava a imaginação e a cobiça do colono português, em flagrante desvantagem com a mais afortunada sorte do espanhol, que se havia realizado ao encontrar as minas do México e do Peru.

x Há êrro em considerar nativos o cravo, anil

211 Para bem compreender o grande significado que as especiarias amazônicas poderiam representar para o reino, é necessário analisar que

1. As especiarias enriqueceram as repúblicas italianas que construíram a sua prosperidade graças ao seu comércio com as Índias pelas rotas terrestres do Egito, Ásia Menor e Mar Negro.

2 Após o descobrimento da rota marítima das Índias por Vasco da Gama, as especiarias asiáticas — noz moscada, colorau, pimenta-do-reino, coentro, açafrão, canela, gengibre, mostarda, funcho, cravinho, loureiro, erva-doce, cuminho, hortelã-pimenta e outras — passaram a ser controladas por Lisboa, que se tornou assim um grande empório comercial europeu, supridor das firmas distribuidoras holandesas e italianas sediadas em Flandres.

3 Roberto Simonsen assim assinala a importância que as especiarias assumiram no fim da Idade Média em tôda a Europa

a — O gado era abatido no inverno e a carne conservada em salmoura, adicionando-se pimenta e cravo.

b — Não se conheciam as batatas, os legumes, o chá, o café, nem o açúcar Misturavam-se as especiarias com as carnes, com a cerveja, com o vinho e as várias bebidas para melhorar o seu gôsto.

c — As farmácias recorriam às plantas medicinais das quais se fazia grande consumo.

d — Ao perfume das especiarias e ao seu gôsto picante eram atribuídas grandes qualidades que muito faziam encarecer o produto.

e — As ruas estreitas e sujas, as más condições de higiene e a exigüidade das vestes exigiam o uso de odores violentos. (Roberto Simonsen — "História Econômica do Brasil" — Pg. 135 — Tomo II).

f — É de se assinalar, igualmente, que as especiarias aromáticas, desde a antiguidade, eram consumidas, largamente, para fins litúrgicos, nos templos e igrejas.

g — Também havia uma demanda muito forte de especiarias para fins mágicos e preter-naturais, para fazer e combater feitiçaria, tirar mau-olhado, afastar espíritos maus, atribuindo-se grandes virtudes às defumações, aos banhos de cheiro, às infusões, às tinturas e corantes.

4 Com a união das coroas portuguêsa e espanhola, no período 1580-1640, Portugal passou a sofrer as hostilidades do poderio colonial inglês, holandês e francês, inimigos tradicionais da Espanha, que terminaram por destruir o império lusitano nas Índias, fonte principal do seu enriquecimento e poderio. O surgimento, pois, da especiaria amazônica, talvez pudesse compensar a perda das Índias restaurando a prosperidade do reino e estimulando os negócios do decadente comércio ultramarino. No entanto, os grandes mercados europeus do Báltico e do Mar do Norte estavam perdidos para Portugal, assumindo o monopólio dessa distribuição os comerciantes aventureiros, mercadores, piratas e corsários, e as grandes companhias de navegação e comércio que se fundaram na Holanda, Inglaterra e França, sob incentivo e a proteção real Mesmo, no Brasil, êsse desafio se fêz sentir através das tentativas de colonização e das invasões da Holanda, França e Inglaterra em tôda a faixa litorânea,

em guerra aberta pela conquista do monopólio da produção e comercialização do açúcar brasileiro e antilhano.

5. A especiaria brasileira, em geral, e a amazônica, em particular, não puderam restaurar o poder real nem a prosperidade das côrtes, nem do comércio lusitano. A sua participação no cômputo geral da exportação colonial do Brasil dá bem uma idéia de sua pequena importância, como fôrça colonizadora. Roberto Simonsen, calcula que em todo o período colonial a exportação do Brasil alcançou a soma de £536.000.000 das quais apenas £3.500.000 representavam a participação do cacau (predominante) e das várias especiarias e drogas. Eis o quadro geral dessa exportação, segundo Simonsen (História Econômica do Brasil, Tomo II — Pg. 220)

Açúcar	£300.000.000
Ouro e Diamantes	170 000.000
Couros	15 000.000
Pau-Brasil e madeiras	15.000.000
Tabaco	12.000.000
Algodão	12 000.000
Arroz	4.500.000
Café	4.000 000
Cacau, especiarias e drogas	3.500.000
Total	£536.000.000

212. A despeito de sua pouca importância, as drogas e especiarias amazônicas tiveram a virtude de revelar a Amazônia para o mundo exterior, propiciando o estabelecimento dos primeiros veículos comerciais entre a metrópole e a região, bem como facilitando a penetração e o descobrimento dos rios da hinterlândia. Com elas fundou-se

a economia extrativa amazônica, aproveitando a vocação andarilha do índio e o recurso natural mais ostensivo : a floresta. Todavia, não foi suficiente para criar uma base de subsistência para o colono, não obstante as tentativas feitas pelos missionários, jesuítas e administradores coloniais. A colônia achava-se em tão grande e extrema penúria, que o Padre Antônio Vieira, em 1680 observava .

> "para hum homem ter o pão da terra, há de ter roça, para comer carne há de ter caçador; para comer peixe, pescador; para vestir roupa, lavadeira ." (Citado por Simonsen, Ob. cit. Pg. 310).

213 A política imperial portuguêsa, traçada pelo Conselho Ultramarino, sentindo a gravidade da situação em que se encontrava a grande região do norte resolveu agir, polìticamente, criando, em 1621, o Estado do Maranhão, como colônia diretamente ligada a Lisboa, separado da do Estado do Brasil, compreendendo as capitanias desde o Ceará até o Amazonas. As novas capitanias criadas ou incorporadas atestam a importância e magnitude da tarefa colonizadora a ser empreendida, partindo de um govêrno local e autônomo, eliminando, dessa forma, o centralismo administrativo que marcava o sistema colonial de governadores gerais, então vigente. Celso Furtado atribui a criação dêsse Estado às dificuldades criadas pelos ventos à navegação entre a costa do norte do Brasil e as demais capitanias ("Formação Econômica do Brasil" — Pg. 85); no entanto, é de se admitir que mais do que essas dificuldades de navegação, deve ter militado a favor de sua criação, a necessidade de operar o desmembramento da administração colonial, para tornar mais fácil a ocupação e a defesa da integridade territorial ameaçada. A política de criação de capitanias no extremo norte e na imensa região amazônica, também autorizam a versão de que, sem govêrno local próprio, a tarefa colonizadora

seria impossível. A criação das capitanias do Maranhão Tapuira, Tapera, Gurupi, Grão-Pará, Cametá, Cabo Norte, e mais tarde S. José do Rio Negro (1755), Goiás e Mato Grosso (em 1744), indicam essa preocupação de atender às exigências da administração colonial nessa vasta região. Dêste modo, foram criadas as bases políticas e administrativas que iriam servir, futuramente, de núcleos sôbre os quais iriam ser fundadas as Províncias do Império e os Estados e Territórios Federais na República.

214. A política de criação de um império português independente na Amazônia, que o Estado do Maranhão poderia ensejar, não produziu o êxito esperado. Faltava-lhe a base humana, colônias de povoamento e a motivação econômica. A relativa prosperidade das capitanias do Nordeste fundadas na lavoura agrícola, nos engenhos de açúcar e na pecuária, competiam com a Amazônia em têrmos de distância, atração de mão-de-obra, capitais, administração e organização de emprêsas, levando vantagens comparativas, absolutas e relativas, o que bem se evidencia já no findar do Século XVII, quando cêrca de 120 engenhos se tinham lá estabelecido, representando um investimento de capitais da ordem de £1 800.000 (Celso Furtado — Op. cit. Pg. 57). Portanto, o projeto amazônico teria que ser diferido, dada a inviabilidade do mesmo, em face da concorrência da emprêsa açucareira e do criatório que, asseguravam rendimento a curto prazo e mercado garantido a preços elevados em função da forte elevação da procura mundial do açúcar. Já naquela altura a alternativa Amazônia-Nordeste seria, necessàriamente, por fôrça de opção, favorável a êste.

215 No entanto, a despeito da pressão econômica da economia açucareira, competindo vantajosamente com a emprêsa da especiaria florestal amazônica, o govêrno colonial português, mesmo assim, tentou a partir da segunda metade

do Século XVI I, realizar a emprêsa colonizadora na Amazônia, pela modificação da estrutura econômica de sua precária sustentação à base da floresta, pela economia de base agrícola tropical Tal política seria iniciada pelo Marquês de Pombal, que teve como seu executor na Amazônia o seu próprio irmão Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador Geral da Capitania do Grão-Pará, ao qual cabiam pràticamente atribuições de Vice-Rei. O plano traçado pela administração pombalina foi, sem dúvida, a primeira tentativa organizada de base capitalista, para promover o desenvolvimento regional. Êsse projeto iniciou-se pela execução de duas importantes iniciativas

1 A constituição da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, fundada em 1755, com um capital de 1.200.000 cruzados, equivalente a cêrca de £130.000 à época, com a finalidade de estabelecer o monopólio da navegação, do comércio exterior e do tráfico africano.

Essas três ordens de providências teriam a função principal de criar a infra-estrutura física, mercantil e humana na região, através da ligação da colônia com a metrópole, incentivo ao intercâmbio comercial de importação e exportação, e importação de mão-de-obra escrava da África, cujo tráfico era uma fonte de enriquecimento, e respondia às exigências de uma nova ordem agrícola que se pretendia implantar na região, cujo **deficit** se tornou mais agudo com a decisão tomada por Pombal, concedendo a liberdade ao índio, seguido da expulsão dos jesuítas.

Essa companhia privilegiada, seguindo os modelos de concessões idênticas outorgadas pelos holandeses e inglêses às suas emprêsas monopolistas das Índias Orientais e Ocidentais, deveria se constituir como

principal fator de arregimentação de capital para construção da frota de comércio, bem como de promoção econômica na área de sua jurisdição. Para tanto o govêrno português emprestou todo o seu apoio, bastando mencionar que para ajudar a formação de seu vultoso capital, foi decretado :

a) pelo alvará de 30 de outubro de 1757 a proibição no reino, dos empréstimos a juros superiores a trezentos mil réis.

b) pelo alvará de 5 de janeiro de 1757 a permissão aos próprios funcionários do Estado para se tornarem acionistas da emprêsa (Simonsen — Op. Cit. — Pg. 186)

2. Paralelamente foram tomadas providências com o objetivo de incentivar a produção agrícola e o criatório em tôda a região, numa tentativa de mudar a base extrativista sôbre a qual se assentava a economia do **hinterland** e do litoral amazônico. O cultivo do cacau nativo e do algodão, a introdução do arroz de Carolina, em substituição ao arroz vermelho, e das máquinas de descascar do Maranhão, a introdução do café da Guiana Francesa por Francisco de Mello Palheta que trouxe as primeiras sementes de Caiena para o Pará em 1726, a introdução do boi na Ilha de Johannes (Marajó), Baixo Amazonas e Vale do Rio Branco (Lôbo d'Almada, em 1776), a concessão de sesmarias como prêmio aos que mais produzissem, bem como isenção de impostos, o fornecimento de instrumentos agrícolas, a criação dos "pesqueiros-reais", a elevação de numerosos povoados e vilas, e a instalação de pequenos estabelecimentos industriais, conforme assinala o historiador Arthur Reis ("O Processo Histórico da Economia Amazonense" — Pgs. 26/44), constituem

demonstração evidente dos propósitos do govêrno colonial de fundar na Amazônia, uma próspera economia de base agrícola tropical.

Como resultado dessa política formou-se no Século XVIII, o primeiro núcleo dinâmico na economia amazônica litorânea representada pelo crescente volume de produção agrícola de arroz, algodão, cacau e café no Maranhão e Pará. Simonsen calcula que no período de 50 anos, a partir de 1750, o Pará havia exportado para Portugal cêrca de £906.000 e o Maranhão cêrca de £2.000.000 de arroz.

216. As estatísticas levantadas no Pará, por Manuel Barata (A Antiga Produção e Exportação do Pará, 1915), e por Mary-Graham, em 1824, ambas reproduzidas por Simonsen, são suficientes para atestar a formação dêsse primeiro núcleo de desenvolvimento da economia amazônica, localizada na Amazônia Oriental Litorânea, para o qual contribuiu de modo decisivo, a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, e o surto da revolução na indústria têxtil da Inglaterra que, provocou considerável elevação dos preços do algodão, que chegou a alcançar o preço de Rs.7$200 a arroba em 1788. O sucesso da emprêsa agrícola paraense e maranhense nesse período, corresponde ao primeiro "boom" registrado na Amazônia, tendo portanto, significação histórica, pois assinalou a viabilidade do projeto amazônico, como emprêsa agrícola no trópico, ensejando a formação das primeiras elites nativas ao alvorecer da Independência, que sòmente iria ser ultrapassado cem anos depois por ocasião do ciclo da borracha.

217. Para melhor registrar essa primeira fase áurea da Amazônia Oriental Litorânea, reproduzimos, a seguir, as estatísticas levantadas por Manuel Barata e Mary-Graham (Simonsen, Op. cit. Pgs. 164/169).

Exportação do Pará

Ano	Produto	Quantidade Arrobas	Valor em Rs.	Valor em £
1780	Cacau	60 397		
	Arroz	107 252		
	Café	3 122		
	Algodão	4 912	304:240$114	84 511
1784	Cacau	100.776		
	Arroz	118.604		
	Café	1 796		
	Algodão	6 608	280 796$804	77 999
1785	Cacau	34.877		
	Arroz	84.681		
	Café	1.683		
	Algodão	4 908	170 741$434	47.428
1786	Cacau	84.128		
	Arroz	83 849		
	Café	1 282		
	Algodão	3 795	239 579$646	66 549
1789	Arroz	96 140		
	Algodão	4 743	80 919$800	22 477
1794	Cacau	79 721		
	Arroz	103 503		
	Café	2 811		
	Algodão	7 832	707·807$996	196 609

Ano	Produto	Quantidade Arrobas	Valor em Rs.	Valor em £
1796	Cacau	48.116		
	Arroz	46.880		
	Café	4.042		
	Algodão	12.666	215:311$300	59.808
1797	Cacau	120.995		
	Arroz	90 171		
	Café	3.576		
	Algodão	7.974	363:956$950	101.098
1800	Cacau	127 181		
	Arroz	90 836		
	Café	4.903		
	Algodão	15 930	521:714$200	144.920
1802	Cacau	145.669		
	Arroz	65.467		
	Café	4.793		
	Algodão	14.040	269:128$175	82.257
1808	Cacau	16 465		
	Arroz	8 248		
	Algodão	443	66:667$400	18.518
1810	Cacau	105 214		
	Arroz	83 944		
	Café	2.498		
	Algodão	4.449	285:888$300	79.413

Ano	Produto	Quantidade Arrobas	Valor em Rs.	Valor em £
1811	Cacau	66 266		
	Arroz	98.968		
	Café	4 174		
	Algodão	3 426	243·999$320	67 777
1813	Cacau	85 533		
	Arroz	107 766		
	Algodão	3 978	246·312$600	68 420
1814	Cacau	177 643		
	Arroz	162 486		
	Algodão	5 141	451 855$800	130 793
1815	Cacau	145 275		
	Arroz	162 486		
	Algodão	8 509	522:972$800	145 270
1816	Cacau	123 827		
	Arroz	128 351		
	Café	1 074		
	Algodão	12 205	421 260$800	117 014
1817	Cacau	125 956		
	Arroz	219 819		
	Café	4 531		
	Algodão	221 758	1 791 171$700	497.825
1818	Cacau	101 627		
	Arroz	161 642		
	Café	4 267		
	Algodão	11 827	504.850$645	140 236
TOTAL			Rs. 7 689 175$584	2 148 922

Exportação do Maranhão

Ano	Produto	Quantidade Arrobas	Valor em Rs.	Valor em £
1812	Algodão	217.754	666:965$782	
	Arroz	354.646	354:308$220	
	Diversos (couros, peles, gomas)	—	48:674$090	
			1 069·948$092	297 207
1813	Algodão	326 693	1 245:605$683	
	Arroz	347 405	350·970$050	
	Diversos	—	48·169$625	
			1 644.745$358	456 873
1814	Algodão	248.385	1 414.579$833	
	Arroz	372.252	344.577$720	
	Diversos	—	47·332$050	
			1.806:489$603	499.024
1815	Algodão	277 879	1 704.856$400	
	Arroz	377 605	313·916$300	
	Diversos	—	72.876$550	
			2 091.649$250	581 013
1816	Algodão	350 275	3 003:250$986	
	Arroz	417 617	347 317$835	
	Diversos	—	84:081$400	
			3 434:650$221	834 286
1817	Algodão	401 729	3 100:792$850	
	Arroz	297.417	350·096$712	
	Diversos	—	97:973$000	
			3 548·862$562	985 795

1818	Algodão	402.793	3.150:692$800	
	Arroz	360.093	432:078$500	
	Diversos	—	88:340$200	
			3.671:111$500	1.016 975
1819	Algodão	359.280	2.136:000$537	
	Arroz	336.746	505:114$400	
	Diversos	—	71:310$275	
			2.712:425$212	753 451
1820	Algodão	367.193	1.925:531$882	
	Arroz	324.121	241:184$423	
	Diversos	—	70:680$030	
			2.237:396$335	615 943
1821	Algodão	226.118	958:257$221	
	Arroz	284.721	216:765$975	
	Diversos	—	129:633$879	
			1.304:657$075	362.404

Obs. : Arroba = 14,7456 quilos

218. Enquanto a experiência agrícola se desenvolvia na Amazônia Oriental, com relativo êxito, sobretudo na parte maranhense, a Amazônia Central e Interior tentava também, transformar a sua incipiente economia florestal em agrícola. Logo após a criação da Capitania de S José do Rio Negro, em 1755, ao tempo do Marquês de Pombal, o seu primeiro Governador Joaquim de Melo e

Póvoas, seu sobrinho, cuja obra foi prosseguida com êxito na administração de Lôbo d'Almada (1786-1799), tentou implantar o "Regimento do Diretório", que segundo Arthur Reis ("O Processo Histórico da Economia Amazonense", Pgs. 27/28), constituía uma espécie de carta magna para os encarregados dos povoados. Nêle se procurava incentivar a cultura intensiva dos gêneros alimentícios e das lavouras comerciais, especialmente o cacau, café, tabaco e algodão. Nos nove centros que constituíam as sedes das vilas — Barcelos, — Tomar e Moura no Rio Negro ; Serpa e Silves no Médio Amazonas ; Borba no Madeira ; e Ega, São Paulo de Olivença e São José do Javari, no Solimões, e ainda no Vale do Rio Branco, conseguiu-se desenvolver atividades agrícolas, feitorias de pesca, fazendas de gado e estabelecimentos industriais. A criação da Intendência do Comércio, Agricultura e Manufatura, exercida cumulativamente pelo Ouvidor de Comarca, servia a êsse propósito, como agência supervisora, orientadora e fiscalizadora.

219. No decênio de 1775/1785, quando a experiência agrícola foi tentada nessa região, a área cultivada, segundo informa Arthur Reis (Ob. cit. pgs. 31/32), dentro da jurisdição da Capitania do Rio Negro, estava assim representada :

220.920 pés de café
201.300 pés de cacau
49.700 pés de tabaco

equivalente a cêrca de 2.000 hectares de plantações de culturas permanentes, área bem considerável, levando em conta que nessa época, em 1790, o censo da Capitania acusou apenas 12.964 habitantes, incluindo a população de origem européia, seus descendentes e os indígenas já domesticados e aldeiados pelos missionários.

220. Grande parte dêsse esfôrço agrícola da Amazônia Interior, deve ter sido frustrado, pois a mão-de-obra para os tratos

culturais e colheita era pràticamente inexistente, e mais escassa ainda se tornou, com a proibição da escravidão do índio. Um exemplo bem vivo dessa dramática situação, que foi objeto de muitas reclamações dos colonos, foi descrita por Francisco de Mello Palheta, o introdutor do café na Amazônia, ao apelar para o Rei de Portugal para que lhe mandasse fornecer mão-de-obra indígena para o seu cacaual de 3.000 pés que possuía, em virtude de não ter como proceder a sua colheita. (Simonsen, Ob. cit Pg. 206). Mesmo assim o recenseamento oficial da exportação da Capitania, realizado em 1755, chegou a registrar uma exportação de 12.086 arrobas de cacau e 470 arrobas de café. As estatísticas dos decênios seguintes, porém, já não revelam o resultado dessa experiência agrícola pioneira, fazendo supor que grande parte dessas plantações não chegaram a vingar, ou se perderam por falta de mão-de-obra, ou então, que a produção era desviada para os territórios espanhóis, pois, segundo Arthur Reis informa, com base em documentação existente no Arquivo Paraense, o movimento de moeda espanhola no período de 1781 a 1790, foi de 206.000 pêsos (Op. Cit. Pg. 38).

221 Com a substituição de Lôbo d'Almada, a Capitania entrou ràpidamente em decadência. Vitório da Costa, escrevendo em 1 de setembro de 1806, citado por A. Reis (Op. cit. Pg. 47), informa que o abandono do pesqueiro do Solimões criara a fome, as fábricas estavam paradas, não havia manteiga de tartarugas, nem mesmo tartarugas para consumo, o fabrico de farinha estava tão diminuído que, não mais se dispunha de produção para o consumo da Capitania. Dêste modo, enquanto que o Pará e Maranhão atravessavam um período de prosperidade, com uma significante exportação de produtos agrícolas, no princípio do Século XIX, a exportação da Amazônia Interior, representada pelo movimento da Capitania do Rio Negro que a centralizava, demonstrava uma precária base de sustenta-

ção, com uma pequena participação de produção agrícola, notadamente de tabaco, café e cacau, e o resto representado por produtos extrativos que desde o início eram responsáveis pela sobrevivência dos colonos. O Cônego André Fernandes evidencia essa precária situação, através das seguintes estatísticas, por êle levantadas e relativas à exportação da Capitania do Rio Negro, no ano de 1819.

		Rs.	£
5 045	arrobas de tabaco . .	40:360$000	
3 412	arrobas de salsaparrilha .	31:608$000	
5 936	arrobas de café	18:995$200	
1 948	arrobas de cravo fino	12.467$200	
1 800	arrobas de cacau . .	2:880$000	
10 425	arrobas de peixe . . .	13.344$000	
8.034	potes de manteiga de tartaruga	25:737$000	
11	potes de mixira	22$000	
17	potes de copaíba	51$000	
733	polegadas de piaçaba .	2:199$000	
10	arrobas de anil	320$000	
350	arrobas de quina . . .	22.400$000	
18	arrobas de breu . .	64$000	
128	arrobas de estôpa .	64$000	
5	arrobas de carajurú . .	192$000	
166	alqueires de castanha .	32$000	
199	arrobas de algodão em caroço	152$000	
220	rêdes de palha . . .	70$400	
TOTAL . . .		170:958$400	47 500

Simonsen, comparando a pobreza da Capitania com a prosperidade do Pará e Maranhão, informa que, essa exportação representava apenas um têrço da do Pará e

cêrca de cinco por cento do comércio maranhense na mesma época (Op. citada — Pgs. 170/171).

222 No que se refere à grande Amazônia Interior, meridional e ocidental, as suas ligações, no período colonial, se processavam mais com a região centro-sul pelo Paraná e Paraguai, e pelas rotas terrestres das boiadas e das bandeiras, constituindo, portanto, mais um prolongamento das atividades dos tropeiros, mineradores e bandeirantes que lá estabeleceram os seus currais e exploraram os seus garimpos, na zona sul goiana e matogrossense. A criação das Capitanias de Goiás e Mato Grosso, em 1744, pelo desdobramento da Capitania de São Paulo, não trouxe consigo os incentivos suficientes para a sua ocupação humana e para a maior exploração econômica. Os seus contatos com a Amazônia Central e Litorânea se faziam esporàdicamente, pelos Rios Madeira e Tapajós, Araguaia e Tocantins, rotas percorridas pelos sertanistas e bandeirantes que, a serviço da conquista e da expansão territorial, realizaram nesse período, os primeiros contatos da Amazônia Meridional com a Amazônia Clássica pròpriamente dita, representada pelo Grão-Pará e Rio Negro. Algumas dessas viagens estão documentadas na história das bandeiras, assinalando-se a presença de Raposo Tavares em Belém, no ano de 1651 ; de Manuel Felix Lima que, em 1742, partindo de Cuiabá alcançou o Guaporé e desceu o Madeira e o Amazonas ; de José do Leme Prado que, em 1749, realizou o percurso do Prata ao Amazonas. A integração dessa região meridional ao conjunto econômico e político da Amazônia, em virtude das dificuldades de comunicação, transporte e ausência de população, foi sempre muito difícil, fazendo com que elas se desenvolvessem mais em função da economia do centro-sul do país do que da grande região norte vinculada aos mercados externos, com exceção talvez do noroeste matogrossense, cuja formação desde o início foi paralela ao da Amazônia

Central e Litorânea. As relações de intercâmbio entre a Amazônia Central e a região noroeste e central de Mato Grosso, desenvolveram-se intensamente durante o ciclo da borracha, no entanto, já nos princípios do Século XIX os cuiabanos habituaram-se ao uso do guaraná produzido pelos índios de Maués. Em 1852-1854 chegaram a importar 448 arrôbas de guaraná, ou sejam cêrca de 62.720 quilos, cuja cotação variou de 320 a 700 réis a libra. Êsse intercâmbio continuou até os dias de hoje, sendo Cuiabá pràticamente a única região brasileira consumidora de guaraná em pães.

223. Durante as três últimas décadas da primeira metade do Século XIX (1820-1850), as exportações da Amazônia Litorânea à semelhança do ocorrido com as demais regiões brasileiras exportadoras de produtos primários agrícolas, iriam sofrer as conseqüências da deterioração das suas relações de troca que, nesse período correspondeu a cêrca de 40% de perda líqüida. Para tanto concorreu a baixa dos preços do seu principal produto agrícola, o algodão, que teve seus preços reduzidos a menos da têrça-parte, em conseqüência do rápido crescimento da produção norte-americana que dominava o principal mercado inglês. O colapso da economia algodoeira afetou profundamente a região maranhense que nêle tinha a sua principal fonte de sustentação.

224. De outro lado a produção paraense de cacau e arroz, que constituiu os dois produtos básicos de sua exportação, não tinha condições propícias de expansão, tendo em vista a escassez da mão-de-obra escrava para os trabalhos agrícolas, aos quais o índio se mostrava arredio. Assim, é que nas primeiras décadas do século passado, as exportações paraenses foram da ordem de £100.000 anuais, com exceção do ano de 1817, quando as estatísticas coloniais registraram uma exportação de £497.000, consideráve!

para uma população de menos de 200.000 habitantes àquela época. Logo após êsse ano mais próspero do Grão-Pará, segundo registro levantado por Manuel Barata, as exportações paraenses novamente declinaram para o seu nível anual de cêrca de £150.000, o que evidencia piora nas relações de troca do comércio exterior e no **quantum** da produção regional. É de assinalar que na região maranhense também nesse ano excepcional de 1817, a exportação comparece com cêrca de £1.000.000 para em seguida reduzir-se a menos da metade.

225 No Amazonas, cuja autonomia fôra concedida em 1850, o volume da produção exportável era inexpressivo. Em 1853 a exportação atingiu a Rs. 246:940$000, equivalente a £29.300, à taxa média de Rs. 8,42 por libra, contra Rs. 170·958$400, em 1819, ou sejam £47 500 à taxa de Rs. 3$600 por libra dêsse ano. Entre êsses dois períodos, a desvalorização do mil réis, em mais da metade, reduziu o valor externo da produção amazonense, de £47.500 para £29.300, para o qual muito deve ter contribuído a crise que se registrou na Amazônia Interior, após o breve período da administração de Lôbo d'Almada. De outro lado, a situação nessa altura se deve ter agravado em conseqüência do encarecimento dos produtos de importação, notadamente no setor de alimentos e vestuários, que constituíam os itens principais de nossa importação, em função da desvalorização externa do mil réis.

226 Para fins comparativos com o período subseqüente, transcrevemos a pauta da exportação do Amazonas nesse ano de 1853, levantada por Tavares Bastos ("O Vale do Amazonas" — Pg. 228) e representada apenas por sete produtos

Pirarucu . .	Rs.	70:139$000
Salsaparrilha .		39:453$000

Tabaco . . .	27 713$000	
Óleo de Copaíba . .	25:815$000	
Castanha . . .	20:273$000	
Manteiga de Tartaruga	16:328$000	
Goma elástica .	9:496$000	
Outros produtos . .	37·732$000	
TOTAL .	Rs. 246:949$000	£ 29 300

por onde se conclui que pràticamente já havia desaparecido a produção agrícola exportável em favor da primitiva economia florestal, de coleta e de pesca, notando-se uma participação insignificante de borracha que, nessa altura começava a anunciar a sua presença nas estatísticas do intercâmbio externo.

227 Uma análise mais ampla do balanço de comércio da Amazônia, na metade do século XIX através das estatísticas do pôrto de Belém do Pará, levantadas por Tavares Bastos (Ob. cit. Pg. 165), que a êsse tempo se constituía pràticamente no único pôrto de intercâmbio direto com o resto do Brasil e do Exterior, e para onde convergia tôda a produção da Amazônia Interior, demonstra a sua estrutura crònicamente deficitária .

IMPORTAÇÃO

1850—1	Rs 3 084.554$000	— £ 371 633
1851—2	2 789:142$000	— £ 320 591
1855—6	3 221:744$000	— £ 370 315

EXPORTAÇÃO		DEFICITS
1 994:698$000	— £ 240 325	— 1 089 856$000
1 862:617$000	— £ 214 093	— 926:525$000
2.623·076$000	— £ 301.502	— 598:668$000

228. Nesse período a situação da nova Província do Amazonas era de extrema penúria pela incapacidade de produzir receita suficiente para manter os próprios órgãos de administração pública. Para uma receita total de Rs. . . 264:874$000 arrecadada em um período de 15 anos, em 1851 a 1866, a despesa efetiva foi de Rs. 3.381 417$000 tendo a tesouraria do Pará suprido o **deficit** com a remessa de Rs. 3.116:542$000, segundo informa Tavares Bastos (Ob. cit. Pg. 237).

229. Êsses **deficits** tanto do intercâmbio exterior, como no do setor das rendas públicas, revelam uma incapacidade estrutural para desenvolver uma oferta maior de produtos exportáveis a fim de atender à crescente demanda de bens e serviços necessários à sustentação da diminuta população da região amazônica que, nesse período, não era superior a 250.000 habitantes. Formou-se assim aquêle quadro típico que deveria constituir-se na característica dominante nos períodos subseqüentes até os dias de hoje. Isto é uma excessiva propensão regional a importar do exterior os bens necessários ao seu consumo interno, pois a população produzindo matérias primas e produtos primários agrícolas e florestais, que só encontravam mercado no exterior, não podia alimentar-se do mesmo produto que exportava. A dependência assim do mercado externo, tornou-se a única alternativa viável para a emprêsa amazônica, nos dois sentidos das correntes de importação e exportação, tanto para satisfazer às necessidades básicas de alimentação e vestuário, como para escoar o resultado do labor produtivo das safras e fabricos. Instituiu-se em conseqüência, uma economia colonial de alto coeficiente de troca, responsável pela monetarização da atividade humana, ficando o setor de economia de subsistência adstrito, a uns poucos itens sem muita expressão no contexto geral da produção regional, exceção feita da zona maranhense mais intensamente povoada e que obtinha um melhor

! E o Artur Reis diz que o Teatro Amazonas é consequência da crise da borracha!

balanceamento de sua economia graças ao desenvolvimento da economia arrozeira e das proximidades da área pecuária piauiense. No entanto, mesmo dentro dêsse contexto geral predominante na Amazônia clássica e tradicional, alguns setores de subsistência conseguiram obter certo desenvolvimento, muito embora com participação pouco expressiva. E' o caso do setor de pesca de pirarucu das feitorias do Solimões, que talvez tenha sido um dos primeiros elementos de integração inter-regional, produzindo para consumo do pequeno mercado interno amazônico, ao qual deve ser acrescida a contribuição do setor pecuário de Marajó, que apoiava o abastecimento de Belém do Pará, das fazendas do Baixo Amazonas que supriam Santarém, Vila Bela, Serpa e Manaus e o do Rio Branco que dadas as enormes distâncias e dificuldades de navegação se desenvolveu, precàriamente, como economia parcialmente isolada e encravada, acessível sòmente durante as cheias do rio, quando participava do abastecimento de carne para Manaus.

Essa característica típica de nosso intercâmbio iria ser aprofundada durante o ciclo da borracha, cuja exploração dependia do uso extensivo de mão-de-obra e de mercadorias e alimentos importados. No entanto, ela iria permitir a formação de grandes **superavits** no balanço de pagamentos regional, que em grande parte foram utilizados no aparelhamento da infra-estrutura de serviços, notadamente, nos dois grandes empórios comerciais de Belém e Manaus.

230 Seria interessante conhecer o que a grande Amazônia Interior produzia e consumia nesse período de gestação da economia seringueira. Tavares Bastos (Ob. cit. Pgs. 408/9), fêz o levantamento da importação e exportação, para o ano de 1865, através dos manifestos dos navios da Companhia do Amazonas, abrangendo os portos de Breves,

Gurupá, Pôrto de Moz, Prainha, Santarém, Óbidos, Vila Bela, Serpa e Manaus, conforme quadro abaixo

IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO			
Mercadorias	**Rs**	**Gêneros**		**Preço Médio**	**Rs**
Armamento	36:796$	263	arrobas Algodão	16$000	4:208$
Arroz .	25:732$	73	arrobas Breu	4$000	292$
Açucar	129:893$	25.455	arrobas Cacau	6$000	152:730$
Azeite dôce	10:590$	489	arrobas Café	9$000	4:401$
Bebidas espirituosas	116:997$	8 789	arrobas Carne Sêca	5$500	48:339$
Bolacha	12:753$	17 944	alqueiros Castanha	5$800	104:075$
Café	26:497$	58	Cavalos	150$000	8:700$
Cal .	5:036$	93 884	Chapéus de Bombonassa	5$000	469:420$
Calçado	10:600$				
Carnes	15:403$	6 894	Couros	4$500	31:023$
Carvão de pedra	2:350$	2 180	Couros de veado	2$500	5:450$
Cêra em velas	19:500$	4	arrobas Cravo	8$000	32$
Charutos	9:550$	14	arrobas Cumarú	10$000	140$
Chumbo .	17:425$	682	arrobas Estopa	2$000	1 364$
Cobre em artefactos .	17:030$	50	alqueires feijão	6$000	300$
Comestíveis	62:069$	325	cabeças Gado Vacum	50$000	16:250$
Cordoalha	5:471$	69 605	arrobas Borracha	18$000	1 252:890$
Diversos	67.384$	281	arrobas Guaraná	60$000	13:860$
Drogas	7:236$	950	potes Manteiga de tartaruga	12$000	11:400$

IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO			
Mercadorias	**Rs**	**Gêneros**		**Preço Médio**	**Rs**
Farinha de mandioca	40:158$	1 100	Maqueiras (rêdes)	10$000	11:000$
Farinha de trigo	65:991$	563	potes Mexira	10$000	5.360$
Fazendas diversas	1 720:296$	72 660	libras Copaíba	$470	34:150$
Ferragens	159 771$	6 893	polegadas Piassaba em obra	1$500	10:339$
Ferro em bruto	4:103$	3 453	arrobas Piassaba em rama	1$200	4:143$
Louça	22:920$				
Manteiga	31·272$	64 426	arrobas Pirarucu	6$000	386:556$
Óleos .	14:721$	37	arrobas Puxuri	12$800	473$
Pólvora . .	10:06 $	1 603	arrobas Salsaparrilha	25$000	40:075$
Sabão	49:260$	747	arrobas Sêbo	6$000	4:482$
Sal	14:734$	315	arrobas Tabaco	20$000	6:300$
Stearina em velas	18:844$	132	Tartarugas	4$000	528$
Tabaco	16:240$	70	arrobas Tucum	25$600	1.792$
Vinagre	5 701$	34	duz. Vinho de Cajú	10$000	340$
Vinhos	91.640$				
Total Rs	2 859·028$	TOTAL		RS £	2 630:684$ 274.058

1 arroba = 14 689 gramas

1 alqueire = 36 litros e 27 cent

£ 1 = Rs. 9$599 (cotação média do ano de 1865)

231 O quadro anterior não revela a totalidade do intercâmbio regional nesse ano de 1865, de vez que se refere apenas ao movimento de mercadorias e gêneros entrados e saídos através dêsses nove portos da Amazônia Interior, de Breves até Manaus. As estatísticas levantadas por Tavares Bastos (Ob. cit Pgs. 159/162), no pôrto de Belém do Pará, por onde se fazia a exportação total da Amazônia, uma vez que à época, Belém era o último ponto de escala da navegação oceânica de longo curso, revelam um índice de intercâmbio muito maior, atestando o crescimento e a intensificação das relações de intercâmbio a partir da sexta década do século passado, conforme o quadro abaixo, relativo ao exercício de 1864-65, bem demonstra .

IMPORTAÇÃO	
1 Importação direta de gêneros estrangeiros	4 757:317$
2. Importação de gêneros estrangeiros racionalizados em outras alfândegas . .	247·782$
3. Importação de gêneros nacionais de outras Províncias	1 457·099$
4. Importação de gêneros do Peru	562:554$
TOTAL	Rs. 7 024:752$
	£ 731.821

EXPORTAÇÃO	
1 Exportação direta para o exterior . . .	5.850:371$
2. Exportação para dentro do Império de gêneros racionais	56:988$
3 Exportação de mercadorias estrangeiras racionalizadas para outras Alfândegas	777:366$
4. Exportação para o Peru	408:412$
TOTAL	Rs. 7.093:137$ £ 738.945

232. O quadro acima revela que decorrido um decênio, de 1855 a 1865, a economia amazônica, após um largo período de estagnação e decadência, começou a ser reativada

1 A exportação para o exterior passou de Rs. . ... 2.605:287$000 para Rs. 5.850:371$000, enquanto que a importação direta do estrangeiro passou de Rs. 2 456:168$000 para Rs. 4 757.317$000, acusando ambos um incremento de mais de 100%

2 O Balanço comercial que na década anterior se vinha mostrando crònicamente deficitário passou a acusar saldo positivo, em decorrência da participação da borracha na pauta da exportação, que já nesse ano de 1865 contribuiu com Rs. 3 695:339$765 ou sejam cêrca de 60% do total da exportação.

3. O intercâmbio comercial da Amazônia com as outras províncias do país, acusava do lado da importação, uma participação de quase 20% do total importado,

porém do lado da exportação, era insignificante não representando nem 1% do movimento total

233. Quando a borracha começou a participar da pauta de exportação da Amazônia no início da década de 1820, difìcilmente seria possível prever a importância que essa matéria prima iria assumir nos períodos subseqüentes, quer para a região quer para o desenvolvimento da indústria mundia Sòmente na segunda metade para o fim do século passado quando a pressão da procura mundial, exigindo grandes suprimentos com a invenção do pneu e o advento da indústria de veículos fêz elevar os seus preços, é que se pôde bem avaliar o seu papel como elemento dinâmico da economia amazônica.

Pela primeira vez, desde então, a Amazônia Interior encontrou a sua oportunidade de desenvolvimento pela uti i-zação em maior escala de seus recursos florestais antes explorados de modo superficial e sem continuidade. As transformações que se seguiram podem ser analisadas pelo estudo das diferentes fases do ciclo da borracha, ao longo de um período de tempo que se estende a partir de 1820 até os dias atuais, compreendendo

1 A fase da gestação da economia seringueira baseada na borracha silvestre amazônica que vai desde 1820 até o fim do século passado (de £67 a £152 p/ton.)

2 A fase de pressão da procura mundial que fêz elevar ràpidamente os preços desde a última década do Século XIX (£209 por tonelada), até alcançar a cotação máxima de £655 por tonelada em 1910.

3 A fase do declínio dos preços da borracha silvestre em decorrência do início do ciclo da borracha de plantação do Oriente que atendendo à extraordinária demanda insatisfeita, forçou a baixa dos preços. Essa fase se inicia em 1911 quando a cotação média do ano foi de

£412 por tonelada para em seguida ir declinando, sistemàticamente todos os anos, até atingir o fundo da depressão que se verificou em 1931 quando os preços atingiram apenas £32 por tonelada.

4 A fase da substituição da borracha natural pelo produto sintético, que a partir da II Grande Guerra Mundial, vem ganhando crescente participação nos mercados mundiais inclusive no Brasil.

234 Para bem analisar o impacto produzido pela borracha na economia amazônica organizamos o quadro histórico-estatístico seguinte, referente ao período de 1821 a 1947 Nêle tentamos dimensionar a contribuição do setor de exportação de borracha silvestre, em têrmos quantitativos e dos respectivos valores em mil réis e libras esterlinas, inclusive levantando a cotação média anual por tonelada/libra. Os dados básicos de quantidade e de valor mil réis foram levantados pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda e o da taxa de conversão cambial da libra esterlina, pela sua variação média anual, pertence ao Conselho Técnico de Economia e Finanças .

EXPORTAÇÃO DE BORRACHA SILVESTRE AMAZÔNICA PARA O EXTERIOR — PERÍODO 1821-1947

ANO	QUANT. TON.	VALOR TOTAL MIL RÉIS/CR$	TAXA MÉDIA ANUAL DA LIBRA	VALOR TOTAL EM £	TON/£
1821/1830	329	Rs. 156:000$	no decênio 7$052	£ 22.121	£ 67
1831/1840	2.314	1.228:000$	" " 7$378	166.440	72
1841/1850	4.693	1.913:000$	" " 8$951	213.710	45
1851/1860	19.383	20.140:000$	" " 8$887	2.266.231	116
1861/1870	37.166	48.943:000$	" " 11$319	4.323.968	116
1871/1880	60.225	107.904:000$	" " 9$765	11.050.076	183
1881/1890	110.048	185.490:000$	" " 11$080	16.740.974	152
1891/1900	213.755	1.163.334:000$	" " 26$018	44.712.660	209
1901	30.241	182.566:000$	" " 21$304	8.569.564	283
1902	28.632	147.719:000$	" " 20$157	7.328.421	256
1903	31.717	196.217:000$	20$078	9.772.736	308
1904	31.866	221.105:000$	19$794	11.170.304	350
1905	35.393	226.174:000$	15$208	14.872.041	420
1906	34.960	210.285:000$	14$971	14.046.155	401
1907	36.490	217.504:000$	15$917	13.664.886	374
1908	38.206	188.358:000$	15$983	11.784.896	308
1909	39.027	301.940:000$	15$983	18.891.322	484
1910	38.547	376.972:000$	14$927	25.254.371	655
1911	36.547	226.395:000$	15$029	15.063.876	412
1912	42.286	241.425:000$	15$000	16.095.000	380
1913	36.232	155.631:000$	15$044	10.345.054	285
1914	33.531	113.598:000$	16$375	6.937.282	206
1915	35.165	135.786:000$	19$272	7.045.765	200
1916	31.495	152.239:000$	20$105	7.572.195	240
1917	33.998	144.080:000$	18$893	7.626.104	224
1918	22.662	73.728:000$	18$618	3.960.038	174
1919	33.252	105.537:000$	16$860	6.259.608	188
1920	23.587	58.350:000$	23$167	2.518.668	106
1921	17.493	35.903:000$	28$554	1.257.371	72
1922	19.855	48.760:000$	33$994	1.434.370	72
1923	17.995	81.177:000$	44$971	1.805.096	100
1924	21.568	79.212:000$	40$707	1.945.906	90
1925	23.537	191.803:000$	39$485	4.857.616	206
1926	23.263	114.877:000$	33.960	3.382.714	145
1927	26.162	115.008:000$	41$095	2.798.588	107
1928	18.826	58.999:000$	40$752	1.447.757	76
1929	19.861	61.114:000$	40$710	1.501.203	75
1930	14.138	33.584:000$	43$992	763.411	54
1931	12.623	25.599:000$	63$025	406.172	32
1932	6.224	10.626:000$	48$965	217.012	34
1933	9.453	21.687:000$	52$965	409.459	43
1934	11.150	33.642:000$	59$420	566.173	50
1935	12.370	36.063:000$	58$133	620.353	50
1936	13.247	68.016:000$	57$802	1.176.706	88
1937	14.792	76.001:000$	57$056	1.332.042	90
1938	12.064	46.649:000$	86$385	540.012	44
1939	11.805	56.680:000$	75$179	753.933	63
1940	11.835	77.467:000$	67$220	1.152.439	97
1941	10.734	91.185:000$	67$220	1.356.515	126
1942	12.204	Cr$148.416.000	Cr$ 67, 620	2.194.853	179
1943	14.575	189.057.000	67, 620	2.795.874	191
1944	21.192	365.839.000	67, 620	5.410.218	255
1945	18.887	345.924.000	67, 620	5.115.705	270
1946	18.159	267.767.000	77, 225	3.467.361	190
1947	14.510	204.221.000	75, 409	2.708.178	186
TOTAIS	1.550.215	8.089.993.000		£349.691.503	

235. Utilizando o quadro anterior :

1. Construa gràficamente a curva das quantidades produzidas e dos valores representativos da exportação da borracha no período.

2. Trace a curva da cotação da tonelada/libra e do **quantum** produzido para interpretá-la à luz do problema da elasticidade-preço.

3. Organize o quadro da produção da borracha natural da Malásia no período de 1910-1947, para verificar a ascensão de sua curva em contraste com o declínio da produção da borracha nativa.

4. Compare a curva da receita em libras da exportação da borracha amazônica com a curva da exportação de café. No pico da prosperidade a exportação da borracha produziu, em 1910, £25.254.311, enquanto que o café contribuiu, nesse ano, com £25.825.283. Nessa altura, a exportação da borracha chegou a representar 40% do total da exportação brasileira de Rs. .... 939.413.000$000.

   Em 1932, no fundo da crise, a exportação da borracha amazônica figurava com £217.012 enquanto que o café, a despeito da má conjuntura, contribuía com £37.250.030 para o balanço do comércio do país. Em 1947, pràticamente o último ano de exportação da borracha amazônica para o exterior, motivado pela reativação durante a II Grande Guerra, esta produziu uma receita equivalente a £2.708.178 enquanto que na pauta de exportação nacional o café orçava em £102.840.590 ou o equivalente em outras moedas.

5. Entre 1910 e 1932, em têrmos de borracha, o produto territorial da Amazônia sofreu uma redução de 97%, eis que a receita de £217.012 representava menos de 3% do valor global de £25.254.311 produzido em 1910.

Trace a curva cadente do produto e da renda territorial nesse período.

6. Tente construir um balanço dos têrmos de troca da Amazônia para o período, mediante levantamento e comparação dos índices representativos da unidade exportada com os preços unitários da importação.

7. Faça uma estimativa do potencial econômico da floresta amazônica, partindo da análise do quadro histórico acima, o qual evidencia que durante um período de mais de um século, a população amazônica extraiu mais de 1.500.000 toneladas de borracha correspondente a um valor de cêrca de £350.000.000, ou seja o equivalente a US$1,5 bilhão à taxa média da conversão libra/dólar no período.

236. O balanço histórico da performance da economia amazônica revela que a região, em várias épocas, encontrou muitas oportunidades para desencadear um processo duradouro de desenvolvimento. Essas oportunidades no entanto, foram desperdiçadas ou perdidas por imprevidência, omissão, incapacidade técnica ou ausência de pre-requisitos essenciais para o seu real aproveitamento. Entre essas oportunidades históricas registramos :

1. A cultura do arroz maranhense e paraense que ao fim do Século XVIII chegou a constituir um núcleo agrícola dinâmico na Amazônia Oriental, tanto para fins de subsistência como de exportação, e que posteriormente se transferiu para outras áreas brasileiras.

2. A cultura do algodão, no princípio do Século XIX, que produziu o período áureo da economia maranhense, para depois emigrar para a região ocidental nordestina e São Paulo.

3. A cultura do cacau, nativo na região, ensaiada com êxito, no Baixo e Médio Amazonas, na segunda metade

do Século XVIII, e que originou as grandes plantações do litoral baiano, cujo centro é Ilhéus.

4. A cultura do café, introduzido no Pará, por Francisco de Mello Palheta, em 1727, que foi também grande plantador de cacau no Baixo Amazonas, e que daqui partiu em direção à baixada fluminense para alcançar o oeste paulista e o norte paranaense.

5. A criação do boi, introduzido na Ilha de Marajó, Baixo e Médio Amazonas e Vale do Rio Branco, desde o Século XVIII, cujos rebanhos estagnaram ou degeneraram por falta de tratos e organização empresarial.

6. A cultura da borracha, cujo extrativismo florestal, gerou a fase mais próspera da economia regional, também perdida em favor dos seringais de plantação da Malásia, e agora, dos seringais baianos e da borracha sintética.

7. O primeiro plano de valorização econômica da região estruturado com base na Lei 2.542-A de 5 de janeiro de 1912, administração do Presidente Hermes da Fonseca, que não chegou a ser implementado.

8. A atual política de valorização instituída pelo Art. 199 da Constituição Federal de 1946, e pela Lei n.º 1.806 de 6 de janeiro de 1953, da qual pouco se tem aproveitado nesses últimos 20 anos para reformular e estruturar a economia da área visando a instauração de um processo definitivo de desenvolvimento regional.

237. O quadro desalentador do balanço de oportunidades econômicas perdidas, revela as deficiências e a inadequação da estrutura humana, social e cultural para responder ao desafio regional. Essa inadequação deriva, entre outros, dos seguintes fatôres :

1. **Fraca densidade demográfica para ocupação de uma base física superdimensionada.** A pequena taxa de

9 A cultura da cana de açúcar, industrialização. Engenhos mandados quebrar pelo Sr. G. Vargas.

ocupação humana se traduz não só em escassez de mão-de-obra para as tarefas produtivas, como pela debilidade do mercado interno para motivar um crescimento lastreado na demanda e no consumo regional. A única saída para êste impasse foi històricamente solucionada pela exportação para os mercados externos e agora para o centro-sul do país. No entanto o sistema econômico ao voltar-se para o mundo exterior, òbviamente, teve que orientar a sua produção para as matérias primas de procura mundial e nacional, em vez de encaminhá-la na direção de seus próprios interêsses.

O recurso natural mais ostensivo, a floresta, ofereceu essa oportunidade que vem sendo trabalhada desde os tempos coloniais. A vantagem comparativa, absoluta e relativa, dos recursos florestais, medida em têrmos de maior rentabilidade da atividade extratora, sôbre as atividades do setor agrícola de sustentação, de baixa renda, agravou essa tendência forçando dêste modo ao estabelecimento de um tipo de economia monetária de alto coeficiente de trocas. Assim, tanto o consumo como a produção regional ficou na dependência de fontes externas, transferindo o centro das decisões econômicas para os mercadores exportadores e importadores alheios.

2. **A extrema dispersão do homem através do povoamento do tipo linear disperso.** Mais grave do que a rarefação demográfica foi a distensão do processo de ocupação da terra e da penetração do homem no recesso da floresta, ou à jusante dos rios. Essa distensão da linha de povoamento ao longo das vias navegáveis fragmentou a ação social no espaço, e enfraqueceu a eficiência do labor produtivo pela quebra dos vínculos de solidariedade, divisão do trabalho, contacto, vizinhança e comunicação. De acôrdo com o princípio enunciado por

Vidal de la Blache os homens tiveram que "se separar para viver". Tal separação tornou difícil a ação do processo de formação cultural, através da educação, e do sistema de proteção à saúde pela disseminação de práticas de higiene e saneamento. Escasseando o necessário apoio logístico complementar, o transporte e o abastecimento tornaram-se difíceis e onerosos, à medida que os acampamentos humanos se internaram na selva.

3. **O monopólio da escassez e a relativa inelasticidade da oferta.** Tais atividades sòmente podem sobreviver e se tornam viáveis quando o preço da unidade coletada é suficientemente alto para cobrir o diferencial dos elevados custos de transferência. A renda monetária do extrator terá que ser assim necessàriamente mais alta do que a do roceiro. O extrator não resiste a uma baixa prolongada dos preços de seus produtos no mercado, enquanto que o sitiante se refugia fàcilmente em uma economia natural de pura subsistência. Via de regra, êste já trabalha parcialmente dentro dela, daí as estatísticas não registrarem o valor total de sua atividade, pois parte dela não se incorpora à renda monetária visível, enquanto que o extrator, a despeito de ganhar mais, ao enfrentar uma baixa de preços, vê imediatamente que o resultado do seu produto é insuficiente para prover a sua sustentação pelo processo de troca. Daí a extrema sensibilidade da economia extrativa amazônica à variação dos têrmos de intercâmbio. A deterioração dessas relações impede a continuidade das safras ou a limita radicalmente. No entanto, em contrapartida, a melhora dêsses têrmos, tôda vez que por fôrça de uma conjuntura favorável os preços se elevam, não determina uma expansão muito forte na oferta. Essa relativa inelasticidade da oferta é devida à escassez da mão-de-obra que

precisa incorporar mais braços para incrementar a expansão da economia florestal de base extensiva. A sua indisponibilidade freia o processo de aumento da produção florestal a não ser que transformações de ordem tecnológica substituíssem a base empírica atual, lastreada no uso extensivo da fôrça de trabalho, pelo regime intensivo de sua utilização. Não podendo elevar-se a taxa incremental das safras, a despeito das altas eventuais de preços, atingido o teto do fabrico, o sistema torna-se inviável no prazo médio ou longo, pois se criam através da alta das cotações, incentivos para o aparecimento de outras fontes alternativas de suprimento em outras áreas, ou força-se a sua substituição por um sucedâneo quando isso fôr possível. Dêste modo a estrutura da grande área extrativista amazônica só se pode fundar, nas condições atuais, no regime exclusivista do monopólio para garantir preços altos que permitam a montagem das safras. O sistema torna-se auto-destrutivo pois a sua incapacidade para atender a demanda na escala necessária ao forçar a subida dos preços promove o aparecimento de suprimentos em outras áreas ecológicas concorrentes. O exemplo da borracha é típico, e ilustra o mecanismo de substituição operado nos grandes mercados industriais. A maioria dos produtos extrativos regionais como a sôrva, a madeira, o óleo de pau-rosa, etc., encontram-se dentro dêsse padrão capitalista de defesa do sistema industrial contra o monopólio de suprimento, que sòmente prevalece no prazo curto. A grande região extratora amazônica tornou-se assim supridora de produtos primários e matérias primas apenas durante períodos de emergência. As oportunidades econômicas perdidas nos casos do cacau, café, arroz e borracha revelam apenas a incapacidade do sistema coletor-florestal e agrícola de responder à demanda em escala industrial, que exige produção em massa a custos de-

crescentes. Quando não fôr possível realizar-se esta condição, a oportunidade emigra para aquelas regiões que favoreçam o cumprimento dessa condição.

4. **Pobreza da tecnologia tropical para solucionar o melhor aproveitamento do solo e dos amplos recursos naturais.** A par da escassez do fator humano e de sua extrema dispersão, atua negativamente no processo de desenvolvimento das regiões equatoriais, a pobreza do instrumental de cultura, necessário para operar no mundo tropical, cuja tecnologia em grande parte está por ser definida. É que durante milênios a civilização se desenvolveu nas regiões de clima temperado, onde se originou a atual revolução industrial, de maneira que as técnicas agrícolas e florestais se desenvolveram em função do seu próprio meio e de seus interêsses. Tanto na parte agrícola, pela cultura dos cereais clássicos, na criação de animais, como na parte industrial pelo aproveitamento de suas reservas florestais de coníferas, a tecnologia agro-florestal desenvolvida nesses países, não pode ser transplantada para os trópicos à semelhança do que ocorre com os projetos da indústria de transformação, que obedecem a padrões e normas técnicas de aplicação universal. Os trópicos têm que desenvolver a pesquisa e experimentação no seu próprio solo, criar as suas próprias raças de animais, cultivar e descobrir as plantas e vegetais mais adequados, explorar a floresta latifoliada, desenvolvendo técnicas peculiares que melhor se adaptem às condições ecológicas imperantes. Isto exige um esfôrço para o qual as populações subdesenvolvidas dessas regiões não estão em condições de fazê-lo, sem ajuda externa ou de outras regiões mais avançadas dentro do próprio país. O conhecimento dêsses recursos através de inventários constituem, todavia, um grande passo para levar avante qualquer

projeto de desenvolvimento na região. No caso particular da Amazônia, aguarda-se ainda a pesquisa e experimentação que defina o exato valor de suas terras de várzea e de seus lato-solos de terra firme e sua utilização em têrmos agro-pecuários e de silvicultura, bem como a revelação dos jazimentos minerais do seu sub-solo, uma das fontes novas que poderá transformar o **fácies** amazônico, à semelhança do que está ocorrendo com o manganês do Amapá e a cassiterita em Rondônia. A existência das formas empíricas e primárias atualmente adotadas na região, constituem fatôres limitativos responsáveis pela perda daquelas oportunidades econômicas citadas, pois os artesanatos florestal, agrícola e pesqueiro praticados não podem sustentar um processo de expansão das fôrças produtivas nem ensejar incentivos à transferência de populações de regiões mais densas para a área, se melhores condições de vida e de trabalho não forem efetivamente oferecidas.

5. **Primarização e terciarização da estrutura econômica de baixa produtividade acompanhada de escassez e debilidade empresarial.** A população amazônica vem cumprindo o seu papel histórico na ocupação brasileira da área guiada pelo instinto da cobiça e da fortuna, caminhando na esteira da descoberta de um nôvo recurso ou da revelação de um nôvo produto, tôda vez que os preços permitem anular as deseconomias de escala do garimpo vegetal ou do artesanato agro-florestal, cobrir os altos custos de transferência e aliciar a mão-de-obra. O deslocamento da população de outras áreas, notadamente da região nordestina, acompanhou e aprofundou essa tendência. "Fazer a Amazônia" foi a tônica do povoamento e da exploração das atividades econômicas durante uma longa fase da história da sociedade amazônica, o que implicava

no propósito de "chegar-enricar-e-voltar depressa" se possível. Tal propósito seria forçosamente incompatível com a criação de uma comunidade estável que aspirasse ao crescimento equilibrado e ao progresso social. O propósito de permanecer na região apenas o tempo suficiente para passar a "sêca" do sertão, ou formar o patrimônio para arribar em seguida, ou regressar à cidade a fim de recuperar a saúde, educar os filhos e dedicar-se às atividades comerciais, implicava necessàriamente em desinvestimento permanente. Os ganhos obtidos nas altas cíclicas, não foram reinvestidos na manutenção e ampliação das emprêsas nos locais de origem, pois em grande parte foram transferidos para outras áreas ou aplicados nos setores imobiliários de Belém e Manaus, para fins de renda que permitisse ao proprietário absenteísta viver fora da Amazônia usufruindo os resultados do seu labor passado. A descapitalização regional em grande parte se funda nesse processo permanente de fuga de capitais do interior para a cidade, quando não se processa, o que é pior, a sua emigração definitiva para fora da região. A própria estrutura política, administrativa e tributária, ao praticar um fiscalismo extrativista que vê na produção florestal e agrícola do interior, apenas um objeto de obrigação fiscal, encarregou-se de promover, em caráter permanente, uma redistribuição regressiva das rendas, pela aplicação dos recursos orçamentários em benefício da população urbana, entregue ao terciarismo intermediarista assegurando a sua posição dominante de empório e centro convergente da pública administração, em detrimento dos núcleos interioranos entregues à sua própria sorte. Dentro dêsse contexto formado pelas atividades primárias agro-extrativas do interior, de baixa produtividade e terciárias intermediaristas das cidades, de baixo padrão de serviço projetam-se as figuras dos agentes

Em Portugal, nas quintas.

econômicos que operam o sistema. O colono solteiro ou acompanhado de sua família, isolado nos barrancos às margens, dos grandes rios ; o imigrante desorientado e só, correndo atrás do "anúncio" acompanhando o "rush" para depois acampar nas "colocações" dos tapirís às margens das estradas de seringais; o extrator escoteiro acampando na floresta na coleta e apanha dos produtos da floresta ; o caçador individual à espreita da caça para extrair o couro e a pele ; o pescador solitário com o seu anzol ou arpão, instrumento do seu garimpo pesqueiro, à espera do peixe nos lagos ; o roceiro itinerante, praticando a lavoura de subsistência ou comercial de exportação, mudando de várzea quase todos os anos; o criador ilhado nos campos e cerrados criando um gado selvagem ; o regatão ambulante correndo os rios para fazer o escambo mercadoria-gênero ; o aviador nas cidades articulando a logística do abastecimento do crédito, do transporte e do entre-pôsto ; o exportador urbano finalizando todo êsse esfôrço produtivo vinculando o interior aos mercados mundiais e nacionais, que como economias líderes, transmitem as altas baixas cíclicas para a economia periférica regional ; o exator das coletorias e mesas de rendas assinalando com a sua indefectível presença, a função do Estado coletor-extrator de rendas, sem a contrapartida do serviço público, constituíram, todos êles, figuras da Amazônia clássica, representantes típicos da sociedade fundada no setor primário e terciário da atividade humana de baixa produtividade, muito embora apresentando nas altas cíclicas elevado índice de rendimento por unidade de produto ou de serviço gerado. A excessiva hipertrofia do setor terciário que poderia ser interpretado com um índice de desenvolvimento, adotando os padrões de referência da classificação de Colin Clark, muito ao contrário revela a existência do êxodo rural que alimenta o crescimento

das cidades amazônicas. Êsse crescimento explosivo dos quatro maiores centros urbanos da Amazônia, Belém, Manaus, São Luís e Cuiabá, criou um sério problema de desemprêgo e de marginalização social para seus habitantes, cuja solução está sendo mascarada através do paternalismo político criador de emprêgos burocráticos-terciários que funcionam mais em têrmos de subsídio e transferência de renda, do setor de feirantes, mascates e outras modalidades de desemprêgo disfarçado. Por sua vez a própria estrutura do setor terciário legítimo, não se está aparelhando institucionalmente para converter os ganhos monetários empresariais em inversões no setor secundário-industrial que constitui o núcleo mais dinâmico do processo de desenvolvimento. Daí a justeza da tese levantada por Agnello Uchôa Bittencourt, de que uma política de desenvolvimento para a Amazônia deverá partir da criação de incentivos para quebrar a inércia do setor terciário (Agnello Uchôa Bittencourt — "Aspectos Sociais e Políticos do Desenvolvimento Regional" — Pgs. 82/83), cuja tentativa atualmente se opera através dos incentivos fiscais criados pela Lei 4.216.

6. **Excessiva centralização política e administrativa.** A divisão territorial-administrativa regional desde os tempos coloniais até os dias de hoje, baseou-se em uma excessiva centralização política, abrangendo unidades administrativas super-dimensionadas que dificulta o exercício da ação pública e a extensão dos serviços mínimos básicos necessários à fundação da infra-estrutura social e econômica. Esta centralização política bem se evidencia com a manutenção, durante mais de um século, após a independência de apenas cinco unidades políticas que se constituíram em sistemas pràticamente isolados, — o paraense, o amazonense, o maranhense, o goiano, e o matogrossense,

dos quais apenas os dois primeiros apresentaram certo grau de articulação e integração. A política de criação de Territórios Federais, iniciada com a fundação do Território Federal do Acre, após o Tratado de Petrópolis de 1903, aguardou quarenta anos, para ser reativada em 1943 com a criação dos atuais Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. Os promissores resultados já alcançados com a instituição dessa redivisão territorial aconselha o seu prosseguimento com uma total reformulação da atual divisão política pelo desmembramento das unidades existentes em novas circunscrições federais, tanto no interêsse da segurança nacional, quanto pela necessidade de criação de novos centros de irradiação política e de crescimento econômico, conforme esquema já proposto neste trabalho.

238. O balanço-diagnóstico apresentado acima, revelando alguns pontos de estrangulamento do sistema regional, não deve levar à conclusão precipitada e pessimista de que a emprêsa amazônica é inviável como projeto de desenvolvimento e que assim as suas perspectivas a curto prazo aconselhem o seu diferimento. A precariedade do modêlo partindo dos pontos de estrangulamento, conduz geralmente o economista ao impasse, dando a impressão ao analista de que seria impossível continuar o projeto sem antes haver removido o obstáculo ou o gargalo de passagem. Tal modêlo não levaria em conta em primeiro lugar o papel dos desequilíbrios, como agentes catalíticos do desenvolvimento e nem a potencialidade e fôrça do sistema econômico para obviar as dificuldades criando um processo radicular secundário para evitar o bloqueio, abrindo passagem para a continuidade do fluxo, à semelhança do que ocorre no organismo humano quando o aparelho circulatório é atingido por uma obstrução nas coronárias.

Por êste motivo é essencial fazer paralelamento ao

diagnóstico da situação atual, uma análise da performance e do comportamento do sistema econômico e de suas oportunidades, virtualidades e potencialidades. Neste particular a região amazônica é extraordinàriamente dotada, como veremos na análise fatorial que tentaremos fazer em seguida :

1. **Ampla base de recursos florestais, cujo valor patrimonial é incalculável.** A FAO (Food and Agricultural Organization da Organização das Nações Unidas) calcula que o valor anual dos produtos primários extraídos das florestas mundiais — a madeira — é aproximadamente de trinta bilhões de dólares, e dos subprodutos e derivados como borracha, óleos, essências, bálsamos, resinas, gomas, taninos, fibras, etc., entre três a quatro bilhões de dólares. O valor anual da exportação de produtos madeireiros, é estimada em US$2.500.000.000 para a Europa, US$ 2.000.000.000 para a América do Norte e US$120.000.000 para a África. Essas estatísticas da ONU revelam a extraordinária potencialidade econômica que a floresta amazônica poderá apresentar quando chegar a ser racionalmente explorada, a despeito das dificuldades e problemas específicos atuais da emprêsa florestal. No entanto, a sua performance no passado, dá uma idéia dessa vitalidade quando se observa que no ano de 1910, sòmente um produto derivado da floresta, a borracha, contribuiu com um valor exportado de . . £25.254.311 ou seja quantia superior a . . . . . US$100.000.000 — em um século a borracha produziu para a Amazônia um total de cêrca de um bilhão e meio de dólares — e ainda hoje, a despeito da menor participação do setor florestal no cômputo geral da atividade econômica, os produtos primários e derivados da floresta — madeiras, borracha, castanha, óleos, essências etc. devem contribuir com cêrca de cinqüenta

milhões de dólares na formação do produto bruto territorial. Um programa de desenvolvimento partindo dos recursos florestais pela sua apropriada utilização e exploração, em substituição ao atual artesanato, poderia garantir uma excelente base de desenvolvimento.

2. **Ilimitada disponibilidade de água dôce para uso hidrelétrico, industrial, agrícola e humano.** Neste último decênio o problema de água para os mais diversos fins, tornou-se crítico na maior parte das regiões do mundo, a ponto da UNESCO estar patrocinando a Década Hidrológica Internacional a fim de mapear, inventariar, conservar e descobrir novos recursos mundiais de água. O primeiro inventário já efetuado indica que o suprimento total disponível de água em nosso planeta é de 326.071.300 milhas cúbicas (uma milha cúbica é igual a 1.101.117.143.000 galões), dos quais .... 317.000.000 (97%) constituem água salgada dos oceanos, 7.000.000 contidas nas geleiras e camadas glaciais, e apenas 2.071.300 milhas cúbicas provenientes dos rios, lagos e depósitos subterrâneos. Dêste último total, a bacia hidrográfica amazônica participa com 20% das reservas mundiais ou seja cêrca de 400.000 milhas cúbicas. A importância que essa disponibilidade representa em têrmos de potencialidade para utilização futura, pode bem ser medida pelo consumo industrial que necessita de 770 galões de água para refinar um barril de petróleo, 65.000 galões para produzir uma tonelada de aço e 600.000 galões para fabricar uma tonelada de borracha sintética. Sòmente nos Estados Unidos se consomem atualmente, cêrca de 355 bilhões de galões por dia, sendo 10% para uso humano, 50% para fins de irrigação agrícola e 40% para uso industrial, devendo essa demanda dobrar nos próximos vinte anos.

A água tornou-se assim um fator de produção tão importante ou mais relevante do que a própria terra, pois dela depende a nutrição e o crescimento das plantas e animais, bem como a continuidade do desenvolvimento agrícola e industrial. A crise de abastecimento de água que se verifica em quase todos os grandes centros industriais da Europa e dos Estados Unidos, devido à poluição de suas fontes e mananciais, tem levado êsses países a empreender importantes programas para dessalinizar a água do mar, a elevado custo, a fim de fazer frente à escassez atual e à demanda futura. A Amazônia detendo um quinto das reservas mundiais de água dôce, tem a seu favor um importante fator de produção, cuja disponibilidade abundante constitui um dado positivo a ser levado em conta no devido tempo.

3. **Extensa rêde de grandes vias navegáveis.** O sistema hidrográfico regional representado pela calha central — uma verdadeira avenida leste-oeste de acesso ao coração do continente — aberto à navegação oceânica desde Belém até Iquitos, no Peru, num percurso de mais de 3.500 quilômetros, e pela extensa rêde de afluentes e tributários que penetram ao sul e ao norte da bacia, que representam cêrca de 16.000 kms. de rios permanentemente navegáveis durante todo o ano, constitui uma infra-estrutura doada para o transporte da produção, sem necessidade de maiores e custosos investimentos. Ao lado da função-transporte do rio, deve ser citado o potencial hidráulico da bacia estimado em cêrca de 7.500.000 C.V.

4. **Grande faixa de várzeas férteis para fins agrícolas.** Os varzeados amazônicos, adubados anualmente pelo processo de colmatagem, dispensa grandes tratos culturais, o que evidentemente facilita o trabalho agrícola e diminui os custos operacionais. Mesmo

calculando-se que as várzeas amazônicas representem apenas 2% da grande área amazônica, essa percentagem equivale a cêrca de 10.000.000 de hectares de terras disponíveis para a lavoura. Para se ter uma idéia do que isto significa, vale mencionar que o Egito para obter 2.400.000 acres de novas terras para cultivo, está construindo a Reprêsa de Aswan a um custo superior a um bilhão e meio de dólares. A relativa pobreza dos lato-solos de terra firme, sujeitos à lixiviação e empobrecimento, uma vez removida a camada florestal constitui atualmente um obstáculo ao seu aproveitamento agrícola imediato, que poderá ser eliminado mediante investimentos em corretivos, fertilizantes e irrigação. A experiência agrícola da juta e da pimenta-do-reino são exemplos do sucesso da lavoura de várzea e terra firme.

5. **Campos e cerrados para criação de bovinos.** A existência de terras para criação de gado em Marajó, Baixo Amazonas, Região dos Autazes, Vale do Rio Branco e Puciarí, bem como no norte goiano, no Alto Araguaia e na chapada matogrossense, com área superior a .... 90.000.000 de hectares, oferece uma extensa base física para o bovinocultura. A presença na periferia amazônica, no centro goiano e na zona do pantanal matogrossense, de um rebanho de cêrca de 18.000.000 de cabeças, enseja a esperança de que a expansão dêsses currais caminhe em direção à Amazônia aproveitando os baixos custos das terras disponíveis para o criatório.

6. **Ocorrência de minerais.** A despeito do precário e insuficiente conhecimento dos recursos minerais da Amazônia, os jazimentos de manganês do Amapá, cassiterita em Rondônia, hematita no Jatapú, linhita em Benjamim Constant, sal-gema no Vale do Madeira abrem novas perspectivas para o desenvolvimento

regional. A extração do manganês do Amapá já está proporcionando US$25.000.000 e a cassiterita de Rondônia cêrca de Cr$ 2.000.000.000 anuais ao balanço de pagamentos da Amazônia.

7. **Explosão demográfica na calha central e nos principais centros urbanos regionais.** Nestes últimos vinte anos a Amazônia está passando por um rápido crescimento de seu estoque populacional, tudo indicando que ao findar o século já terá ultrapassado a cifra de vinte milhões de habitantes. A extrema dispersão de seus núcleos humanos, característica do povoamento inicial, está sendo corrigida pela concentração de sua população na calha central, no trecho compreendido entre o Médio e Baixo Amazonas, e em redor dos grandes centros urbanos de Belém, São Luís, Manaus e Cuiabá e nas cidades de Pôrto Velho, Rio Branco, Boa Vista, Macapá, Santarém, Parintins e Itacoatiara. Êsse adensamento humano está criando um mercado interno suficiente para justificar a implantação de um processo industrial baseado na substituição de importações, e no aproveitamento das matérias primas regionais. Êsse processo será hoje grandemente facilitado pelas economias externas já existentes, representadas pela infra-estrutura de serviços nos quatro grandes centros urbanos regionais e pelos investimentos portuários, rodoviários, navegação, geração de energia, hospitais, escolas e universidades.

239. O balanço-diagnóstico e o inventário de oportunidade, nos conduzem à necessidade de formulação de um programa de investimentos de natureza variada e de diferentes prazos e estágios de maturação :

1. **Investimentos cognitivos** para identificar, avaliar, reconhecer e melhorar as oportunidades econômicas oferecidas pela ampla base de recursos naturais e de-

finir a tecnologia adequada à sua melhor utilização. Os inventários florestais para melhor aproveitamento madeireiro ; o mapeamento dos fundos pesqueiros para conferir maior produtividade à pesca; a prospecção dos jazimentos minerais para abertura de novas frentes de trabalho ; o estudo dos solos de várzea para fins agrícolas, das terras firmes para práticas silvicultoras, das águas e lagos para fins de piscicultura, apanha e captura de peixes ; a pesquisa agronômica e agrostológica relacionada com a introdução de culturas de novas espécies vegetais e criação de melhores raças de animais são, entre outros, objetivos de tal programa.

2. **Investimentos de fundação** com a finalidade de implantar novas estruturas para criar economias externas, através de obras e serviços básicos necessários à complementação e integração do sistema com vistas a conferir-lhe maior eficiência operacional e custos mais baixos. Entre outros destacam-se a implantação de sistemas de geração e distribuição de energia elétrica, construção de eixos rodoviários e estradas pioneiras, melhoramento de portos, núcleos de colonização nas áreas mais densas da calha central, preparação dos quadros profissionais e técnicos para a formação da liderança administrativa e empresarial.

3. **Investimentos sociais a fundo perdido** destinados a proteger a saúde do homem, aumentar a sua resistência orgânica e conferir-lhe maior imunidade às doenças pela implantação de hospitais centrais e postos de saúde nas áreas-chave de crescimento, e difusão de práticas sanitárias.

4. **Investimentos induzidos** para aproveitar o mercado doméstico regional em expansão nos grandes centros urbanos, mediante a substituição de importações de outras áreas do país ou do exterior, pela produção

agrícola e industrial na região, e para expandir a oferta dos produtos tradicionais para atender à demanda de matérias primas por parte do mercado nacional e externo, e quando possível processar a sua industrialização na própria área.

5. **Investimentos autônomos,** de riscos de estrutura nova, para explorar aquêles recursos ainda não aproveitados, como fabricação de papel e celulose, e criar novas frentes de trabalho partindo da revelação proporcionada pelas inversões cognitivas.

240. O elenco das inversões necessárias para um tal programa, exigirá vultosos recursos internos e externos. No entanto a obra de integração da Amazônia vai depender do êxito com que fôr empreendido tal esfôrço, tanto no campo nacional como regional. O relacionamento dêsses investimentos em tese, todavia não terá sentido se não fôr traduzido na elaboração de projetos específicos e na formação de quadros empresariais responsáveis pela sua execução, que deverão trabalhar em áreas prioritárias selecionadas — pólos de crescimento — segundo o grau de adensamento humano, facilidade de acesso, e relativa concentração econômica. O estudo dêsses projetos deverá partir portanto da análise dos diversos fatôres e setores em que se desdobra a atual atividade econômica regional. Daí a necessidade de conhecer êsse quadro, caracterizando e individualizando as principais áreas da economia amazônica, como segue :

1. Economia da grande área extrativa florestal e animal.
2. Economia extrativa mineral.
3. Economia fluvial e lacustre da pesca.
4. Economia campestre da pecuária bovina.
5. Economia ribeirinha da lavoura de subsistência.
6. Economia agro-industrial e de exportação da várzea e terra firme.

7. Economia urbana industrial e de serviços.
8. Estrutura Agrária
9. Estrutura Financeira e Fiscal
10. Estrutura do Intercâmbio
11. Estrutura do Produto e da Renda Regional.

5.2 — ECONOMIA DA GRANDE ÁREA EXTRATIVA FLORESTAL E ANIMAL

241. A grande área extrativista que ocupa a maior parcela do território amazônico, funda-se na exploração do fator natural mais abundante e ostensivo, — a floresta, que despertou o interêsse e a cobiça desde o tempo dos descobridores. Como fonte fornecedora de matérias primas industriais e alimentos, a floresta deu um objetivo economico à ocupação humana, à falta de uma base agrícola atrativa e resolveu o problema da escassez do elemento humano oferecendo como alternativa a possibilidade de ação individual e dispersa, através das incursões expedicionárias dos extratores e coletores que se internavam no seio da mata em busca das especiarias florestais, cujo alto valor por unidade coletada, permitia a prática dêsse nomadismo forçado. O exercício dessa atividade extrativa impôs no entanto, um impiedoso regime de isolamento, quebrando a coesão social e dificultando o processo de nucleação demográfica. Por sua vez, a base institucional e empresarial criada, incentivou de forma permanente a continuação dessa atividade através do sistema de crédito, dirigido para a montagem das safras e de sua comercialização para os mercados externos. Em conseqüência, os contatos da grande área extrativista processaram-se sempre com os grandes empórios urbanos, de onde partiam os impulsos e incentivos, eliminando a possibilidade de formação de núcleos sociais organizados no **hinterland.** As pequenas vilas e povoados do interior, existentes há séculos, jamais serviram de base e apoio para o exercício de tais atividades

pois funcionaram quase sempre como sedes administrativas sem maior vinculação econômica, eis que a renda dos extratores ou era canalizada para os referidos empórios ou capturada pelo poder público, sob a forma de impostos, para aplicação em benefício do desenvolvimento urbano das duas grandes capitais da região. O resultado líqüido dêsse processo histórico, no entanto, se de um lado determinou a estagnação dos núcleos humanos hinterlandinos durante séculos, iria servir de outro para capitalizar e acumular recursos nos centros exportadores, abrindo assim, a oportunidade para em fase posterior, como atualmente se observa, iniciar-se um processo dinâmico de crescimento em tôrno dêsses centros, que passaram a funcionar como pólos de desenvolvimento para o restante da área.

242. Desenvolva com detalhes os aspectos mais importantes dessa economia extrativa florestal como atividade :

1. expedicionária-incursionista-escoteira.
2. extrativista de coleta e apanha.
3. destrutiva dos recursos naturais.
4. primária-empírica de herança indígena-cabocla.
5. individual-artesanal em busca de especiarias florestais e matérias primas exóticas.
6. nômade, de acampamento e bivaque, forçando a extrema dispersão humana.
7. sazonal, em função das cheias-e-vazantes e chuvas-e-sêcas :

   a) economia coletora do verão: borracha
   b) economia coletora do inverno: castanha
   c) economia das enchentes: madeiras
   d) economia das vazantes: pesca e agricultura de subsistência.

8. latifundiária, exigindo uma larga base fundiária em função do heteroclismo florestal e baixa ocorrência de

indivíduos botânicos da espécie procurada por hectare de mata.

9. monetária, de alto coeficiente de trocas, produzindo para o consumo externo e consumindo aquilo que não produz.

10. de alto rendimento **per-capita,** por unidade coletada, única forma possível para dar continuidade ao empirismo do sistema econômico, cujos lucros necessàriamente se formam em linha vertical pela escassez da oferta e não em base horizontal pelo aumento da produtividade.

243. Projete uma mudança institucional e de estrutura da atual economia florestal primária, para um estágio superior de economia tecnológica florestal integrada de alta produtividade, salientando os seguintes aspectos :

1. Inventário da floresta e dos recursos naturais.
2. Correção da extrema dispersão das espécies mediante adensamento silvicultor.
3. Estudo tecnológico dos óleos, alimentos, matérias primas e solos florestais.
4. Exploração integrada-horizontal dos indivíduos florestais e de tôdas as especiarias da selva (látex, gomas, fibras, madeiras, resinas, óleos, essências e animais).
5. Aproveitamento integral do complexo madeireiro florestal para fabricação de pasta-mecânica e celulose, mediante pesquisa tecnológica para determinação do processo de utilização do chamado **cock-tail** de madeiras duras, semi-duras e moles.
6. Industrialização dos recursos madeireiros mediante a conversão e diversificação da atual indústria de serrarias, em indústrias de laminados, compensados, contraplacados, faquejados e aglomerados.

7. Mecanização do sistema de extração dos produtos da floresta e respectivo transporte.

244. Esboce, à semelhança da agro-indústria do açúcar (cana-açúcar-álcool-borracha polibutadieno), um esquema de integração vertical flora-indústria e fauna-indústria para a Amazônia, conforme exemplos abaixo :

1. toros-serrados-compensados-móveis.
2. óleos-refinados-embalados.
3. essências-linalol-acetato de linalina-perfumes-sabões.
4. látex-crepados-solados-manufaturados.
5. raízes-produtos medicinais.
6. fibras-fiação-tecelagem.
7. animais-peles e couros-curtidos-manufaturados.
8. borracha-laminados-pneus-artefatos.
9. peixe fresco-sêco-salgados-defumados-enlatados-farinha de peixe.

245. A Amazônia apresenta excelentes possibilidades para se tornar num grande centro produtor e exportador de óleos e gorduras vegetais, tanto para fins alimentícios como industriais. Apesar disto, os índices de produção são bem modestos, cabendo apenas ao Maranhão uma participação mais expressiva, graças à exploração do babaçu. Segundo os dados do Serviço Estatístico da Produção do Ministério

da Agricultura no triênio 1961/1963 as quantidades e os valores da produção de óleos e gorduras vegetais na Amazônia, foram os seguintes :

	QUANTIDADE (TONELADA)			VALOR (CR$ 1.000)		
	1961	1962	1963	1961	1962	1963
Rondônia	12	9	10	846	920	1.232
Acre	2	2	2	138	207	583
Amazonas	218	188	154	74.824	79.568	142.329
Roraima	—	—	—	—	—	—
Pará	1.503	1.551	1.360	131.862	133.583	233.887
Amapá	48	9	12	3.386	892	2.280
Maranhão	9.779	33.688	35.029	635.990	2.527.530	5.703.841
Goiás	14	10	20	815	793	5.008
Mato Grosso	24	18	9	24.270	29.001	38.779
TOTAL	11.600	35.475	36.596	872.131	2.772.494	6.127.939

246. Paul Le Cointe em sua obra "L'Amazonie Brésilienne", destacou as seguintes espécies nativas oleígenas, indicando as suas principais aplicações conforme quadro que vai publicado na página seguinte.

ALGUMAS ESPÉCIES VEGETAIS OLEÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA E PRINCIPAIS APLICAÇÕES

DESIGNAÇÃO DA PLANTA		APLICAÇÕES
Vulgar	Científica	
Ucuuba	Virola surinamensis	"Sêbo vegetal", matéria-prima de sabões, etc.
Pequiá	Caryocar Villosum	Gordura comestível, sucedâneo da manteiga; matéria-prima para sabões.
Castanha Caiatê	Omphalea diandra	Óleo comestível e medicinal.
Saboneteiro	Sapindus saponaria	Fabricação de sabões.
Uxi	Saccoglottis uchi	Gordura comestível.
Mamorana	Rachira aquática	Óleo comestível e industrial (assemelhável ao cacau).
Palmáceas :		
Açaí	Euterpe oleracea	Bebida; óleo comestível.
Bacaba	Oenocarpus distichus	Bebida; óleo comestível, sucedâneo do azeite de oliva; palmito comestível.
Bacabaí	Oenocarpus minor	Bebida; óleo comestível; palmito.
Patauá	Oenocarpus pataua	Bebida; óleo comestível substituto do óleo de oliva.
Mucajá	Acrocomia sclerocarpa	Óleo comestível; sucedâneo do óleo de oliva.
Tucumã	Astrocaryum tucuma	Bebida; óleo comestível; fibras e palhas para cordoalha, cestas, paneiros.
Tucumã-Açu	Astrocaryum princeps	Bebida; óleo comestível; fibras; palhas.
Jauari	Astrocaryum jauari	Fibras; palhas; óleo comestível.
Murumuru	Astrocaryum murumuru	Óleo comestível e industrial.
Curuá-Piranga	Attalea monospasma	Óleo industrial; palha.
Curuaí	Attalea de l'affinité	Óleo comestível e industrial.
Urucurí	Attalea excelsa	Óleo industrial; defumação do caucho.
Pindoba	Attalea sp.	Óleo sucedâneo de amêndoa doce.
Caiauê (Dendê do Pará)	Elaies melanococca	Óleos sucedâneos dos de dendê
Inajá	Maximiliana regia	Óleo comestível; palmito; palha.
Inajaí	Cocos Inajaí	Amêndoa e óleo comestíveis.
Miriti (buriti)	Mauritia flexuosa	Bebida; confeitaria; óleo comestível; farinha; fibra; palmito.
Babaçu	Orbignia Speciosa	Óleo e gordura comestíveis; bebida; palha, fibra; palmito.
Pupunha	Guilielma Speciosa	Caroteno alimentício; óleo comestível.
Piririma	Cocos syagrus	Óleo comestível; palmito.
Jupati	Raphia taedigera	Medicamento.
Mumbaca	Astrocaryum mumbaca	Amêndoa comestível.
Bacuri	Platonia Insignis	Óleo comestível; confeitaria.
Sumaumeira	Ceiba pentandra	Óleo industrial.
Jaboti araconha	Erisma calcaratum	Graxa industrial.
Pracachi	Pentaclethra filamentosa	Óleo industrial.
Mauba	Acrodididium mauba	Óleo industrial.
Mutamba	Guazuma ulmifolia	Óleo para cabelereiro
Castanha de Arara	Joanneria haveoides	Farmacêutico.

FONTE : — Paul Le Cointe — "l.'Amazonie Brésilienne".

247. As madeiras amazônicas, segundo a classificação industrial-comercial corrente, são agrupadas em três grandes categorias :

1. Madeiras moles ou "brancas", de procedência das várzeas e igapós, geralmente com pêso específico até 650 kg. por metro cúbico, o que permite o seu transporte com facilidade em jangadas flutuantes. Tem sua aplicação na indústria de laminados, compensados, papel, caixarias, moldes, formas, etc. possuindo pouca durabilidade e baixo valor de mercado. Seu representante mais típico é a Ucuuba e o Assacu.

2. Madeiras semi-duras de pêso específico médio, entre 650 a 900 kgs. por metro cúbico, de grande versatibilidade pois combina a relativa leveza com a resistência, sendo por isso matéria-prima ideal para a indústria de móveis, esquadrias, lambris, parquês entre outras aplicações. Seu representante mais típico é o Cedro.

3. Madeiras duras ou "de lei", com pêso específico geralmente acima de 900 quilos por metro cúbico. Espécies mais raras, pertencem ao domínio das madeiras nobres, de procedência das terras firmes e centrais, que comandam alto preço e grande procura nos mercados mundiais. Sua maior aplicação é na indústria de construção naval, carroçarias de caminhão, ou para feitura de traves, vigas, postes, pontes, dormentes, tacos para soalho, em virtude de sua grande durabilidade e resistência. Seu representante mais típico é a Itaúba.

248. A seguir, identifique, de acôrdo com a classificação acima, as madeiras abaixo :

1. Imbaúba
2. Iraponga
3. Tachi
4. Assacu
5. Jupati
6. Inajá
7. Paxiúba
8. Seringueira branca
9. Sumaúma
10. Ucuuba
11. Andiroba
12. Pau mulato
13. Piquiá
14. Cumaru
15. Jacareúba
16. Aguano ou mogno
17. Cedro
18. Angelim
19. Araracanga
20. Itaúba
21. Cupiúba
22. Pau amarelo
23. Castanheira
24. Saboarana
25. Pau rosa
26. Massaranduba
27. Sucupira
28. Macacaúba
29. Freijó
30. Muiragibóia
31. Muirapiranga
32. Marupá
33. Muiratinga
34. Coração Negro Inaré
35. Canela Pimenta
36. Louro Cedro
37. Louro Chumbo
38. Louro Preto
39. Louro Abacate
40. Louro Amarelo
41. Louro Inamuí
42. Louro Branco

43. Louro Rosta

Leia os Relatórios da FAO, publicados pela SPVEA, — "Inventário Florestal total na Região do Curuá-Una" de B. B. Glerum e G. Smit, e "A Floresta entre os Rios Tapajós e Xingu" de D. Heinsdijk, e procure identificar :

a) a ocorrência das espécies acima na amostragem realizada.

b) o volume médio em m3 por hectare.

c) a variação na altura dos fustes e na classe de diâmetro.

249. Idealize um projeto integrado de exploração madeireira e realize um levantamento e análise dos custos nas diferentes fases da extração, transporte e industrialização nas

serrarias, bem como das incidências das taxas portuárias, dos ônus fiscais e da tabela de fretes; no lado da receita, investigue os preços do mercado externo e interno das madeiras de maior procura — aguano e cedro — para determinar o "break even point" do equilíbrio da emprêsa.

250. Determine a atual participação do setor madeireiro no conjunto da economia regional, dimensionando a procura interna e o volume da exportação para o sul e o exterior, de toros, serrados, laminados e compensados.

251. A castanha-do-Pará destaca-se, entre os demais produtos florestais, como o de maior índice de exportação, desde o colapso da economia gomífera. Atividade tìpicamente coletora de terra-firme, a sua extração, se processa durante os meses chuvosos do inverno, no período de abril a julho, quando caem os ouriços, constituindo, em muitos rios, atividade complementar dos seringais, quando cessa o fabrico da borracha ao terminar o verão. Dêste modo, o binômio borracha-castanha ajuda a melhorar a renda do extrator pela eliminação da entre-safra do ócio nos seringais; naquelas regiões onde a Hévea e a Bertholetia não coexistem, processa-se o deslocamento da mão-de-obra para o fabrico desta. Êsse deslocamento sazonal, no entanto, se dá em prejuízo das atividades agrícolas em virtude de a safra de castanha ser contemporânea da dos trabalhos agrícolas. A produção dos castanhais silvestres até hoje, conseguiu manter o seu caráter monopolista, eis que não sofreu a ameaça do cultivo racional a despeito das várias tentativas feitas dentro e fora da Amazônia. Daí ela ter conquistado a liderança na pauta de exportação dos Estados e Territórios Amazônicos durante o colapso dos preços da borracha, na década dos anos vinte e trinta, quando assegurou a precária sobrevivência da economia regional, e, após a recuperação da economia da borracha durante a II Grande Guerra, quando a sua produção foi dràsticamente reduzida

por fôrça dos Acordos de Washington de 1942, conseguiu novamente tornar-se o produto líder da exportação regional, até que o manganês do Amapá viesse a ocupar o seu lugar, já ao findar a década dos anos cinqüenta.

252. Se a castanha do Pará, explorada desde os tempos coloniais, não teve o seu monopólio natural ameaçado, em virtude do longo ciclo vegetativo superior a 30 anos, ela sofre, no entanto, nos mercados internacionais forte concorrência de outras castanhas e amêndoas, como a do caju e nozes que disputam a preferência do consumidor americano, inglês e alemão, em função dos preços e do volume das safras. Em conseqüência o mercado tornou-se fortemente especulativo, tanto nos países importadores como na própria região amazônica. A oscilação dos preços dêste produto, pode bem ser analisada no quadro de exportação seguinte (Mensário Estatístico — n.º 63 — Pág. 49 e n.º 156 — Pág. 40, do S.E.E.F. — IBGE) :

EXPORTAÇÃO DE CASTANHA-DO-PARÁ

Anos	Quantidade (t)	Valor a bordo no Brasil em Cr$	Valor Médio Ton/Cr$	Valor em US$
1929	454	1.671.000	3.677	
1930	592	2.587.000	4.373	
1931	2.842	9.951.000	3.501	
1932	3.069	8.142.000	2.653	
1933	4.556	10.758.000	2.362	
1934	3.841	12.379.000	3.223	
1935	6.261	34.084.000	5.444	
1936	4.595	43.037.000	9.365	
1937	3.547	32.016.000	9.027	
1938	4.282	23.772.000	5.551	
1939	4.743	25.201.000	5.314	
1940	6.774	31.502.000	4.650	
1941	5.592	35.007.000	6.261	
1942	3.104	28.809.000	9.282	
1943	180	1.145.000	6.354	
1944	408	1.983.000	4.865	
1945	1.404	29.407.000	20.939	
1946	4.592	93.209.000	20.299	
1947	3.709	59.795.000	16.122	
1948	1.856	27.351.000	14.737	
1949	4.334	64.932.000	14.982	
1950	3.590	60.155.000	16.758	
1951	4.209	85.617.000	20.342	
1952	2.579	55.494.000	21.515	
1953	4.735	139.849.000	29.530	
1954	4.390	164.205.000	37.403	
1955	6.088	287.272.000	47.185	US$ 6.268.000
1956	14.731	422.917.000	28.709	7.844.000
1957	25.241	665.700.000	26.373	9.953.000
1958	29.136	999.244.000	34.295	11.966.000
1959	15.887	1.016.415.000	63.977	8.095.000
1960	26.394	2.615.575.000	99.097	14.286.000
1961	36.252	3.838.433.000	105.882	15.621.000
1962	23.029	3.511.580.000	152.485	9.910.000
1963	25.194	5.022.292.000	199.344	8.882.000
1964	24.185	12.594.885.000	520.772	10.421.000

Pede-se :

1. Estudar as áreas de maior ocorrência e concentração das Castanheiras (Bertholetia Excelsa) nos Estados do Pará (Municípios tocantinos de Marabá, Itupiranga e Tucuruí,

e Municípios do Baixo Amazonas de Almeirim, Óbidos, Alenquer, Faro e Santarém); no Estado do Amazonas (Municípios do Médio Amazonas, Solimões, Purus, Madeira e Negro); no Estado do Acre (Município do Rio Branco, Xapuri, Sena Madureira e Brasiléia); no Território de Rondônia (zona do Alto Madeira — Pôrto Velho e Guajará Mirim) e Território do Amapá (Rio Jary).

2. Estudar o critério adotado para a classificação comercial da castanha em graúda, média e miúda.

3. Apresentar a relação entre a cubagem do hectolitro de castanha e o seu pêso em quilos.

4. Qual a relação de pêso entre a castanha com casca e a descascada?

5. Estudar o processo atual de descascamento nas usinas de beneficiamento de castanha e o respectivo custo, bem como a possibilidade de introdução de métodos modernos por congelamento ou solventes.

6. Analisar o problema da deterioração da castanha em função da umidade, fungo e rancificação, bem como as vantagens do processo de desidratação e outros métodos de conservação.

7. Fazer um estudo dos principais mercados de exportação da castanha, sua participação no escoamento da safra, e a possibilidade de conquista de novos mercados.

8. Haverá possibilidade de o mercado interno brasileiro absorver, à semelhança do ocorrido com a borracha, as safras de castanha amazônica? Em caso positivo, quais as providências necessárias para êsse fim?

9. Destacar o alto valor alimentício da castanha, sobretudo o seu elevado teor de gordura e proteína, a ponto de receber a denominação de "carne vegetal".

10. Estudar a atual organização e funcionamento dos castanhais, e o sistema de coleta, manuseio e transporte.

253. A borracha durante o longo período de sua atuação na vida econômica amazônica, atravessou diversas fases que refletiram diferentes conjunturas mundiais, nacionais e regionais. Uma análise histórica dêsses ciclos, destacaria a existência das seguintes fases :

1ª fase — Ciclo da gestação da economia seringueira que vai da descoberta e início da exploração nas primeiras décadas de 1800 até o fim do século passado, quando os preços subiram lentamente de £67 até £152 por tonelada.

2ª fase — Ciclo da pressão da procura mundial que fêz elevar os preços de £209 no princípio dêste século até atingir o máximo de £655 por tonelada em 1910. Esta fase de intensa valorização do produto silvestre, provocou a imigração em massa de mais de 300.000 nordestinos e conseqüente ocupação de grande parte do território amazônico. No auge desta fase a produção silvestre alcançou o máximo de 42.286 toneladas em 1912.

3ª fase — Ciclo da heveicultura na Malásia que de uma produção de 8.200 toneladas de borracha de plantação, em 1910, alcançou 1.105.870 toneladas em 1937, passando por isso a dominar os mercados mundiais, transformando a borracha de especiaria florestal em matéria-prima de produção e consumo em massa. Os preços em conseqüência, declinaram do máximo de £655 por tonelada em 1910 para o mínimo de £32 por tonelada em 1931.

4ª fase — Ciclo da Batalha da Borracha, durante a II Grande Guerra no período de 1942-1945, que reativou os seringais silvestres amazônicos, em decorrência dos Acordos de Washington de 1942, como alternativa da perda pelos aliados dos suprimentos de borracha asiática.

5ª fase — Ciclo do monopólio legal (Banco de Crédito da Borracha depois transformado em Banco de Crédito da Amazônia, e Comissão Executiva da Defesa da Borracha), que sustentou a partir do término da II Grande Guerra a produção dos seringais amazônicos, através da garantia de preços e financiamento para montagem das safras, destinadas a consumo interno.

6ª fase — Ciclo da expansão do consumo industrial da borracha pela indústria brasileira, leve e pesada, localizada no centro-sul, que passou a absorver a totalidade da safra amazônica e a importar crescentes quantidades do produto asiático (cêrca de 100.000 toneladas foi a importação no período 1958 a 1963).

7ª fase — Ciclo da implantação das fábricas de borracha sintética no país a partir de 1962 com as unidades da Petrobrás — **Fabor** — em Duque de Caxias, Estado do Rio, com uma capacidade de 40.000 tons/ano de borracha GRS, e da COPERBO (Companhia Pernambucana de Borracha), inaugurada em 1965, com uma capacidade de 25.000 toneladas/ano de borracha tipo SBR, na cidade industrial do Cabo — Pernambuco.

8ª fase — Ciclo do deslocamento do centro de produção da borracha natural nativa para os seringais

de plantação, sob a liderança da Bahia e algumas tentativas feitas na Amazônia com o incentivo e o patrocínio do Projeto ETA-54.

9ª fase — Encerramento do ciclo da borracha silvestre na Amazônia com o declínio da produção dos seringais nativos até a sua extinção, dada a impossibilidade de competir com os preços da borracha sintética e da de plantação.

254. A expansão industrial brasileira que se iniciou, tìmidamente, na década dos anos 20, iria ganhar grande impulso a partir do término da II Grande Guerra. Neste período foi fundada a indústria brasileira de pneumáticos bem como diversas fábricas de produtos leves de borracha foram instaladas no centro-sul do país. A conseqüência dessa transformação foi sentida, benèficamente, pela Amazônia, através do monopólio legal exercido pelo Banco de Crédito da Amazônia, que a despeito de tôdas as falhas e omissões, representou papel vital assegurando a sobrevivência da economia da borracha silvestre e o nível de renda de vasto setor da população ligado à grande área extrativista. A partir de então, a Amazônia passou a capturar o mercado doméstico para o escoamento de sua produção, terminando assim, a fase especulativa sujeita às oscilações da conjuntura e da concorrência mundial. O consumo brasileiro de borracha que na década de 1920/1930 não ultrapassou a 4.000 toneladas, no decênio seguinte subiu para 22.000 toneladas para alcançar no período de 1941/1950, 167.000 toneladas (em 1950 o consumo nacional já era de 28.445 toneladas). A partir de 1947, quando cessaram os fornecimentos de guerra, a indústria brasileira de borracha já consumia dois terços da produção amazônica; e nos anos da década de 1950 e 1960 o consumo expandiu-se ainda mais, passando a absorver a totalidade da produção amazônica e a requerer a importação de quantidades ponderá-

veis do produto asiático e do sintético, conforme quadro abaixo (dados da Comissão Executiva da Defesa da Borracha — Vd. Relatório do BCA de 1964 — Pág. 51) :

Ano	Importação autorizada de borracha vegetal	Importação autorizada de borracha sintética	TOTAL
1960	23.745 tons.	16.614 tons.	40.359 tons.
1961	19.470	22.577	42.047
1962	18.644	16.581	35.225
1963	19.107	8.367	27.474
1964	5.445	12.507	17.952

255. Com a entrada em funcionamento da fábrica de borracha sintética da Petrobrás do Conjunto Petroquímico de Duque de Caxias, com capacidade instalada de 45.000 tons. do tipo GRS e da unidade da COPERBO, no Distrito Industrial do Cabo, em Pernambuco, dimensionada para produzir 25.000 tons. do tipo SBR, o país passou a dispor de capacidade industrial ociosa, atendendo assim o **deficit** da produção nacional e a exportar os excedentes para o exterior.

256. A partir da 4ª fase do ciclo da borracha, a produção amazônica tem oscilado em função da política nacional que, através da fixação dos preços e do financiamento, transmite os incentivos ou estímulos para a montagem das safras nos seringais, conforme se verifica pela análise das estatísticas do quadro seguinte (Dados do BCA — Relatório do Exercício de 1964 — Anexo 12).

VOLUME FÍSICO DAS TRANSAÇÕES EFETUADAS COM A BORRACHA NACIONAL DURANTE O PERÍODO DE 1943/1964
(Em kg-Pêso Bruto)

ANOS	COMPRAS	VENDAS	ESTOQUES
1943 (1)	15.290.009	19.731.940	4.336.000
1944	28.476.801	23.164.694	5.177.627
1945	30.593.508	25.097.989	5.435.627
1946	30.072.940	24.957.777	6.822.965
1947	32.930.525	26.655.171	9.287.393
1948	25.305.838	16.030.075	13.819.549
1949	26.770.082	19.639.067	15.201.449
1950	23.132.745	23.276.859	9.125.849
1951	25.769.848	20.990.486	8.294.994
1952	33.332.588	23.501.648	9.175.501
1953	32.779.189	23.993.421	8.194.574
1954	28.158.108	23.761.936	6.525.958
1955	27.386.303	20.804.078	5.737.863
1956	30.296.330	22.896.411	6.667.364
1957	30.438.290	25.149.113	6.544.925
1958	25.468.428	23.011.326	3.152.517
1959	26.534.307	18.557.246	4.581.253
1960	28.846.864	18.643.659	7.496.560
1961	28.053.687	21.212.935	7.197.176
1962	26.782.051	20.803.350	6.275.006
1963	25.020.323	18.660.383	7.413.840
1964	35.587.502	21.070.263	14.311.547

257. No último quinqüênio de 1960/1964, a distribuição geográfica da produção da borracha amazônica revela que o Estado do Acre continua mantendo a sua liderança tradicional nesse setor, seguida pelo Amazonas, Rondônia e Pará, pelo que se pode aquilatar ainda nos dias de hoje, a importância que a economia florestal seringueira representa, em têrmos de nível de renda e de emprêgo para um

vasto setor da economia regional. Conforme dados do B.C.A., a produção por unidades e territórios amazônicos, nesse quinqüênio, foi a seguinte :

PRODUÇÃO AMAZÔNICA DE BORRACHA POR UNIDADES FEDERADAS DE PROCEDÊNCIA (Em Toneladas)

	1960	1961	1962	1963	1964
1. ACRE	13.136	13.462	12.591	9.492	12.478
2. AMAZONAS	4.039	2.972	3.393	5.541	9.769
3. RONDÔNIA	4.943	5.206	5.182	4.737	7.114
4. PARÁ	4.188	4.246	3.567	3.279	4.115
5. MATO GROSSO	1.832	1.625	1.690	1.621	1.614
6. AMAPÁ	125	220	179	235	303
7. RORAIMA	—	27	7	8	14
8. GOIÁS	—	—	3	—	—
TOTAL Amazônico	28.263	27.758	26.612	24.913	35.407
9. Outros Estados	584	295	170	107	180
TOTAL NACIONAL	28.847	28.053	26.782	25.020	35.587

258. Pede-se :

1. Analisar a variação das safras em função dos preços de exportação com os dos gêneros de importação, procurando determinar se houve deterioração nos têrmos de intercâmbio nesse período.

2. No ano de 1964 o volume de compras do B.C.A. foi de 35.587.502 kgs. de borracha, que produziram um dispêndio, a preço de custo, nas agências recebedoras, de Cr$ 24.431.036.070.

   Determinar :

   a) O valor médio de compra da tonelada produzida.

   b) A sua participação no cômputo do produto bruto

territorial amazônico e das diversas unidades federadas.

3. Levantar o preço de venda em São Paulo para conhecer o custo de transferência do produto, incluindo impostos, transportes, seguros e margens de lucro do BCA.

4. No ano de 1964 a safra de borracha de 35.587 tons. foi movimentada pelas seguintes agências recebedoras do BCA :

	Kgs.	Valor (Cr$)
BELÉM	14.382.835	9.784.689.174
MANAUS	10.728.015	7.449.401.894
ITACOATIARA	2.115.037	1.394.252.012
PÓRTO VELHO	6.334.665	4.371.546.350
CUIABÁ	1.891.795	1.310.593.856
ILHÉUS	132.056	118.191.979
SÃO PAULO	3.099	2.360.805
T O T A L	35.587.502	24.431.036.070

(Dados do B.C.A. — Relatório do Exercício de 1964 — Anexo 4).

Pede-se analisar :

1. A influência que essas entregas representam para o giro comercial e financeiro dessas praças.

2. As diferentes políticas estaduais e dos territórios, procurando atrair e centralizar o referido movimento de entregas.

3. A influência dessa política e seus reflexos nas usinas de beneficiamento de borracha, que trabalham com capacidade ociosa nesses centros.

259. A borracha silvestre, no quadro geral do comércio de cabotagem do país, representa, ainda hoje, um dos itens de maior valor do intercâmbio interno. Verifiquemos a sua participação no quinqüênio de 1959/1963, para destacar a sua importância, juntamente com o açúcar, arroz, café em grão, charque e fibras vegetais entre as principais mercadorias representativas do comércio de cabotagem, no quadro da página seguinte.

A BORRACHA E O COMÉRCIO DE CABOTAGEM

Período 1959/1963

	BORRACHA		AÇÚCAR		ARROZ		CAFÉ	
	Quant. (t)	Valor Cr$1.000	Quant. (t)	Valor Cr$1.000	Quant. (t)	Valor Cr$1.000	Quant. Sacas	Valor Cr$1.000
1959	33.355	3.333.753	477.914	5.402.004	394.520	8.170.131	784.446	845.112
1960	37.311	5.357.257	502.481	6.923.277	279.774	6.391.005	1.657.463	1.662.045
1961	34.713	6.154.253	419.639	8.206.703	283.132	7.622.989	2.342.022	2.340.112
1962	31.968	8.569.110	407.851	1.418.484	205.127	9.873.460	2.448.310	2.488.756
1963	30.380	16.043.833	170.696	11.030.749	131.926	13.345.256	1.959.443	2.390.224

	CHARQUE		FIBRAS VEGETAIS	
	Quant. (t)	Valor Cr$1.000	Quant. (t)	Valor Cr$1.000
1959	28.960	1.808.191	55.773	1.563.454
1960	27.749	2.942.878	71.640	3.257.300
1961	20.318	2.691.872	52.827	5.978.148
1962	10.804	2.216.751	62.652	5.509.060
1963	5.543	1.815.370	49.876	8.164.763

FONTE: S.E.E.F. — Mensário Estatístico n.º 165 — Março, 1965. — Pgs. 57/58.

260. Essa expressiva participação da borracha deve-se, em grande parte, à interferência governamental, através do monopólio legal de sustentação da economia gomífera exercida pelo Banco de Crédito da Amazônia, que permite a manutenção do nível de renda e de produção, da grande área extrativista seringueira, mediante o financiamento e a garantia de compra a preços fixos, anualmente reajustáveis. Do contrário há muito o ciclo da borracha nativa já estaria extinto como ocorreu durante a grande depressão de 1932, quando o nível dessa atividade atingiu a 6.224 toneladas.

Analise a extinção dêsse monopólio, do ponto de vista amazônico, ressaltando os seguintes aspectos:

1. A desmontagem do complexo mecanismo bancário/comercial, que foi institucionalizado durante os últimos vinte anos, para dar apoio à produção dos seringais que por sua vez foi montado em substituição ao an-

tigo complexo aviador-exportador das primeiras fases do ciclo.

2. As dificuldades na extensão do financiamento aos seringais que forçosamente advirão, em tempo hábil e em prazos adequados que permitam o fabrico, sem a garantia da exclusividade da compra que o monopólio permite.

3. A incerteza do escoamento das safras através do nôvo mecanismo da Comissão de Financiamento da Produção (C.F.P.) que se pretende montar, que, na Amazônia se tem revelado precário para os outros produtos que gozam de garantia de preços mínimos, sobretudo no momento em que paira a ameaça dos excedentes do produto sintético e da futura produção dos seringais baianos, e dos estoques do BCA em S. Paulo.

4. A destruição de uma estrutura econômica, sem dúvida arcaica, e que precisa ser modificada, mas que no entanto não pode ser simplesmente suprimida até que se institua um processo alternativo de sobrevivência para a emprêsa seringalista e a população seringueira, calculada em mais de 50.000 agentes extratores.

5. O despovoamento de largas faixas territoriais do centro e das fronteiras externas da Amazônia, que na borracha tem a sua fonte de sustentação econômica, que poderão provocar a sua desnacionalização, com graves riscos para a própria segurança nacional.

6. Grande risco para o próprio Banco de Crédito da Amazônia, que ao se transformar de Banco Comercial e de Fomento em Banco de Desenvolvimento Econômico Regional, como prevê o projeto, viria acumular na qualidade de agente financeiro da CFP, a sua antiga função com as novas e complexas atribuições e responsabilidades de um Banco de Desenvolvimento, que

requer pessoal e organização especializada. O hibridismo dos Bancos do tipo-bazar, após terem atingido um elevado grau de capitalização, é desaconselhável, pois a experiência bancária tem demonstrado que ao se acumular as funções comerciais e de fomento com as de promoção de desenvolvimento, as gerências são irresistìvelmente atraídas para as operações de menor risco, prazo curto e maiores lucros incompatíveis com a natureza do financiamento para o desenvolvimento econômico.

261. À luz da exposição acima, projete uma mudança estrutural e institucional para a emprêsa seringalista e a atividade seringueira, a prazo médio, de forma a combinar os interêsses regionais com os nacionais, os de defesa do nível de renda e emprêgo da região com a melhoria e o progresso social da área extrativista.

262. A fim de permitir um melhor conhecimento da problemática da borracha amazônica, a seguir transcrevemos a sua classificação comercial e os preços atualmente praticados (1965) para os diferentes tipos pelo Banco de Crédito da Amazônia, pelas suas agências recebedoras :

	Kg.
Fina Acre — 1.º grupo	1.173,17
Fina Altos Rios — 1.º grupo	1.114,51
Fina Altos Rios — 2.º grupo	1.085,18
Fina Altos Rios — 3.º grupo	1.055,85
Fina Benthamiana	940,77
Entrefina Acre — 1.º grupo	1.071,40
Entrefina Altos Rios — 1.º grupo	987,92
Entrefina Altos Rios — 2.º grupo	946,17
Entrefina Altos Rios — 3.º grupo	943,43
Entrefina Benthamiana	815,13
Sernambi Virgem Acre — 1.º grupo	947,81
Sernambi Virgem Altos Rios — 1.º grupo	895,15

Sernambi Virgem Altos Rios — 2.º grupo	868,82
Sernambi Virgem Altos Rios — 3.º grupo	842,50
Sernambi Virgem Benthamiana	741,23
Sernambi Caucho Benthamiana — 1.º grupo ...	1.055,85
Sernambi Caucho Benthamiana — 2.º grupo ...	1.026,53
Sernambi Caucho Benthamiana — 3.º grupo ...	997,20
Sernambi Rama — Acre ou Altos Rios — 1.º Grupo	**796,65**
Idem, idem, idem 2.º grupo	742,09
Idem, idem, idem 3.º grupo	687,52
Idem, idem, Benthamiana	621,56
Idem, não especificados	700,89
Caucho, 1.º grupo	906,20
Caucho, 2.º grupo	794,48
Coalho Virgem 1.º grupo	816,44
Coalho Virgem 2.º grupo	583,17
Coalho Rama 1.º grupo	228,19
Coalho Rama 2.º grupo	162,99
Fôlhas Fumadas Tipo 1	1.422,35
Fôlhas Fumadas Tipo 2	1.385,69
Fôlhas Fumadas Tipo 3	1.349,03
Fôlhas Fumadas Tipo 4	1.312,36
Crepe Claro Tipo 1	1.850,07
Crepe Claro Tipo 2	1.703,42
Crepe Claro Extra Tipo 1	1.982,05
Crepe Claro Extra Tipo 2	1.835,40
Sernambi Industrial Crepado	1.439,46

263. Entre os diversos óleos essenciais produzidos no Brasil — hortelã-pimenta, sassafrás, eucalipto, lemongrass, limão, palmarosa, patchouly, cabriúva, tangerina, vetiver — destaca-se o óleo essencial de pau-rosa amazônico, logo a seguir do óleo de hortelã-pimenta. O seu centro de produção localiza-se no Médio Amazonas, zona de Parintins, Itacoatiara, Estrada AM-1 (Rodovia Torquato Tapajós), Maués, Madeira-Canumã e Solimões, no Brasil e região de Iquitos, no Peru.

Inicialmente produzido na Guiana Francesa, desde a terceira década dêste século, quando foi descoberto na Amazônia Central, passou a se incorporar à pauta de expor-

tação regional, ocasionando à época um verdadeiro "rush" em sua extração e industrialização com a montagem de pequenas destilarias a vapor, que em número de cêrca de quarenta usinas, foram construídas nas pequenas cidades do interior e às margens dos rios localizados perto dos centros de extração.

A economia dêsse produto de exportação enquadra-se dentro do princípio aqui estudado do monopólio natural da escassez para poder assegurar elevados preços por unidade coletada, sendo assim outro representante típico de uma especiaria florestal de alto valor. A despeito da destruição sistemática que se vem processando do espécime vegetal-consumo de 25.000 tons/ano de madeira equivalente a uma derruba de cêrca de 10.000 árvores — cujo replantio até hoje não foi levado a efeito, por falta de um centro de pesquisa e tecnologia agro-florestal para definir o seu ciclo e identificar a espécie adequada ao seu cultivo econômico, constitui, no entanto, um exemplo de uma feliz combinação flora-industrial, aqui recomendada, através da qual a região consegue reter a maior parte do valor do produto, exportando técnica e mão-de-obra encerradas dentro de um produto nobre, em vez de simples matéria-prima em bruto. A transformação industrial operada, convertendo a madeira em essência, acrescenta um valor extraordinário que fica na região, que bem pode ser medido, no caso em foco, ao se comparar o custo atual de Cr$ 27.000 por tonelada da madeira posta no pôrto das usinas, com os oito (8) quilos de essência por ela produzidos, a um preço de Cr$ 9.000 o quilo na exportação, ou sejam Cr$ 72.000 pelos oito quilos de óleo extraídos em cada mil quilos de cavacos. (preços de 1965)

264. Em têrmos de exportação, o óleo de pau-rosa, acondicionado em tambores com 180 quilos líqüido, com um teor mínimo de 85% de linalol, encontra ampla aceitação e

procura nos mercados internacionais, para uso na indústria de perfumes e sabonetes, especialmente nos Estados Unidos, Inglaterra, França e, agora, na própria União Soviética, cujo mercado acaba de ser aberto no corrente ano. Os preços, como se verifica em todo produto colonial, sofrem violentas oscilações anuais, decorrentes de fatôres puramente especulativos ou resultantes de safras maiores ou menores dos óleos concorrentes de outras áreas, e agora, inclusive, do próprio produto sintético que agora está concorrendo para a sua relativa estabilização. Assim é, que as cotações internacionais têm variado de um máximo de US$4.00 por libra pêso, sòmente alcançado durante alguns anos da década dos anos 40, para um mínimo US$1.50 sendo o seu preço médio de variação atual de US$1.80/ US$2.20 por libra, prevalecente nas últimas safras. A êste preço, um tambor de óleo de pau-rosa é vendido nos mercados externos a US$750/US$800 equivalente a cêrca de Cr$ 1.700.000 FOB pôrto de embarque, dos quais..... Cr$ 450.000 representam impostos, taxas e despesas estaduais.

265. A produção dêsse óleo tem variado também de um máximo de 400 toneladas, registrada no início do seu ciclo, a 180/220 toneladas/ano verificado nas safras dos últimos cinco anos, correspondente a 1.000/1.200 tambores — ou seja cêrca de US$1.000.000,00 — pois que a continuada prática de destruição sistemática de sua extração vai tornando cada vez mais difícil e distante os centros de mata virgem, onde se localizam as reservas ainda existentes de pau-rosa, no coração das terras firmes.

266. O quadro seguinte demonstra a variação das safras e respectivos preços, em cruzeiros, sendo de notar que as cifras de 1962 e 1963 foram afetadas pelas atividades ilícitas do contrabando que carreou grande parte da produção

para Paramaribo, na Guiana Holandesa, em decorrência dos pesados ônus tributários e das grandes diferenças entre as taxas de câmbio no mercado livre e no da exportação.

PRODUÇÃO DE ÓLEO DE PAU-ROSA

1961		1962		1963		1964	
Quant. (t)	Valor Cr$1.000	Quant. (t)	Valor Cr$1.000	Quant. (t)	Valor Cr$1.000	Quant. (t)	Valor Cr$1.000
221	93.852	157	86.116	134	160.806	205	725.449

FONTE: Anuário Estatístico IBGE — 1964/1965.

No decorrente ano de 1965 a safra deve ter ultrapassado o seu nível normal de 200 toneladas, com um ingresso de divisas da ordem de US$1 milhão, equivalente a cêrca de Cr$ 2 bilhões, a maior parte dos quais pertencentes aos produtores do Estado do Amazonas.

267. A caça constitui atividade complementar do extrator que, no exercício da coleta e apanha dos produtos florestais, suplementa a sua renda com os couros e peles obtidos pela caça de animais silvestres como a ariranha, capivara, gato maracajá, caitetu, queixada, veado e jacaré e melhora a sua dieta alimentar com a carne obtida de algumas espécies. Muito embora se afirme que a floresta amazônica é pobre de animais de grande porte, existe abundante variedade de mamíferos e répteis de tamanho médio, cujos couros obtêm cotações elevadas nos mercados de exportação. Cêrca de 1.000.000 de couros e peles são anualmente extraídos, industrializados e exportados pela região, a um valor que a preços correntes corresponde a uma receita da ordem de US$3.000.000, por onde se deduz a importância dêsse setor da economia extrativa animal.

268. Os dados referentes ao triênio 1961/1963, com a discriminação segundo as espécies e unidades da Federação, são os registrados no quadro seguinte :

PRODUÇÃO DE PELES E COUROS DE ANIMAIS SILVESTRES
1961/1963

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Ano	Ariranha		Capivara		Mara cajó Gato-do-Mato		Caitetu Queixada		Veado		Jacaré	
		Unidade	Valor Cr$1.000	Unidade	Valor Cr$1.000	Unidade	Valor Cr$1.000	Unidade	Valor Cr$1.000	Unidade	Valor Cr$1.000	Unidade	Valor Cr$1.000
RONDÔNIA	1961	28	48	—	—	173	1.071	22.691	3.512	2.034	173	5.279	4.228
	1962	31	93	—	—	147	1.440	23.557	5.709	2.612	763	5.441	18.727
	1963	21	311	—	—	105	4.410	12.194	4.626	11.620	2.581	4.887	17.962
ACRE	1961	421	1.991	50	4	4.120	12.132	89.228	14.341	75.324	10.537	392	164
	1962	426	1.347	100	8	4.661	24.268	97.230	25.790	63.453	15.113	1.729	1.245
	1963	499	23.520	130	13	7.831	212.662	105.426	76.501	59.290	50.866	1.840	2.111
AMAZONAS	1961	205	420	33.920	2.153	593	634	41.913	6.600	19.946	2.008	45.287	13.586
	1962	455	2.081	147.823	10.210	149	2.875	79.862	18.397	37.690	8.802	52.153	31.292
	1963	673	10.108	81.283	12.192	788	26.050	115.404	66.276	52.707	21.083	48.734	48.734
RORAIMA	1961	35	116	35	1	57	199	2.966	325	1.745	223	1.939	124
	1962	35	116	35	1	57	199	2.966	325	1.745	223	1.939	104
	1963	3	18	—	—	61	342	1.518	439	1.685	319	1.368	2.499
PARÁ	1961	612	4.555	9.067	981	2.166	7.230	41.647	5.294	25.492	3.974	28.866	26.769
	1962	571	5.870	17.487	1.938	3.978	45.959	44.488	8.319	37.961	9.252	41.832	39.341
	1963	773	20.655	18.392	4.318	6.647	179.570	51.613	27.668	49.912	30.155	40.980	97.679
AMAPÁ	1961	293	2.146	1.010	108	279	1.650	3.519	426	1.137	209	2.124	2.308
	1962	260	4.960	480	102	173	2.264	2.053	504	422	148	3.815	11.615
	1963	435	18.400	635	157	325	13.755	2.310	1.050	1.005	332	3.468	16.729
MARANHÃO (todo o Estado)	1961	470	1.683	3.692	493	13.788	66.161	62.337	8.345	62.997	8.273	—	—
	1962	298	2.748	2.105	309	15.170	109.797	70.208	13.239	62.178	14.799	—	—
	1963	393	10.365	4.220	1.020	15.686	297.374	68.441	34.302	52.295	21.187	—	—
MATO GROSSO (todo o Estado)	1961	1.008	4.365	126.669	20.367	5.087	16.951	38.972	4.914	5.211	383	71.928	10.837
	1962	1.764	16.687	132.899	64.865	4.365	22.118	48.621	10.856	6.245	597	29.276	18.074
	1963	1.431	43.355	122.777	85.316	4.793	82.838	52.514	27.681	6.447	1.613	20.071	16.660
GOIÁS (todo o Estado)	1961	501	2.823	1.345	134	8.806	33.212	69.410	9.203	29.162	3.219	32.527	21.017
	1962	737	7.875	1.521	557	9.663	65.431	67.025	15.063	35.881	6.211	23.450	32.165
	1963	723	17.723	2.545	2.279	9.460	169.788	61.309	30.780	33.573	65.324	38.115	32.154
TOTAL	1961	3.473	18.147	175.738	24.241	35.069	139.240	372.683	52.960	223.048	28.999	188.342	79.033
	1962	4.577	41.777	302.450	77.990	38.363	274.351	436.010	93.202	248.187	55.908	159.635	152.563
	1963	4.951	144.455	229.982	105.295	45.696	986.789	470.729	269.323	268.534	193.460	159.463	234.528

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, 1964 — Pgs. 59/60/61

269. Verifique no quadro anterior :

1. A grande produção de couros de caitetu e queixada que no triênio montou a 1.279.422 peles o que indica a abundância dessas espécies animais na floresta amazônica, cuja caça se faz intensivamente a despeito do seu baixo valor unitário.

2. Logo a seguir avulta a produção de couros de veados que no período de 1961/63, atingiu a 739.769 peles e a de capivara com 708.220 unidades.

3. As espécies nobres e mais raras — maracajá, onça pintada, peludos, gato do mato, e outras conhecidas como peles de fantasia — atingiram a 119.128 peles e a de ariranha, cujo preço atual no mercado internacional é cotado acima de US$50,00 por unidade, foi de 13.001 peles.

270. Merece um estudo especial a situação da pesca de jacaré em virtude de sua prática intensiva, dos altos preços vigentes — um couro de jacaré-assú de 4 mts. de comprimento vale cêrca de Cr$ 30.000 — bem como de sua industrialização pelos cortumes localizados em Manaus e Belém. Artigo de grande aceitação nos mercados de exportação e doméstico, para fabricação de bolsas, sapatos, cintos, carteiras, pastas, etc., a técnica de curtição foi transplantada da Argentina assimilando **know-how** tcheco e europeu, ao se verificar a escassez de jacarés no Rio Paraguai, há cêrca de trinta anos passados, quando foram instalados os principais cortumes de Belém e Manaus (Bern, Guerreiro, Arduino, Benzecry, Gross, Klein/Levy, Taub e Sabbá). Hoje, essa atividade constitui importante fonte geradora de renda e emprêgo, como pesca-indústria, eis que através de sua elaboração industrial faz reter na região a maior parte do seu valor final. Além disso ela pro-

piciou o aparecimento do setor de artesanato local através da preparação de artigos de couros e **souvenirs.**

No triênio em causa, as estatísticas indicam uma produção de 507.440 couros de jacaré, no entanto em fontes extra-oficiais, estima-se que a safra de jacaré deve montar a cêrca de 300.000 couros por ano em tôda a região. Pede-se:

1. Fazer um breve relatório sôbre a implantação da indústria de curtição de couros de jacaré na Amazônia.

2. Relacionar os atuais estabelecimentos curtidores indicando o número de couros processados por safra, o valor de sua produção e o número de empregados no setor.

3. Levantar o montante da exportação em dólares para o exterior, e em cruzeiros para o mercado interno.

4. Investigar a possibilidade de aproveitamento da carne de jacaré para fins industriais e de alimentação, cujo desperdício deve ser da ordem de 10.000 toneladas anuais.

271. Para completar e resumir a visão geral do setor da economia extrativa florestal e animal, e sua contribuição na formação do produto territorial, transcrevemos a seguir a pauta dos produtos regionais da Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas, vigente a 1.º de setembro de 1965, com a discriminação por espécie e respectivos preços oficiais. Pede-se :

1. Comparar os preços oficiais da pauta com os de exportação, realizando para tanto, pesquisa na Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil.

2. Obter na referida Carteira ou nos Departamentos de Estatísticas dos Estados os dados referentes à exportação, em dólares, dos produtos extrativos florestais e

animais, para dimensionar a contribuição dêsse setor no cômputo geral da exportação regional.

3. Verificar quais os produtos da relação abaixo que, històricamente se vêm mantendo na pauta da exportação regional, e mencionar aquêles que foram incorporados mais recentemente, para fins de avaliação do crescimento e diversificação do setor extrativo tradicional.

PAUTA DOS PREÇOS DOS PRODUTOS REGIONAIS PARA VIGORAR A PARTIR DE 1.º DE SETEMBRO DE 1965 — SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS:

ESPÉCIE	CR$		ESPÉCIE	CR$	
Aparas de Couro	K.º	50	Caroço de Mururé	K.º	20
Algodão em Rama	K.º	200	Carajuru	K.º	8
Caroço de Algodão	K.º	50	Concha	K.º	10
Arroz Pilado	K.º	150	Cravo	K.º	1.000
Arroz com casca	K.º	120	Côco de Babaçu	K.º	50
Açucar Branco	K.º	260	Capitary	Um	800
Açúcar Mascavo	K.º	120	Caprino	Um	800
Amêndoas de Babaçu ..	K.º	50	Essência de Pau-rosa ..	K.º	4.000
Areia	M3	1.000	Farinha de Banana	K.º	100
Azeite Vegetal	K.º	1.000	Farinha de Qualquer Qualidade	K.º	50
Balata em Bloco	K.º	280	Fibras Vegetais	K.º	200
" Laminada	K.º	280	Fibras de Lanigere Gergelim	K.º	150
" Rosada	K.º	90	Goma Viscosa	K.º	200
" Abiorana	K.º	70	Gado Vacum ou Cavalar	Um	90.000
" Ucuquirana	K.º	180	Gado Suíno	Um	10.000
" Rosadinha (chicle)	K.º	200	Guaraná em Rama	K.º	750
" Massaranduba ..	K.º	190	Guaraná em Pães	K.º	1.350
Bagos de Mamona	K.º	6	Ipeça	K.º	500
Banha de Peixe Boi ..	K.º	170	Iaçá	Um	500
Banha de Porco	K.º	200	Jaraqui	K.º	500
Breu em Pau	K.º	65	Juta (Fibra)	K.º	200
Cola de Borracha	K.º	37	Juta (Bucha	K.º	80
Cabelo de Animal	K.º	50	Juteira (Vara)	K.º	20
Cacau	K.º	220	Jutaicica	K.º	8
Chouriço	K.º	800	Jarina	K.º	50
Casca de Guaraná	K.º	30	Leite de Balateira	K.º	30
Casca de Marupá	K.º	11	Leite de Garrote	K.º	20
Casca de Mururé	K.º	11	Leite de Amapá	K.º	20
Castanha Graúda	Hts.	16.000			

ESPÉCIE	CR$	
Castanha Miúda	Hts.	14.000
Cipó Titica	K.º	200
Cipó não especificado ..	K.º	100
Chifres	K.º	150
Couro de Gado Vacum Esp.	K.º	100
Couro de Gado Vacum Verde	K.º	90
Couro de Veado	K.º	400
Couro de Gado Vacum Sêco	K.º	300
Couro de Veado Rôxo ..	K.º	150
Couro de Carneiro ou Cabra	K.º	100
Couro de Camaleão ...	K.º	250
Couro de Cotia	K.º	100
Couro de Capivara Verde	Um	260
Couro de Capivara Sêco	Um	300
Couro de Cobra	Mt.º	50
Couro de Maracajá	Um	30.000
Couro de Peludo	Um	10.000
Couro de Onça ou Tigre	Um	40.000
Couro de Lontra	Um	10.000
Couro de Ariranha	Um	50.000
Couro de Anta Salgado	K.º	150
Couro de Queixada	Um	600
Couro de Caititu	Um	1.600
Couro de Jacuraru	K.º	200
Couro de Porco Sêco ..	K.º	100
Cumaru	K.º	300
Couro de Bôto	K.º	80
Couro de Peixe Boi Salgado	K.º	100
Couro de Peixe Boi Especial	K.º	300
Couro de Peixe Boi ...	K.º	150
Sêbo em Bruto	K.º	100
Sêbo Coado	K.º	150
Salsa Entaniçada	K.º	50
Salsa em Rama	K.º	50
Sumaúma	K.º	100
Sabugo de Chifres	K.º	50
Sôrva (Leite)	K.º	360
Semente de Tucum	K.º	50
Semente de Andiroba ..	K.º	50
Sementes Oleaginosas ..	K.º	50
Tambaqui	K.º	500

ESPÉCIE	CR$	
Leite de Seringa Natural (Látex)	K.º	250
Lenha (Milheiro)		5.000
Matrinchã	K.º	500
Milho Sêco	K.º	70
Mica	K.º	100
Muirapuama	K.º	8
Mel de Cana	Lta.	2.000
Mixira	K.º	300
Mapará ou Doirado	K.º	200
Óleo de Castanha	K.º	250
Óleo de Copaíba Jacaré	K.º	300
Óleo de Copaíba Fina ..	K.º	500
Óleo de Mamona	K.º	300
Óleo de Babaçu	K.º	800
Óleo não especificado ..	K.º	500
Orquídeas (Pé)		100
Peixe em Salmoura	K.º	200
Peixe Sêco	K.º	300
Pirarucu Comum	K.º	600
Plantas Medicinais	K.º	100
Pedras em Blocos	M3	5.000
Pedras Britadas	M3	8.000
Piraíba	K.º	300
Puxuri	K.º	250
Piaçaba em Cordão	K.º	100
Piaçaba em Rama	K.º	130
Pimenta do Reino	K.º	600
Peixes Ornamentais	Um	25
Resíduo de Castanha de Caju	K.º	30
COUROS DE JACARÉ SALGADO		
Jacaré Assu Peles		
100/119		2.000
120/149		3.400
150/199		7.400
200/229		13.200
230/239		16.000

ESPÉCIE	CR$	
Tartaruga	Uma	20.000
Tracajá	Um	3.000
Tucum em fio	K.º	100
Tucum em rama	K.º	50
Timbó Pulverizado	K.º	108
Timbó em Raízes	K.º	20
Tabaco	K.º	500
Uaicima	K.º	50
Unhas de Animais	K.º	50
BORRACHA		
Fina (Acre) 1.º Grupo	K.º	1.173,17
Fina (Alt. Rios) 1.º Grupo	K.º	1.114,51
Fina (Alt. Rios) 2.º Grupo	K.º	1.085,18
Fina (Alt. Rios) 3.º Grupo	K.º	1.055,85
Fina (Benthamiana)	K.º	940,77
Entrefina (Acre) 1.º Grupo	K.º	1.071,40
Entrefina (Altos Rios) 1.º Grupo	K.º	987,92
Entrefina (Altos Rios) 2.º Grupo	K.º	946,17
Entrefina (Altos Rios) 3.º Grupo	K.º	904,43
Entrefina (Benthamiana)	K.º	815,13
Sernambi Virgem (Acre) 1.º Grupo	K.º	947,81
Sernambi Virgem (Altos Rios) 2.º Grupo	K.º	895,15
Sernambi Virgem (Altos Rios) 3.º Grupo	K.º	842,50
Sernambi Virgem (Benthamiana)	K.º	741,23
Sernambi Caucho (Benthamiana) 1.º Grupo	K.º	1.055,85
Sernambi Caucho (Benthamiana) 2.º Grupo	K.º	1.026,53
Sernambi Caucho (Benthamiana) 3.º Grupo	K.º	997,20
Sernambi Rama (Acre ou Altos Rios) 1.º Grupo	K.º	796,65
Idem, idem 2.º Grupo	K.º	742,09
Idem, idem 3.º Grupo	K.º	687,52
Idem, idem (Benthamiana)	K.º	621,56
Idem, não Especificadas	K.º	700,89
Caucho 1.º Grupo	K.º	906,20

ESPÉCIE	CR$	
240/249		17.200
250/259		18.500
260/299		19.800
300/349		21.200
350/399		24.700
400/ac		26.100
JACARÉ TINGA: PELES		
120/149		180
150/169		720
170/199		960
200/ac		1.200
MADEIRAS		
Andiroba	M3	5.000
Aguano	M3	25.000
Angelim Aguano	M3	15.000
Assacu	M3	5.000
Cedro	M3	15.000
Coração Negro Inaré	M3	5.000
Canela Pimenta	M3	5.000
Copaibarana	M3	5.000
Itaúba Preta	M3	10.000
Iraponga	M3	4.000
Jacareúba	M3	6.000
Louro Cedro	M3	5.000
Louro Chumbo	M3	5.000
Louro Preto	M3	6.000
Louro Abacate	M3	5.000
Louro Amarelo	M3	5.000
Louro Inhamuí	M3	7.000
Louro Branco	M3	4.000
Louro	M3	5.000
Macacaúba	M3	20.000
Muirapiranga	M3	20.000

ESPÉCIE	CR$		ESPÉCIE	CR$	
Caucho 2.º Grupo	K.º	794,48	Muiragiboia	M3	20.000
Coalho Virgem 1.º Grupo	K.º	816,44	Marupá	M3	5.000
Coalho Virgem 2.º Grupo	K.º	583,17	Massaranduba	M3	10.000
Coalho Rama 1.º Grupo	K.º	228,19	Muiratinga	M3	5.000
Coalho Rama 2.º Grupo	K.º	162,99	Piquiá	M3	10.000
Fôlhas Fumadas Tipo 1	K.º	1.422,35	Sucupira	M3	15.000
Idem, idem Tipo 2	K.º	1.385,69	Seringueira Barriguda e		
Idem, idem Tipo 3	K.º	1.349,03	Semelhantes	M3	3.000
Idem, idem Tipo 4	K.º	1.312,36	Sumauma	M3	4.000
Crepe Claro Tipo 1 ...	K.º	1.850,07	Umbaúba	M3	2.000
Idem, idem Tipo 2	K.º	1.703,42	Ucuúba	M3	10.000
Idem, idem Extra Tipo 1	K.º	1.982,05	Dormentes	M3	30.000
Idem, idem, idem Tipo 2	K.º	1.835,40			
Sernambi Indus. Crepado	K.º	1.439,46			

5.3 — ECONOMIA EXTRATIVA MINERAL

272. O processo de desenvolvimento econômico na Amazônia, no passado, esteve sempre condicionado às altas cíclicas decorrentes da pressão da procura mundial sôbre os preços dos produtos florestais exportáveis, ou, na dependência de um surto de prosperidade causado pelo aparecimento de um produto nôvo que, por fôrça de sua raridade e escassez, pudesse comandar elevada cotação nos mercados dos países industrializados. No entanto, a estrutura social e econômica daí resultante adquiria grande rigidez, de modo a causar relativa inelasticidade na oferta, que por sua vez forçava o aparecimento de produtos concorrentes em outras áreas ecològicamente similares. As baixas cíclicas e as sequelas da fase depressiva atuavam de modo a anular os benefícios e vantagens auferidos nas épocas da expansão da conjuntura, transmitindo ao processo de desenvolvimento características episódicas e aleatórias, ao sabor das flutuações dos preços e das jogadas especulativas, cujo centro de comando e decisão estavam situados fora da região.

273. Ao se tentar uma mudança de direção nos mecanismos de operação do sistema de forma a transformar o caráter episódico do processo em uma fôrça permanente de crescimento, a alternativa válida reside na estruturação da economia da produção, de modo a gerar, de maneira contínua e ascendente, ganhos monetários que permitam acumular capitais e criar emprêsas, através da liberação, expansão e diversificação das fôrças produtivas. Neste particular, o atual quadro da economia florestal, pela sua baixa produtividade física em contraste com o elevado rendimento unitário da unidade coletada, funciona de modo instável e permite a obtenção de uma renda satisfatória porque a taxa de densidade demográfica é baixa. À medida que aumenta o grau de concentração e ocupação humana em uma determinada área, caem os índices de renda e do produto **per capita,** em virtude do aumento da população que passa a partilhar em maior número do mesmo **quantum** da produção física. Explica-se assim a razão pela qual o Estado do Amazonas com cêrca de 800.000 habitantes comparece, nas estatísticas da renda nacional, em sexto lugar, logo após, Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Estado do Rio. Porém o Estado do Pará, com uma população de aproximadamente 1.800.000 habitantes aparece em 12.º lugar, enquanto que o Maranhão amazônico, com cêrca de 2.500.000 habitantes acha-se localizado em 21.º lugar entre os Estados da Federação. Verifica-se, pois, uma relação inversa entre o número de habitantes e o valor da renda, fazendo com que a manutenção dos níveis de renda fique condicionada à estagnação demográfica, pois qualquer incremento humano resulta na baixa do produto **per capita.** Explica-se essa situação, pelo fato de que a economia florestal, como atualmente vem sendo praticada, não tem condições para suportar uma maior base humana, sob pena de declínio da sua produtividade marginal e conseqüente aumento nas taxas de pauperismo florestal e agrícola. O grande

dilema que se oferece hoje à região é o de diversificar as formas atuais de exploração dos recursos naturais pela incorporação de novas áreas e novos produtos, para permitir o crescimento do produto para fins de distribuição com um número de partícipes e agentes, ou correr o risco de, em mantendo a atual estrutura produtiva, verificar-se um agravamento e deterioração secular de sua renda, face à atual explosão demográfica que se registra em tôda a região, cujos índices globais de crescimento ultrapassam a média brasileira de 3,2% ao ano, situando-se mais realìsticamente em tôrno de 4% ao ano.

274. Uma das alternativas de expansão e diversificação da economia regional situa-se no campo da economia extrativa mineral, cujas perspectivas e oportunidades estão sendo agora abertas em função da pesquisa, da prospecção e dos inventários que estão sendo levantados. Desde os tempos coloniais êste setor vinha sendo trabalhado pelos prospectores e garimpeiros voltados para a procura de minérios valiosos e raros, notadamente areias e cascalhos auríferos, diamantes e, mais recentemente, cassiterita. Demandando uma lavra de menor risco, e podendo ser exercido com um mínimo de investimento em pesquisa, utilizando intensivamente mão-de-obra aventureira sempre disponível para tal tipo de empreitada, desenvolveram-se os centros de garimpo de ouro na Bacia do Cotingo, no Vale do Rio Branco, no Vale do Gurupi e Alto Tapajós, na Bacia do Oiapoque; de diamantes em Jaribe no Amapá, Marabá no Tocantins, Uraricoera e Tepequém no Rio Branco, e agora de cassiterita nos Rios Marmelos, Castanho, Jari, Machado, Jamari, Candeias e Maçangana.

275. A mineração de garimpagem assemelha-se à economia de extração florestal, pois ambas participam do caráter individualista e de aventura que preside à psicologia do extrator ou garimpeiro. Ambos exploram recursos naturais

raros, de alto valor, que lhes permitem o desfrute de uma renda de escassez, quando, pela fortuna ou pelo acaso, descobrem um veio aurífero ou uma veia latífera. A especiaria florestal equipara-se a êsse outro tipo de especiaria mineral, pelo nomadismo, pelo regime de trabalho empírico, predatório e individual.

Constitui difícil tarefa o dimensionamento dêsse setor mineiro, pois grande parte do produto garimpado, em virtude do seu pequeno porte, é desviado para os centros de lapidação e fundição sem passar òbviamente pela gangorra fiscal e estatística. Mesmo assim, cálculos indiretos permitem avaliar que a produção de ouro e diamantes da região se deve situar em tôrno de Cr$ 15 bilhões de cruzeiros anuais, pois sòmente em ouro estima-se uma produção mensal de 1.000 quilos, a maior parte proveniente da zona do Tapajós.

276. Há cêrca de cinco anos foi encontrado no Território Federal de Rondônia ocorrência de cassiterita, o minério do estanho, e desde então uma considerável massa de prospectores e garimpeiros, calculados em cêrca de 10.000, afluíram para as concessões do Jari, Machado, Marmelos, Castanho, Jamari, Candeias e Maçangana, naquela área que tem por centro de apoio a cidade de Pôrto Velho, cuja penetração foi grandemente facilitada pela abertura da BR-29. Essa atividade garimpeira, que se promete transformar em mineração em larga escala, está determinando a modificação da composição do produto territorial de Rondônia que, anteriormente, dependia exclusivamente da produção florestal, tornando-se assim o principal produtor de cassiterita do país.

O quadro seguinte revela a crescente importância da extração da cassiterita, no quadriênio 1961/1964, em Rondônia e em Goiás, em comparação com a produção nos demais Estados :

PRODUÇÃO DE CASSITERITA — 1961/1964

	Quantidade (t)				Valor (Cr$1.000)			
	1961	1962	1963	1964	1961	1962	1963	1964
Rondônia	35	678	1.038	818	14.276	48.180	1.007.380	782.076
Amapá	62	62	16	36	21.560	21.560	12.712	98.106
Goiás	540	162	462	96	125.166	120.300	369.600	178.124
Minas Gerais	344	337	437	—	75.390	139.632	277.944	562.160
Outros	4	—	—	986	1.414	40	—	562.160
BRASIL	985	1.239	1.953	1.936	237.806	329.712	1.667.636	1.939.713

FONTE: Serviço de Estatística da Produção — Anuários Estatísticos 1964/1965.

Pede-se :

1. Estudar a economia da garimpagem de cassiterita em Rondônia, através das principais emprêsas que operam na área (Grupos Sabbá, Flodoaldo, Pacheco e Galdeano).

2. Analisar a rápida ascensão dos preços do estanho no mercado internacional em conseqüência da guerra no sudeste da Ásia e instabilidade política nos centros produtores da Indonésia e Bolívia, e o seu impacto nos preços da cassiterita que no corrente ano já atingiram Cr$ 5.000 por quilo.

3. Indicar a viabilidade da transformação da atividade garimpeira de aluvião em exploração mineira em larga escala, pela mecanização da extração do minério e sua redução pelo refino na própria área, em face da queda nos índices de produção dêsse minério já verificados em 1964 em conseqüência de exaustão e desperdício na lavra ambiciosa.

277. Como primeira manifestação da atividade mineira, a exploração por via do garimpo não oferece condições para sustentação de uma economia estável e progressista fundada em bases permanente e duradoura. O empirismo dos prospectores, a lavra ambiciosa, a usura instrumental e a pobreza tecnológica dos que nela trabalham produzem desperdício do material coletado nas batéias ou beneficiado pelos processos rudimentares de lavagem, até a completa exaustão da mina ou veio. Sòmente porque os minérios garimpados são de alto valor e pequeno pêso, tal atividade consegue sobreviver e resistir, a despeito dos altos custos de produção, das precárias condições de vida e dificuldades de abastecimento que constituem o gargalo da atividade garimpeira, pois via de regra esta é exercida em trechos de rio encachoeirado e locais de difícil acesso à navegação.

Por isso, o tipo de mineração suscetível de lastrear um processo de desenvolvimento é o da lavra industrial em larga escala, praticado pelas grandes emprêsas, mesmo porque os minerais de larga utilização industrial, em razão do seu baixo preço, necessitam de grandes recursos de capital e organização para apoiar investimentos maciços para montagem da infra-estrutura de extração, transporte e movimentação portuária. A rentabilidade da grande mineração fica, pois, condicionada ao volume produzido e à capacidade de carrear grandes massas a grandes distâncias a baixo custo, em vista da relação entre a cubagem do material e o seu baixo preço de mercado.

Na Amazônia, a primeira experiência no domínio da grande mineração revestiu-se de singular êxito com a implantação pioneira do complexo minerador Serra do Navio-Pôrto de Santana, no Território do Amapá, para exploração do manganês das jazidas do Rio Amapari, afluente do Rio Araguari, pela emprêsa Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI). Com uma reserva cubada de mais de 50 milhões de toneladas de manganês, em Serra do Navio, em uma área original de concessão de 2.500 hectares, a ICOMI, através da associação de capitais brasileiros (51% do Grupo Azevedo Antunes) e norte-americanos (49% do Grupo Betlehem), conseguiu realizar um investimento superior a US$60 milhões de dólares, para a exploração integrada do manganês, que inclui pesquisa, prospecção, lavra, beneficiamento, transporte ferroviário e instalações portuárias. Para tanto, foi construída uma estrada de ferro de 194 kms. de extensão, de Serra do Navio a Pôrto de Santana, em bitola larga de 1,44, com capacidade de transporte de 3.000 toneladas de minério de 50% de teor de manganês por dia. Para dar apoio logístico a êsse transporte foi construído o Pôrto de Santana, situado na margem esquerda do estuário delta, entre Macapá e Mazagão, com um canal de acesso de 10

mts. de profundidade e 30 mts. de fundeadouro, que o torna acessível a navios de grande tonelagem. Paralelamente, foi aberto o chamado Canal Norte, pelo Serviço Hidrológico da Marinha de Guerra do Brasil, como alternativa ao Canal Sul para obviar o estrangulamento do Estreito de Breves, o que veio permitir ampliar a navegação na Amazônia Central e interior pela utilização de navios de maior porte e tonelagem.

278. A contribuição do setor mínero-manganês para o desenvolvimento da Amazônia Litorânea e Atlântica — a despeito da grande mineração constituir-se em quase tôda a parte uma economia de enclave — e para o Balanço de Pagamentos do país, pode bem ser avaliada pela tabela abaixo, que registra a exportação brasileira de manganês, na sua quase totalidade de procedência do Amapá, a partir de 1956, quando entrou em operação o referido empreendimento :

EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE MANGANÊS
1956 — 1964

ANOS	TONELADAS	CR$ 1.000	US$ 1,000
1956	260.344	433.881	8.262
1957	798.067	2.062.774	37.505
1958	663.689	1.893.803	30.121
1959	914.215	3.030.079	30.301
1960	866.318	5.325.371	29.780
1961	868.501	8.539.956	31.929
1962	759.915	9.832.751	27.481
1963	840.709	13.449.369	24.625
1964	832.918	26.139.927	20.615

FONTE: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Anuário n.º 165 de março de 1965 — Pg. 47.

Investigue :

1. A variação dos preços no mercado internacional, entre os anos de 1960/1961 e o biênio 1963/1964, que determinou uma perda líqüida de cêrca de US$10 milhões de receita, enquanto se mantinha estável a quantidade exportada.

2. Sabendo-se que o govêrno do Território do Amapá recebe, por tonelada métrica de minério embarcada, da emprêsa concessionária, um roialty de 5% do valor FOB nas primeiras 500.000 toneladas e de 10% sôbre as quantidades compreendidas entre 500.000 e 1.000.000 de toneladas exportadas anualmente, cacule o valor dessa contribuição, que em grande parte deve servir para o financiamento da construção da Usina Hidrelétrica do Paredão, com capacidade inicial de 25.000 HP e potencial para ampliação até 180.000 HP.

3. Avalie o impacto do valor do manganês na composição do Produto Bruto Amazônico e na renda do Território do Amapá, que em conseqüência se tornou a unidade brasileira de mais alta renda **per capita** (sòmente o manganês contribui com cêrca de US$300 para a formação da renda por habitante no Amapá, ou seja a taxa cambial de Cr$ 2.200/US$1.00, equivalente a Cr$ 660.000).

4. Em têrmos de exportação para o exterior o Território do Amapá, graças ao manganês, passou a liderar a exportação de tôda a Amazônia, pois do total de US$37 milhões de valor exportável pela região, no ano de 1963 o Amapá contribuiu com cêrca de US$25 milhões, ou seja, cêrca de 70% do total. O Balanço de Pagamentos da região, que até então vinha sendo crònicamente deficitário, voltou a acusar **superavit**, em

vista da exportação amapaense, compensando, dêste modo, os deficits acumulados no balanço de contas entre a Amazônia e o resto do Brasil.

5. Realize um balanço dos benefícios e vantagens para a região e o país, como resultado da implantação da grande mineração no Amapá, para comparar com as possíveis desvantagens baseadas no argumento de que o "minério não dá duas safras". Até que ponto êste argumento é válido, tendo em vista que ao se proceder a exaustão da mina, a intensificação da pesquisa leva a aumentar a reserva cubada, e a renda obtida com o produto da lavra permite ampliar a capacidade de importação de equipamentos pelo país para fundação de novas indústrias.

6. Indique a viabilidade da conversão de uma economia mineira de enclave, em economia integrada à região e quais as providências necessárias e complementares, no setor empresarial e no campo do poder público, para criar as condições básicas para essa integração.

279. Ainda no terreno da grande mineração, a região possui boas perspectivas de desenvolvimento, tendo em vista as jazidas de ferro, linhito, calcáreo e sal-gema recentemente descobertas. Conforme informa o Engenheiro Heitor Façanha da Costa, no seu trabalho "Nôvo Distrito Ferrífero no Brasil — Rio Jatapu — Amazonas" (Edições CODEAMA, 1965), a Bacia Amazônica apresenta condições excepcionais de ocorrência de grandes jazimentos de ferro e manganês que se testemunha nas próprias águas do Rio Amazonas que transportam valores significativos dêsses dois minerais (Pg. 3).

A descoberta dêsse nôvo Distrito Ferrífero do Rio Jatapu, deve-se às pesquisas realizadas por Sócrates Bomfim, confirmadas pelo geólogo Fritz L. Ackermann e pelo Enge-

nheiro Façanha da Costa, que assim resume as características e as reservas do importante jazimento (Pg. 19) :

"No nôvo Distrito Ferrífero do Brasil — Rio Jatapu, Amazonas — a formação ferrífera apresenta-se com características excepcionais. O minério é constituído por um autêntico banco de hematita associada à magnetita, porosa e com estrutura oolítica, a direção geral da formação mineralizada é de N 60° e o mergulho da ordem de 5° SE, achando-se fortemente diaclasada em virtude da superposição de tectônicas. Quanto à espessura da forma ferrífera achamos ser superior a 50m, pois tal dimensão foi determinada por caminhamentos superficiais ao longo da direção onde ela aflora. É evidente que há possibilidade de seguimento da formação ferrífera ao longo do arco tectônico assinalado ao longo da fig. 6.

Portanto, no tocante a reservas, podemos transcrever as palavras do geólogo Fritz L. Ackermann que acompanhou na visita a jazida. "Repetiu-se a mesma surprêsa quando em 1946 verificamos pela primeira vez o minério de manganês da Serra do Navio, do Amapá, e não resta dúvida que no Rio Jatapu existe algo comparável com a Serra do Navio".

Levando em conta as dimensões dos afloramentos do Lote 1 da Siderama e as indicações dos poços de pesquisa, achamos que a reserva de 25.000.000 de toneladas pode ser tomada como reserva medida do Lote 1, considerando que o distrito ferrífero tem seguimento tanto para nordeste como para sudoeste do Lote 1, podemos admitir 200.000.000 de toneladas como sendo reserva provável do Distrito".

280. Com base nessa importante descoberta, fundou-se a Companhia Siderúrgica da Amazônia que se propõe a implantar

uma usina integrada com produção final de 28.000 toneladas anuais de laminados de aço, nas seguintes categorias de perfilados leves e trefilados :

— ferro redondo — 18.000 ton ;
— ferro quadrado — 500 ton;
— ferro chato — 1.000 ton ;
— cantoneiras — 2.500 ton ;
— perfis estruturais leves — 1.000 ton ;
— arames — 5.000 ton.

Leia o Projeto da Siderama (Cadernos CODEAMA n.º 2, 1965) e analise os diversos aspectos econômicos do empreendimento, destacando :

1. a rentabilidade do empreendimento ;
2. as fontes de financiamento e a captura de recursos locais ;
3. o efeito germinativo sôbre a economia regional ;
4. a criação de uma infra-estrutura básica para o desenvolvimento industrial ;
5. o aproveitamento dos recursos naturais regionais (ferro, manganês, calcáreo, quartzito, carvão vegetal).

281. O linhito, tipo de carvão mineral, ocorre em vários pontos da Amazônia, porém a bacia mais bem estudada situa-se na região dos Rios Jutaí, Javari, no Alto Solimões. As sondagens efetuadas pela Petrobrás indicam que a área de ocorrência é de grande extensão, excedendo a 100.000 km2, e a espessura variável de 14 a 40 metros. Essa província carbonífera do Alto Solimões atualmente está sendo objeto de estudo pelo Plano Nacional do Carvão pelas imensas possibilidades que oferece como fonte de calor barato, fàcilmente transportável por via fluvial.

Todavia, à semelhança do que ocorreu quando os primeiros testemunhos de óleo foram descobertos no poço de Nova Olinda, que levaram logo à formulação de exagerados

prognósticos otimistas, que a seguir não se confirmaram, a redescoberta do linhito do Alto Solimões, está provocando a mesma comoção nacional-ufanista. Os próprios técnicos e responsáveis pelos setores governamentais contribuem para a formação dêsse clima emocional, gerador de tantas frustrações no passado.

Exemplo típico dessa mentalidade que prefere o sensacionalismo da primeira notícia à frieza objetiva da pesquisa e do cálculo, temos na seguinte declaração do presidente da Comissão do Plano do Carvão Nacional, publicada no "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, de 13|2|1966 :

> "As ocorrências de carvão, ou linhita, na Amazônia, abrem, em verdade, extraordinárias perspectivas ao País, **mas devemos ser otimistas em justa medida** (sic). Note-se que as nossas reservas de carvão, pertencentes quase que a uma mesma estrutura geológica, e que se estende de Itapetininga, em São Paulo, a Candiota, no R. Grande do Sul, somam um total avaliado em 1 bilhão e 836 milhões de toneladas, assim distribuídas — Santa Catarina, 1.205 milhões ; R. Grande do Sul — 600 milhões ; Paraná — 30 milhões ; e São Paulo — 1 milhão. Em resumo, nossas reservas situam-se abaixo da cifra de 2 bilhões de toneladas ; no mundo inteiro, pelo que se conhece, as reservas de carvão talvez não cheguem a duas centenas de bilhões, cifra que já podemos considerar assombrosa. Pois a Amazônia está a nos revelar um potencial de **dois e meio trilhões de toneladas".**

Pede-se :

1. Realizar um inventário e balanço histórico dos diversos prognósticos otimistas-ufanistas sôbre os diversos produtos amazônicos, que, em diferentes épocas, ao serem enunciados, provocaram idêntico estado de euforia

nacional e regional, para a seguir produzirem pessimismo e frustração.

2. Com base nesse levantamento tente construir, à luz da experiência histórica, uma teoria do ciclo psicológico-conceitual da Amazônia, realçando os contrastes entre a prosperidade fictícia das intenções e o recesso pessimista das realizações, que tanto têm prejudicado a imagem da Amazônia no resto do país e do mundo.

282. Sôbre a ocorrência dos evaporitos, assim se manifesta o Prof. Sócrates Bomfim ("Proposição de uma Política Mineral para o Estado do Amazonas" — Edições CODEAMA, 1965 — Pgs. 14|15) :

"Importantes recursos minerais do Estado do Amazonas localizam-se também no leito dissecado do grande mar paleozóico que ocupava a área entre os rios Purus e Tapajós e em sua periferia. Na bacia dêsse mar, a evaporação de suas águas deixou um leito de sais marinhos ou evaporitos em camadas sucessivas de grande espessura, somando um total de 300 metros de sal-gema e 340 metros de anhidrita. A profundidade a que se encontra a camada superior dêsse sal varia, nos pontos conhecidos onde se fizeram as perfurações da Petrobrás, entre 400 e 1.000 metros.

A importância, para o Estado do Amazonas, da exploração dessa bacia é singular, porque fornece matérias primas essenciais à complementação da economia do Estado.

Na alimentação humana e salga de peixes, esta última, tão importante na região, usa-se sal marinho importado do Nordeste do Brasil e que, sendo uma mistura de todos os sais contidos na água do mar, inclusive cloreto de magnésio, que é muito higroscópico, umedece com facilidade no clima da região. Além disso, contém

algas que favorecem a putrefação do peixe salgado. Êsses inconvenientes estão reduzidos nos sais fósseis que resultando da saturação, por evaporação de águas em movimento, são cristalizados e precipitados separadamente, formando camadas menos impuras".

"Maior, ainda, seria sua influência na vida econômica da região como matéria-prima para uma indústria de álcalis, desde que uma fonte barata de calor e fôrça seja posta em produção.

Parece provado que sòmente os métodos da soda cáustica e do cloro podem deslinhificar satisfatória e econômicamente misturas heterogêneas de lenhos de plantas folhudas. Soda cáustica e cloro são precisamente produto e sub-produto na eletrólise do cloreto de sódio.

Pode-se dizer, por isso, que a implantação de uma indústria de celulose na Amazônia, — a maior floresta contínua do mundo, mas heterogênea e de fibras curtas — não se fará sem a prévia montagem de uma indústria de álcalis, pois seria impraticável fazer celulose na Amazônia com cloro ou soda cáustica importados".

283. A ocorrência de calcáreo verifica-se em numerosos pontos da bacia amazônica ; no entanto, os maiores jazimentos conhecidos encontram-se nas zonas de Capanema e Monte Alegre, no Estado do Pará, e no vale do Tapajós-Madeira nos Rios Parauari e Upadi, afluentes do Rio Maués, em uma larga faixa que se estende até Itaituba, com espessura em certos trechos superiores a 200 metros.

Mineral básico para a indústria de cimento, para fabricação de cal e para uso agrícola, como corretivo da acidez do solo, o seu aproveitamento industrial, no momento, está limitado à zona de Capanema, onde está localizada a única

fábrica de cimento da Amazônia Clássica. Esta unidade industrial foi implantada pelo grupo Pires Carneiro S/A., com uma capacidade instalada de 200 ton/dia, e sua produção iniciou-se em 1962, quando produziu 21.569 tons., no valor de Cr$ 255.162.000, tendo atingido no ano de 1963 o quantum de 49.078 tons. e um valor de Cr$ 917.391.000 e em 1964, 46.185 tons. e um valor de Cr$ 2.073.449. Esta produção, no entanto, é insuficiente para atender ao consumo da área cuja complementação se fêz através da importação do Nordeste-Paraíba e Pernambuco, bem como do exterior, conforme registram recentes suprimentos recebidos da área do Caribe (Colômbia), estimulados pelas vantagens zonais da ALALC.

284. O quadro seguinte, informa o consumo de cimento na área, no período 1961/1964 :

CONSUMO DE CIMENTO PORTLAND COMUM NA AMAZÔNIA

1961 — 1964

	Quantidade (ton)			
	1961	1962	1963	1964
Rondônia	100	710	905	1.294
Acre	—	—	480	943
Amazonas	16.740	16.526	12.340	12.711
Roraima	—	300	—	—
Pará	39.063	44.561	43.563	48.278
Amapá	1.000	4.600	3.689	625
Maranhão (todo o Estado)	10.343	12.874	13.191	14.248
Sub-Total	67.246	79.571	74.168	78.099
Mato Grosso (todo o Estado)	30.394	40.496	44.886	58.117
Goiás (todo o Estado)	47.700	45.831	68.916	88.774
TOTAL	145.340	165.898	187.970	224.990

Observe no quadro acima :

1. O aumento de consumo no Estado do Pará em conseqüência da instalação da Fábrica de Cimento de Capanema a partir de 1962 ;
2. A estagnação e mesmo o decréscimo do consumo no Estado do Amazonas em função dos altos preços de cimento vigentes em Manaus, e da falta periódica do produto na praça ;
3. O pequeno consumo nos Territórios Federais em grande parte suprido pelas praças de Belém e Manaus possìvelmente não computado nas estatísticas.

4. A expansão do consumo em Mato Grosso e Goiás reflete mais o desenvolvimento da parte sul dêsses Estados bem como da existência de fábricas de cimento em Corumbá e Goiânia.

285. A fabricação de cimento na região, aproveitando o calcáreo local, deve merecer absoluta prioridade no quadro das inversões para o desenvolvimento industrial dadas as seguintes razões :

1. Para estimular o desenvolvimento da indústria de construção que se vê limitada pelo alto custo do cimento na Amazônia Central e Ocidental, cujo preço em Manaus atinge cêrca de Cr$ 7.000 por saca de 50 quilos, e em Pôrto Velho, Rio Branco e Boa Vista mais de Cr$ 10.000 por saco, contra um custo FOB fábrica de aproximadamente Cr$ 2.500.

2. O diferencial acima deve-se às elevadas despesas de manipulação e transferência — fretes, estiva e desestiva, capatazias e derrames, — que oneram sobremodo o preço do cimento restringindo o seu consumo.

3. Entre as matérias primas industriais o cimento possui a característica típica de ser um produto básico para a transmissão do desenvolvimento, pois é através dêle que se realiza a construção de fábricas e obras civis para implantação de indústrias. Dado o seu alto custo na região é pois urgente a elaboração de projetos que objetivem a descentralização da atividade produtora, a fim de que, tanto quanto possível, os centros de crescimento da área possuam fabricação própria, eliminando as desnecessárias despesas de transferência e resistência, bem como maior agravamento do **deficit** do intercâmbio com as demais áreas brasileiras. A introdução do sistema de produção de cimento com fornos verticais, de pequeno porte, experiência que

está sendo tentada no Nordeste, talvez constitua a solução para aquelas áreas que não comportem produção em escala.

4. Além do aspecto econômico e locacional de grande relêvo, a fabricação de cimento e a indústria de construção na área atenderão problemas de ordem social e humana, pois o **deficit** habitacional, apenas nas cidades de Manaus, Belém e São Luís situa-se em tôrno de 80.000 casas, com um incremento anual de cêrca de 10.000 novas unidades. Como a atual atividade da indústria de construção atende apenas uma pequena fração da demanda acumulada e potencial, registra-se um excessivo encarecimento dos aluguéis nesses centros urbanos, tornando mais difícil a vida para as classes média e de baixa renda, forçando dêsse jeito o favelamento da população que se marginaliza, econômica e socialmente, nesses centros.

286. Com base nos argumentos acima, solicita-se :

1. Estudar a viabilidade da expansão da atual fábrica de cimento de Capanema para atender à expansão do consumo da Amazônia Oriental e Litorânea, no eixo mais forte da demanda — Macapá, Belém e São Luís.

2. Justificar a implantação de uma nova unidade fabril no Médio Amazonas para atender ao consumo da Amazônia Central, especialmente de Santarém, Parintins, Itacoatiara e Manaus, aproveitando o calcáreo de Maués, Itaituba e Monte Alegre.

3. Avaliar a possibilidade da construção de pequenas unidades, utilizando-se fornos verticais, no Acre, Rondônia, Roraima e Alto Solimões.

4. Dimensionar o **deficit** de habitações nas principais cidades amazônicas e avaliar o vulto das inversões financeiras necessárias para o seu custeio.

5. Quantificar o montante dos recursos transferidos da região para outras áreas, com a importação de cimento, bem como calcular o valor acrescido, imposto ao consumidor da Amazônia Central e Ocidental pelos elevados custos de transporte e transferência.

6. Apreciar o atual programa de construção de casas populares lançado pelas Companhias de Habitação do Pará, Amazonas e Maranhão, vinculadas ao sistema financeiro e promocional do Banco Nacional de Habitação.

7. Calcular o atual consumo de cimento per-capita na área e compará-lo com os de outras áreas, levando em consideração na análise o fato de que tal índice constitui um dos parâmetros do desenvolvimento econômico e do bem-estar social.

287. Qualquer sociedade que aspire a progredir necessita criar fontes de produção de energia que permita emancipar o homem de sua posição servil como supridor de fôrça para as tarefas da produção. Ultrapassada a fase da utilização do homem como animal de carga, a domesticação dos animais foi o passo seguinte, daí partindo para a utilização da lenha, do carvão vegetal e mineral, do petróleo e do átomo. A história do domínio do homem sôbre a natureza caminha em paralelo à conquista e descoberta de novos combustíveis e invenção de novos sistemas de produção e utilização de energia. O desenvolvimento econômico e social, portanto, passou a depender cada vez mais de suprimentos energéticos de baixo custo para acelerar o ritmo de produção de bens, para atender à crescente demanda de produtos industriais e de alimentos, como para melhorar o padrão de vida e de confôrto. Dêste modo, a produção de energia constitui um dos parâmetros para avaliar o grau de desenvolvimento de qualquer sociedade.

288. Na Amazônia a produção de lenha e carvão vegetal ainda constituía, em 1963, uma importante fonte de suprimento energético, pois nesse ano, segundo dados do Serviço de Estatística da Produção, a situação era a seguinte nas diversas unidades :

	PRODUÇÃO DE LENHA		PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL	
	Quantidade (m3)	Valor Cr$1.000	Quantidade (ton)	Valor Cr$1.000
Rondônia	51.329	29.258	260	11.200
Acre	257.591	165.532	1.716	42.371
Amazonas	996.815	403.932	779 (2)	4.909
Roraima	560 (1)	84	449 (3)	2.243
Pará	824.210	235.879	8.952	87.480
Amapá	13.800	3.845	559	10.685
Maranhão	4.241.690	1.243.603	10.254	104.665
Mato Grosso	1.575.730	767.687	1.380	22.714
Goiás	7.346.191	4.230.896	17	675
Total	15.307.916	7.080.716	24.366	286.942

(1) Dado de 1960 (2) Dado de 1962 (3) Dado de 1958
Fonte : Serviço de Estatística da Produção

289. A despeito da elevada participação da produção de lenha, sobretudo nos Estados de Goiás e Maranhão que possìvelmente se explique pela proximidade de outros centros mais densamente povoados consumidores dêsse combustível para fins domésticos e industriais, vem se registrando, de um modo geral, em tôda a região, uma acentuada melhora no suprimento de energia, pela implantação de unidades termelétricas, à base do diesel e fuel oil, na maioria das capitais amazônicas, evitando dêste modo a devastação dos recursos florestais. A regularização da oferta de

energia muito contribuiu, nestes últimos anos, para melhorar o padrão de vida das populações urbanas, que se utilizam da eletricidade, que durante longos anos foi inibido por via de sua indisponibilidade e da obsolência do sistema de geração que datava ainda dos tempos áureos do princípio do século.

Os quadros seguintes dão bem uma idéia do panorama atual da potência instalada, da produção e do consumo de eletricidade, nas unidades amazônicas :

	Potência instalada (kw)	Produção (1.000 kwh)	
	1963	1963	1964
Rondônia	2.340	9.132	7.524
Acre	2.810	4.968	4.999
Amazonas	24.774	33.143	45.386
Roraima	416	883	592
Pará	41.442	110.149	150.032
Amapá	7.020	18.648	17.353
Maranhão	7.677	27.631	30.115
Mato Grosso	25.222(1)	67.161	66.366
Goiás	13.258(1)	25.249	24.353
TOTAL AMAZÔNIA	124.959	296.964	346.720
TOTAL BRASIL	6.355.068	27.868.872	29.093.967

(1) Os únicos Estados da Amazônia a disporem de recursos energéticos de origem hidráulica (Mato Grosso 8.233 Kw e Goiás 11.431 Kw). A produção de eletricidade nas restantes unidades é de origem térmica.

FONTE: Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

290. O consumo de energia elétrica no ano de 1963, segundo a sua finalidade, foi o seguinte :

	Total (1.000kwh)	Residencial	Comercial	Industrial	Iluminação Pública e poderes Públicos	Outros
Rondônia	7.305	2.738	536	2.065	1.966	—
Acre	3.974	184	22	—	52	3.716
Amazonas	29.381	11.285	7.334	9.502	1.259	1
Roraima	707	—	—	—	—	707
Pará	77.893	32.003	16.212	15.672	13.550	456
Amapá	14.229	6.616	758	2.139	1.344	3.372
Maranhão	19.971	8.897	311	6.579	3.014	1.170
Mato Grosso	51.231	19.448	6.589	13.857	5.875	5.462
Goiás	97.327	49.557	16.595	17.950	11.878	1.347
TOTAL AMAZÔNIA	302.018	130.728	48.357	67.764	38.938	16.231
BRASIL	22.617.891	4.843.358	3.051.035	11.555.120	1.799.629	1.368.749

FONTE : Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

291. Em 1964 verificou-se razoável incremento no consumo de eletricidade no Amazonas — Pará, conforme quadro abaixo :

	Total (1.000kwh)	Residencial	Comercial	Industrial	Iluminação Pública e poderes Públicos	Outros
Rondônia	6.131	2.738	536	891	1.966	—
Acre	3.805	90	15	—	52	3.648
Amazonas	37.355	13.268	8.480	13.958	1.648	1
Roraima	514	477	—	—	37	—
Pará	88.891	35.627	16.714	19.417	16.741	392
Amapá	12.902	6.042	977	1.882	794	3.207
Maranhão	20.504	9.220	265	6.790	3.040	1.189
Mato Grosso	57.609	20.437	6.927	13.166	5.512	11.567
Goiás	118.068	58.434	19.644	20.006	13.868	6.116
TOTAL AMAZÔNIA	345.779	146.333	53.558	76.110	43.658	26.120
TOTAL BRASIL	23.520.877	5.122.707	3.125.876	11.958.204	1.887.691	1.426.399

FONTE : Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

292. Observe nos dois quadros anteriores :

1. Os baixos índices relativos de produção e consumo de energia elétrica na Amazônia, comparados com a região centro-sul. O potencial instalado representa apenas 2% da capacidade total brasileira e um pouco mais de 1% da produção e do consumo.

2. A predominância do consumo para fim residencial, comercial e iluminação pública que representa 70% do total, evidenciando que a energia elétrica na Amazônia ainda está na fase de bem de consumo, pois o setor industrial participa com um pouco mais de 20%, enquanto que para o total do Brasil a participação do consumo industrial é de 50%.

293. A produção de energia elétrica na Amazônia é, na sua quase totalidade, de origem térmica, utilizando óleo combustível e diesel. Constituem sistemas isolados de alto custo operacional, o que determina o elevado preço do kilowatt pago pelo consumidor residencial ou industrial. Planeja-se, a longo prazo, a constituição de uma rêde de integração macro-energética da Amazônia Oriental-Litorânea com o Centro-Sul, via Nordeste e Araguaia-Tocantins. Êste grande tronco de produção e distribuição integrada ficaria constituído pela COHEBE (Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança), no Rio Parnaíba, entre Maranhão e Piauí, atualmente em construção, que se interligaria futuramente com a Hidrelétrica do Gurupi, em estudo, e o sistema FORLUZ de Belém e da Hidrelétrica do Paredão, do Amapá, em construção. Rumando para o Sul, o sistema se interligaria com a projetada hidrelétrica do Araguaia-Tocantins (CIVAT) que por sua vez seria ponto de encontro com o sistema da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) — Cachoeira Dourada (Brasília) e o sistema Eletrobrás-Cemig, no Centro-Sul.

1. Exponha as vantagens dessa articulação macro-energética, ampliando o grau de integração da Amazônia Litorânea, já grandemente beneficiada pelos troncos rodoviários de integração territorial proporcionada pela BR-14 e BR-22.

2. Quais as possibilidades de integração da Amazônia Central a essa rêde mediante a articulação com a futura hidrelétrica de Curuá-Una, em Santarém, e com o sistema C.E.M. e Celetramazon no Estado do Amazonas ?

3. Quais as possibilidades de aproveitamento da energia hidráulica pelos centros populosos da área que, situados na planície, nas margens dos grandes rios, são beneficiados pelo grande volume d'água, porém não pelo desnível que permita a construção de barragens ?

4. Como êsses grandes desníveis geralmente ocorrem nos trechos encachoeirados dos altos rios, tanto no Planalto Central como no Sistema Parima-Guiano, onde a densidade demográfica é rarefeita, a grande distância dos centros de consumo torna o custo de transmissão impraticável.

294. Porque durante muitos anos, ainda, a solução da energia elétrica residirá na adoção dos sistemas térmicos, à base do diesel e do fuel-oil, e porque êsses e os demais combustíveis líqüidos são imprescindíveis para a propulsão motora das embarcações que trafegam nas vias fluviais e para acionar os equipamentos mecânicos, a sua disponibilidade na área, a baixo custo, e o fluxo contínuo de abastecimento, constituem pré-condições do desenvolvimento.

A implantação da Refinaria de Manaus, 1956, da Companhia de Petróleo da Amazônia, com a capacidade nominal de 5.000 barris por dia, veio tornar possível essa condição — regularidade no abastecimento e interiorização da

política nacional de preço-único, estabelecido pelo Conselho Nacional de Petróleo.

A complementação dêsse esfôrço industrial de refino, que constituiu um marco na implantação da infra-estrutura de apoio às demais atividades regionais, ficaria coroada com o sucesso na pesquisa, prospecção e produção de petróleo, pela Petrobrás, na vasta área sedimentar amazônica. Infelizmente, a despeito de todo o esfôrço efetuado, até hoje não foi possível revelar nenhum campo produtor de valor comercial. As perfurações em Nova Olinda, no Rio Madeira, no Careiro e Solimões, no Tapajós e Baixo Amazonas, realizadas pela emprêsa estatal, após um período de intenso trabalho e entusiasmo, a partir da descoberta pioneira de Nova Olinda, entraram, finalmente, em declínio, retirando-se a Petrobrás pràticamente da área, pela necessidade de concentrar os seus esforços e recursos nos novos campos descobertos de Tabuleiro de Martins em Alagoas, de Carmópolis em Sergipe e, mais recentemente, de Barreirinha no Maranhão, que fizeram elevar a produção brasileira acima do marco de 100.000 barris por dia, equivalente a um têrço do consumo nacional, com perspectivas para alcançar o nível de 150.000 barris/dia, no ano de 1966.

295. A frustração inicial pela não descoberta de campos comerciais de Petróleo na região amazônica brasileira não deve constituir motivo de desânimo e abandono, eis que na Amazônia Peruana a companhia GANSO AZUL (grupo norte-americano da Sinclair) produz cêrca de 2.500 barris de petróleo por dia, nos campos de Água Caliente (13 poços produtores) no Rio Pachitea, afluente do Rio Ucayale, situado a cêrca de 70 kms. de Pucalpa, e a EL ORIENTE (grupo alemão) produz cêrca de 1.600 barris no campo Maquía, situado no Rio Ucayale, a cêrca de 10 kms. de Contamana, totalizando, assim, uma produção

de, aproximadamente, 4.000 barris diários, dos quais 1.500 barris são atualmente consumidos pela Refinaria de Iquitos, de propriedade da Emprêsa Petrolera Fiscal, 1.000 barris pela Refinaria da Ganso Azul de Pucalpa, sendo o saldo restante de 1.500 a 1.600 barris por dia, destinados à Refinaria de Manaus, da Companhia de Petróleo da Amazônia — COPAM, que representa cêrca de 1/3 de suas necessidades de óleo cru.

296. Se as primeiras tentativas da Petrobrás na Amazônia resultaram infrutíferas, nada autoriza o abandono definitivo da prospecção, dada a enorme extensão da área sedimentar a ser trabalhada e dos novos processos geo-físicos de deteção de campos de acumulação e recentes técnicas de perfuração de poços a grande profundidade. De outro lado, êsses trabalhos, se não conseguiram localizar campos comerciais de petróleo, foram compensados pelo melhor conhecimento da estrutura geológica da região, inclusive a descoberta de horizontes de sal-gema e outros evaporitos, folhelos e xistos betuminosos, gás natural e linhito.

297. O consumo de petróleo e derivados constitui um dos índices e parâmetros para avaliar o grau de desenvolvimento econômico e social, pois é um excelente instrumento para registrar o nível de modernização da estrutura tecnológica de qualquer sociedade, através da eletrificação, mecanização, motorização, rodoviação, dieselização e tratorização das atividades produtoras, responsáveis pelo aumento da eficiência e da produtividade agro-industrial, bem como dos padrões de confôrto e bem-estar social.

Com êsse objetivo, informamos o consumo de derivados de petróleo, nas diferentes unidades amazônicas, no período de 1962/1964, conforme quadro seguinte:

CONSUMO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO — 1962/1964

Gasolina Aviação (1.000 l.)			Gasolina Automotiva "A" (1.000 l.)			Querosene (1.000 l.)			Combustível p/jato (1.000 l.)			Diesel (1.000 l.)		
1962	1963	1964	1962	1963	1964	1962	1963	1964	1962	1963	1964	1962	1963	1964
2.039	2.757	2.736	3.197	2.796	3.451	623	738	451	—	—	—	3.317	2.456	3.8
200	1.234	120	789	359	529	664	—	281	—	—	—	973	689	84
10.024	8.714	10.227	19.454	21.241	24.591	17.085	14.308	15.654	—	1.418	1.302	26.168	27.552	30.0
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
30.032	22.574	20.993	50.889	53.478	56.879	33.290	27.853	26.248	3.502	5.777	10.327	52.789	56.593	55.2
199	164	276	1.322	1.446	2.069	312	195	131	—	—	—	3.305	3.577	3.3
5.454	6.380	5.396	28.833	35.219	39.648	7.116	9.149	9.298	1	14	153	12.755	14.800	17.9
11 156	11.451	10.411	54.989	58.951	65.342	4.704	3.494	3.310	17	294	637	38.037	44.391	44.9
8.240	4.014	4.238	103.230	110.048	123.154	5.623	3.716	7.025	372	698	666	51.425	55.587	61.2
67.344	57.288	54.397	262.703	283.538	315.663	69.417	59.453	62.398	3.892	8.201	13.085	188.769	205.645	217.4
342.615	268.331	230.830	5.064.447	5.493.492	5.997.375	748.606	624.234	642.929	216.833	304.029	323.195	3.436.853	3.622.290	4.160.0

o Nacional de Petróleo

Lubrificante (1.000 l.)			Óleo Combustível (1.000 kgs.)			Asfalto (1.000 kgs.)			Gás Liquefeito (1.000 kgs.)		
1962	1963	1964	1962	1963	1964	1962	1963	1963	1962	1963	1964
64	64	27	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	18	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2.746	2.286	3.286	25.197	34.235	34.980	—	—	—	3.132	3.757	4.364
1	15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3.737	3.544	3.594	75.794	76.093	73.772	582	—	209	4.372	5.655	7.186
186	100	119	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1.259	1.156	965	17.956	18.868	20.718	—	—	—	1.455	1.660	1.704
3.078	3.069	3.527	18.722	17.466	16.814	2.113	2.941	2.466	1 680	2.169	2.373
4.291	3.721	5.397	3.118	2.855	1.866	405	524	164	4.923	6.720	7.147
15.368	13.973	16.920	140.787	149.517	148.150	3.100	3.465	2.839	15.562	19.961	22.774
293.368	268.168	310.688	5.867.799	6.098.626	6.085.661	271.877	272.652	228.788	531.521	623.672	731.597

298. Para atender a essa crescente demanda de combustíveis líqüidos e gasosos a Refinaria de Manaus, responsável pelo abastecimento da área, entregou para consumo os seguintes produtos, no período 1963/1964 :

PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO PELA REFINARIA DE MANAUS

	1963		1964	
	Litros	Cr$	Litros	Cr$
Gasolina	105.240.186	2.940.092.028	104.790.877	6.039.502.102
Querosene	43.110.641	1.176.613.205	44.822.792	2.394.699.230
Diesel	99.341.088	2.135.907.227	100.993.793	4.554.817.498
Óleo Combustível	18.732.598	261.686.147	17.051.393	511.476.139
Gás Liquefeito	8.447.668	172.938.064	7.017.788	319.244.865
	274.872.181	6.687.236.673	274.676.643	13.819.739.834

299. Muito embora a capacidade nominal e o título de autorização da Refinaria de Manaus seja de 5.000 barris por dia, a mesma possui capacidade para processar, a plena carga, cêrca de 6.500 barris, e a um pequeno custo incremental de inversão, poderá elevar a sua produção para 7.500/8.000 barris por dia. Como o consumo da área amazônica (exclusive Mato Grosso e Goiás) é hoje de 8.000 barris por dia, a permissão para usar a sua capacidade ociosa, e mesmo sua expansão para acompanhar o aumento do consumo, constitui providência de alta relevância e prioridade para assegurar o auto-abastecimento regional.

Observe no quadro estatístico do consumo :

1. o incremento do consumo de gasolina automotiva "A", de cêrca de 12% no período 1963/1964 que reflete o aumento da frota de automóveis e veículos em geral nos centros urbanos da região.

2. o aumento considerável do consumo de combustível para jato (querosene especial) que evidencia a substituição dos aviões a hélice pelo jato, nos vôos de longa distância.

3. a expansão do consumo de óleo diesel que testemunha a crescente dieselização das embarcações, em substituição à máquina a vapor e a lenha que trafegavam na região até à década dos anos 40.

4. o pequeno índice de consumo de asfalto, um dos mais baixos do país pelas dificuldades de transporte e altos custos de transferência do produto entamborado, que ocasiona considerável atraso no programa de pavimentação das estradas federais e estaduais.

5. a elevação do consumo de gás liquefeito de mais de 10% ao ano, refletindo a substituição da lenha e do carvão pelo gás como combustível doméstico.

5.4 — ECONOMIA FLUVIAL E LACUSTRE DA PESCA

300. A economia pesqueira vem sendo praticada na Amazônia desde os tempos coloniais, tanto para fins de consumo doméstico local como para fins mercantis e de exportação. O estabelecimento dos famosos pesqueiros reais, no Século XVIII, no Solimões e Amazonas, e dos arraiais e feitorias de pesca, no litoral, constituem exemplos da preocupação do govêrno colonial de então, de criar uma base alimentar própria na região, para dar suporte à economia extrativa florestal que sempre foi o grande atrativo da população. As estatísticas coloniais e do tempo do Império assinalam a importância dêsse setor que constituía, pràticamente, a fonte de sobrevivência da Amazônia Central. Durante todo êsse período, e até ao advento da economia seringueira, a pesca da tartaruga, para fins de extração de manteiga que era embarcada em potes, e a pesca do pirarucu, para salga e exportação, eram as duas atividades básicas sustentadoras da pauta de intercâmbio do Solimões e do Médio Amazonas com o resto da região. Tavares Bastos registrou, em 1863, que, de um total exportado de Rs. 993:206$749, pela Província do Amazonas, Rs. ..... 221:220$400 representavam 49.500 arrôbas de peixe sêco ou em salmoura e Rs. 10:686$000 referiam-se a 1.923 potes de manteiga de tartaruga. Já a essa época se verificava o declínio da pesca de tartaruga em conseqüência da dizimação sistemática da espécie, resultante da pesca ambiciosa e destrutiva, empreendida pelos mariscadores e capitães de praia, que alcançava tanto a tartaruga adulta como os seus filhotes e os ovos, nas épocas da vazante. Silva Coutinho (Boletim do Museu Goeldi, Tomo 4, Belém, 1906), citado por Arthur Reis ("A Amazônia e a Cobiça Internacional" — Pg. 225) revoltado com o extermínio dêsses quelônios calculou, com evidente exagêro, que só no ano de 1719, para as 192.000 libras de manteiga de

tartaruga exportada pela Capitania de S. José do rio Negro, foi necessário exterminar 24 milhões de tartarugas!

301. Alimento de alto valor protéico, o peixe constitui a base da alimentação do povo ribeirinho do interior que nêle tem a base de sua dieta, especialmente durante a baixada das águas quando os lagos de várzea se transformam em cativeiros dos peixes e os igapós não podem oferecer proteção nem refúgio aos cardumes. Ao longo de tôda a costa atlântica amazônica de 1.800 Kms., da vasta rêde fluvial de mais de 40.000 Kms. e do sistema lacustre espalhado em tôda a região, a pesca é intensamente praticada, dada a grande variedade de peixes, crustáceos e quelônios dos quais se conhecem mais de 1.200 espécies. As técnicas artesanais empregadas na captura dêsses recursos e a pobreza da infra-estrutura de apoio para o transporte, conservação, industrialização, comercialização e distribuição dos produtos da pesca explicam porque a atividade pesqueira, apesar de ser prática extensivamente disseminada em tôda a região, desde os tempos coloniais, não conseguiu se desenvolver. Daí, porque, permanece válida a tese da necessidade de conferir prioridade à economia pesqueira, dada a sua relevante função no processo de desenvolvimento da área, que está a exigir um considerável esfôrço de investimentos em recursos humanos e materiais para obviar a atual fase da pesca artesanal — uma espécie de garimpo fluvial do peixe — em favor da modernização das técnicas e práticas para assegurar uma oferta mais ampla dêsse importante alimento protéico às populações ribeirinhas, urbanas e da faixa oceânica amazônicas.

302. Dada a grande extensão das áreas de pesca na região, a diversidade ecológica da biota amazônica e a variedade das espécies ictiológicas fluviais, lacustres e marítimas, a economia pesqueira, em face da desconcertante precarie-

dade da atual estrutura do setor, necessita, urgentemente, definir um programa extenso e de profundidade objetivando :

I — **Investigar** os problemas gerais e específicos da biologia oceanográfica, fluvial e lacustre da pesca, compreendendo :

a) inventário das espécies existentes para determinação de seu valor e aproveitamento comercial ;

b) avaliação dos recursos pesqueiros para identificar as melhores áreas suscetíveis de lastrear projeto de exploração racional e intensiva;

c) localização de cardumes e mapeamento de fundos pesqueiros para ajudar a traçar a futura carta da pesca regional ;

d) estudos dos hábitos migratórios das espécies para definir o aspecto sazonal da exploração ;

e) estudos da genética, reprodução e desova, com vistas à prática de medidas conservacionistas que evitem a pesca ambiciosa e destrutiva ;

f) pesquisas das correntes marítimas e fluviais e avaliação da fertilidade dos rios de água barrenta, clara e escura para propiciar a criação de centros de piscicultura nas chamadas "fazendas de peixe".

II — **Modernizar** os sistemas de captura, para conferir maior produtividade e aumentar a renda **per-capita** do pescador, mediante :

a) aparelhamento da frota pesqueira com embarcações motorizadas adequadas, aumentando o raio de ação da exploração ;

b) disseminação de novas técnicas de pesca industrial para substituir a fase empírica artesanal do anzol e da linha ;

c) utilização, em larga escala, do frio industrial e do sal mineral fóssil, de menor teor higroscópico para melhor conservação das safras ;

d) facilidades para aquisição de rêdes e outros instrumentos, apetrechos e materiais de pesca ;

e) instalação de centros de treinamento nas colônias e feitorias de pesca destinados à capacitação profissional dos pescadores marítimos e fluviais e formação de novas equipes pesqueiras.

III — **Industrializar** o peixe e sub-produtos, mediante :

a) instalação de centros pesqueiros próximos aos locais de maior concentração de captura, destinados ao beneficiamento das principais espécies fluviais — como o pirarucu, o tucunaré, o tambaqui, a pescada e outras — e oceânicas, — como a taínha, a cavala, o cação, o camarão e o caranguejo para a preparação racional de peixe sêco, salgado, defumado e congelado.

b) instalação de centros de preparo de farinha de peixe e extração de óleos e aproveitamento de sub-produtos, para fins alimentícios e industriais, evitando o atual desperdício.

IV — **Melhorar** o sistema de armazenamento, distribuição e comercialização do pescado, através das seguintes medidas :

a) implantação de fábricas de gêlo em escamas e pequenos frigoríficos em locais estratégicos na hinterlândia e nos grandes centros consumidores ;

b) organização de postos de venda em caminhões frigoríficos e de peixarias nos açougues, nos centros consumidores urbanos, para disseminar o hábito da dieta à base do peixe, para aliviar a pressão da demanda sôbre os rebanhos bovinos

dada à propensão tradicional do consumidor urbano para a alimentação à base da carne ;

c) criação do mercado do pescador, dentro dos mercados municipais, que deverá ser suficientemente equipado, objetivando dar aos pequenos e médios pescadores e emprêsas de pesca a oportunidade de obtenção de um melhor preço, e ao consumidor um preço mais acessível, sem o excesso de intermediação.

V — **Financiar** as atividades pesqueiras em geral, de modo a canalizar para êste setor facilidades de crédito de fomento e desenvolvimento, para execução de projetos empresariais que se destinem a aproveitar as oportunidades identificadas pela pesquisa básica e propiciar a evolução da pesca artesanal individual para a pesca comercial e industrial de médio porte.

303. Sem dúvida, êste seria um programa de longo prazo que demandaria um prolongado período de gestação e maturação para realizar-se e que necessitaria de maciços investimentos em pesquisa, e nos setores da produção, transporte, industrialização e comercialização do peixe. No entanto, em virtude das precárias condições do setor pesqueiro na região, talvez o mais defasado de todos no sistema econômico vigente, exercido de forma empírica e primária por mais de 100.000 pescadores, na orla atlântica e na vasta hinterlândia da bacia fluvial amazônica, com um rendimento médio anual de cêrca de 800 kgs/ano **per-capita,** justifica-se em tôda linha tal programa, que constitui a única alternativa válida, caso se deseje implantar, efetivamente, uma economia pesqueira progressista e de alto rendimento, em apoio ao processo de desenvolvimento regional, aproveitando os atuais recursos piscosos e as favoráveis condições ecológicas regionais, com repercussões

de largo alcance sôbre a melhora da dieta regional e sôbre as receitas de exportação.

304. Com o objetivo de dimensionar e facilitar o diagnóstico atual do setor pesqueiro amazônico e permitir uma elaboração do programa antes delineado, divulgamos a seguir os dados conhecidos referentes à organização, ao aparelhamento e à produção de peixe na região amazônica :

ORGANIZAÇÃO, APARELHAMENTO E PRODUÇÃO DA PESCA — 1963

Unidades da Federação	N.º de Pescadores	N.º de embarcações	Produção (tons)	Valor da Produção (Cr$1.000)
Rondônia	215	65	184	66.283
Acre	275	1.837	125	53.435
Amazonas	25.672	21.930	14.193	1.536.821
Roraima	1.255	4.260	50	12.650
Pará	27.072	15.427	30.180	3.832.037
Amapá	733	273	634	99.120
Maranhão (todo o Estado)	47.212	19.355	39.643	7.557.084
Mato Grosso (idem)	1.610	1.099	2.710	466.320
Goiás (idem)	771	654	257	48.941
Total Amazônico	104.815	64.900	87.976	13.672.691
Total Brasil	271.460	139.483	333.085	59.374.577

FONTE : SEP-IBGE

305. Analise o quadro acima para verificar que :

1. A região amazônica detém quase 40% do número de pescadores registrados em todo o Brasil, para uma produção que representa cêrca de 27% do **quantum** e 23% do valor da produção total do país.

2. O avultado número de pescadores na região amazônica deve-se ao fato da prática da pesca individual e artesanal que requer excessiva mão-de-obra e acarreta uma baixa produtividade **per-capita.**

3. A produtividade **per-capita** do pescador amazônico, pelo quadro anterior, é de cêrca de 830 kgs/ano, comparado com 1.230 kgs/ano para o conjunto do país.

4. Quanto ao número de embarcações utilizadas para a pesca, predomina, na região, a embarcação a remo, o que faz prever que grande parte dos pescadores registrados exercem outras atividades e se dedicam à pesca como atividade doméstica, para prover de alimentos a sua família, fora da economia monetária de mercado. O número de embarcações a remo engajadas na pesca, registrado pelo Serviço de Estatística da Produção é da ordem de 54.555 (para o Estado do Amazonas os dados registram 21.817 embarcações dêste tipo), seguida de 9.836 embarcações à vela (3.111 embarcações no Estado do Pará e 6.616 no Estado do Maranhão).

   A participação das embarcações motorizadas engajadas na exploração da pesca na região é de apenas 508 para um total de 4.034 para todo o país.

5. Êstes números acima revelam total inadequação do atual aparelhamento de transporte, utilizado na captura do peixe na região, e são, em grande parte, responsáveis pelos baixos índices de rendimento **per-capita.**

306. Quanto à produção industrial de pescado na região, compreendendo as diversas formas de preparação de conservas de peixe (sêco, salgado, congelado ou frigorificado, defumado, enlatado e sub-produtos), merece registro especial a posição da Amazônia Central como uma das

grandes regiões brasileiras de produção de peixe sêco-salgado, posição essa iniciada desde os tempos coloniais, e que constituiu durante largo período de tempo, a primeira manifestação da existência de um mercado intra-regional. Êste fato deve-se à tradicional pesca e salga do pirarucu na região amazonense do Médio Solimões (Manacapuru, Codajás, Tefé, Coari, Fonte Boa), responsável pela quase totalidade dessa produção. Assim é, que o pirarucu sêco-salgado comparece nas estatísticas nacionais em primeiro lugar no volume de produção brasileira de pescado em conserva de água doce, com cêrca de 3.100 toneladas, no ano de 1964, no valor de Cr$ 724.698.000, calculado, provàvelmente, a preços de custo dos fatôres, que equivaleria hoje, a preços de mercado, a um valor de cêrca de Cr$ 3.000.000.000 (Três bilhões de cruzeiros). Mesmo considerando o total de produção pesqueira nacional, em conserva, (de mar e água doce) o pirarucu assume o segundo lugar, apenas excedido pela produção da sardinha salgada e enlatada que figura com 16.112 toneladas, no valor de Cr$ 3.193.377 no ano de 1964. Outrossim, merece registro especial a produção de peixe sêco-salgado e camarão sêco no Maranhão, que segundo estimativas da SPVEA (Política de Desenvolvimento da Amazônia — Vol. II — Pg. 375) era da ordem de 3.130 e 590 toneladas, respectivamente, no ano de 1960.

307. Para melhor analisar a importância do pirarucu, dentro do setor pesqueiro amazônico, transcrevemos a seguir as estatísticas da produção e valor, no último qüinqüênio :

PRODUÇÃO DE PIRARUCU SÊCO-SALGADO

Ano	Quantidade (ton)	Valor (Cr$ 1.000)
1960	3.282	196.146
1961	3.090	187.015
1962	4.157	261.950
1963	3.084	471.557
1964	3.100	724.698

FONTE: SEP-IBGE.

308. Pede-se :

1. Estudar os motivos da estagnação das safras de pirarucu, em redor de 3.000 toneladas anuais, não acompanhando o incremento da demanda resultante da expansão do consumo e do aumento da população no período.

2. Sabendo-se que o pêso médio de um pirarucu adulto varia de 50 a 100 quilos, calcular o número de peixes necessário para produzir as safras anuais acima.

3. Com base na resposta ao quesito anterior, pedimos indicar a existência de risco da extinção da espécie, à semelhança do ocorrido com a tartaruga, resultante da pesca ambiciosa e destrutiva, e quais as providências e práticas conservacionistas recomendadas.

4. Estudar as principais áreas de pesca fluvial e lacustre, principalmente nos centros pesqueiros de Manacapuru, Tefé, Coari e Fonte Boa.

5. Discutir, sucintamente, o problema da salga do pirarucu :

a) conservação ao gêlo em escamas, em vez de gêlo em blocos.

b) sal marinho com alto teor de cloreto de magnésio que umedece com relativa facilidade na região, por causa do clima quente e úmido.

c) presença de algas no sal que precipita o processo de putrefação.

d) processo primário de tratamento e secagem por exposição aos raios solares em tendais abertos sujeitos às intempéries.

6. Investigar qual o índice atual das perdas das safras de pirarucu por deterioração e putrefação, em face das práticas primitivas de conserva e das grandes distâncias dos centros pesqueiros dos mercados consumidores de Manaus e Belém. Verificar que a missão Klein & Sacks, no período de após guerra, avaliou essa perda em cêrca de 30%. Qual o montante dêsse desperdício anual, medido em têrmos do produto bruto territorial ?

7. Esboçar um pequeno projeto de aproveitamento integral do pirarucu e de seus sub-produtos, para ajuizar sôbre a viabilidade da constituição de uma emprêsa industrial de conserva. Se possível, inclua em sua análise, a industrialização de outras espécies ictiológicas, como o tambaqui e a piraíba, sabendo-se que esta última já possui um mercado amplo na Colômbia Amazônica para onde é exportada clandestinamente.

309. A economia pesqueira amazônica não se esgota no campo do abastecimento alimentar de peixe fresco e salgado. Ela se projeta também como potencial para futuro aproveitamento industrial, através do preparo de farinhas de peixe,

para adubos e rações balanceadas, e extração de óleos para fins alimentícios e industriais.

Como exemplo de um programa dêste tipo podemos recolher a notável experiência peruana que, em menos de dez anos, partindo de uma produção idêntica à brasileira de cêrca de 500.000 toneladas anuais, tornou-se a primeira nação pesqueira do mundo, ultrapassando já o Japão, ao alcançar em 1964, uma captura de cêrca de 8,7 milhões de toneladas de peixe (anchova, predominantemente) e uma produção industrial de 1,5 milhão de toneladas de farinha de peixe **(fishmeal)**, exportada para os mercados mundiais, como elemento básico de suprimento protéico para rações de animais, que renderam cêrca de US$150 milhões, ao preço médio de US$100 por tonelada.

Procure, pois, identificar novas oportunidades nesse importante setor, destacando :

1. a possibilidade de produção de farinha de peixe para fins alimentícios (piracuí) e industriais (rações) para atender à demanda local e ao **deficit** da produção nacional que é calculado aproximadamente em 30.000 toneladas anuais.

2. a viabilidade da expansão do setor pesqueiro tradicional com vistas a atingir uma produção de 500.000 toneladas/ano, mediante aumento da produtividade, que segundo Hilgard Sternberg poderia ser obtido pela região amazônica, sem correr o risco da destruição das espécies.

3. a introdução de novas espécies, como a **tilapia** africana, de hábitos vegetarianos, que poderia contribuir para a preservação e aumento dos atuais recursos piscosos.

4. a implantação da piscicultura nos lagos, ou mediante construção de barragens, para possibilitar o criatório intensivo de maior rendimento por hectare de água,

piracuí.

como alternativa à pobreza dos pastos e às dificuldades atuais de expansão da pecuária bovina.

5. a expansão do setor de pesca e piscicultura ornamental para fins de exportação, de grande demanda pelo mercado americano e europeu, ávidos por espécies exóticas e de grande colorido, como as variedades amazônicas do **neon tetra, cardinal tetra, discus** e outras, oportunidade recentemente aberta pelos exportadores de Manaus e Belém, que legitimaram essa atividade, anteriormente praticada, à revelia, nas fronteiras do Brasil com a Colômbia e o Peru, e que hoje já contribui com cêrca de US$100.000 para a pauta da exportação amazônica.

310. Para melhor se informar dos problemas da pesca amazônica realize um amplo inquérito versando os seguintes aspectos e práticas pesqueiras :

1. técnicas de captura atualmente utilizadas :
   cacuri, curral, viração, timbó, bomba, arpão, zagaia, anzol, espinhel, tarrafa, rêde, arrastão.

2. tipos de embarcação usados :
   geleiras, poveiras, vigilengas, jangadas.

3. sistemas de trabalho e remuneração :
   arrendamento, parceria, meação (da rêde, da embarcação, da tripulação).

4. espécies e tipos de peixes de água doce mais populares, por classes e preços vigentes nos mercados :

   classe especial :

   pescada e tucunaré ..... Cr$ 1.200 p/kg.

   primeira classe :

   tambaqui, pirarucu, pacu, sardinha,
   acari, acará, arana ..... 1.000 p/kg.

segunda classe :

jaraqui, matrinxão, branquinha, curimatã, aracu, aruanã, pirandira, pirapitinga, traíra, ... 800 p/kg.

terceira classe :

surubim, tamoatá, piramutaba, dourado, jandiá, mapará, piraíba, piranha, mandi, mandubé, apapá, arraia, caparari, cubiu, cuiú-cuiú . . 600 p/kg.

5. espécies de peixes e crustáceos de água salgada, salobre e dos mangues do litoral amazônico :

Pescada	Pargo
Taínha	Corvina
Bagre	Cação
Cavala	Camarão
Sardinha	Caranguejo

6. centros pesqueiros e feitorias de pesca no litoral e nas águas interiores da bacia fluvial amazônica :

Maranhão :	São Luís	Carutapera
	Cururupu	Viana
	Guimarães	Pindaré Mirim
	Turiaçu	Penalva
Pará :	Bragança	Soure
	Salinópolis	Arari
	Marapanin	Cametá
	Curuçá	Igarapé Mirim
	Vigia	Santarém

Amazonas :	Itacoatiara	Coari
	Manaus	Tefé
	Manacapuru	Fonte Boa
	Codajás	S. Paulo de Olivença

7. Aspectos da cozinha regional e modos de preparo do peixe :

Caldeirada	Escabeche	Desfiado
Peixada ao tucupi	Moqueado	Piracui.
Cozido	Salgado sêco	
Assado à brasa	Defumado	

8. Aspectos sazonais da economia pesqueira em função do regime das águas dos rios e lagos.

9. Relação entre recursos pesqueiros e fertilidade das águas barrentas, pretas e claras dos rios amazônicos e dos lagos de várzea e terra firme.

311. O problema da fome, tanto em têrmos quantitativos como carenciais, atinge, segundo Relatório da FAO, cêrca de dois terços da população mundial, localizada nas áreas subdesenvolvidas da América Latina, África e Ásia. A explosão demográfica que se verifica nessas áreas, acusando um incremento anual da ordem de 2 a 3,5%, equivalente a um aumento absoluto de cêrca de 60 milhões de pessoas cada ano, não vem sendo compensada pela expansão da produção agrícola-alimentar, cuja taxa se situa em tôrno de 1% ao ano. A incorporação de novas terras agrícolas para fins de produção de alimentos torna-se, cada dia, mais difícil, não só em virtude de sua escassa disponibilidade, como pela exigência de grandes investimentos em irrigação, correção, tratorização e fertilização

para recuperação dos solos impróprios, lixiviados ou erodidos pela ação mecânica das fôrças físicas ou pela ação destruidora do homem na sua investida contra os recursos naturais.

312. As águas doce, salgada ou salobre, dos rios, lagos e mares, que cobrem dois terços da superfície do planêta, representam um imenso manancial para fins de produção de alimentos. O peixe, que tem na água o seu **habitat** natural, constitui, assim, a mais viável e econômica solução para saciar a fome de alimentos protéicos em todo o mundo. Porém, não basta ensinar a humanidade a comer peixe; é necessário que ela aprenda a pescar.

A Amazônia, que dispõe de um quinto das reservas mundiais de água doce, possui condições propícias para lançar um vigoroso programa de exploração racional dos recursos pesqueiros. Defenda, assim, com base nos argumentos acima, a necessidade de sensibilizar a consciência nacional e regional para êsse magno problema. E, a propósito, aproveite a oportunidade para filosofar sôbre a profunda sabedoria e o excepcional significado econômico daquele velho provérbio chinês :

> **Se alguém está com fome e lhe damos um peixe, matamos-lhe a fome por um dia. Mas se lhe ensinamos a pescar, resolveremos seu problema para sempre.**

5.5 — ECONOMIA CAMPESTRE DA PECUÁRIA BOVINA

313. A pecuária bovina constituiu-se, desde longa data, em importante atividade econômica, praticada em quase todos os países do mundo, e abrangendo a exploração e o criatório de diferentes espécies de bovídeos: o **bisão** (América do Norte), o **búfalo** e o **zebu** (Índia e África), o **iaque**,

(Tibet), o **banteng**, o **gauro** e o **gaial** (Sudeste asiático), em adição às conhecidas raças européias e crioulas, quase todos domesticáveis, com exceção do bisão, e intercruzáveis, com exceção do búfalo.

314. A importância econômica da pecuária bovina deve-se ao fato de que, a partir da domesticação dos bovídeos, ocorrida durante a chamada revolução neolítica, o homem passou a servir-se do boi — ultrapassada a fase litúrgica e mística em que foi utilizado como animal sagrado ou de sacrifício para expiação, — como animal de carga, de tração, como alimento — carne, leite e derivados — e com matéria-prima, com base no aproveitamento do couro para a indústria de vestuário e calçado, do excremento para adubo orgânico e do sangue e ossos para rações alimentares. A extraordinária polivalência econômica do boi, muito contribuiu, naqueles países, onde foi introduzido, para a formação de economias mais dinâmicas, mais equilibradas, e de maior base territorial através do complexo alimentar e industrial, do que as próprias economias agrícolas mais estáveis e mais densas, porém, de menor poder compensatório, não obstante a rapidez na rotação de culturas e na produção de alimentos a prazo curto. Daí, porque o consórcio agropecuário constitui nos tempos atuais, a mais adequada combinação com vistas ao desenvolvimento integrado das atividades rurais.

315. Segundo estatísticas publicadas pela FAO e ONU, a população bovina mundial alcança hoje cêrca de um bilhão de cabeças de gado, para uma população humana de aproximadamente três bilhões de pessoas, sendo que os maiores rebanhos estão concentrados, em ordem decrescente, na Índia, nos Estados Unidos da América e no Brasil, que figura em terceiro lugar, com um rebanho da ordem de 85 milhões de cabeças, segundo o Serviço de Estatística da Produção, referente ao ano de 1964.

316. O desenvolvimento dos hábitos alimentares, da maior parte da humanidade, baseada no uso da carne como principal alimento protéico da preferência popular, ao lado da explosão demográfica registrada no último quartel dêste século, passou a exercer poderosas pressões sôbre os efetivos dos rebanhos mundiais, que provocaram o aumento generalizado dos preços nos países fornecedores de carne. Êste aspecto da demanda explosiva de carne bovina, registrada atualmente no Brasil e em quase todos os lugares, entra em choque e se contrasta com o fato de que poucos foram aquêles países, à exceção dos Estados Unidos e de alguns países europeus, que realmente conseguiram desenvolver uma pecuária bovina racional, através do aperfeiçoamento genético, da melhora dos pastos e do tratamento das zoonoses, procurando assim elevar os índices de produtividade e de desfrute de seus rebanhos, tanto para corte como para produção de leite e derivados. Assim como a população humana de um determinado país não se mede tanto pela sua quantidade numérica, mas pela sua qualificação, habilidade e nível tecnológico e cultural, também no campo da pecuária o mais importante não constitui o efetivo do rebanho em si, mas a sua taxa de desfrute, parâmetro que serve para avaliar a eficiência, a produtividade e o grau de aproveitamento e utilização dêsses efetivos.

317. No caso brasileiro, por exemplo, a despeito de possuirmos cêrca de 85 milhões de cabeças de gado — uma excepcional relação boi-homem de 1:1 — a taxa de desfrute, segundo exposição recente da Confederação Nacional da Agricultura, é calculada em tôrno de 10% ao ano, enquanto que nos Estados Unidos o desfrute é de 37,7%, na Argentina de 22,5%, na Austrália de 26,9%, na Alemanha de 45%, na Polônia de 47%, na Nova Zelândia de 38%.

Com referência ao pêso das carcaças, que constitui outro elemento para avaliação do crescimento e da capacidade de produção de carne, no Brasil, êsse índice é de 194 quilos, em 47 meses da vida do animal, enquanto que, nos Estados Unidos, o pêso médio, aos 22 meses, é de 259 quilos, ou seja, 33% mais do que em nosso país. Tomando por base um animal dessa idade, comparado com os índices brasileiros, o pêso da carcaça na França nos superava em 41%, na Holanda em 39%, na Inglaterra em 36%. No que tange à produção leiteira, observa-se baixos índices de produtividade, o que pode bem ser evidenciado pelas estatísticas que acusam uma produção de cêrca de 6 bilhões de litros anuais, em 1964, incluindo o consumo de leite **in natura** e o industrializado, o que representa uma produção média de aproximadamente 200 litros/por vaca/ano, e um consumo anual de cêrca de 75 litros por habitante.

318. A prática da pecuária extensiva, a pobreza dos pastos, a incidência das zoonoses, a falta de tratos culturais e instalações adequadas, a degenerescência dos rebanhos motivada pela ausência de bons reprodutores e matrizes, os desperdícios causados pela insuficiência de apoio estrutural representado pela rêde de abatedouros e frigoríficos, de meios de transporte adequados e de estações experimentais zootécnicas e agrostológicas para a melhora dos plantéis bovinos e das forrageiras e leguminosas, entre outros, são os principais fatôres determinantes dos baixos índices de desfrute e da produtividade dos rebanhos brasileiros, especialmente naquelas regiões mais distantes do oeste, nordeste, centro e norte do país.

319. A introdução do boi na Amazônia foi obra dos colonizadores portuguêses que data dos meados para o fim do Século XVII, quando se formaram as primeiras fazendas de criar, nos arredores de Belém, e a seguir na Ilha de

Johannes (Marajó), com gado crioulo trazido das ilhas de Cabo Verde, segundo informa Arthur Reis em "Aspectos Econômicos da Dominação Lusitana" (**in** "Tempo e Vida na Amazônia", pág. 183).

A expansão da pecuária, nessa Ilha, registrada nos meados do Século XVIII deve-se, no entanto, aos esforços dos missionários jesuítas, carmelitas e mercedários que possuíam além das fazendas de criar, salgas de peixe, engenhos de açúcar e salinas (J. Lúcio de Azevedo, pág. 196). Todavia, os cronistas da época, a serviço da administração pombalina que movia impiedosa campanha contra êsses missionários, exageraram o efetivo dos rebanhos, contribuindo dêsse modo para deformar o quadro histórico da economia amazônica oriental nesse período, que a acreditar-se nessas estatísticas, somavam cêrca de 300.000 cabeças de gado, das quais 136.000 pertenciam aos jesuítas, 80.000 aos mercedários e 18.000 aos carmelitas, ao tempo da expropriação das fazendas dos missionários, "por falta de título legal". As referidas fazendas, conforme aviso de 2 de agôsto de 1757, foram incorporadas à Coroa, logo em seguida à expulsão dos jesuítas no ano de 1760. O próprio João Lúcio de Azevedo, deixou-se envolver pela trama dêsses números, pois a despeito de haver reconhecido que, no princípio do Século XVIII, os jesuítas possuíam nove fazendas com quatro mil cabeças de gado ("Os jesuítas no Grão-Pará", pág. 196) admite que, por ocasião de sua expulsão do Pará, o efetivo já alcançava 134.000 cabeças de gado e 1.500 cavalos que passaram à Coroa (Ibidem, pág. 306). Roberto Simonsen, a propósito, declara que se emprestou valor exagerado à riqueza das Missões e que logo após a expulsão, os valores verificados mostraram-se muito inferiores aos que lhe eram atribuídos (Op. cit. Págs. 146/161 — Tomo II). Efetivamente, não havia, à época, estrutura nem organização para armar tantos currais na Ilha, sabendo-se que

a população portuguêsa, registrada nas seis capitanias do Estado do Maranhão (Tapuíra, Tapera, Cametá, Gurupí, Maranhão, Pará e Cabo Verde), no período, era de 700 moradores, e a mão-de-obra indígena, arredia ao pastoreio, era escassa, conforme as queixas dos colonos e dos padres, tão bem retratada pelo Padre Vieira em 1680.

> "... em todo o Estado não há açougue, nem ribeira, nem horta, nem tenda onde se vendam as cousas usuais para o comer ordinário, nem ainda um arratel de açúcar, com que se fazer na terra. E, sendo que no Pará todos os caminhos são por água, não há em tôda a cidade um barco ou canoa de aluguel para nenhuma passagem, de que tudo se segue, e vem a ser o estilo de viver ordinário que para um homem ter o pão da terra, há-de ter roça; para comer carne, há-de ter caçador; para comer peixe, pescador; para vestir roupa lavada, lavadeira; e para ir à missa ou qualquer parte, canoa e remeiros"...
>
> ..."No Pará, por serem as terras tôdas alagadas, são tão poucos os logares capazes da planta da dita mandioca, que é necessário aos moradores mudarem muitas vêzes suas casas e fazendas, deixando perdidas e despovoadas as que tinham, e ir fabricar outras de novo d'ali a muitas léguas, com excessivos trabalhos e despezas"...
>
> "... O comer ordinário é caça e pescado, e a caça, sendo antigamente tanto, que se metia pelas casas, hoje pela continuação com que se tem batido os matos, está quasi extinta. E no peixe se tem experimentado quasi o mesmo, sendo no princípio infinito. E a razão de tudo é não serem as terras da América tão criadoras, como também mostrou a experiência no Brasil, para onde se carrega de Portugal tanto peixe sêco; ajudando muito no Maranhão a estirilizar os mares

e rios os modos de pescar, que se usam sem nenhuma providência com que é mais o que destroem, que o que se aproveita, e se perde totalmente a criação; e como a gente cresce, e o sustento diminue, é força que se padeça muito" (Padre Vieira, **apud,** Roberto Simonsen, Op. cit. págs. 110/111).

320. As dúvidas levantadas sôbre o montante dos efetivos bovinos marajoaras de propriedade dos padres, foram finalmente esclarecidas, com a recente publicação, em 1963, da Correspondência Inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, relativa ao período de 1751-1759 (**in** "A Amazônia na Era Pombalina" — 3 vls.), reunida e anotada por Marcos Carneiro de Mendonça. Nessa coletânea, às págs. 131/132, figura uma correspondência de Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça datada de 23 de dezembro de 1751, cujos trechos abaixo transcritos, permitem deduzir, com segurança, que os reais efetivos bovinos, em Marajó, seriam apenas da ordem de 30.000 no mínimo, a 60.000 no máximo:

"Tendo-se obstinado tôdas as Religiões para não pagarem dízimos que devem a S. Maj., me chegou agora a notícia de que as duas comunidades N. S. das Mercês e do Carmo, se tinham ajustado com o Barão da Ilha Grande a pagarem-lhe a sua redízima, na forma que consta do contrato de que remeto a V. Exa. a cópia, por certidão. . . . . ."

"Êstes dízimos dos gados da ilha de Johannes, é um aos ramos importantes que podia haver para fazer crescer muito a renda dos dízimos, porque os Padres das Mercês, havendo muita gente que diz que nas suas fazendas passam de andar, só de gado vacum, não falando em éguas de cria, para cima de **cem mil cabeças;** afirmam os mais prudentes que não serão

tanto, mas que sempre passam de **sessenta mil,** e que liquidarão todos os anos doze mil crias para cima, seguras.

Os Padres da Companhia, que principiaram a menos anos, me seguram que passam de ter nos seus currais de **vinte e cinco mil** até **trinta mil cabeças,** e que se vai aumentando todos os anos.

Os religiosos do Carmo, que terão de **oito** até **dez mil cabeças.**

Eu não sei certamente a quantidade de gado que estas Religiões têm naquela ilha, mas é certo e constante que é **infinita,** e que só êste dízimo poderá aumentar muito as rendas atuais da Fazenda Real . . . . . ."

321. Outro depoimento que bem registra e reflete a situação da pecuária no Estado do Maranhão e nas diversas capitanias que o compunham, inclusive na do Pará, no início da expansão pecuária, deve-se ao Bacharel Ouvidor João Antônio da Cruz Dinis Pinheiro, cujo relatório, escrito em 1751, foi publicado, em apêndice, por João Lúcio de Azevedo (Op. cit. págs. 343/346). Em virtude de constituir o primeiro recenseamento dos currais na região, de inegável valor histórico, transcrevemos o seguinte trecho, para fins de análise, e tentativa de mensuração dos rebanhos :

"No mesmo Estado todo, se acham quatrocentas e quarenta e oito fazendas de gado vaccum e cavallar, de que pertenciam duzentas e quarenta e cinco à capitania do Piauhy, que quasi tôdas são muito populosas, e destas vinte e tantas à administração dos padres da Companhia da Bahia; e cento e sessenta e três à capitania de São Luiz do Maranhão, quarenta e quatro situadas na extensão de cento e vinte léguas que tem a freguezia de Pastos Bons donde não tem

entrado religiões, e trinta e cinco na das Aldeas Altas que terá de extensão cem léguas, nas quaes entra uma do Carmo, e outra da Companhia, e trinta e uma na de S. Bernardo que tem de território cincoenta léguas, em que entram dez da Companhia, e vinte e duas na do Icatu que terá o mesmo território, em que entram duas dos padres das Mercês e vinte e cinco no districto do Rio Mearim, que poderá ter trinta léguas, em que entram três do Carmo, três da Companhia e uma das Mercês, e seis no Itapecuru que terá de districto quarenta léguas, em que entram duas da Companhia e uma do Carmo, e as mais dos moradores; e na capitania do Cumá há quarenta, de que pertencem oito à Companhia, duas do Carmo, e uma das Mercês; com o que vem a ter os regulares em todo o Estado cincoenta e cinco fazendas de gado vaccum e cavallar. **E no Pará são senhores, a Companhia, Carmo e Mercês de quasi todo o que dá a grande Ilha de Joannes, no districto de Marajó, e ainda que lá tem currais mais outras pessoas seculares, são todos pequenos em comparação regulares. Fóra disto há várias fazendas de frades do Carmo e Mercês, em particular cheias de índios, a que elles chamam aldeias próprias**. . . ."

322. Partindo de Marajó, que funcionou como pólo irradiador da pecuária no extremo-norte, a Amazônia foi sendo povoada de currais, de modo linear disperso, ao longo dos rios e varzeados, acompanhando o processo fragmentário da ocupação humana. Arthur Reis, bem registra a primeira fase dêsse processo de expansão :

"Algumas dessas fazendas (de Marajó), mandadas distribuir pelos colonos, foram divididas em 22 lotes. Êsses colonos, assim aquinhoados, passaram a chamar-se de "contemplados". Constituíram uma nova nobreza. Eram

uma classe à parte, cheia de prosápia e fartura, agora rivais da classe dos senhores de engenho. Dêles descendem os fazendeiros que possuem os 563 currais no Marajó. Como do gado crioulo dos religiosos descendem os 500.000 exemplares dos atuais rebanhos da Ilha.

Ao govêrno português não interessava, todavia, manter apenas na Ilha de Johannes os rebanhos que podiam constituir outra fonte de riqueza no vale. Todos os colonos que receberam sesmarias no Macapá, em Bragança, no Mazagão e ao longo do Amazonas, receberam igualmente um boi e duas vacas. Às autoridades das vilas cabia a fiscalização do tratamento dispensado aos exemplares. Mas, como nem todos os colonos receberam gado, criaram-se as fazendas-núcleos, onde se guardavam as cabeças, pertencentes a cada edilidade para começar rebanhos e cada morador ou sitiante então ser aquinhoado como era desejo de alta administração do Reino. Foi por êsse método que se criaram os atuais rebanhos e as fazendas do que, na geografia amazônica, chamamos de "Baixo Amazonas", isto é, a zona entre os estreitos de Breves, no Pará, e Parintins no Amazonas. Parintins mesmo começou com um estabelecimento de criar ao lado do qual se nuclearam indígenas nas circunvizinhanças" ("Tempo e Vida na Amazônia", pág. 184).

323. Os caminhos do boi e as rotas dos currais na Amazônia estão a exigir um urgente estudo para determinar, não só a sua importância histórica, no campo da conquista e ocupação do Vale, mas também para esboçar as tendências atuais das frentes bovinas, que se desenvolvem internamente na região, como das que caminham em direção a ela. Do mesmo modo cumpre investigar a sua participação no processo de penetração pioneira nas áreas virgens e como elemento de integração territorial da Amazônia às regiões brasileiras adjacentes, tendo em vista

ser a pecuária a atividade mais adequada para a ocupação de grandes espaços continentais possuidores de pequena taxa de densidade humana.

Como contribuição a êsse estudo, para ulterior e pormenorizada elaboração, indicamos, a seguir, as linhas básicas dêsses caminhos de boi e das rotas dos currais que atuaram no passado da Amazônia e das frentes bovinas que se desenvolvem ou se prenunciam nos dias atuais.

Não obstante as dificuldades de dimensionar o efetivo dos rebanhos marajoaras, no Século XVIII — dificuldades que persistem até os dias atuais — não resta dúvida de que êles foram as matrizes de onde se originaram os demais currais que foram surgindo à medida que se expandia o processo de ocupação humana na região, através da fundação de vilas, povoados, sítios, roçados e fazendas.

324. Partindo, pois, do pólo irradiador de Marajó, a rota dos currais expandiu-se :

1. **Ao Norte** do delta-estuário, em busca das campinas, na faixa sedimentar do litoral amapaense, onde predomina um tipo de vegetação do tipo campo cerrado do Brasil Central, e nas baixadas das várzeas campestres, onde hoje estão localizados cêrca de 55.000 bovinos. Esta frente serve de apoio ao núcleo dinâmico que se está formando no Amapá, com base na grande mineração do manganês.

2. **Ao Sul** do delta, em direção à zona Guajarina, do Salgado e Bragantina, tendo como fator dinâmico as facilidades de acesso terrestre ao mercado consumidor de Belém. Nesta região, a pobreza dos pastos, a acidez do solo, as carências oligodinâmicas e edafológicas, são responsáveis pela limitação dos currais, assunto já pesquisado, em detalhes, por Harold Sioli e Felisberto Camargo. A despeito dessas dificuldades,

a cultura de gramíneas forrageiras veio permitir, em datas mais recentes, a formação de "vacarias" e granjas de gado leiteiro estabulado, para abastecimento do mercado de Belém.

Esta rota de expansão pecuária possui, sem dúvida, a maior significação dentro do contexto amazônico, pois representa uma frente histórica de contato com os rebanhos maranhenses e piauienses, através dos antigos currais de Pindaré, Mearim e Itapecuru, bem como, nos dias atuais, após a abertura da BR-14, a via natural de desdobramento dos currais goianos e marajoaras que se estão deslocando para a região de Paragominas, abrangendo parcialmente as bacias dos rios Uraim, Capim e Gurupi, com pontos extremos de apoio e referências nas cidades de Belém e Imperatriz. A corrida à Paragominas — um feliz neologismo para designar a consorciação das terras e rebanhos do Pará, com os fazendeiros goianos e a experiência e os investimentos dos criadores de Minas, — contribui para dar uma nova dimensão à pecuária amazônica, que assim se integra ao complexo criatório goiano-mineiro, após haver experimentado os contatos com os currais e rebanhos do Maranhão e Piauí. Em Paragominas, as pastagens já formadas, ascendem a cêrca de 5.000 hectares com mais de 5.000 reses, sem contar com os diversos projetos de inversão em curso.

3. **Ao Centro**, acompanhando a calha do rio Amazonas, os rebanhos marajoaras subiram rio-acima, através do processo histórico de nucleação das fazendas das edilidades para distribuição aos colonos e sitiantes que atuariam como focos intermediários de dispersão e disseminação de currais, alargando a base e aprofundando a posse na Amazônia Interior. Essa frente pioneira fixou-se, inicialmente, na parte mais oriental

do Baixo Amazonas, através das fazendas e currais de Cametá e Baião na zona Tocantina, para depois prosseguir em seu desdobramento atingindo Alenquer, Almeirim, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Pôrto de Móz, Prainha, Santarém e Parintins.

Nesse centro de pecuária bovina da Amazônia Central destaca-se a Zona Pastoril do Lago Grande, situada a noroeste de Santarém, numa larga faixa de várzea de 25 Kms. de largura, com campos naturais alagáveis, onde predomina a pequena propriedade pastoril de 150 a 200 hectares, com algumas fazendas de porte médio de mil cabeças, exploradas sob regime de trabalho assalariado ou pelo sistema de parceria do "casco" (Lúcio Soares, Op. cit. pág. 241).

Os centros criadores do Baixo Amazonas possuem amplas possibilidades de desenvolvimento, pois situados à meia distância entre os dois pólos de consumo — Belém e Manaus, cujos matadouros, em parte, nêles se abastecem —, além dessa vantagem locacional, acham-se situados dentro da melhor zona do chamado Planalto Agrícola de Santarém, e nas melhores terras existentes nas faixas dos varzeados que se estendem de Alenquer a Oriximiná e próximos dos degraus do Planalto Setentrional e Meridional que se estreita, exatamente nessa faixa, permitindo assim a formação de fazendas utilizando as várzeas para engorda e as terras firmes adjacentes para refúgio, à época das enchentes.

4. **A Meio-Oeste,** como desdobramento dos currais do Baixo Amazonas, estabeleceram outros núcleos de irradiação bovina. Essa frente, iniciou-se em Vila Nova da Rainha, no fim do Século XVIII, com a fundação de um estabelecimento de criar que daria origem a atual cidade de Parintins. Dêstes currais da ponta extrema da rota, e dos anteriores já existentes no Baixo Amazonas, originaram-se os rebanhos que se

iriam fixar em todo o trecho do rio Amazonas, a montante de Parintins, notadamente, nas zonas de Maués, Autazes, Terra Nova, Careiro, Cambixe e Solimões, tendo como ponto de apoio a zona de influência da cidade de Manaus. Trata-se de um **front** em expansão destinado a servir tanto ao mercado consumidor de Manaus, como às cidades e vilas do Solimões e dos Baixos rios Madeira e Purus. Outrossim, é nesta frente que está situada a bacia leiteira de Careiro e Cambixe, responsável pelo abastecimento de leite **in natura,** queijo e manteiga para Manaus.

5. **A Oeste,** o gado trazido dos campos do Médio e Baixo Amazonas, iria encontrar-se no Médio e Alto Solimões, com o gado espanhol que também deve ter atingido o Amazonas, como decorrência das expedições dos sertanistas e missionários a serviço de Castela, que percorreram durante os Séculos XVI e XVII a calha do rio e que nas suas provisões sempre traziam animais, conforme registra a crônica colonial :

   Expedição de Gonçalo Pizarro (1539 — 340 soldados, 4.000 índios, 150 cavalos, 4.000 porcos); Expedição Francisco de Orellana (1539-1542 — não existe referência sôbre os animais de sua expedição); Expedição Pedro de Ursúa/Lopo de Aguirre (1561 — 300 homens, 2.000 índios, 500 cavalos); Missões do Padre Samuel Fritz (1686-1704), o apóstolo espanhol do Solimões, em cujas missões de São Paulo de Cambebas, Tefé e Coari também deve ter introduzido gado de procedência do Vice-Reinado do Peru, via Napo, Ucaiali e Maranon.

6. **Ao Norte-Guiano.** O encontro das duas frentes bovinas pioneiras, a da jusante portuguêsa e a da montante espanhola, foi sem dúvida efêmero, dada à ação enérgica portuguêsa predominante que anulou os esforços dos sertanistas e missionários espanhóis. No entanto,

as crônicas coloniais registram a existência de gado espanhol no Solimões, onde Lôbo d'Almada foi buscar parte do gado com que iria fundar, na fronteira norte-guianense, juntamente com gado trazido do Baixo Amazonas, os novos currais das fazendas nacionais de "São Bento", "São José" e "São Marcos", em 1787, no Vale do Rio Branco, de onde descendem os atuais rebanhos do Território de Roraima. Esta frente permaneceu isolada, constituindo uma economia do tipo enclave, pelas dificuldades naturais de acesso por via fluvial, em face dos trechos encachoeirados de Caracaraí surgentes nas épocas da vasão do rio Branco e rio Negro. De outro lado, as razões históricas que levaram Lôbo d'Almada a fundá-las, — proximidade da sede da Capitania de S. José do rio Negro em Mariuá (Barcelos) — desapareceram por ocasião da mudança da sede da capitania para a Vila da Barra (atual cidade de Manaus), o que sem dúvida ocasionou a decadência de tôda a vasta área do Médio e Alto rio Negro e do próprio rio Branco, situação essa agravada quando do deslocamento do eixo econômico da Amazônia Central, para os afluentes meridionais da Bacia, por ocasião do **rush** da borracha.

Daí os motivos da precária sobrevivência dos rebanhos do Vale do rio Branco e Catrimâni, durante todo o restante do período colonial e imperial, inteiramente isolados dos núcleos dinâmicos da Amazônia Central, sem contingentes humanos e pontos de apoio intermediários para promover a sua expansão. Sòmente quando surgiram os garimpos de Ouro e Diamante no Vale do Cotingo, é que essa frente passaria a ser explorada, e quando Manaus, com o crescimento populacional, passou a ressentir-se de falta de carne, dada à insuficiente provisão dos rebanhos do Médio e Baixo Amazonas, sobretudo nas épocas de cheia do rio,

quando se torna mais fácil o acesso aos currais do Rio Branco. Contudo, aproveitando a existência dos campos naturais e dos cerrados do tipo savânico dessa região, a pecuária conseguiu atingir certa expressão em têrmos quantitativos, a despeito da pobreza dos pastos e da degenerescência do gado de pé duro, responsáveis pelos mais baixos índices do país : cêrca de 7 a 8% de taxa de desfrute e 147 kgs. de pêso médio da carcaça. Dêles, todavia, descendem os atuais rebanhos do Território de Roraima — criado em 1943 —, cujo efetivo, registrado pelo Censo Pecuário de 1960, era de 165.972 cabeças e que pelo Serviço de Estatística da Produção é estimado em 202.000 reses, em 1964.

7. **Ao Sul** a expansão pecuária penetrou de modo rarefeito e disperso, nos vales do Tocantins, Xingu e Tapajós, partindo dos rebanhos do Baixo Amazonas, e nos Vales do Madeira, Purus e Juruá, partindo dos sítios e fazendas do Solimões e Médio Amazonas. Esta frente meridional e ocidental, por sua vez, iria encontrar-se com as pontas dos caminhos e trilhas de boi que despontam e rondam a periferia da Amazônia, pelas rotas bandeirantes do Norte Goiano e Matogrossense, da Chapada Central e do Complexo do Pantanal, bem como das rotas peruanas do Javari, e bolivianas do Beni e Mamoré. Êste encontro está destinado a assumir extraordinária importância no futuro da Amazônia Meridional e Ocidental, em função do eixo rodoviário da BR-29 (Campo Grande-Cuiabá, Vilhena, Pôrto Velho, Rio Branco, Acre e Pucalpa, Peru) e das projetadas rodovias BR - 16 (Santarém-Moju-Brasil Central), BR - 80 (Brasília-Cachimbo-Jacaréacanga-Manaus-Içana) e BR-93 (Pôrto Velho-Humaitá-Manaus). Esta última, com um traçado que atravessará os famosos campos de Puciari, nas proximidades de

Humaitá, no Médio Madeira, que possui grandes potencialidades para formação de rebanhos, interessando os Vales do Madeira e Purus, onde atualmente existe uma Fazenda do Estado do Amazonas, a ser atravessada no eixo leste-oeste, pela rodovia estadual Humaitá-Lábrea, atualmente em construção. *

325. Para fins de análise da distribuição geográfica do boi e de outros tipos de gado na Amazônia, e para melhor conhecimento da situação atual, damos a seguir as estimativas dos efetivos e do valor dos rebanhos, conforme dados do Serviço da Estatística da Produção para o ano de 1964 :

* há existem búfalos selvagens

EFETIVOS E VALOR DOS REBANHOS DA AMAZÔNIA

UNIDADES AMAZÔNICAS	BOVINOS		EQUINOS		ASININOS		MUARES		
	1000 cabeças	Valor Cr$1.000	1000 cabeças	Valor Cr$1.000	1000 cabeças	Valor Cr$1.000	1000 cabeças	Valor Cr$1.000	1000 cabeças
RONDÔNIA	5	421.198	1	164.400	0	13.590	10	1.043.160	2
ACRE	59	5.664.932	4	498.800	0	19.730	12	1.752.480	9
AMAZONAS	242	19.791.496	19	1.179.494	1	95.017	7	410.469	45
RORAIMA	202	9.555.259	16	803.500	0	15.125	1	50.000	2
PARÁ	1.097	72.152.068	102	3.744.683	4	167.590	14	620.160	81
AMAPÁ	55	4.441.752	4	301.840	0	2.400	0	31.500	2
TOTAL AMAZÔNIA CLÁSSICA	1.660	112.026.705	146	6.692.717	5	313.452	44	3.907.769	1.44
MARANHÃO (TODO O ESTADO)	1.823	99.202.191	350	14.000.000	200	3.734.000	159	10.939.200	2.76
MATO GROSSO (TODO O ESTADO)	11.573	663.003.284	610	19.545.691	13	629.070	101	5.920.133	2.37
GOIÁS (IDEM)	8.393	452.030.194	776	23.784.400	104	1.724.632	295	14.051.440	4.66
GRANDE TOTAL DOS DOIS GRUPOS	23.449	1.326.262.374	1.882	64.022.808	322	6.401.154	599	34.818.542	11.24
TOTAL BRASIL	84.035	5.887.103.166	9.241	340.519.948	2 752	42.630.966	4.754	268.286.750	58.98

— 1964

SUÍNOS		OVINOS		CAPRINOS		TOTAL DOS REBANHOS	
	Valor Cr$1.000	1000 cabeças	Valor Cr$1.000	1000 cabeças	Valor Cr$1.000	1000 cabeças	Valor Cr$1.000
7	982.499	3	44.000	2	22.710	48	2.691.557
0	1.799.192	28	160.600	2	14.270	195	9.910.004
2	7.794.809	55	458.270	53	436.500	829	30.166.055
6	364.988	11	84.000	3	20.000	259	10.892.872
9	10.853.148	66	374.777	73	334.389	2.175	88.246.815
6	223.096	2	10.440	2	10.950	89	5.021.978
0	22.017.732	165	1.132.087	135	838.819	3.595	146.929.281
3	34.344.000	285	1.219.515	703	2.774.741	6.283	166.213.647
8	46.727.916	260	1.364.381	118	381.618	15.053	737.572.093
8	112.606.164	120	624.960	222	991.008	14.578	605.812.798
9	215.695.812	830	4.340.943	1.178	4.986.186	39.509	1.656.527.819
5	1.399.308.296	21.877	175.963.835	13.815	82.784.186	195.459	8.196.597.147

326. Observe no quadro anterior :

1. A grande concentração dos rebanhos bovinos na Amazônia Ocidental.

   Incluindo o Pará, o Amapá e o Maranhão, os efetivos dos bovinos montam a 2.975.000 de cabeças para 508.000 no restante da Amazônia Interior Clássica, ou sejam menos de 15% de participação no total.

2. A mesma tendência observa-se com referência aos suínos, que, naquelas três unidades, correspondem a 3.608.000 cabeças contra 595.000 nas demais unidades amazônicas tradicionais, ou sejam, cêrca de 14% dos efetivos globais.

3. Já com respeito aos muares, predominam os rebanhos da Amazônia Ocidental (Rondônia e Acre), com . . . 22.000 cabeças. Isto se deve ao uso do burro nos seringais e castanhais dos altos rios que dêle se utilizam para o transporte de gêneros e produtos da selva.

4. Os caprinos predominam no Estado do Maranhão com 703.000 cabeças. Como a economia maranhense está parcialmente vinculada à economia nordestino-sertaneja, e sendo a cabra largamente criada no agreste e no sertão para a produção de leite e carne, explica-se assim o porquê dessa preferência. Aliás, aproveite a oportunidade para refletir sôbre as vantagens da disseminação do criatório caprino no interior da Amazônia, como animal doméstico nos quintais, e nos roçados e sítios do interior, para suprimento de leite e conseqüente melhora do regime alimentar.

5. Verifique que o efetivo dos rebanhos bovinos na Amazônia Clássica é de 1.660.000 cabeças, atingindo a expressiva cifra de Cr$ 112 bilhões, equivalente a um valor potencial de US$125 milhões, no mercado internacional da carne (US$500 p/tonelada) de "boi

casado", o que já representa um apreciável esfôrço de capitalização da população amazônica.

6. Sabendo-se que a população amazônica clássica, em 1964, era de quase três milhões de habitantes, o efetivo bovino correspondia a menos de meio boi por habitante. Portanto, muito abaixo da média nacional, cuja relação boi-homem é de 1:1.

7. O quadro acima toma nova dimensão quando se incorporam à Amazônia Clássica os rebanhos bovinos maranhenses, goianos e matogrossenses, estimados em 21.789.000 de cabeças, no valor de Cr$ . . . . 1.214.325.669.000 que corresponde a um potencial de US$1.625.000.000, na base da cotação internacional de US$500 p/tonelada de "boi casado" (quartos dianteiros e traseiros).

   Êsses rebanhos que rondam a Amazônia em sua periferia, nas faixas da zona de transição, entre o Maranhão Oriental e Ocidental, nas áreas intermédias entre o Norte e Sul Goiano, e na Chapada Matogrossense e zona do Pantanal, estão destinados a representar importante papel no futuro da ocupação pecuária da Amazônia. Os baixos preços das terras amazônicas vão atuar como convite à expansão dêsses currais que chegarão à Amazônia, dentro dos próximos cinqüenta anos, repetindo a façanha dos bandeirantes dos Séculos XVII e XVIII. A definitiva integração econômica da Amazônia será obra dos pecuaristas goianos e matogrossenses que empurrarão a fronteira do boi até à calha central do Amazonas.

8. Apresente novas observações e formule outras sugestões, ilustrando-as com os dados do quadro acima.

327. Partindo dos dados abaixo, dos últimos Censos Pecuários, podemos melhor inferir as taxas decenais de incremento dos rebanhos bovinos amazônicos para melhor avaliar a fôrça dinâmica dêste setor :

BOVINOS RECENSEADOS

Unidades	Censo 1950	Censo 1960	1964 Dados do S. E. P.
Rondônia	2.130	3.384	5.000
Acre	26.798	32.871	59.000
Amazonas	87.594	139.042	242.000
Roraima	140.773	165.972	202.000
Pará	742.832	841.601	1.097.000
Amapá	31.233	45.670	55.000
Total	1.031.360	1.228.540	1.660.000
Maranhão (todo o Estado)	958.911	1.360.730	1.823.000
Mato Grosso (idem)	3.510.883	5.631.423	11.573.000
Goiás (ídem)	3.530.252	4.848.287	8.393.000
TOTAL	8.000.046	11.840.440	21.789.000
TOTAL BRASIL	46.891.208	55.692.653	84.035.000

328. Pede-se :

1. Explicar os motivos da discrepância flagrante entre os dados do último censo de 1960 com os dados do Serviço de Estatística da Produção de 1964 que, em menos de 4 anos, fêz crescer o efetivo do rebanho brasileiro de 55 para 84 milhões.
2. Comparar os dados do censo de 1960 e 1950 com os do censo de 1940 (34.457.576 bovinos) e de 1920 (34.201.324 bovinos) para determinar a taxa de crescimento, a curto e a longo prazo, dos rebanhos bovinos brasileiros.
3. Dar as razões do pequeno incremento do rebanho amazônico, entre os anos de 1950 e 1960, representado por 12%, enquanto que para o conjunto do país essa taxa decenal foi de 20%.
4. Justificar o extraordinário aumento do rebanho do Amapá, que, no decênio cresceu de mais de 40% e o do Amazonas, que nesse mesmo intervalo, aumentou de 60%, ultrapassando assim os próprios efetivos do rebanho roraimense.
5. Verificar o pequeno aumento de 15% nos rebanhos do Estado do Pará e do Território de Roraima.
6. Analisar os motivos do crescimento do rebanho matogrossense que triplicou no período de 1950 a 1964, ultrapassando, dêste modo, os efetivos goianos.
7. Calcular, para extrapolação, os efetivos bovinos amazônicos para as décadas de 1970-1980-1990 e ano 2.000, utilizando a cláusula **ceteris paribus.**
8. Explicar os motivos da escassez de carne nos principais centros urbanos consumidores.
9. Avaliar a participação do setor pecuário no produto e na renda regional.

329. Não basta, porém, dimensionar o volume dos rebanhos para aquilatar o nível de desenvolvimento e bem-estar alcançado pela população de um determinado país. Mais importante do que o conhecimento do **quantum** da população pecuária, é saber-se como êsses efetivos vêm sendo aproveitados pelo homem, em têrmos de produção e consumo de carne, leite e couros, principalmente. Para tanto, a seguir, informamos os dados disponíveis, referentes a 1964, do Serviço de Estatística da Produção que permitem estimar a taxa de desfrute dos rebanhos amazônicos :

ABATE DE BOVINOS — 1964

Unidades	Cabeças abatidas (unidade)	Pêso das carcaças (toneladas)
Rondônia	10.000	1.619
Acre	4.000	597
Amazonas	31.000	4.145
Roraima	10.000	1.472
Pará	81.000	13.500
Amapá	11.000	1.456
Sub-Total	147.000	22.789
Maranhão (todo o Estado)	120.000	16.627
Mato Grosso (idem)	216.000	42.760
Goiás (idem)	354.000	64.477
TOTAL	837.000	146.653
BRASIL	7.523.000	1.437.185

330. Formule questões e analise os problemas sugeridos pelo quadro anterior especialmente sôbre :

1. Pêso médio das carcaças nas diferentes unidades amazônicas, para avaliar o crescimento do boi e a taxa de desfrute.

2. Diminuto abate no Acre, de 4.000 cabeças quando possui um rebanho de 59.000 reses, comparado com o abate de 10.000 cabeças em Rondônia, possuidor de um insignificante rebanho de 5.000 cabeças. De onde provém o gado abatido em Pôrto Velho ? (Acre, Médio Madeira, Mato Grosso, Bolívia ?).

3. Alto consumo relativo de carne no Amazonas — . . . 31.000 p/ano — em proporção ao seu rebanho de 242.000 reses, indicando que êste Estado está drenando os rebanhos de Roraima e do Pará para os seus abatedouros.

4. Elevados índices de abate na Amazônia Oriental — Pará e Amapá e sobretudo no Maranhão —, em virtude de terem a maior concentração pecuária da Amazônia Clássica, inclusive Maranhão — 88% do total dos efetivos, isto é, 3.544.000 cabeças para . . 508.000 reses no restante da Amazônia Clássica.

5. Extraordinária potencialidade dos rebanhos de Mato Grosso e Goiás, com um abate anual de 570.000 cabeças para um efetivo de 19.976.000 de cabeças, equivalente a uma taxa de desfrute de menos de 3% ao ano.

6. Elevado índice de abate de Goiás e Mato Grosso que não se destina ao consumo local de carne verde, preponderante nos Estados e Territórios amazônicos tradicionais, mas reflete o processo de industrialização de carne nas charqueadas, matadouros e frigoríficos, e

da industrialização do leite para produção de queijo e manteiga.

7. Reflita que o destino e o futuro da Amazônia Interior é integrar-se ao Brasil Central, em função da pecuária, no momento em que ambas as regiões se articularem econômicamente, através das vias de acesso e meios de transporte. A frente histórica atlântica funciona mais em favor da Amazônia Oriental, pelas suas indiscutíveis vantagens locacionais, e tende, no caso da Amazônia hinterlandina a perder dinamismo, à medida que os contatos e o intercâmbio amazono-goiano-matogrossense se aprofundarem.

331. PRODUÇÃO DE LEITE — 1964

Unidades	Quantidade (litros)	Valor Cr$ 1.000
Rondônia	218.000	65.400
Acre	5.608.000	1.045.343
Amazonas	8.411.000	883.145
Roraima	210.000	63.000
Pará	11.140.000	1.548.460
Amapá	550.000	105.100
Sub-total	26.137.000	3.710.448
Maranhão (todo o Estado)	19.705.000	2.699.585
Mato Grosso (idem)	74.026.000	6.588.307
Goiás (idem)	405.232.000	23.098.224
Total	525.100.000	36.096.564
BRASIL	5.989.338.000	506.806.840

332. Exercite a sua capacidade analítica procurando interpretar o quadro acima à luz dos seguintes aspectos :

1. Relacionando a produção leiteira com o **quantum** dos efetivos bovinos. Verifique que do total de .. .. .. 1.660.000 cabeças de gado existentes na Amazônia Clássica, e estimando que um têrço dêsse efetivo seja constituído de vacas adultas, a produção **per capita** é de apenas 30 litros por vaca/ano.

2. A produção leiteira referida indica que o grosso dos rebanhos pertence à pecuária de corte, de caráter mais lucrativo e monetário, para atender os consumidores dos grandes centros urbanos. A pecuária de leite, por ser mais exigente em têrmo de inversões, em estábulos, forrageiras, rações, tratos culturais, transporte e mão-de-obra, não oferece atrativos para os fazendeiros.

3. Procure relacionar o fato acima com a importação de leite condensado e em pó, pelos grandes centros urbanos da Amazônia, mesmo por aquêles, que, como Belém e Boa Vista, estão localizados perto dos grandes centros de pecuária bovina. Investigue o **quantum** e o valor dessas importações para determinar o **deficit** da produção leiteira regional.

4. Realize um inquérito em uma pequena cidade do interior, que esteja situada perto de fazendas de gado, como no Baixo Amazonas, para verificar se êsses rebanhos também estão alienados em relação aos interêsses das comunidades a que deviam servir.

5. Estude o problema do suprimento de derivados de leite, especialmente manteiga e queijo, procurando quantificar o montante de importação dos mesmos pelas diversas unidades amazônicas, com vistas a um programa de sua substituição por produção local.

6. Responda porque 16.137.000 litros de leite têm um valor de Cr$ 3.710.448.000 na Amazônia Clássica — valendo portanto Cr$ 230 por litro, enquanto que os 479.258.000 litros de Goiás e Mato Grosso têm um valor de apenas Cr$ 29.686.531.000, correspondente a Cr$ 60 por litro.

333. PRODUÇÃO DE COUROS BOVINOS — 1964

Unidades	Quantidade (toneladas) Couros verdes, secos e salgados	Valor Cr$ 1.000
Rondônia	202	29.482
Acre	54	2.020
Amazonas	652	44.455
Roraima	185	10.146
Pará	1.715	128.777
Amapá	221	9.587
Sub-total	3.029	224.467
Maranhão (todo o Estado)	2.083	176.810
Mato Grosso (idem)	4.063	453.165
Goiás (idem)	6.541	694.868
Total	15.716	1.549.310
BRASIL	180.605	24.200.112

334. Pede-se :

1. Relacionar o abate de bovinos com a produção de couros; o pêso e a qualidade dos couros com os tipos e raças bovinas dos rebanhos.

2. Realizar um inquérito para verificar o número de estabelecimentos de curtição de couros de boi na Amazônia.

3. Organizar uma pesquisa, junto aos matadouros de S. Luís, Belém, Manaus, Cuiabá e outras cidades importantes da Amazônia, para verificar como o boi está sendo aproveitado, e o grau de desperdício atualmente verificado.

4. Idealizar um esquema de aproveitamento integral do boi com a perda apenas do "berro".

335. A expansão da pecuária amazônica, no seu estágio atual, está condicionada aos seguintes fatôres, cujo exame se impõe para a formulação de um conjunto de medidas necessárias à execução de um programa de desenvolvimento rural :

1. **Aperfeiçoamento genético dos rebanhos.** O gado crioulo, introduzido nos campos de Marajó, Baixo Amazonas e Rio Branco, bem como o que povoou o pantanal matogrossense e os cerrados goianos, pertence à mesma estirpe do gado colonial trazido para o litoral brasileiro e para as colônias espanholas que, através do cruzamento com outras raças, produziu os tipos de pé duro nacionais, conhecidos popularmente, no jargão pecuário, sob a denominação de caracu, curraleiro, bruxo, franqueiro, pedreiro, macho, pantaneiro e cuiabano. Êsses tipos, na maioria das regiões, entraram ràpidamente em processo de degenerescência genética, quer pela pobreza dos pastos, condições climáticas e sanitárias adversas, incidência de zoonoses, quer pela ausência de novos cruzamentos com matrizes e reprodutores de melhor estirpe. Êsse estado de decadência foi típico na pecuária amazônica, durante todo o Século XIX, e em muitas áreas continua

sendo nos dias de hoje. No entanto, a partir da introdução do zebu indiano, no princípio dêste Século, em Marajó, a qualidade do rebanho amazônico vem melhorando sensìvelmente, dada a sua rusticidade e boa adaptação às condições do clima quente e úmido da região, o que não ocorre com a maioria das raças de linhagem européia. Desta maneira as raças zebuínas foram substituindo ou aperfeiçoando, pelo cruzamento, os plantéis crioulos de pé duro, sendo de destacar a contribuição do Nelore e do Gir nas Ilhas de Marajó, do Guzerá no Amapá, do Gir e do Indubrasil no Baixo Amazonas. Mais recentemente o Instituto Agronômico do Norte (atual IPEAN), ao tempo da direção de Felisberto Camargo, introduziu o **Red-Sindhi** indiano de grande resistência, produtividade, na fazenda experimental de Belterra. Sòmente as fazendas do Rio Branco permaneceram relativamente estagnadas, em virtude de seu isolamento e distância, porém com perspectivas, a médio prazo, de renovação, em virtude do recente arrendamento de inúmeras fazendas a um grupo de fazendeiros texanos que se propõem a substituir os rebanhos crioulos atuais, por um plantel altamente selecionado da raça Santa Gertrudes, desenvolvida no King's Ranch de Texas.

Os búfalos, por sua vez, introduzidos em fins do século passado, na zona do Arari em Marajó, procedentes da Guiana Francesa, constituem uma nova linha de desenvolvimento pecuário dada as suas condições excepcionais de resistência, sobrevivência e pêso, podendo variar de um pêso médio de 500 quilos até 1.100 quilos nos melhores espécimens adultos, assim como em função de sua rusticidade e adaptação aos brejos e às zonas alagadas durante as enchentes.

2. **Campos.** O boi magro resulta, geralmente, da ausência de bons campos e da pobreza das pastagens. Infe-

lizmente, as condições regionais não são tão propícias ao criatório a curto prazo, pois os varzeados, onde a qualidade do solo é melhor para a formação dos pastos, o regime das águas dos rios durante as enchentes, não permitem a fixação perene dos rebanhos nas fazendas, obrigando-as a construir "marombas" para assegurar a sobrevivência do gado nas cheias; e nas terras firmes, onde o gado se refugia durante o período das alagações, a floresta tem que ser removida, a grandes custos para formação de pastagens artificiais, exatamente onde os solos são mais pobres, sujeitos ao processo de laterização e lixiviação, uma vez removida a vestimenta florestal. Por isto, até hoje, sòmente aquelas regiões naturais de campos e cerrados mais próximas é que têm sido aproveitadas pela pecuária extensiva.

Na fase atual, portanto, a pecuária amazônica terá que alternar-se entre a terra-firme, para fins de criação e recria, na fase das cheias, e as várzeas, para fins de invernada e engorda, no período das vazantes. Êste sistema, praticado pelos pecuaristas do "beira-dão" constitui a solução ditada pela experiência e pelos reveses, até que um estágio mais avançado de desenvolvimento tecnológico rural solucione, econômicamente, o problema do criatório, em bases perenes, nas terras centrais. Em têrmos, no entanto, de base física territorial, convém assinalar que a zona de cerrados e campos na Amazônia é estimada em .... 925.000 Kms.2, ou sejam 92.500.000 hectares situados no litoral amapaense, arquipélago de Marajó, Maranhão Ocidental, Baixo e Médio Amazonas, Vale do Rio Branco, zona do Puciari no Madeira, norte goiano e zona da chapada de Mato Grosso, já na periferia da região, na fronteira com a zona do complexo do pantanal. Êsses campos poderiam assim abrigar, em

têrmos potenciais absolutos, uma população bovina de cêrca de quarenta milhões de cabeças, na base da densidade média de um boi por dois hectares, sob o regime da pecuária extensiva.

3. **Forrageiras**. Ìntimamente ligado ao problema da formação de campos está o das forrageiras e leguminosas para alimentação do gado, pois ambos constituem as bases do sucesso de qualquer fazenda. Para tanto, o tipo de forragem e leguminosa escolhido se deve adequar às condições de clima, água e solo. Na Amazônia, de um modo genérico, vamos encontrar os mesmos tipos de forrageiras usadas em outras regiões brasileiras, sem levar em conta as peculiaridades regionais, na ausência de disseminação de estações experimentais agrostológicas para definir o tipo de forragem mais próprio às diversas zonas pecuárias regionais. As variedades mais comuns, como os capins colônia, colonião, venezuela, elefante, gordura, pangola, gramalote, jaraguá, mineirão e a canarana aquática, bem como as leguminosas como a pecuária e a jitirana, são plantadas na esperança de que a experiência empírica aconselhe o melhor tipo a adotar. O IPEAN, contudo, vem desenvolvendo pesquisas agrostológicas nesse sentido, tendo já introduzido na região a variedade conhecida sob a denominação **braquiária,** gramínea nativa da África Tropical. José Resende Péres, que fêz parte de uma comitiva de fazendeiros que visitou, recentemente, a região, recomenda, com base nesses estudos, a adoção dêsse tipo de forrageira :

> "esta gramínea é perene, rastejante, com estolhos que vão ocupando todo o terreno, protegendo-o contra o sol e as chuvas torrenciais. Já o colonião, cuja formação de pastagens é muito mais barata, a meu ver é contra-indicado, pois

sendo um capim de touceiras, permite que a água corra livremente entre as moitas, facilitando a erosão e ainda permitindo a incidência direta dos raios solares sôbre a terra". (Em "Pastagens da Amazônia" e "Encontro com a Amazônia", artigos publicados no "O Globo", edições de 2/4 e 9/4/66).

4. **Defesa contra as zoonoses**. A preservação da saúde dos rebanhos é tão importante como os outros fatôres já citados. A disseminação de práticas sanitárias, banheiros carrapaticidas, vacinação contra a aftosa e outras zoonoses, constituem um conjunto de medidas de preservação, crescimento e multiplicação dos rebanhos.

336. Com base nas informações acima que foram aqui lançadas com o propósito de familiarizar o analista com alguns problemas pecuários, genéricos e específicos, pedimos realizar entrevistas pessoais com os fazendeiros regionais, procurando captar a vivência e experiência daqueles que, por fôrça de suas atividades, estão em contato direto com as realidades da pecuária amazônica, especialmente sôbre :

1. tipos e raças de animais mais adequados para corte e produção de leite.

2. tipos de forrageiras e leguminosas mais adaptáveis às várzeas, cacaias, têsos e terras firmes.

3. vantagens e desvantagens do criatório nas planícies de aluvião, nas terras de capoeira e nas terras virgens centrais.

4. rentabilidade da atividade pecuarista e sua especialização em fazendas de criação, recria e engorda, bem como para produção de carne e leite.

337. Para fins de exercício, elabore, finalmente, um sucinto projeto econômico para uma fazenda média típica de 1.000 cabeças de gado, com uma composição de 10 touros, 500 vacas, 200 novilhas e garrotes e 290 bezerros, em uma área de 5.000 hectares, no Baixo Amazonas ou no Solimões, determinando :

1. Cálculo do custo inicial do investimento fundiário.
2. Despesas com a formação de campos e pastagens.
3. Custos de aquisição de matrizes e reprodutores.
4. Inversões complementares em cercados, estábulos e currais.
5. Despesas administrativas e financeiras.
6. Período de maturação do investimento.
7. Cálculo da produção prevista e da receita e despesa operacional.
8. Determinação do ponto de nivelamento ("break even point").
9. Rentabilidade do empreendimento.

Utilize, na elaboração de seu projeto, como roteiro, os modelos básicos para pedidos de financiamento do Fundo de Financiamento à Pequena e Média Emprêsa (FIPEME), adaptados pelo Banco do Estado do Amazonas, e publicados pela CODEAMA na série Estudos Específicos n.º 5, e os "Elementos de Elaboração e Avaliação de Projetos" preparados pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A (CARIN).

5.6 — ECONOMIA RIBEIRINHA DA LAVOURA DE SUBSISTÊNCIA

338. A emprêsa agrícola na Amazônia, como em outras áreas tropicais semelhantes, enfrentou, desde o início da con-

quista e ocupação portuguêsa, sérias dificuldades para superar o estágio do primitivismo das lavouras indígenas. Extraíndo a sua subsistência da caça e dos frutos da floresta, dos peixes dos rios e lagos, ou da mandioca dos roçados, os índios amazônicos não estavam preparados para oferecer ao colonizador luso, nem mão-de-obra, nem experiência agrícola diversificada que permitisse, desde logo, a formação de um empreendimento agrícola euro-amazônico.

A colheita dos frutos silvestres, a caça aos bichos da floresta, a extração das raízes e tubérculos de suas lavouras itinerantes, a apanha dos bichos de casco e peixes, forçavam as tribos esparsas, a um nomadismo econômico incompatível com a estrutura de uma sociedade agrícola sedentária. Por sua vez, os hábitos alimentares do europeu, baseados nos cereais, leguminosas, tubérculos e frutos, provinham de uma centenária experiência agrícola desenvolvida nos países da zona temperada, e sua aclimatação ao meio tropical, exigiria um grande esfôrço, de resultado incerto e duvidoso, em virtude das condições ecológicas diferentes. Além do mais, o colono viera armado de um espírito de aventura e cobiça para conquistar e "fazer a Amazônia" e não para criar, neste mundo nôvo e hostil, uma sociedade à imagem e semelhança da sua A mão-de-obra africana, que havia ensejado a prosperidade dos senhores de engenho do nordeste, não estava disponível na região e a indiada era refratária ao sedentarismo agrícola das missões e insubmissa à escravidão, base do sistema agrícola colonial.

339. O mundo tropical que o português encontrou na Amazônia lhe era, pois, hostil e adverso. Porém, a conquista territorial e militar não teria maior significado se não se fundasse sôbre uma base econômica de sustentação e sobrevivência. Assim, na impossibilidade de criar uma lavou-

ra alimentar que justificasse a posse, o colono derivou para o empreendimento florestal e extrativo no qual o índio lhe servia de mestre e guia. Charles Wagley ao estudar o processo de aculturação européia na Amazônia, afirma que "nos dois primeiros séculos do regime colonial, em que se formou um nôvo modo de vida no Vale Amazônico, os europeus pouco contribuíram para proporcionar o equipamento ou os métodos técnicos que aumentassem a capacidade do homem para arrancar do ambiente amazônico o suficiente para viver" (Op. cit. pg. 98), e que, "foi o índio que ensinou ao europeu a viver no estranho ambiente amazônico" (pg. 111).

A droga do sertão passou assim, a constituir a primeira experiência econômica do colono, por fôrça dos fatôres acima e em função da existência de um mercado ultramarino ávido pelas especiarias exóticas, nas quais os portuguêses haviam obtido notável experiência mercantil ao assenhorar-se das rotas de comércio e do Império das Índias. A política mercantilista prevalecente em todo o período dos descobrimentos e da conquista do continente americano — que se desdobra do Século XVI ao XVIII — se conformava com êstes objetivos.

340. Algumas tentativas agrícolas, no entanto, foram realizadas passado êsse período, quando a partir de 1750, durante a época pombalina, o govêrno português voltou-se para a Amazônia, na esperança de aqui construir um poderoso império colonial. A introdução do arroz de Carolina no Maranhão, do boi em Marajó, a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará para monopolizar o tráfico do negro e do comércio exterior, e os esforços dos missionários carmelitas, jesuítas e mercedários, em suas reduções, fazendas, aldeamentos e missões, constituíram o primeiro grande trabalho para montar a emprêsa agrícola nesta parte do mundo português. Porém, mesmo

assim, êsse esfôrço, quando se deu, foi sempre encaminhado para a lavoura mercantilista do algodão, do cacau, do café e da cana, e não para fundar uma agricultura de subsistência e de produtos alimentares que atendesse às necessidades das comunidades em formação. Institucionalizou-se dêste modo, um tipo de estrutura econômica e social que, desde o início, afastou o homem do trabalho orientado para atender os seus próprios interêsses.

341. Passado o período colonial, a emprêsa agrícola na Amazônia seria novamente dificultada pelo recrudescimento da economia de base silvestre, proporcionada agora, pelo **rush** da borracha. Os relatórios dos Presidentes das Províncias do Grão-Pará e Amazonas refletem, sistemàticamente, as mesmas queixas e lamúrias sôbre o desinterêsse pela lavoura, atribuído à irresistível atração que o extrativismo exercia por fôrça dos altos preços dos produtos florestais. Esta situação em muitos aspectos, permanece válida e verdadeira para grande parte da área da Amazônia Interior. Confinou-se a lavoura de subsistência ao círculo fechado da economia natural, de auto-consumo, praticada pelos caboclos nos pequenos roçados e sítios, para sustento familiar, às margens dos rios, perto dos varzeados, de caráter sazonal condicionada pelas cheias e vazões. Sôbre tal base assentou-se a rotineira agricultura temporária, de pequeno ciclo, sem maior expressão dentro do contexto da economia extrativa monetária.

A dispersão e o isolamento do homem, muito contribuíram para a manutenção dêsses baixos padrões agrícolas, à falta de estímulos monetários e de mercado que pudessem absorver os eventuais excedentes sujeitos, como tôda a produção alimentar, ao determinismo da perecibilidade. De outro lado, agravando essa tendência, os têrmos de troca — entre produtos agrícolas perecíveis e produtos florestais duráveis — eram sempre favoráveis a êstes, —

um quilo de borracha chegou a comprar trinta quilos de arroz — de modo que as suas vantagens comparativas absolutas impediam a expansão da empreitada agrícola. O sistema mercantil — extrativista, teria pois que, fatalmente, isolar o setor de produção de alimentos, pois os interêsses criados e dominantes, orientaram as atividades econômicas em função dos mercados externos, tanto para fins de abastecimento alimentar como para colocação dos gêneros de sua produção silvestre.

Criou-se assim, um tipo de economia de alto coeficiente de trocas, cuja caracteristica principal é a importação de quase tudo o que se consome para poder exportar quase tudo aquilo que se produz.

342. A despeito dêsse quadro melancólico, que ainda é contemporâneo de grande parte da área extrativista da Amazônia Interior, o empreendimento agrícola, iniciado como enclave familiar, passou nos últimos decênios, com o declínio da renda do extrator, e a crescente concentração demográfica na calha central e nos grandes centros urbanos, a apresentar melhores condições de rentabilidade e a integrar-se no contexto da economia monetária do mercado regional. Esta nova tendência, vem sendo observada atualmente, através da inversão dos têrmos da equação de trocas que passou a favorecer o produto agrícola, não só como conseqüência da pressão da demanda, como também pelas dificuldades decorrentes da irregularidade de abastecimento e dos altos custos de transferência que serviram de barreira de proteção à produção local. Por êstes motivos, um quilo de borracha, hoje não consegue comprar dois quilos de arroz, e um hectolitro de castanha não é suficiente para adquirir um paneiro de farinha.

343. As áreas tradicionalmente agrícolas, na Zona Bragantina, nos vales úmidos do Pindaré e Mearim no Maranhão, no

planalto agrícola de Santarém no Baixo Amazonas, e no Médio Amazonas e Solimões, que integram a frente agrícola na Amazônia, estão se beneficiando dessa posição favorável e tenderão a crescer à medida que aumentar a pressão da demanda de alimentos por parte dos centros urbanos e melhorar o nível de renda da população em geral. Êste nôvo fator virá contribuir, decisivamente, para modificar o quadro estagnacionista da produção de alimentos na Amazônia, cujo **deficit** é fàcilmente percebido pelo estudo dos componentes de sua pauta de importação, em comparação com o nível de produção alimentar própria. Para melhor análise desta atual tendência da economia ribeirinha da lavoura de subsistência, damos a seguir os dados relativos à produção regional de seis produtos básicos, referentes ao ano de 1964 :

PRODUÇÃO AGRÍCOLA ALIMENTAR — P
ÁREA CULTIVADA — QUANTIDAD
(Hectare) (Tonelada

UNIDADES	MANDIOCA			ARROZ			MILHO		
	Área	Quantidade	Valor	Área	Quantidade	Valor	Área	Quantidade	Va
RONDÔNIA	503	9.284	28.206	1.815	1.668	119.000	2.305	2.236	1
ACRE	3.849	81.674	1.084.693	2.542	3.507	186.610	4.433	6.825	2
AMAZONAS	8.502	209.890	789.077	806	1.295	126.409	1.709	2.301	1
RORAIMA	380	12.950	457.500	1.079	1.620	108.000	1.010	697	
PARÁ	74.639	1.062.510	4.338.727	63.008	51.112	2.410.111	45.008	31.109	1.5
AMAPÁ	2.388	24.770	692.530	1.045	656	51.841	660	647	
TOTAL	90.261	1.401.078	7.390.733	70.295	59.858	3.001.971	55.125	43.815	2.1
MARANHÃO (Todo o Estado)	114.881	1.224.240	5.717.854	420.859	579.443	22.113.566	264.809	221.454	8.4
MATO GROSSO (Todo o Estado)	28.093	448.306	6.426.244	263.083	417.377	26.303.058	113.048	151.907	4.9
GOIÁS (Idem)	65.676	1.105.354	6.417.284	796.692	1.271.860	87.884.248	329.801	559.231	21.9
TOTAL	208.650	2.777.900	18.561.382	1.480.634	2.268.680	136.300.872	707.658	932.592	35.4
BRASIL	1.715.857	24.355.602	194.783.983	4.169.761	6.344.931	487.738.100	8.105.894	9.408.043	377.1

FONTE : IBGE — Serviço de Estatística da Produção.

INCIPAIS CULTURAS — 1964
— VALOR DA PRODUÇÃO
(Cr$1.000)

	FEIJÃO			BATATA DÔCE			BANANA		
or	Área	Quantidade	Valor	Área	Quantidade	Valor	Área	Quantidade (1.000 cachos)	Valor
.495	934	1.065	160.224	13	41	913	80	120	41.600
.946	2.371	2.372	377.318	70	650	45.670	756	756	86.278
.544	1.257	1.828	219.700	374	3.376	58.330	1.225	1.665	239.342
.480	83	58	11.520	16	88	4.400	18	54	10.390
.972	9.679	6.620	746.985	383	2.762	74.349	1.314	2.568	473.715
.886	76	67	8.702	39	175	6.500	65	163	23.656
.323	14.400	12.010	1.524.449	895	7.092	190.162	3.458	5.326	874.981
.997	46.315	29.130	2.337.111	792	4.647	116.277	4.288	7.987	1.702.247
.749	58.702	49.164	5.231.305	902	7.795	132.487	3.638	6.626	1.576.526
.207	103.591	87.081	12.380.189	1.757	18.063	308.401	4.521	7.370	1.394.658
.953	208.608	165.375	19.948.605	3.451	30.505	557.165	12.447	21.983	4.673.431
.534	3.130.562	1.950.683	180.488.222	158.337	1.597.826	25.504.611	227.700	338.206	122.274.714

344. Interprete o quadro anterior e observe :

1. o total da área cultivada dêsses seis produtos alimentícios básicos, na Amazônia dos 6 (3 Territórios e 3 Estados da chamada Amazônia Clássica) não atinge a 235.000 hectares, ou sejam 2.300 Km2. Admitindo-se que as várzeas amazônicas, mais propícias ao trabalho agrícola de base alimentar, abrangem cêrca de 100.000 Km2, menos de 2,5% dessa área estão sendo utilizadas para produzir alimentos.

2. o intenso desenvolvimento agrícola que se observa nos Estados meio-amazônicos do Maranhão, Mato Grosso e Goiás, cuja área cultivada, conforme quadro anterior, atinge a cêrca de 2.600.000 hectares, 12 vêzes maior que na Amazônia dos 6. A região goiana e matogrossense está se convertendo no celeiro agrícola e pecuário do Brasil.

3. a predominância da lavoura de mandioca, — "o pão dos trópicos" — que representa quase 40% da área cultivada na Amazônia Clássica. No Estado do Pará essa lavoura adquire grande importância e é responsável pela produção de farinha que abastece grande parte da região.

4. os altos preços da mandioca no Acre, Rondônia e Amapá em comparação com os baixos valores atribuídos à produção do Pará, Maranhão e Goiás. Salvo êrro de elaboração estatística, isto indica uma estreita correlação entre safras maiores e baixos preços.

5. o Estado do Maranhão continua mantendo a tradição de sua economia arrozeira que vem desde os tempos coloniais, sòmente ultrapassada pela produção goiana, que aliás pràticamente domina em área cultivada, quantidade produzida e valor de produção na Amazônia dos 9.

6. a produção de milho, na Amazônia dos 6, com exceção do Pará, é insignificante, o que concorre para dificultar o desenvolvimento do criatório de pequeno e médio porte, que nêle tem o seu principal sustento.

7. a predominância da lavoura alimentar na Amazônia Oriental-Litorânea, reflete a pressão demográfica intensa a que está submetida.

   A Amazônia Setentrional e Ocidental, vinculada à grande área da economia extrativa, e de menor densidade humana, apresenta os menores índices de produção de alimentos.

8. para melhor concluir, compare os dados anteriores com os do decênio anterior, e trace a curva do crescimento do setor sob exame.

345. Os baixos índices da produção agrícola, registrados na Amazônia, refletem as próprias condições inerentes ao atual estágio de subdesenvolvimento da área, onde predomina um tipo de agricultura rudimentar, de base extensiva-extrativa-artesanal. A pequena dimensão do setor reflete a baixa densidade humana, e, a inferior produtividade, a ausência de conhecimento de melhores práticas agrícolas e a insignificante quantidade de equipamento de que a população dispõe para provocar a mudança para um estágio superior de lavoura intensiva, mediante uso de corretivos, fertilizantes e tratores.

O quadro seguinte dá bem uma idéia dessa estrutura, apesar do avanço verificado no decênio :

U

R
A
A
R
P
A

T

M
(t
N
G

T

B

F

ESTRUTURA DA LAVOURA

UNIDADES	CENSO 1950				CENSO 1960				
	N.º de Estabelecimentos	Áreas das Lavouras (ha)	Pessoal Ocupado	N.º de tratores	N.º de Estabelecimentos	Áreas das Lavouras (ha)	Pessoal Ocupado	N.º de tratores	N.º de Arados
Rondônia	530	4.267	4.678	5	1.013	11.561	4.188	8	7
Acre	1.701	14.004	15.905	5	3.679	19.057	28.938	16	18
Amazonas	15.220	53.140	80.705	10	48.509	125.221	166.259	24	32
Roraima	445	701	2.444	2	873	2.024	3.225	1	12
Pará	59.877	161.743	219.985	33	83.241	292.244	329.815	194	202
Amapá	454	657	2.785	6	1.023	8.383	4.194	23	35
TOTAL	78.227	234.512	326.502	61	138.338	458.490	536.619	266	306
Maranhão (todo o Estado)	95.165	328.714	368.625	16	261.961	1.169.940	928.801	41	118
Mato Grosso (idem)	16.015	143.330	86.279	50	48.245	418.245	184.340	997	5.386
Goiás (idem)	63.736	464.942	299.334	89	111.215	994.901	492.745	1.299	6.388
TOTAL	174.916	936.986	754.238	155	421.421	2.583.086	1.605.886	2.337	11.892
BRASIL	2.064.642	19.095.057	10.996.834	8.372	3.349.484	29.759.785	15.521.701	63.493	1.031.930

FONTE: IBGE — Censo Agrícola 1950/1960

346. A análise do quadro anterior indica :

1. a área agrícola ocupada na Amazônia dos 6, era de apenas 458.490 hectares em 1960, que representava 1,5% do total da área da lavoura do país. Sòmente o Estado do Maranhão apresentava uma área 2,5 vêzes superior à registrada acima.

2. um elevado índice de pessoal ocupado por área cultivada o que revela um baixo rendimento **per capita.** Pelo Censo de 1960, para 458.490 hectares existiam .... 536.619 pessoas ocupadas, equivalente a uma taxa de 1,2 de pessoa/área, enquanto que a média brasileira era de 0,5.

3. uma inexpressiva taxa de mecanização agrícola, dada pela existência de apenas 266 tratores e 306 arados, recenseados em 1960. A situação atual, apresenta sensível melhoria, pois os últimos dados referentes a 1965 revelavam, para a Amazônia dos 6, a existência de 1.768 tratores para um total de 2.019.129 em todo o Brasil.

347. Em um programa de incentivo à lavoura de alimentos, destaque os seguintes aspectos promocionais para a devida análise :

1. crédito direto ao agricultor para formação, custeio colheita e comercialização da safra.

2. garantia de preços mínimos por parte da Comissão de Financiamento da Produção.

3. transporte da produção para o mercado consumidor.

4. construção de silos, armazéns e paióis de tela.

5. distribuição de sementes selecionadas (milho híbrido, etc.).

6. eliminação de impostos e taxas incidentes sôbre a produção.

7. acesso direto do produtor ao mercado, com a eliminação do intermediário (mercado livre do produtor).

8. preços livres, corrigidos periòdicamente, para acompanhar os índices de desvalorização monetária.

9. distribuição de implementos e equipamentos agrícolas.

10. uso de corretivos, adubos e fertilizantes.

11. práticas conservacionistas (curvas de nível, terraceamento, rotação de culturas, etc).

12. fundação de estações agrícolas experimentais.

13. reformulação da política agrária para facilitar o acesso do produtor à propriedade da terra.

5.7 — ECONOMIA AGRO-INDUSTRIAL E DE EXPORTAÇÃO DA VÁRZEA E TERRA FIRME.

348. O setor agro-alimentar, na Amazônia, enfrentou maiores óbices e dificuldades para se fundar e expandir do que o setor agrícola de base mercantil-industrial. Êste fato prende-se a razões de ordem histórico-culturais e a fatôres políticos prevalecentes na área, que a levaram a produzir, prioritàriamente, para atender à demanda do mercado externo, deixando que o seu próprio consumo fôsse suprido, por outros países, por via do intercâmbio.

Assim, as primeiras culturas agrícolas, desde os tempos coloniais, teriam, forçosamente, que atender a êstes objetivos. As lavouras de cacau, algodão, fumo, cana e café que se formaram no período, ilustram bem o tipo de estrutura agrícola de base colonial-mercantilista, que também foi implantado na Amazônia, como de resto em todo o país. No entanto, elas representaram um consideráve!

avanço sôbre a emprêsa extrativista-espoliativa de base florestal-coletora, característica da primeira fase da conquista e ocupação do espaço amazônico.

Os interêsses mercantilistas da metrópole portuguêsa estimulavam a expansão dessas culturas industriais, pois através delas se processava o fluxo do intercâmbio com a colônia nos dois sentidos das correntes de importação e exportação, de modo a formar vínculos de complementariedade e acasalamento. Outrossim, constituíam, pràticamente, a única via alternativa para superar a diminuta capacidade do mercado interno, incapaz por si só, de absorver o volume da produção, gerir as decisões econômicas e formular as opções em função dos seus próprios interêsses. As regiões que fugiram a êsse quadro, e se situaram à margem da economia mercantilista-colonial, não se conseguiram desenvolver, porque o isolamento a que estavam condenadas as fêz regredir para um estágio de economia natural, sem possibilidade de crescimento e expansão.

Devemos considerar, outrossim, que a lavoura comercial de matérias primas e de exportação de culturas industriais e alimentares ofereciam ao mercado externo produtos originais e exclusivos do meio tropical, sem concorrência nos mercados consumidores de ultramar, a não ser de outras áreas ecològicamente semelhantes. Esta posição dominante dos produtos tropicais no mercado europeu assegurava a essas culturas agro-industriais um poder oligopolístico, que lhes permitia usufruir altos preços e um grande potencial de expansão, eis que não estavam limitadas ao baixo teto da capacidade consuntiva doméstica. Enquanto que a produção alimentar estava prêsa a essa capacidade, sem contar com o problema da perecibilidade das safras, numa época em que as técnicas de conservação e estocagem dos alimentos ainda eram pràticamente desconhecidas, bem como sem considerar o fato de que estaria sujeita à

forte concorrência das áreas agrícolas da zona temperada, cujas culturas apresentavam maiores índices de produtividade e capacidade competitiva.

Não é pois de admirar que os países coloniais, mesmo depois de haverem obtido a sua nominal independência política, tenham preservado essa posição por causa da impossibilidade de mudar a estrutura econômica construída em função dêsses fatôres.

349. Na Amazônia êsse tipo de economia agro-mercantil desenvolveu-se ainda no período colonial, na área meio-amazônica do Maranhão, com o algodão, e nas áreas paraense e amazonense com as culturas do cacau, café e tabaco. Tais atividades, no entanto, iriam entrar em grande declínio, com o recrudescimento da economia extrativa-florestal que passou a dominar o quadro regional, a partir da sexta década do século passado até à segunda do atual.

Sustentada pelo monopólio natural da borracha silvestre, esta economia, ao receber o impacto da heveicultura oriental, entrou ràpidamente em decadência, que bem se observa pelo volume decrescente da produção gomífera e pela queda das receitas de exportação conseqüente à deterioração rápida das cotações internacionais, a partir de 1911. Assim é que no auge da prosperidade dêsse ciclo, em 1910, a Amazônia obteve uma receita de exportação de ..... £25.254.371 para uma produção de 38.547 toneladas de borracha, para ao findar da década dos anos 20, ver reduzida essa receita para £2.518.668 referentes a produção de 23.587 tons., até atingir o fundo da crise em 1932, com uma receita de £217.012 para 6.224 tons. de borracha exportada. A região amazônica havia, assim, nesse intervalo de 22 anos, de 1910 a 1932, perdido 97% de sua renda territorial proveniente dêsse produto.

350. A recuperação da economia amazônida, que se observa a partir da II Grande Guerra Mundial, acompanhando a

tendência geral do crescimento da economia brasileira, iria ser assinalada pela presença atuante do setor agrícola de produção de matéria-prima. Essa presença inicialmente despontou pelas tentativas de heveicultura, no vale do Tapajós, pela Companhia Ford Industrial do Brasil, ainda na década dos anos 30, cuja iniciativa, todavia, não encontrou correspondência nem receptividade, terminando melancòlicamente pela entrega ao govêrno brasileiro, em 1946, das plantações de Belterra cobrindo uma área cultivada de 6.700 hectares, com cêrca de 2.500.000 seringueiras.

Êste setor, no entanto, iria assumir nova dimensão quando os japonêses introduziram e aclimataram a juta indiana, na Amazônia Central, em "Vila Amazônia", nas proximidades de Parintins. A partir de 1937, quando as primeiras nove toneladas foram produzidas, a economia juteira difundiu-se ràpidamente nos varzeados do Baixo e Médio Amazonas, graças à adesão do elemento caboclo que a incorporou, de forma definitiva, à paisagem econômica da região, transformando-se de lavrador de mandioca em produtor de juta. Dêste modo, a juticultura foi povoando as várzeas de Alenquer, Óbidos, Santarém, Oriximiná, Parintins, Urucurituba, Urucará, Itacoatiara, Manaus e Manacapuru, enquanto na zona guajarina e bragantina, em terras firmes, se desenvolvia, paralelamente, a cultura da malva. Assim é que, em 1947 a produção juteira atingia 6.287 toneladas, dez anos depois figurava com 32.929 tons. até alcançar o máximo de 52.171 tons. na safra de 1960, para declinar, nos anos subseqüentes, para 50.828 tons. em 1961, 46.111 tons. em 1962, 41.633 tons. em 1963. No ano de 1964 já havia recuperado, parcialmente, o seu nível de produção, ao atingir nesse ano 44.654 tons. no valor de Cr$ . . . . . 6.644.997.

Em menos de 30 anos, pois, a juta asiática, passou a domi-

nar a economia das várzeas do Baixo e Médio Amazonas. Cultura de pequeno ciclo, bom rendimento, e rápida rotação, a juta promoveu autêntica revolução rural na Amazônia Central.

Ao contrário da borracha silvestre, cuja economia fundiária se estruturou no regime semi-feudal do latifúndio, a juticultura fundou-se na pequena e média propriedade familiar, estabelecendo estreitas vinculações de interêsses, contatos e intercâmbio com os centros urbanos dos seus municípios de origem. A extensão do crédito rural direto ao produtor, a garantia dos preços mínimos, a distribuição de sementes, a crescente demanda do mercado doméstico, as facilidades de comercialização sem os excessos de intermediarismo, e agora o processo de industrialização a que deu origem na própria área, promovem a democratização dêsse setor agrícola, ensejando a justa participação de mais de 40.000 pequenos produtores nos frutos da renda gerada, que no corrente ano de 1966, é estimada em cêrca de Cr$ 20 bilhões, a preços de mercado, na prensa.

351. Ao lado da economia juteira da várzea, a partir de 1943, despontou uma nova cultura agrícola-comercial, desta vez em terra firme : a pimenta-do-reino. Aclimatada também pelos japonêses em Tomé-Açu e Castanhal, no Estado do Pará, a pimento-cultura passou a constituir-se na primeira experiência de sucesso no campo da agricultura comercial em terra firme, graças aos métodos racionais de cultivo com emprêgo de corretivos e uso de fertilizantes orgânicos e químicos. A agricultura dessa especiaria asiática, iniciada, na zona guajarina, possui enorme potencial de crescimento, conforme se verifica pela fundação de pimentais nas terras altas do Baixo Amazonas e às margens dos eixos rodoviários ao redor de Manaus, nas colônias agrícolas iniciadas pelos japonêses ao longo da estrada Manaus-Itacoatiara. Em 1964, a cultura da pimenta-do-reino

compreendia 3.775 hectares, com um volume de produção de 6.461 toneladas no valor de Cr$ 3.202.720.

No corrente ano de 1966, as estimativas são da ordem de 7.000 toneladas, avaliadas em redor de Cr$ 7 bilhões.

352. Enquanto as culturas da juta, nas várzeas, e da pimenta-do-reino, em terras firmes passaram a dominar o quadro da agricultura comercial, com uma participação conjunta de quase 85% do valor do produto dêste setor, as culturas tradicionais não demonstraram nenhum indício de recuperação. As lavouras de cacau, fumo e guaraná, permaneceram estacionárias, ou entraram em declínio, revelando o processo de seu envelhecimento histórico e a pobreza de seus baixos índices de rendimento, como no caso do guaraná de Maués, cuja tendência atual é no sentido do seu desaparecimento da pauta agrícola exportável.

353. Com referência ao guaraná, aproveite a oportunidade para observar que esta cultura indígena, praticada pelos índios Maués da região da Tupinambarana, desde os tempos pré-colombianos, constitui um tipo de alimento-poupança, a cujo cultivo quase todos os povos se dedicaram : a coca na Bolívia, a maconha no Nordeste brasileiro, a marijuana na América Central, o cacau no México, o fumo nas Antilhas, o café na Arábia, o chá na Pérsia, o ópio na China, o guaraná na Amazônia. Procure pois correlacionar êste tipo de cultura entorpecente ou de poupança com o problema endêmico da fome nesses países.

354. A análise conceitual, acima esboçada, da economia agrícola-industrial e de exportação, melhor se ilustra pela interpretação analítica sugerida pelo quadro estatístico seguinte, compreendendo sete culturas do setor :

PRODUÇÃO AGRÍCOLA I
ÁREA C
(

UNIDADES	JUTA (1)			ALGODÃO EM CAROÇO			CACAU		
	Área	Quantidade	Valor	Área	Quantidade	Valor	Área	Quantidade	
RONDÔNIA	—	—	—	—	—	—	—	—	
ACRE	—	—	—	—	—	—	—	—	
AMAZONAS	29.208	30.984	4.610.755	—	—	—	1.591	1.061	
RORAIMA	—	—	—	—	—	—	—	—	
PARÁ (2)	12.587	13.670	2.034.242	1.764	376	30.531	6.045	1.768	
AMAPÁ	—	—	—	—	—	—	115	32	
TOTAL	41.795	44.654	6.644.997	1.764	376	30.531	7.751	2.861	
MARANHÃO (Todo o Estado)	—	—	—	146.934	70.470	6.182.485	42	10	
MATO GROSSO (Todo o Estado)	—	—	—	29.009	27.148	2.092.949	—	—	
GOIÁS (Idem)	—	—	—	33.346	20.092	2.423.957	1	1	
TOTAL	—	—	—	209.289	117.710	10.699.391	43	11	
BRASIL	41.795	44.654	6.644.997	3.748.597	1.770.288	296.958.455	487.136	153.685	4

FONTE : IBGE
(1) — Dados CONDEPA/CODEAMA
(2) — O Estado do Pará é também produtor de Malva, tendo produzido, em 1964, 11.939 toneladas no valor de Cr$ 1.508.851.000
(3) — A produção de pimenta no Estado do Amazonas iniciou-se em 1965.

DUSTRIAL E DE EXPORTAÇÃO — PRINCIPAIS CULTURAS — 1964
LTIVADA — QUANTIDADE — VALOR DA PRODUÇÃO
ctare) (Tonelada) (Cr$1.000)

	CANA DE AÇÚCAR				FUMO		GUARANÁ			PIMENTA-DO-REINO (3)		
Valor	Área	Quantidade	Valor	Área	Quantidade	Valor	Área	Quantidade	Valor	Área	Quantidade	Valor
—	91	1.460	5.152	20	27	7.740	—	—	—	—	—	—
—	746	30.240	95.512	401	212	69.183	—	—	—	—	—	—
135.934	975	30.577	74.792	562	428	120.290	—	86	22.689	—	—	—
—	9	450	1.350	—	—	—	—	—	—	—	—	—
249.825	8.744	195.780	255.315	2.942	1.967	740.010	—	—	—	3.755	6.461	3.202.720
4.100	130	3.496	11.208	26	7	2.600	—	—	—	—	—	—
389.859	10.695	262.003	443.329	3.951	2.641	939.823	—	86	22.689	3.755	6.461	3.202.720
575	23.212	619.029	1.777.303	6.319	4.400	1.247.269	—	—	—	—	—	—
—	12.607	509.109	1.054.868	367	234	57.938	—	—	—	—	—	—
60	40.661	1.888.776	5.281.442	6.384	5.098	1.531.585	—	—	—	—	—	—
635	76.480	3.016.914	8.113.613	13.070	9.732	2.836.792	—	—	—	—	—	—
682.262	1.519.491	66.398.978	346.341.981	250.505	210.427	49.919.712	—	86	22.689	3.755	6.461	3.202.720

355. Dada a importância da economia juteira dentro do conjunto da economia regional analise o quadro abaixo, referente à sua evolução no decênio 1955/1964 :

PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DA JUTA
DECÊNIO 1955-1964

ANOS	Produção do Pará	Produção do Amazonas	Produção total	Valor a preços correntes	Área Cultivada Cr$	Produtividade média (ha)	Preço médio anual em Cr$ de 1953
1955	9.930	14.484	24.414	158.252.000	21.419	1,1	4,4
1956	11.659	20.006	31.665	306.435.000	25.918	1,2	5,5
1957	10.818	22.111	32.929	331.908.000	27.137	1,2	5,1
1958	9.018	22.222	31.240	340.969.000	25.832	1,2	5,0
1959	8.800	25.869	34.669	517.659.000	23.719	1,4	4,8
1960	10.118	42.053	52.171	1.263.743.000	28.007	1,9	5,5
1961	11.017	39.811	50.828	2.487.171.000	35.628	1,4	8,1
1962	13.575	32.536	46.111	2.204.969.000	40.688	1,1	5,0
1963	10.877	30.756	41.633	3.078.871.000	38.785	1,1	4,6
1964	13.670	30.984	44.654	6.644.997.000	41.795	1,0	5,2

FONTES : IBGE — CODEAMA — CONDEPA
"Diagnóstico Sócio-Econômico Preliminar da Juta na Amazônia", elaborado pela CODEAMA — 1966.

356. O quadro anterior sugere inúmeras questões que pedimos situar e esclarecer :

1. os motivos da estagnação das safras, após haverem atingido em 1960/1 o nível máximo, ligeiramente superior a 50.000 tons., que parece constituir o teto da capacidade produtora, nas condições tecnológicas atuais.

2. a razão da queda nos índices de produtividade média por ton/ha, que após haver atingido 1.900 kgs/ha, em 1960, baixou para a média de 1.000 kgs/ha, na safra de 1964.

3. a tendência estabilizante dos preços, medidos em cruzeiros constantes de 1953, refletindo a política de garantia dos preços mínimos.

357. A fim de melhor familiarizar-se com os problemas da economia juteira, faça um breve estudo dos seguintes aspectos :

1. Tipos e variedades botânicas da juta (Corchorus Capsularis e Corchorus Olitorius) e variedades comerciais indianas (Juta Branca, Tossa e Daisee) e das variedades amazônicas (Solimões, Branca, Roxa e Lisa).

2. Atuais áreas de cultivo e áreas potenciais de expansão.

3. Processos de cultivo e práticas agrícolas.

4. Custo da produção por hectare, abrangendo :
   a) preparo do terreno (broca, derruba, rebaixa, queima, encoivaramento).
   b) plantio por lanço e a "tico-tico".
   c) tratos culturais (capina e limpeza).
   d) colheita (corte, afogamento, maceração, lavagem, secagem e enfardamento).
   e) transporte e prensagem.

5. Possibilidade de mecanização da cultura e introdução do sistema indiano de tanques de maceração ou de descorticação a sêco.

6. Cargas fiscais e tributárias que incidem sôbre a produção e comercialização.

7. Fretes marítimos até Santos, por pêso ou cubagem, comparados com os fretes rodoviários na Belém-Brasília.

8. Tipos e qualidade da classificação comercial brasileira (Tipos 1-3-5-7-9), comparados com os da classificação indiana internacional (Superior, Dacca, Dundee, Lightnings, Mill First, etc.).

9. Preços atuais, vigentes no mercado, pagos ao produtor, ao prensador, FOB Manaus ou Belém e CIF Rio-Santos.

10. Extensão do crédito rural ao produtor, através do levantamento cadastral dos financiamentos realizados na última safra, pela CREAI do Banco do Brasil, pela Carteira de Fomento do Banco de Crédito da Amazônia, e pelas Carteiras Agrícolas dos Bancos Oficiais dos Estados.

11. Possibilidades de expansão das safras, para atingir a meta de 100.000 toneladas e providências necessárias recomendadas.

12. Dimensão do mercado consumidor brasileiro, representado pela indústria de sacaria e de tela de juta, no centro-sul e na região.

13. Perspectivas do mercado internacional e alalquiano.

14. Consulte a seguinte bibliografia :
Juta — James Dempsey, Tradução CODEAMA, Manaus, 1965.

A Cultura da Juta e sua Mecanização — Edição CODEAMA, 1965.

Diagnóstico Sócio-Econômico Preliminar da Juta na Amazônia — Edição CODEAMA, Manaus, 1966.

A Juta na Amazônia — Virgílio F. Libonatti — Instituto Agronômico do Norte — Belém, 1958.

5.8 — ECONOMIA URBANA INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS

358. A distribuição espacial do processo histórico e atual do desenvolvimento econômico da Amazônia vem se realizando, em suas linhas gerais, acompanhando critérios locacionais, sugeridos pela geografia social e física, de utilização dos fatôres e recursos naturais e humanos, presentes à formação de suas três frentes produtivas :

1. a economia linear do delta e da calha central, baseada no conjunto **várzea-rio-campo** responsável pela estruturação do complexo agro-econômico **planta-peixe-boi.**

2. a economia da dispersão dos tributários e altos rios, fundada sôbre a biota **mata-bicho-mina,** origem das atividades humanas ligadas à economia extrativista de base vegetal, animal e garimpeira.

3. a economia nuclear da concentração demográfica, institucionalizada sôbre o quadro **govêrno-cidade-comércio,** centro articulador da economia intermediarista no passado, e matriz da atual economia urbana industrial e de serviços.

359. Essas três frentes de produção — do agro, da flora e da urbs — fundaram-se contemporâneamente, porém se desenvolveram em escala e ritmos diferentes, acompanhando as flutuações da demanda e as altas cíclicas dos mercados externos. Tôdas elas sofrendo, em períodos defasados,

as conseqüências das crises conjunturais e de estrutura a que estiveram sujeitas pelas suas posições reflexas no conjunto do intercâmbio ou em decorrência do processo de seu envelhecimento histórico e do anacronismo e imobilismo a que se condenaram. Êste quadro, no entanto, iria sofrer profundas modificações, no momento em que, após ultrapassadas as crises dos anos 20 e 30, a economia amazônica iniciou o processo de sua integração ao sistema brasileiro — favorecido pela prosperidade industrial do centro-sul — que possibilitou a substituição do mercado externo pelo doméstico, tanto para o suprimento de bens como para escoamento dos produtos regionais. Foi já nesta fase que assistimos, a partir da década dos anos 50, ao surgimento do setor industrial na Amazônia que, muito embora já existisse desde os tempos coloniais sob forma incipiente e artesanal, não conseguira, até então, converter-se em centro dinâmico, suficientemente forte, para influenciar e orientar o conjunto econômico regional.

360. Como em outras áreas subdesenvolvidas, a secundarização da economia amazônica, atualmente em marcha, que implica na fundação de um setor industrial dinâmico que assuma o comando do processo de inversão, iniciou-se pelas exigências dos centros urbanos de Belém, Manaus, S. Luís, Cuiabá e outros, que demandavam certos tipos e classes de bens de consumo, cujo atendimento sòmente seria possível partindo da produção local, pela inviabilidade de seu transporte de outros centros, ou pela impossibilidade física de seu deslocamento dada a peculiaridade de sua estrutura e acondicionamento. Seguindo êste curso padrão, o processo percorreu três etapas :

1. **Na primeira fase** montaram-se os setores de cerâmica, para a fabricação de tijolos e telhas ; o de serrarias para desdobramento da madeira em tábuas ; o da construção para edificação de residências e obras

públicas ; o de mobiliário para feitura de móveis e utensílios ; o de vestuário para confecção de roupas ; o alimentar para fabricação de pão; o de saboarias para limpeza e higiene ; o editorial-gráfico para impressão de jornais ; o de bebidas e outros tipos de indústrias de transformação de bens de consumo, cujas técnicas de fabricação, pela sua simplicidade, não oferecem maiores dificuldades para a sua implantação. Quase todos êles protegidos pelos altos custos de transferência ou pela impossibilidade de deslocamento fora dos centros de produção.

Êste setor, implantado nos principais centros urbanos da região e em inúmeras pequenas cidades da hinterlândia, tende a permanecer estagnado, na medida em que as cidades onde se instalaram não se desenvolvam, pois a pequena dimensão do mercado local, não permite a formação de economia de escala. O seu crescimento resulta do processo de urbanização e concentração demográfica e pela formação de mercados tributários vizinhos, que passam a induzir o setor pela pressão da demanda decorrente do aumento da população, avaliada tanto em têrmos quantitativos como de fatôres de ordem qualitativa, responsáveis pelo aumento do poder aquisitivo.

2. Esta fase primária do processo industrial vive, pois, mais em função das necessidades mais rudimentares dos centros urbanos do que do interêsse mais amplo da região da qual fazem parte. Porém, se as condições existentes favorecerem a expansão do setor, e se a liderança empresarial a isto estiver disposta, a capitalização das poupanças e os ganhos monetários dos empresários farão com que a cidade se integre ao conjunto da região, propiciando, dêste modo, o surgimento da **segunda fase** do processo que na Amazônia se apresentou sob a forma de beneficiamento prove-

niente do setor primário extrativo : a salga de peixes, a curtição de couros, a lavagem e laminação da borracha, o descasque da castanha, o esmagamento das sementes para extração de óleo, a distilação de essências, a prensagem da juta e outras fibras, o desdobramento e serragem das madeiras, a pilação do guaraná e outros. Êste setor, ao se constituir, passou a dar apoio à produção extrativa, promovendo a melhor apresentação do produto silvestre, de modo a obter melhores preços, beneficiando assim a região que passou a reter uma maior parcela do valor final da matéria-prima bruta pelo incremento do valor adicionado, pelo processo de beneficiamento e pela criação de novos emprêgos nos centros urbanos onde se localizou. Esta segunda etapa do processo de secundarização e industrialização da economia, no entanto, é mais exigente em têrmos de apoio logístico, quer o proveniente do sistema de transporte, quer o decorrente da oferta do setor primário sôbre o qual se funda. Vivendo em função dêle, a sua expansão está condicionada ao crescimento do setor extrativo e à demanda do mercado externo. As suas dificuldades, a êsse aspecto, são bem conhecidas, dada a relativa inelasticidade da oferta da produção florestal, que constitui um dos pontos de estrangulamento que limita o potencial de seu crescimento. Êsse potencial sòmente poderá realizar-se, em sua plenitude, com a transformação e mudança tecnológica que venha a substituir o atual artesanato florestal pela produção racional em escala. O setor industrial, nesta segunda fase, na região, se de um lado promoveu a integração da cidade à floresta, pela manipulação e beneficiamento dos seus produtos, de outro lado retardou-se em relação ao setor industrial-agrícola-alimentar, responsável pela elaboração primária dos bens de subsistência com vistas a conferir-lhe mais resistência à perecibilidade, e mais valor

adicionado. Esta linha de secundarização da produção alimentar primária, em outras regiões, se desenvolve pela implantação do setor industrial de laticínios, para produção de manteiga e queijo ; de beneficiamento do boi nas charqueadas e nos matadouros pelo aproveitamento dos ossos e resíduos ; de processamento do peixe pela conserva e enlatamento ; de aproveitamento dos frutos pela extração de sucos e fabricação de doces ; de melhora do produto agro-alimentar em geral, pelos processos rotineiros de conservação e embalagem. Com algumas exceções, é óbvio, pois que na Amazônia Oriental, na zona maranhense e paraense, tal setor se expandiu através das usinas de beneficiamento de arroz e dos pequenos engenhos para fabricação de rapadura, açúcar e aguardente.

3. O subseqüente crescimento da economia industrial amazônica, ao atingir esta segunda fase na década dos anos 40, teve o seu crescimento obstado pela decadência do sistema energético, pelo agravamento das imposições fiscais espoliativas, praticadas por quase todos os governos estaduais, pela deficiência do setor creditício, pela falta de incentivos e estímulos para reter a poupança regional e aplicá-la em investimentos, dentro de um programa efetivo de desenvolvimento regional.

Muitas dessas dificuldades foram superadas no decorrer da última década. A reimplantação do sistema energético, em Belém, S. Luís, Manaus, Cuiabá e outras cidades, ocorrida no período que vai de 1955 até hoje, bem como o processo de rodoviarização da Amazônia pela construção dos grandes eixos rodoviários da Belém-Brasília e Brasília-Acre, no último qüinqüênio ; a expansão da rêde bancária, através da criação dos Bancos Oficiais dos Estados e do Banco de Crédito da Amazônia e de filiais dos grandes bancos nacionais ;

o estabelecimento de uma política de desenvolvimento através de órgãos regionais e estaduais ; a ampliação do setor de educação e capacitação profissional pela extensão da rêde escolar primária, média e universitária ; a criação de estímulos fiscais, pelo desagravamento da carga tributária no campo federal e estadual, estão contribuindo para formar a infra-estrutura e as bases das economias externas, responsáveis pela fixação da **terceira fase** do processo de industrialização. Esta etapa se caracteriza pela fundação de estabelecimentos industriais de médio e grande porte, utilizando tecnologia avançada e implantando sistemas racionais de produção.

A demarragem dessa fase, iniciou-se, na Amazônia, nesta última década, partindo das instalações industriais pioneiras do refino de petróleo, em Manaus, em 1956, solucionando o problema do abastecimento de combustíveis na área, para prosseguir no setor têxti! de fiação e tecelagem de juta, nas áreas de Manaus, Belém e Santarém, no de moagem de trigo em Belém e Manaus, no de fabricação de cimento em Capanema, no Pará, no de refino de óleos comestíveis em Belém, no de laminados e compensados de madeira em Manaus e Amapá, de fabricação de cerveja em Belém e outros empreendimentos em fase de execução ou de projeto, como o da siderurgia em Manaus, de fabricação de açúcar em Mato Grosso e Baixo Amazonas, de celulose e papel e outros, aproveitando os benefícios fiscais das Leis 4216/63, 4357/65 e os contidos no Art. 27 da Emenda Constitucional n.° 18, de 1 de dezembro de 1965, que estendeu à Região Amazônica todos os incentivos fiscais, favores creditícios e demais vantagens concedidas pela legislação à Região Nordeste.

361. Para ilustrar a análise retrospectiva do setor industrial na Amazônia, transcrevemos nas páginas seguintes os dados do Censo Industrial de 1960 e os do Registro Industrial de 1962, para fins de dimensionamento dos diversos tipos e gêneros de indústrias e estudo do processo de criação de emprêgo, formação de renda e aumento do valor adicionado pela transformação :

ATIVIDADE INDUSTRIAL — CENSO INDUSTRIAL 1960
ASPECTOS GERAIS

UNIDADES	N.º de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Fôrça Motriz (C. V.)	Salários e Vencimentos pagos	Despesas de Consumo	Valor da Produção	Valor da transformação industrial
				Cr$ 1.000			
RONDÔNIA	55	515	1.005	32.215	58.294	151.282	92.988
ACRE	150	444	276	11.319	36.567	72.782	36.215
AMAZONAS	305	4.903	7.523	302.295	1.712.968	4.136.034	2.422.966
RORAIMA	7	49	13	2.198	9.518	13.089	3.571
PARÁ	1.211	11.859	33.564	619.940	2.180.954	4.586.152	2.405.143
AMAPÁ	67	2.284	7.248	361.185	149.289	1.260.055	1.110.759
TOTAL	1.795	20.054	49.629	1.329.152	4.147.590	10.219.394	6.071.642
MARANHÃO (Todo o Estado)	2.430	13.828	21.086	289.352	2.295.603	3.796.445	1.499.832
MATO GROSSO (idem)	1.098	7.799	19.814	363.481	1.620.617	3.476.217	1.852.544
GOIÁS (idem)	1.599	7.045	20.323	306.511	3.186.561	5.138.890	1.945.859
TOTAL	5.127	28.672	61.223	959.344	7.102.781	12.411.552	5.298.235
BRASIL	110.339	1.796.837	5.171.042	145.788.582	633.522.220	1.186.933.228	548.659.034

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento — IBGE.
CENSO INDUSTRIAL.

ATIVIDADE INDUSTRIAL — REGISTRO INDUSTRIAL — 1962
ASPECTOS GERAIS

UNIDADES	N.º de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Salários e Vencimentos pagos	Despesas de Consumo	Valor da Produção	Valor da transformação industrial
			Cr$ 1.000			
Rondônia	9	169	31.198	61.881	128.022	66.141
Acre	9	126	9.150	8.760	27.220	18.460
Amazonas	155	5.996	1.065.083	9.877.524	10.307.605	5.430.081
Roraima	5	33	2.740	12.015	16.389	4.374
Pará	477	10.834	1.581.747	5.031.622	10.370.681	5.339.059
Amapá	28	1.817	582.463	3.473.556	10.107.067	6.633.511
TOTAL	680	18.975	3.272.381	13.465.358	30.956.984	17.491.626
Maranhão (todo o Estado)	382	6.219	569.551	5.840.941	9.206.870	3.365.929
Mato Grosso (idem)	447	7.302	982.381	4.573.450	7.584.161	3.010.711
Goiás (idem)	364	5.399	731.378	10.903.759	14.952.083	4.048.324
TOTAL	1.193	18.920	2.283.310	21.318.150	31.743.114	10.424.964
BRASIL	41.582	1.992.344	486.278.165	2.059.038.254	3.790.506.551	1.731.468.297

FONTE : Divisão de Estatística Industrial e Comercial — IBGE

OBSERVAÇÃO: Os dados acima referem-se apenas aos estabelecimentos industriais que ocupavam 5 ou mais pessoas, em qualquer mês do ano.

362. Verifique no registro dos quadros antecedentes :

1. o valor da produção e da transformação industrial obtido pela subtração das despesas de consumo (matérias primas, etc. do valor da Produção Industrial), no Estado do Amazonas, reflete a participação predominante dos setores pioneiros de refino de petróleo (40%) e têxtil (30%).

2. o valor da produção e transformação no Pará, registra uma mais intensa diversificação do setor, pelo grande número de pequenas unidades industriais com maior grau de emprêgo, e menores salários **per capita** (quase o duplo do pessoal ocupado e mais do triplo da mão-de-obra ocupada, do Estado do Amazonas).

   A situação de hoje seria diferente, pois o processo dinâmico que se iniciou no Estado do Amazonas, tende a se deslocar para o delta e o litoral do Oriente Amazônico, cujo epicentro é Belém e Amapá, que se beneficiam agora com a instalação de grandes unidades produtoras.

3. os elevados índices referentes ao Amapá são conseqüentes da participação predominante do setor mineral do manganês que detém mais de 98% do cômputo global de sua produção industrial.

4. a Amazônia dos 3 (Maranhão, Mato Grosso e Goiás) apresentava em 1962, características próprias ao seu estágio de desenvolvimento. A participação maranhense no setor de extração de óleo de babaçu, com um percentual de 35% do total do valor ; em Goiás, refletindo a influência do setor pecuário, a indústria de produtos alimentares representava quase 50% do total da produção industrial e em Mato Grosso êste setor alimentar figurava com quase 30%, seguido do setor madeireiro com 20%.

363. Para melhor aquilatar a importância relativa e absoluta das diferentes classes e gêneros de indústrias, na Amazônia dos 6, em 1962, apresentamos o quadro pormenorizado seguinte :

ATIVIDADE INDUSTRIAL — REGISTRO INDUSTRIAL DE 1962
CLASSES E GÊNEROS DE INDÚSTRIAS

UNIDADES	N.º de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Salários e vencimentos pagos	Despesas de Consumo	Valor da Produção	Valor da transformação industrial
RONDÔNIA — Totais	9	169	31.198	61.881	128.022	66.141
Indústrias extrativas de produtos minerais	—	—	—	—	—	—
Indústrias de transformação :	9	169	31.198	61.881	128.022	66.141
— Minerais não metálicos	4	44	9.125	2.068	21.280	19.212
— Madeiras	1	10	1.640	1.875	4.253	2.378
— Borracha	1	78	15.808	25.454	58.588	33.134
— Produtos alimentares	2	16	3.284	17.166	23.644	6.478
— Bebidas	1	21	1.341	15.318	20.257	4.939
ACRE — Totais	6	126	9.150	8.760	27.220	18.460
Indústrias extrativas de produtos minerais	1	26	—	—	—	—
Indústrias de transformação :	6	126	9.150	8.760	27.220	18.460
— Minerais não metálicos	5	120	7.530	7.879	24.515	16.636
— Madeira	1	6	1.620	881	2.705	1.824
AMAZONAS — Totais	155	5.996	1.065.083	4.877.524	10.307.605	5.430.081
Indústrias extrativas de produtos minerais	—	—	—	—	—	—
Indústrias de transformação :	155	5.996	1.065.083	4.877.524	10.307.605	5.430.081
— Minerais não metálicos	21	308	34.307	23.069	123.350	100.281
— Metalurgia	4	44	5.100	35.021	69.321	34.300
— Madeira	18	1.126	184.053	325.749	704.094	378.345
— Mobiliário	3	31	4.967	15.389	24.461	9.072
— Borracha	6	254	69.330	99.517	249.399	149.882
— Couros e Peles	5	362	58.834	208.587	314.341	105.754
— Química	15	569	273.337	1.646.935	3.793.468	2.146.533
— Produtos de Perfumaria, sabões e velas	3	36	7.211	98.628	147.040	48.412
— Têxteis	13	1.119	150.222	1.486.093	3.209.726	1.723.633
— Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	3	25	4.582	4.239	11.897	7.658
— Produtos alimentares	38	1.562	154.880	765.727	1.138.353	372.626
— Bebidas	10	274	47.828	83.225	268.987	185.762
— Fumo	3	33	8.586	26.058	72.998	46.940
— Editorial e Gráfica	11	245	60.765	57.700	177.088	119.388
— Diversas	2	8	1.101	1.587	3.082	1.495
RORAIMA — Totais	5	33	2.740	12.015	16.389	4.374
Indústrias extrativas de produtos minerais	—	—	—	—	—	—
	5	33	2.740	12.015	16.389	4.374

— Minerais não metálicos	2	17	1.140	550	2.360	1.810
— Produtos alimentares	2	10	1.289	11.246	13.347	2.101
— Bebidas	1	6	311	219	682	463
PARÁ — Totais	477	10.834	1.581.747	5.031.622	10.370.681	5.339.059
Indústrias extrativas de produtos minerais	1	26	5.264	1.576	7.640	6.064
Indústrias de transformação :	476	10.808	1.576.483	5.030.046	10.363.041	5.332.995
— Minerais não metálicos	78	1.299	131.960	174.803	508.910	334.107
— Metalurgia	7	251	36.027	183.600	386.900	203.300
— Material de transporte	12	230	46.982	24.011	62.737	38.726
— Madeira	75	1.626	195.597	322.873	722.775	399.902
— Mobiliário	14	293	53.523	89.486	183.785	94.299
— Borracha	10	604	95.715	536.089	929.025	392.936
— Couros e Peles	7	470	78.193	226.210	395.211	169.001
— Química	9	94	12.020	44.546	75.234	30.688
— Produtos farmacêuticos	3	52	8.558	32.341	101.819	69.478
— Produtos de Perfumaria, sabões e velas	21	591	98.284	332.010	841.227	509.217
— Têxteis	7	800	86.353	224.701	370.060	145.359
— Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	15	271	34.957	80.168	175.022	94.854
— Produtos alimentares	106	2.235	369.015	1.905.180	3.129.871	1.224.691
— Bebidas	84	970	139.780	318.521	828.250	509.729
— Fumo	5	367	78.438	381.155	1.164.865	783.710
— Editorial e Gráfica	18	617	104.932	136.696	457.877	321.181
— Diversas	5	38	6.149	17.656	29.473	11.817
AMAPÁ — Totais	28	1.817	582.463	3.473.556	10.107.067	6.633.511
Indústrias extrativas de produtos minerais	1	1.370	501.892	3.158.826	9.670.754	6.511.928
Indústria de transformação :	27	447	80.571	314.730	436.313	121.583
— Minerais não metálicos	3	94	20.901	3.062	4.959	1.897
— Madeira	6	116	20.095	47.538	87.578	40.040
— Mobiliário	4	53	6.250	5.443	17.049	11.606
— Produtos de Perfumaria, sabões e velas	1	8	1.720	2.994	5.760	2.766
— Vestuários, calçados, artefatos de tecidos	1	14	1.670	1.549	4.227	2.678
— Produtos alimentares	6	84	16.714	233.467	262.312	28.845
— Bebidas	2	33	4.334	15.890	26.972	11.082
— Editorial e Gráfica	3	36	8.475	4.041	25.398	21.357
— Diversas	1	9	412	746	2.058	1.312
TOTAL GERAL	680	18.975	3.272.381	13.465.358	30.956.984	17.491.626
BRASIL	41.852	1.992.344	486.278.165	2.059.038.254	3.790.506.551	1.731.468.297

FONTE : Divisão Estatística Industrial e Comercial — IBGE

364. Partindo da análise dos dados do Registro Industrial de 1962, tente localizar e dimensionar os seguintes setores industriais amazônicos no corrente ano de 1966 :

1. Refino de Petróleo
2. Fiação e Tecelagem de Juta
3. Produção de Cimento
4. Fabricação de laminados, compensados e faquejados
5. Indústria de serrarias
6. Curtição de couros e peles
7. Beneficiamento de Borracha
8. Descascamento e Desidratação de castanhas
9. Distilação de Óleo de Pau-rosa
10. Extração de Óleos Vegetais
11. Refino de Óleos Comestíveis
12. Fabricação de sabão
13. Fabricação de bebidas
14. Indústria de móveis, calçados e vestuários.

365. Levando em consideração as excelentes perspectivas do setor industrial de fiação e tecelagem de juta e a sua atual capacidade instalada de cêrca de 25.000 toneladas, pergunta-se e pede-se :

1. Qual a possibilidade da Amazônia industrializar a totalidade de sua produção de fibras de juta e malva da ordem de 70.000 toneladas anuais e qual o volume de investimento necessário para atender a tal programa ?
2. Estudar o impacto dêsse programa de industrialização do setor juteiro, no campo da criação de emprêgo, e da formação da renda regional, sabendo-se que o quilo da juta a granel tem um valor primário de Cr$ 500 e o da juta tecida de Cr$ 2.000.

3. Analisar os reflexos dêsse programa no balanço das contas regionais, com o Brasil e o resto do mundo.

366. Procure identificar algumas oportunidades industriais dentro dos seguintes setores :

1. Setor industrial substitutivo das importações.
2. Setor industrial de aproveitamento e transformação de matérias primas regionais.
3. Setor industrial de apoio e complementação à produção agrícola alimentar.
4. Setor industrial de aproveitamento dos recursos minerais.
5. Setor industrial de serviços.

367. A economia amazônica foi fundada sob o signo do mercantilismo político. Era natural, portanto, que as atividades humanas que aqui se desencadearam fôssem orientadas dentro do esquema colonial vigente à época.

Essa política enfatizava os valores do intercâmbio mercantil com vistas à formação de superavits no balanço comercial dos países metropolitanos, que procuravam formar o seu império colonial, para dêle extrair as riquezas metálicas e em contrapartida exportar, com exclusividade, para êsses mercados cativos, os excedentes de sua produção nacional.

A instituição das grandes companhias de comércio, de caráter estatal ou misto, objetivavam garantir o monopólio do comércio exterior para o fortalecimento do Tesouro Real e do poderio nacional. A concepção que se criou sôbre o intercâmbio comercial entre as metrópoles e suas colônias, e entre as diversas potências européias, baseou-se em um princípio eminentemente guerreiro de oposição dos diferentes interêsses nacionais que bem se expressava sob o lema de que "um país só ganha aquilo que outro perde".

Essa concepção iria perdurar durante muito tempo, fazendo agravar as relações de troca entre os países líderes europeus e as colônias e países periféricos antepassados dos atuais países desenvolvidos e subdesenvolvidos, reservando-se aos primeiros, os privilégios das manufaturas e aos segundos a condição de fornecedores de matéria-prima.

Os objetivos nacionais portuguêses, no Brasil e na Amazônia em particular, foram inicialmente frustrados pelo não descobrimento de minas que despertavam a imaginação e a cobiça do colono. O comércio da especiaria amazônica, quando surgiu, após o desencanto inicial, passou a constituir-se na via alternativa de compensação para o estabelecimento do intercâmbio que se desenvolveu em todo o período colonial. Para tanto muito contribuiu a fundação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, pelo Marquês de Pombal, com o objetivo de assegurar o monopólio do tráfico negreiro e do comércio das drogas e especiarias.

Passado êsse período a economia extrativista que se fundou, nos meados do Século XIX, com o **rush** da borracha, fêz recrudescer o sistema mercantil-intermediário, criando-se em Belém e Manaus, dois empórios comerciais, para apoiar a produção na hinterlândia através do complexo aviador-regatão-seringalista-exportador, as quatro principais figuras dêsse ciclo. Êste sistema vinculou os centros de produção silvestre aos interêsses dos dois centros urbanos, anulando assim as possibilidades de formação, em tôrno dos longínquos seringais de núcleos comunitários que a êles se integrassem. O mesmo ocorria por quase tôda a hinterlândia, pois mesmo na calha central, as vilas e cidades-sedes dos municípios tinham apenas expressão política, sem maiores possibilidades de se converterem em centros econômicos e comerciais ativos da zona vizinha de que faziam parte. Daí os motivos pelos quais as centenárias cidades do interior amazônico permaneceram estagnadas

durante muito tempo, pois mesmo as poupanças que aí se formavam eram transferidas para os dois pólos urbanos dominantes. A economia mercantil-intermediarista, base do sistema extrativo, funcionava pois, em favor dêsses dois centros, que conseguiram assim, centralizar as correntes de intercâmbio da região com o resto do mundo, beneficiando-se dos investimentos básicos que permitiram formar a sua infra-estrutura de serviços. Para dar uma idéia da magnitude dêsse setor terciarista, basta mencionar as cifras da corrente de exportação que montou a £350 milhões, produto da venda de 1.500.000 toneladas, durante um período de 80 anos, que vai de 1867 a 1947, e outro tanto, correspondente à importação de bens de consumo para abastecimento urbano e dos seringais, deduzidas as transferências de renda para o exterior e outras regiões brasileiras.

368. Fundou-se, assim, o setor terciarista da economia amazônica, de base mercantil, que se sobrepunha ao próprio setor primário, pois a maior parte dos ganhos monetários eram capturados e retidos pelas classes que o compunham.

A participação dos governos nesses ganhos também se ampliou no período, pois o sistema fiscal dos Estados do Amazonas e Pará, impunham uma carga fiscal da ordem de 20% (22% no Pará, e 18% no Amazonas) sôbre a exportação da borracha silvestre, que levou o Governador Eduardo Ribeiro, do Amazonas, a afirmar em sua Mensagem à Assembléia Legislativa, do ano de 1895: "Não exagero em dizer-vos que as fontes de receita dêste Estado são inesgotáveis".

A captura dêsses recursos servia para alimentar a economia terciária do serviço público, pela ampliação dos quadros burocráticos e administrativos. Durante o colapso do sistema, o setor iria sofrer rudes golpes e os **deficits** dos orçamentos estaduais e as falências verificadas no período,

extinguindo as principais firmas comerciais, bem atestam a contração do setor.

369. Nas últimas décadas, no entanto, êste setor iria ressurgir, porém não se alimentaria apenas dos ganhos monetários proporcionados pela economia de extração e exportação, pois passou a se beneficiar, paralelamente, da recuperação econômica em geral, bem como do aumento dos gastos públicos estaduais e federais, que assumiam as funções de despesas compensatórias para equilibrar as contas da região. Por outro lado, o crescimento urbano explosivo, provocou a expansão do mercado interno regional, reanimando os negócios dentro do próprio sistema, e o poder público ampliando os seus próprios quadros de funcionários — **"os filhos da folha"**, segundo a expressão luso-amazônicas nos tempos coloniais — intensificava a terciarização econômica, de caráter assistencial, como alternativa para suprir a população de emprêgos, à falta de atividades industriais que absorvessem a mão-de-obra excedente. Essa terciarização excessiva, absorvendo a maior parcela dos recursos orçamentários dos Estados, se de um lado ajuda a manter o poder de compra das massas urbanas na Amazônia, de outro lado, constitui fonte de desperdício de recursos, dada a baixa produtividade social dêsses serviços, e a necessidade de realização de inversões públicas prioritárias no setor da infra-estrutura social.

370. A análise retrospectiva acima, serve de explicação porque, sendo a Amazônia, uma região subdesenvolvida, — contradizendo a tese de Collin Clark da predominância do setor terciário nos países avançados e do primário nas economias atrasadas —, êste setor é predominante na formação da renda regional, do qual participa com 54% no Estado do Pará e 36% no Estado do Amazonas.

ATIVIDADE COMERCIAL — CENSO COMERCIAL 1960

	Número de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Salários Cr$ 1.000 1959	Vendas Cr$ 1.000 1959
RONDÔNIA				
Comércio Varejista	313	638	17.936	481.658
Comércio Atacadista	2	7	245	21.642
Comércio misto	23	227	12.925	339.275
ACRE				
Comércio Varejista	557	1.165	21.810	588.933
Comércio Atacadista	8	46	3.387	147.702
Comércio misto	263	1.147	50.313	1.225.341
AMAZONAS				
Comércio Varejista	2.575	5.841	105.684	2.525.499
Comércio Atacadista	57	363	27.168	1.620.951
Comércio misto	647	2.695	124.347	3.239.979
RORAIMA				
Comércio Varejista	69	157	3.038	87.751
Comércio Atacadista	1	2	—	2.800
Comércio misto	19	58	2.209	60.441
PARÁ				
Comércio Varejista	6.851	13.034	223.648	6.640.330
Comércio Atacadista	195	1.591	129.006	4.783.676
Comércio misto	1.633	5.012	156.033	4.985.030
AMAPÁ				
Comércio Varejista	244	493	10.077	316.738
Comércio Atacadista	1	3	186	19.612
Comércio misto	67	228	9.028	284.977
TOTAL	13.525	32.707	897.040	27.372.335
BRASIL	361.448	962.937	47.432.713	1.239.978.907

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento — IBGE

371. O estudo da terciarização da economia se completa pela análise do setor de serviços de apoio às atividades urbanas, que se caracteriza pela execução de tarefas complementares à atividade comercial relativas ao alojamento, hospedagem e alimentação, serviços pessoais e de diversões públicas, constituindo um conjunto de facilidades que a economia terciária proporciona aos habitantes de uma cidade para melhor serví-la. Contudo, nas regiões subdesenvolvidas, como a Amazônia, grande parte dêste setor se concentra no sistema doméstico servil pelo trabalho de pessoas de baixo nível de vida e instrução que realizam tarefas caseiras em troca de alimentação e moradia. Êste setor geralmente não é computado pelos Censos, nem figura nas estatísticas oficiais, porém êle abrange uma considerável parcela da população urbana que assim consegue sobreviver, através das relações paternais que se estabelecem entre a dona de casa e a serviçal doméstica. Na fase seguinte êste setor geralmente evolui para a prestação de serviços em estabelecimentos abertos ao público em restaurantes, bares, hotéis, serviços pessoais e de diversões. Na terceira etapa, quando a terciarização do sistema atinge um maior nível e a renda gerada permite o seu surgimento, êle se tecnifica pela imposição do processo de industrialização, através dos serviços de reparos e assistência técnica e mecânica, ao mesmo tempo que se profissionaliza pela demanda originada do setor de educação, saúde, assistência social e outros. Nesse processo deve-se distinguir o processo de terciarização do setor primário, representado no caso amazônico, pelo comércio decorrente das necessidades da economia extrativista, do processo de terciarização do secundário exigido pelo desenvolvimento industrial, ainda em gestação. A terciarização do terciário que ocorre, de um modo genérico, na região, representa uma hipertrofia, causada pelo sub-emprêgo ou desemprêgo disfarçado, cuja correção se está fazendo lentamente, à medida que se processa a

secundarização do sistema pela intensificação das atividades industriais de escala.

372. O quadro seguinte apresenta as diversas atividades e gêneros de serviços na Amazônia dos 6, de acôrdo com os dados do Censo de Serviços de 1960, a cuja análise pedimos proceder :

ATIVIDADES E GÊNEROS DOS SERVIÇOS — CENSO DOS SERVIÇOS 1960

	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Salários Cr$ 1.000 1959	Receita Cr$ 1.000 1959
RONDÔNIA — Totais	70	206	6.280	52.286
Alojamento e Alimentação	41	118	2.586	35.799
Reparação	6	11	172	1.495
Pessoais	16	46	2.975	7.819
Comerciais	3	7	204	1.074
Diversões	4	24	343	6.099
ACRE — Totais	254	467	6.677	74.330
Alojamento e Alimentação	110	214	1.469	40.044
Reparação	66	121	1.978	14.506
Pessoais	66	95	949	9.120
Comerciais	4	7	1.129	6.268
Diversões	8	30	1.152	4.392
AMAZONAS — Totais	609	1.686	67.868	405.705
Alojamento e Alimentação	222	585	11.085	150.977
Reparação	101	266	10.447	57.154
Pessoais	209	446	18.107	74.304
Comerciais	60	256	19.792	91.306
Diversões	17	133	8.437	31.964
RORAIMA — Totais	40	78	1.565	13.583
Alojamento e Alimentação	23	46	645	8.024
Reparação	4	5	134	882
Pessoais	11	22	600	2.147
Comerciais	1	1	—	1.000
Diversões	1	4	186	1.530
PARÁ — Totais	2.245	5.427	155.735	1.067.110
Alojamento e Alimentação	825	1.991	49.808	455.923
Reparação	411	1.084	29.309	170.669
Pessoais	818	1.450	23.816	168.031
Comerciais	137	521	37.172	179.535
Diversões	54	381	15.630	92.952
AMAPÁ — Totais	137	479	17.138	117.287
Alojamento e Alimentação	75	301	10.306	80.918
Reparação	24	71	3.052	19.076
Pessoais	28	54	1.448	9.077
Comerciais	7	27	1.032	4.269
Diversões	3	26	1.300	3.947
TOTAIS	3.355	8.343	255.263	1.730.301
BRASIL	221.450	524.419	17.268.391	122.303.688

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento — IBGE

5.9 — ESTRUTURA AGRÁRIA

373. A propriedade agrária na Amazônia foi estruturada em função dos diferentes tipos de atividade econômica praticada, e evoluiu, no seu conjunto, segundo o grau de rarefação ou concentração demográfica. Dêste modo, podemos distinguir quatro estruturas regionais de propriedade fundiária :

1. a propriedade latifundiária do extrativismo florestal.
2. a propriedade campestre da economia pecuária.
3. a propriedade agrícola da lavoura comercial.
4. a propriedade ribeirinha da agricultura de subsistência.

374. O extrativismo florestal opera sôbre a grande propriedade latifundiária por fôrça da extrema dispersão das variedades botânicas que são objeto do interêsse econômico. Os grandes seringais e castanhais amazônicos nêle tiveram a sua origem e a sua razão de ser. Como a seringueira, a castanheira e outras essências florestais ocorrem em pequeno número em relação à área explorada, o estabelecimento extrator se realiza em base extremamente extensa. No caso dos seringais, por exemplo, um seringueiro, nos baixos e médios rios, com duas estradas de 150 árvores cada uma, ocupa uma média de 300 hectares, para poder extrair cêrca de 400 quilos de borracha por safra anual ; nos altos rios, onde a densidade é maior, a média é de cêrca de 200 árvores, por estrada, que aliada à maior produtividade das árvores, faz subir a produção do extrator para cêrca de 600 quilos por seringueiro/ano. Assim, um seringal silvestre para produzir 40 toneladas de borracha, necessita ocupar uma área que variará de 30.000 hectares nos baixos e médios rios, a 20.000 hectares, nos altos rios, onde a seringueira é mais densa e de mais alta produtividade.

Ao extrator não interessa pròpriamente a terra, e sim as árvores para dela extrair o seu produto. Muitas vêzes trabalham em terras devolutas do Estado, sem posse legítima, a não ser aquela derivada da anterioridade da ocupação. A relação que se estabelece assim entre o extrator e a floresta são de modo a distender o estabelecimento por vastas regiões, ocupando rios inteiros, que em certo período histórico eram "fechados" pelos coronéis e seringalistas para obstar a penetração dos "regatões" e a fuga de seringueiros em débito com o barracão, mantendo assim o domínio monopolístico sôbre o produto silvestre extraído na área ocupada e estabelecendo entre o "barracão" do seringalista e o "tapiri" do seringueiro, relações de caráter tìpicamente semi-feudais.

375. Êste tipo de grande propriedade teve o seu apogeu por ocasião do ciclo da borracha, quando vastas áreas de terras devolutas dos Estados amazônicos foram ocupadas, para depois terem a sua posse legitimada, nas repartições de terras dêsses Estados, pelo costumeiro processo de requerimento, demarcação e compra, a preços simbólicos, com expedição de título definitivo de propriedade. Assim se formaram os vastos latifúndios, característicos da Amazônia Ocidental e Meridional, abrangendo os Territórios do Acre e Rondônia, a zona da chapada e o norte matogrossense e a área amazonense da Amazônia Central.

Esta imensa região interior apresenta o maior grau de concentração fundiária de todo o Brasil, e talvez de todo o mundo, pois pelo Censo Agrícola de 1960, das 1.710 propriedades acima de 10.000 hectares, existentes em todo o Brasil, 1.283 estavam situadas na área amazônica dominando 29.287.803 hectares. Verificou-se nesse ano que, no Acre, havia 254 grandes propriedades de mais de 10.000 hectares, que ocupavam uma área de 16.501.651 hectares, equivalentes a uma área média de 65.000 hecta-

res por estabelecimento, que representam 93,78% da área total ocupada nesse Território, enquanto que os restantes 3.425 estabelecimentos detinham uma superfície correspondente a 6,22% do total. No Território de Rondônia o Censo registrou apenas 6 grandes estabelecimentos, com uma área média de 36.450 hectares cada um, mas que no seu conjunto representavam 72,16% da área total ocupada. No Estado do Amazonas, havia a essa época, 123 grandes propriedades, com uma área total de 4.598.792 hectares, correspondentes a uma área média por estabelecimento de 37.000 hectares que participavam com 68,74% da área total apropriada. No Território do Amapá o cadastro territorial indicou a existência de 17 latifúndios com uma área total de 880.368 hectares, e uma área média de 52.000 hectares por estabelecimento e uma participação de 70,52% do total. Em Mato Grosso, essas propriedades com mais de 10.000 hectares eram as maiores de tôda a região amazônica, em têrmos absolutos, pois havia 681 delas ; porém a média por estabelecimento caía para cêrca de 21.700 hectares. No Estado do Pará, o latifúndio nesse ano já estava perdendo terreno, pois a concentração demográfica e a mudança da estrutura econômica, possìvelmente haviam pressionado para a eliminação dêsses impérios fundiários, pois nesse ano de 1960, contavam-se apenas 44 grandes estabelecimentos com uma área média de 33.000 hectares que representavam apenas 25,83% do total ocupado. A mesma tendência observava-se no Maranhão cujas grandes propriedades representavam apenas 9,15% do total e em Goiás onde os grandes latifúndios, acima de 100 Kms2 participavam com 7,99% do total.

376. Isto indica que à medida que vai ocorrendo a concentração demográfica e a exploração florestal cede lugar à propriedade pecuária e agrícola, o latifúndio tende a se fracionar em propriedades rurais de menor porte. Êste

fato se verifica fàcilmente, pelo exame do resultado do Censo Agrícola de 1960, pois aquêles Estados que apresentavam menor índice de concentração agrária de estabelecimentos de mais de 10.000 hectares, registravam um aumento na participação de estabelecimentos com área entre 1.000 e 10.000 hectares. Em Goiás, essa participação representava 41,95%; no Maranhão, 39,61%; em Roraima, 72,09% e no Pará 25,92% do total da área ocupada.

Todavia, é importante assinalar que a maior parte das terras amazônicas constitui, ainda, patrimônio público dos Estados e da União nos Territórios, sob a forma de terras devolutas, pois os 138.338 estabelecimentos recenseados, em 1960, na Amazônia dos 6, ocupavam apenas uma área de 32.341.326 hectares, correspondentes a 323.413 Kms2 menos de 10% da área física total de 3.579.991 Kms2. O conjunto dos Estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso, com uma superfície total de 2.209.907 Kms2 apresentavam, nesse ano, 421.421 estabelecimentos com uma área de 334.948 Km2, ou sejam um pouco mais de 15% da taxa de apropriação privada da superfície dessas Unidades da Federação.

377. O quadro seguinte, que contém os dados básicos do Censo Agrícola de 1960, permite uma melhor análise da estrutura agrária do setor do grande latifúndio, acima de 10.000 hectares, em comparação com os estabelecimentos situados na faixa de 1.000 até 10.000 hectares, e respectiva participação no conjunto total :

ESTRUTURA AGRÁRIA — CENSO AGRÍCOLA DE 1960

Concentração da propriedade fundiária

Comparação de estabelecimentos de 1.000 a menos de 10.000 hectares, e estabelecimentos de mais de 10.000 hectares, em relação à área total.

	Estabelecimentos de 1.000 e a menos de 10.000 hectares		Estabelecimentos com mais de 10.000 hectares	
	Números absolutos	Percentual em relação à área total	Números absolutos	Percentual em relação à área total
RONDÔNIA	12	6,09%	6	72,16%
ACRE	227	5,35%	254	93,78%
AMAZONAS	416	18,79%	123	68,74%
RORAIMA	248	72,09%	5	9,13%
PARÁ	530	25,92%	44	25,83%
AMAPÁ	97	21,20%	17	70,52%
TOTAL	1.530	14,10%	449	73,39%
MARANHÃO (todo o Estado)	1.490	39,61%	48	9,15%
MATO GROSSO (idem)	4.586	42,62%	681	45,71%
GOIÁS (idem)	5.184	41,95%	105	7,99%
TOTAL	11.260	41,98%	834	25,66%
BRASIL	31.175	27,42%	1.710	19,87%

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento — IBGE.

378. Para fins de estudo da evolução da estrutura agrária no decênio 1950-1960, compare os dados do quadro anterior com os do Censo de 1950, para verificar que :

1. o grande latifúndio perdeu terreno, nesse intervalo decenal, no Território de Rondônia, cujo número de estabelecimentos de mais de 10.000 hectares se reduziu de 15 para 6, no Pará de 63 para 44, no Maranhão de 69 para 48, em Goiás de 138 para 105.

2. aumentava o grau de concentração agrária no Acre, de 201 estabelecimentos de mais de 10.000 hectares para 254, no Amazonas de 51 para 123, no Amapá de 2 para 7, em Mato Grosso de 595 para 681. Constate a ocorrência dêsse fenômeno, à luz do Art. 156 da Constituição Brasileira de 1946, que proíbe a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dez mil hectares sem prévia autorização do Senado Federal, cuja explicação se deve encontrar pelas facilidades da legislação de terras dêsses Estados, pela legitimação tardia das posses já existentes, ou pelo favoritismo político.

379. Procure situar, agora, o problema do latifúndio extrativista amazônico segundo os novos critérios adotados no Estatuto da Terra, e do programa de política agrária, instituído em 1965 no país, com a criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), testando os dados do Censo de 1960, com os que estão sendo levantados, atualmente, pelo Cadastro do INDA.

380. A característica peculiar à atividade pecuária reside no fato de que ela permite ocupar grandes áreas com uma pequena população, sem sofrer o processo de distensão fundiária a ponto de ruptura, que se verifica no grande latifúndio florestal-extrativista. Se um vaqueiro pode

cuidar de 200 bois, a relação homem-boi de 1:200, tem que ser aferida também pela relação de um hectare de pastagem que alimenta, em média, duas reses, no tipo de pecuária extensiva praticada no país. Dêste modo, o estabelecimento de criar difere da emprêsa extrativa, pois enquanto que esta trabalha com uma pequena densidade estática de árvores úteis por hectare de floresta, a pecuária possui um alto coeficiente de potenciação, graças à reprodução dos bovinos que avançam para ocupar novas áreas, à medida que os rebanhos se multiplicam, criando assim uma linha de continuidade no processo de expansão dos currais, sem o isolamento criado pelo estabelecimento extrator.

381. A propriedade pastoril, portanto, em têrmos de grandeza física, tem que possuir dimensão suficiente para corresponder à relação homem-boi de 1:200 e de hectare-boi de 1:2, porém sem o exagêro da concentração fundiária do sistema extrator. Possìvelmente, na Amazônia, essa relação hectare-boi terá que ser necessàriamente maior, sobretudo na região mais rica dos campos de várzea, em virtude de o gado ter que se alternar entre a terra-firme durante as cheias e os varzeados por ocasião das vazantes.

382. As propriedades pecuárias brasileiras, de um modo geral, originaram-se das sesmarias coloniais e concessões de terras de campo, dadas com a condição de cada donatário por um curral de gado, dentro de dois até três anos, conforme a recomendação das Cartas Regiais às diversas Capitanias. Assim nasceram as grandes propriedades pastoris do sertão nordestino, a exemplo da Bahia, onde dominaram as duas grandes famílias da "Torre" e "Guedes de Brito". Na Amazônia, as sesmarias atribuídas ao Barão de Marajó, na Ilha de Johannes — o "Barão da Ilha Grande" como o chamava o Governador Mendonça Furtado, e que cobrava a "redízima" dos padres pelo arren-

damento de suas terras — e as concedidas aos missionários jesuítas, carmelitas e mercedários, bem como a outros colonos em Macapá, Bragança e Mazagão, resultaram na fundação dos primeiros estabelecimentos de criar que, posteriormente, seriam difundidos na região, através do sistema de "fazendas-núcleos das edilidades", para a entrega aos colonos de um boi e duas vacas (Arthur Reis, Op. cit. pág. 184). Ao lado dessas sesmarias concedidas em caráter privado aos criadores e colonos, há a assinalar também a criação das fazendas reais de S. Bento, S. José e S. Marcos que Lôbo d'Almada fundou, em 1787, nos campos do Rio Branco.

383. De um modo geral, no entanto, a modesta participação dos efetivos bovinos no quadro da economia da Amazônia Clássica não permitiu a formação de grandes estruturas fundiárias, de forma que a propriedade pastoril, daí resultante, ficou limitada à própria capacidade dêsses efetivos. O exemplo mais típico é que em Roraima, onde essa atividade predominou, não chegaram a formar-se grandes latifúndios. A estrutura agrária dêsse Território, revelada pelo Censo Agrícola de 1960, indicou a existência de apenas 5 grandes propriedades acima de 10.000 hectares, que representavam sòmente 9,13% do total da área ocupada, enquanto que a média propriedade situada na faixa de 1.000-10.000 hectares estava representada por 248 estabelecimentos, com uma participação de 72,09% no total da superfície ocupada.

De outro lado, no Baixo e Médio Amazonas predomina a pequena propriedade pastoril de 150 a 200 hectares, com poucas fazendas registrando efetivos superiores a 1.000 cabeças de gado, e na Zona do Careiro, perto de Manaus, a propriedade rural pecuarista está tão subdividida que deu origem ao problema do minifúndio. Tomando por base que o módulo mais representativo da média propriedade pastoril se situa na faixa de 100 a

1.000 hectares, vamos encontrar no Estado do Pará 5.604 estabelecimentos rurais de todos os tipos e 1.321 no Estado do Amazonas. Em Goiás, onde a pecuária é predominante, êsse módulo ocorria em 36.189 estabelecimentos e em Mato Grosso 8.418 vêzes, a despeito de existirem grandes propriedades pastoris na faixa de 1.000 a 10.000 hectares, como se observa pela existência de 4.586 e 5.184 propriedades dêsse módulo, nos dois Estados, respectivamente.

Já no Alto Araguaia, registra-se, nos dias atuais, o avanço de uma frente pecuária, de iniciativa paulista, à semelhança dos mineiros e goianos em Paragominas, com uma ampla base de propriedade pastoril, super-dimensionada, em têrmos de estrutura agrária presente, conforme se deduz dos projetos dos grandes empreendimentos bovinos que estão sendo anunciados — Agro-Pecuária Suiá-Missu, com 808 mil hectares, Companhia Agro-Pecuária e Industrial do Vale do Araguaia (CAPIVARA), com 242 mil hectares, Companhia de Desenvolvimento Sul do Pará (CODESPAR), com 157 mil hectares ("O Cruzeiro" de 20-5-66). Êsses empreendimentos, dos pecuaristas do sul, estão inaugurando na Amazônia, portanto, a era do grande latifúndio pastoril, maior ainda do que o latifúndio extrativista, o que faz prever que além do objetivo de expansão dos currais que sem dúvida dará uma nova dimensão econômica à região, estão visando, paralelamente, a realização de um programa de colonização para loteamento futuro, de longo alcance, partindo da aquisição de grandes extensões agrárias, enquanto o valor das terras, na região, não atinge os preços das "vacas de Gaete" de que nos fala o cronista paraguaio dos tempos da pecuária colonial.

384. Muito embora o Censo Agrícola de 1960 não revele a estrutura da propriedade pastoril, porquanto esta foi englobada no conjunto dos estabelecimentos rurais, podemos

inferir, por via indireta, a estrutura fundiária da atividade pecuarista, pela análise do quadro anterior dos estabelecimentos situados na faixa de 1.000 a menos de 10.000 hectares, bem como do quadro seguinte que serve para dimensionar e comparar os estabelecimentos de mais de 1.000 com os de menos de 1.000 hectares :

Concentração da propriedade fundiária

Comparação entre estabelecimentos de mais de 1.000 e menos de 1.000 hectares em relação à área total.

	Estabelecimentos com mais de 1.000 hectares		Estabelecimentos com menos de 1.000 hectares	
	Números absolutos	Percentual em relação à área total	Números absolutos	Percentual em relação à área total
RONDÔNIA	18	78,25%	995	21,75%
ACRE	481	99,13%	3.169	0,87%
AMAZONAS	539	87,53%	47.932	12,47%
RORAIMA	253	81,22%	620	18,78%
PARÁ	574	51,75%	82.667	48,25%
AMAPÁ	114	91,72%	999	8,28%
TOTAL	1.979	87,50%	136.382	12,50%
MARANHÃO (todo o Estado)	1.538	48,76%	254.789	51,24%
MATO GROSSO (idem)	5.267	88,33%	42.978	11,67%
GOIÁS (idem)	5.289	49,94%	106.904	50,00%
TOTAL	12.094	67,64%	404.671	32,36%
BRASIL	32.885	47,29%	3.309.212	52,71%

FONTE: Dados básicos do Serviço Nacional do Recenseamento — IBGE.

385. A estrutura da propriedade agrícola, pròpriamente dita, comporta-se seguindo outros parâmetros. Na Amazônia, como em outras regiões subdesenvolvidas, sendo a lavoura atividade de pequenas e médias unidades, de base familiar, ela, necessàriamente repousa sôbre uma diminuta base física. A pobreza dos instrumentos de trabalho, o processo rotineiro de arroteamento do solo, os métodos primitivos de cultivo e colheita, a pequena disponibilidade de mão-de-obra circunscrita à família do lavrador, se encarregaram de definir um tipo de micro-estrutura agrária, que suporta a lavoura de subsistência e a mantém dentro dos quadros da economia natural e do auto-consumo.

A transposição dessa fase encontra muitas dificuldades, sobretudo naquelas regiões como a nossa, onde a rarefação demográfica e a dispersão humana, romperam as linhas de contato, vizinhança e comunicação, impedindo a formação de comunidades agrícolas de "tipo-aldeia".

A monetarização da atividade agrícola, a produção para atender a um mercado mais amplo e a melhora dos índices de produtividade constituem fases posteriores a êsse estágio.

386. A mudança dessa estrutura primária processou-se em diferentes países seguindo modelos diversos e as soluções encontradas refletem a secular experiência camponesa para obviar essas dificuldades. No caso da Amazônia, o uso do fogo nas queimadas, de herança indígena, constituiu um grande avanço para superar a extrema penúria do braço humano em face dos enormes custos para a remoção da floresta, muito embora contribua para a rápida degradação dos solos ácidos e apressar o processo de lixiviação. O sistema do **ajuri** ou **mutirão,** também criado pela cultura índia, surgiu como forma de cooperação comunal para aliviar o lavrador sitiante das suas pesadas tarefas durante o período crítico das colheitas. A utili-

zação das várzeas, às margens dos grandes rios, aproveitando a fertilidade das terras, anualmente renovadas pela cheia e vazões das águas, constitui outro exemplo de que o lavrador amazônico, dentro de suas limitações procurou encontrar soluções viáveis e mais fáceis para vencer e transpor essas limitações.

No entanto, apesar dêsses esforços, a estrutura agrária daí resultante não conseguiu adquirir estabilidade nem fixar-se fìsicamente em estabelecimentos agrícolas de caráter permanente. O caráter temporário da atividade agrícola ribeirinha, fundada sôbre a lavoura de pequeno ciclo, aproveitando o período das vazantes, quando os rios descobrem os varzeados; a mobilidade do lavrador e de sua família, em função da agricultura itinerante, à procura de melhores terras, em substituição às que foram degradadas pelo uso do fogo ou sujeitas a grandes inundações, para iniciar vida nova, constituíram, desde o início, óbices à fixação e enraizamento da unidade agrícola produtora. A falta de obras complementares à fundação agrícola que ajudam a melhorar as condições de moradia e trabalho do lavrador e a grandeza dos espaços virgens a ocupar, motivaram o enfraquecimento do próprio instinto da posse da terra, que não procurou legitimar-se pela sua conversão em título definitivo de propriedade.

Sòmente na fase subseqüente, com o adensamento humano verificado no eixo da calha central, é que êsse quadro pré-capitalista vem sendo rompido, pela instituição da propriedade agrícola permanente, chegando a gerar disputas sôbre a posse de terras, como já se verifica em algumas regiões, próximas aos centros urbanos. Para tanto, muito tem contribuído a renovação feita pela implantação da lavoura comercial para atender o mercado, sobretudo no caso da juta, e na implantação das lavouras perenes de médio ciclo, em substituição à agricultura temporária e itinerante.

387. Por enquanto, todavia, a estrutura agrária do setor agrícola, revelada pelo Censo Agrícola de 1960, demonstra a pequena dimensão relativa das áreas dos estabelecimentos agrícolas ocupados, que se contrasta com a existência de um grande número de pequenas unidades produtoras. Assim é que, tomando por base os estabelecimentos de menos de 10 hectares, na Amazônia dos 6, nesse ano, havia 71.749 unidades, equivalente a um pouco mais de 50% do número total de estabelecimentos recenseados, porém com uma área de 263.584 hectares com uma participação relativa de 8% sôbre o total da área ocupada.

388. Os dois quadros seguintes, elaborados pelo Censo Rural de 1960, registram o número de estabelecimentos e a sua distribuição segundo os grupos de área e a dimensão da área dos estabelecimentos conforme o mesmo critério.

A análise dêsses quadros permite identificar alguns aspectos interessantes da estrutura dos meios de produção agrícola na região. Por êles se verifica que o número de estabelecimentos aumenta, consideràvelmente, naqueles Estados sujeitos ao processo de expansão e concentração demográfica que pressiona a mudança e deslocamento da economia rural de base extrativa-florestal para o setor agrícola. Na Amazônia dos 6, nos Estados do Pará e Amazonas êste fato se observa pelo aparecimento de 38.801 e 31.747 unidades de menos de 10 hectares, respectivamente.

No Estado do Maranhão, em virtude do maior adensamento humano, a participação dêsse módulo de unidade era muito maior ainda, pois representava mais de 85% do total do número de estabelecimentos com 224.983 unidades produtoras. Enquanto que na Amazônia Ocidental, o Território de Rondônia e o Estado do Acre apareciam com 108 e 768 unidades dêsse tipo. A pequena dimensão dêsse tipo de micro-unidade agrícola deve representar a

estrutura do setor agro-ribeirinho dos roçados e lavouras caboclas.

O grupo de área entre 10 a menos de 100 hectares, nos Estados do Amazonas e Pará, estava representado por 14.860 e 38.157 unidades, enquanto que em Rondônia e no Acre êste módulo de propriedade aparecia com 760 e 2.013 unidades, respectivamente. Já no Estado de Goiás, a diversificação agrícola e a expansão do número de propriedades rurais fizeram-no elevar para 53.598, que representou mais de 50% do total de estabelecimentos nesse Estado. Êste grupo indica a progressiva democratização da propriedade rural naqueles Estados da Amazônia Oriental e Central e na região goiana, refletindo o aparecimento de maiores oportunidades ao pequeno e médio produtor agrícola independente, liberto do jugo do latifúndio florestal ainda prevalecente na Amazônia Ocidental; e provàvelmente revela o módulo representativo da lavoura comercial da juta e de outras culturas industriais e alimentícias de mercado, que se processam, atualmente, tanto na várzea como nas culturas permanentes de terra firme.

ESTRUTURA AGRÁRIA — Censo Agrícola de 1960
Número de Estabelecimentos segundo grupos de área

UNIDADES	ESTABELECIMENTOS	GRUPOS DE ÁREA — TOTAL (ha)					
		MENOS DE 10	DE 10 A MENOS DE 100	DE 100 A MENOS DE 1.000	DE 1.000 A MENOS DE 10.000	DE 10.000 e MAIS	SEM DECLARAÇÃO
Rondônia	1.013	108	760	127	12	6	—
Acre	3.679	768	2.013	388	227	254	29
Amazonas	48.509	31.747	14.860	1.325	416	123	38
Roraima	873	135	132	353	248	5	—
Pará	83.241	38.801	38.157	5.604	530	44	105
Amapá	1.023	190	487	222	97	17	10
TOTAL	138.338	71.749	56.409	8.019	1.530	449	182
Maranhão (todo o Estado)	261.961	224.983	19.643	10.163	1.490	48	5.634
Mato Grosso (Idem)	48.245	13.619	20.932	8.418	4.586	681	9
Goiás (Idem)	111.215	16.117	53.598	36.189	5.184	105	22
TOTAL	421.421	254.719	94.173	54.770	11.260	834	5.665
BRASIL	3.349.484	1.499.545	1.494.548	315.119	31.175	1.710	7.387

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento — IBGE.

ESTRUTURA AGRÁRIA — Censo Agrícola 1.960

Área dos Estabelecimentos, segundo grupos de área

UNIDADES	ÁREA TOTAL (ha)	GRUPOS DE ÁREA-TOTAL (ha)					
		Menos de 10	De 10 a menos de 100	De 100 a menos de 1.000	De 1.000 a menos de 10.000	De 10.000 e mais	Sem declaração
Rondônia	302.973	486	26.767	38.666	18.454	218.600	—
Acre	17.595.973	4.343	46.684	101.269	942.026	16.501.651	—
Amazonas	6.690.118	128.502	304.542	401.187	1.257.095	4.598.792	—
Roraima	856.659	462	3.067	157.403	617.527	78.200	—
Pará	5.647.247	129.182	1.188.926	1.406.821	1.463.556	1.458.762	
Amapá	1.248.356	609	18.184	84.569	264.626	880.368	
TOTAL	32.341.326	263.584	1.588.170	2.189.915	4.563.284	23.736.373	
Maranhão (todo o Estado)	8.459.935	509.918	650.003	3.174.707	3.351.581	773.726	
Mato Grosso	32.436.042	63.759	634.107	3.087.469	13.825.044	14.825.663	
Goiás	28.867.074	95.750	2.308.439	12.044.315	12.111.178	2.307.392	
TOTAL	69.763.051	669.427	3.592.549	18.306.491	29.287.803	17.906.781	
BRASIL	265.450.800	5.923.077	47.697.859	86.291.939	72.794.549	52.743.376	

FONTE : Serviço Nacional de Recenseamento — IBGE

389. A área nominal dos estabelecimentos rurais revela apenas o aspecto da extensão física dos limites da propriedade fundiária, não servindo pois para dimensionar a superfície econômicamente ativa da lavoura. Como, na análise demográfica, precisamos fixar a relação entre o estoque demográfico e a população econômicamente ativa, para poder medir o grau de participação humana no processo de geração do produto nacional, a análise agrária necessita elaborar o estudo da área dos estabelecimentos existentes em função das áreas efetivas das lavouras para poder caracterizar o nível atual de utilização efetiva das terras.

Com êsse objetivo, com base nos dados do Censo de 1960, apresentamos a tabela seguinte :

ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS E DAS LAVOURAS

UNIDADES	Área total dos Estabelecimentos (Hectares)	Área total das Lavouras (Hectares)
RONDÔNIA	302.973	11.561
ACRE	17.595.973	19.057
AMAZONAS	6.690.118	125.221
RORAIMA	856.659	2.024
PARÁ	5.647.247	292.244
AMAPÁ	1.248.356	8.383
TOTAL	32.341.326	458.490
MARANHÃO (todo o Estado)	8.459.935	1.169.940
MATO GROSSO (idem)	32.436.042	418.245
GOIÁS (idem)	28.867.074	994.901
TOTAL	69.763.051	2.583.086
BRASIL	265.450.800	29.759.785

390. Pede-se :

1. Observar a insignificante participação da área efetiva ocupada pela lavoura na Amazônia dos 6, expressa por 458.490 hectares em relação à área maior de 32.341.326 hectares, que corresponde a um coeficiente de utilização de 1,4% da área total.

2. Deduzir, dos dados acima, que os estabelecimentos existentes utilizavam para lavoura apenas 1 hectare de cada 70 do seu estoque de terras.

3. Na grande Amazônia dos 9, essa relação subia para cêrca de 3,5% em função da lavoura maranhense que apresentava o maior índice de utilização da terra, seguida pela da do Estado de Goiás.

4. No conjunto do Brasil o coeficiente de utilização das áreas dos estabelecimentos pela lavoura era de cêrca de 11%.

5. Prosseguir na análise e comparar os dados acima com os do Censo de 1950, para verificar o progresso no decênio, e com os que irão ser publicados pelo Cadastro Rural do INDA.

5.10 — ESTRUTURA FINANCEIRA E FISCAL

5.10.1 — Estrutura Financeira

391. A economia natural doméstica, de auto-suficiência, ao evolver para uma economia de tipo monetário, de mercado, produz modificações estruturais de relêvo. E' que a moeda, não sendo um instrumento neutro, ao ser introduzida no circuito econômico despersonaliza os contatos e altera os têrmos da composição e repartição do produto, podendo romper a desejada igualdade nas trocas e per-

verter as relações de intercâmbio através de desequilíbrios no poder de compra entre produtores e consumidores.

Por sua vez, na etapa seguinte, quando a economia monetária se transforma em economia à base de crédito, verifica-se uma aceleração da velocidade da circulação monetária e do intercâmbio, permitindo dêste modo ampliar o volume da produção futura, correndo, porém, o risco de estabelececer novos desajustes pela criação de um poderoso centro de influência tanto na orientação do esfôrço produtivo, como na do pagamento do preço dos fatôres e na distribuição da renda aos diversos agentes, através da dispensa e outorga de empréstimos e financiamentos a produtores e intermediários, cujo poder de barganha aumenta na razão direta da monetarização e crediarização da economia.

392. Na Amazônia, desde o início, fundou-se uma economia mercantil de alto coeficiente de trocas, por fôrça da natureza do sistema extrativista que vinculou a emprêsa produtiva silvestre aos mercados externos, tanto para a exportação de seus gêneros, como pela importação de bens de consumo, passando pelo funil da economia dos empórios urbanos radicados na área, provocando assim uma participação intensa do setor financeiro e bancário. A montagem das safras, dependente da expedição dos aviamentos para sustentar o extrator e custear os custos da extração e coleta; o caráter sazonal da produção, variando de acôrdo com o regime de águas dos rios e com as estações climáticas; a longa distância a percorrer entre os centros de produção na selva e os empórios comerciais urbanos; a comercialização e exportação dos produtos para os mercados mundiais, entre outros, dão a exata medida da participação do setor financeiro-creditício no conjunto da economia regional. Os estabelecimentos de crédito, fundados nesta primeira fase, como o Bank of

London & South America Ltd., Banco Nacional Ultramarino e Banco do Brasil, exerceram relevante papel e influência, atendendo às solicitações do setor aviador-exportador, que funcionavam como intermediários financeiros da produção. Essa função deve-se à peculiaridade do sistema extrativista, financeiramente dependente, para realizar-se, da dispensa do crédito pessoal baseado na confiança e no contato direto, e da extensão do prazo médio do vencimento das obrigações que teria de ser suficientemente prolongado e prorrogado, para cobrir a expedição dos aviamentos até ao "barracão", a montagem da safra no "tapiri" e a descida dos produtos, nos "gaiolas" e "batelões", na época própria.

Dado os riscos que tal tipo complexo de operação implicava, os Bancos tradicionais socorriam-se dos agentes intermediários, a quem financiavam, na impossibilidade de operar diretamente, em face da rigidez dos cadastros e das linhas de crédito outorgados com base nas garantias patrimoniais, e na liqüidez, solvência e tradição dos seus clientes. Dêste modo, êsses estabelecimentos, nessa primeira fase, contribuíram para acentuar o caráter oligopsonístico na dispensa do crédito e aumentar o poder de barganha e negociação dos intermediários financeiros que realizavam o chamado comércio aviador.

393. Êste quadro financeiro, no entanto, na segunda fase, seria rompido a partir de 1942, quando da fundação do Banco de Crédito da Borracha, como parte dos Acordos de Washington. Passando a operar diretamente com a emprêsa seringalista, o Banco eliminou, destarte, a principal função financeira do **aviador** e através do monopólio final da compra e venda da borracha, a função mercantil do setor de exportação. Dentro dessa nova ordem institucional, foi possível recuperar a economia seringalista de base silvestre, reativada nos anos 40, por injunções decorrentes da II Grande Guerra, e após, pela demanda conseqüente da

implantação da indústria pesada de borracha na região centro-sul do país. A extinção, agora, do monopólio da borracha, como se pretende, bem como a transformação do Banco de Crédito da Amazônia para Banco de Desenvolvimento Econômico da Amazônia, importará em profundas repercussões adversas para a emprêsa seringalista que, perdendo o seu principal apoio financeiro-institucional, sofrerá um rápido processo de regressão e rebaixamento, a não ser que outro mecanismo de sustentação, a ser institucionalizado, prove a sua operacionalidade. Esta mudança, no entanto, irá beneficiar o setor mais dinâmico, da indústria e da agricultura, sediado na Amazônia Oriental, à custa do empobrecimento do Ocidente Amazônico que ainda tem nesse produto a base de sua sobrevivência.

394. Enquanto o setor extrativo tradicional recebia o apoio estrutural dos estabelecimentos bancários e dos intermediários financeiros, dentro dos esquemas vigentes à época, o setor agrícola sofria à falta da adequação institucional para a dispensa do crédito rural. Essa inadequação, na Amazônia, se traduzia pela estruturação oligopolística dos estabelecimentos bancários, como se verifica pela pequena taxa de densidade bancária, dada pela relação número de bancos por unidades produtivas. Essa relação, muito baixa em tôda a região, provocou a excessiva centralização das operações dos poucos estabelecimentos bancários nas capitais amazônicas, e sua quase ausência na maioria das cidades do interior, polarizando assim para as grandes cidades, o processo de captura dos depósitos e o poder de dispensa de crédito às atividades produtoras. A taxa de densidade bancária pode ser deduzida do quadro seguinte, que informa a distribuição geográfica dos estabelecimentos de crédito na Amazônia, e sua evolução nos últimos dez anos, quando se iniciou o processo de expansão da rêde bancária na região :

BANCOS E ESTABELECIMENTOS FINANCEIROS EM 31/12/1964

Unidades Federadas	Total Geral em 31-12-55	Total Geral em 31-12-63	Total Geral em 31-12-64	Matrizes	Agências
RONDÔNIA	3	5	5	—	5
ACRE	4	8	8	— (1)	8
AMAZONAS	8	19	23	1	22
RORAIMA	2	2	2	—	2
PARÁ	18	42	52	5	47
AMAPÁ	3	3	3	—	3
TOTAL	38	79	93	6	87
MARANHÃO	10	28	36	3	33
MATO GROSSO	32	83	116	3	113
GOIÁS	52	137	142	4	138
TOTAL	94	248	294	10	284
BRASIL	3.558	6.481	6.878	328	6.389

FONTE: Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(1) O Banco de Fomento e Produção do Estado do Acre, cuja matriz é em Rio Branco, começou a operar em 1965.

395. Do ponto de vista financeiro, portanto, o setor agrícola ficou defasado, pois se encontrava distante dos pólos bancários, que sòmente assistiam a produção agrícola de matérias primas, na fase final do ciclo, quando se processava a comercialização do produto.

No setor industrial, as dificuldades consistiam no fato de que os estabelecimentos bancários possuíam caráter excessivamente mercantilistas, portanto inadequados para operar no setor. A prática das operações a prazo curto, a necessidade de rápida rotação das aplicações e as taxas de juros altas, refletindo as deformações do processo inflacionário, nos últimos tempos, tornaram difíceis promover o desenvolvimento do setor industrial, partindo da rêde bancária local. Sòmente na **terceira fase**, quando foram instituídas as Carteiras de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, a Carteira de Fomento do Banco de Crédito da Amazônia, e os grandes bancos nacionais de desenvolvimento, e os atuais fundos fiduciários de expansão industrial, em época mais recente, é que se criaram as condições mínimas para a irradiação do crédito para o setor agrícola do interior, e para o setor industrial urbano.

396. Mesmo assim, a estrutura financeira para dar apoio ao setor agrícola e industrial continua sendo de uma pobreza franciscana, na Amazônia dos 6, quando se examinam os valores dos financiamentos concedidos pelo principal instituto de crédito do país, através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil, que, no ano de 1964, atingiram apenas o total de cêrca de três bilhões de cruzeiros para o setor rural e menos de quatrocentos milhões para o industrial. Na Semi-Amazônia dos 3, Maranhão-Mato-Grosso-Goiás, no entanto, a dispensa do crédito especializado pela CREAI, que dá a dimensão do atendimento financeiro direto ao produtor.

assumia grande vulto, cêrca de cinqüenta e três bilhões e nove bilhões e meio de cruzeiros, respectivamente, para o setor rural e industrial, o que indica a existência de um processo de expansão do agro e da manufatura no centro-oeste do país :

FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELA CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL (CREAI) DO BANCO DO BRASIL ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS, EM 1964

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS (CR$ 1.000)			
	Total	Rurais	Industriais	Outros
RONDÔNIA	190.000	181.000	9.000	—
ACRE	29.000	29.000	—	—
AMAZONAS	1.726.000	835.000	41.000	850.000
RORAIMA	27.000	27.000	—	—
PARÁ	2.765.000	1.969.000	319.000	477.000
AMAPÁ	25.000	25.000	—	—
TOTAL	4.762.000	3.066.000	369.000	1.327.000
MARANHÃO	5.973.000	3.877.000	1.675.000	421.000
MATO GROSSO	17.928.000	15.020.000	2.643.000	265.000
GOIÁS	40.948.000	34.175.000	5.249.000	1.524.000
TOTAL	64.849.000	53.072.000	9.567.000	2.210.000
BRASIL	665.438.000	480.282.000	120.019.000	65.137.000

FONTE: Banco do Brasil — IBGE.

397. As cifras do quadro anterior, referentes à aplicação da CREAI na Amazônia teriam que ser aditadas ao montante das aplicações diretas da Carteira de Fomento do BCA e às das carteiras agrícolas dos Bancos Oficiais dos Estados, para saber-se a medida exata da cobertura financeira direta às atividades do agro e da indústria. Outro método seria proceder à análise da aplicação total dos recursos da rêde bancária, oficial e privada, na região, segundo os beneficiários. No entanto essas aplicações, muito embora desdobradas pelos diversos setores da Indústria, Lavoura e Pecuária, incluem operações que sòmente, indiretamente, estão ligadas aos mesmos, pois incluem operações feitas pelas Carteiras de Crédito Geral dêsses bancos. Mesmo assim, o quadro que se segue, permite avaliar a evolução dêste setor financeiro.

Nesta **terceira fase**, a estrutura financeira que suporta a economia regional, passou a caracterizar-se pela expansão da rêde bancária, tanto de base comercial como de fundo agro-industrial, quer nas capitais como no interior. E também pelo ingresso, no mercado bancário regional, dos grandes bancos nacionais mineiros que facilitaram a substituição do sistema atacadista de crédito, praticado pelos bancos tradicionais, pela operação varejista, mediante a ampliação do número de correntistas, depositantes e mutuários. Esta substituição do sistema está promovendo a democratização do instituto que se abre às necessidades populares, sobretudo no setor do crédito particular, profissional e pessoal, aumentando assim o grau de competição no setor financeiro em tôdas as praças a despeito do risco inflacionário que provoca ao exacerbar a procura do crédito consuntivo em detrimento do crédito ao produtor. Outra característica da evolução do sistema financeiro na região seria dada pela fundação dos Bancos Oficiais dos Estados, política iniciada pelo Estado do Amazonas, com a instituição em 1957 do Banco do Estado

do Amazonas e a seguir disseminada em tôda a região, com a fundação dos Bancos do Estado do Pará, do Estado de Mato Grosso e do Banco de Fomento e Produção do Estado do Acre, que, juntamente com o Banco do Estado do Maranhão e Goiás, constituem a rêde bancária oficial dos Estados amazônicos. Êsses Bancos passaram a participar ativamente no financiamento às atividades correntes, em competição com os demais Bancos já existentes, bem como a promover operações de fomento ao processo de desenvolvimento regional, deslocando, parcialmente, o centro das decisões financeiras para as diversas unidades da Amazônia, em flagrante concorrência com o Banco do Brasil e o Banco de Crédito da Amazônia, que se ressentem de maior flexibilidade operacional e operam com mais rigidez na outorga do crédito, sem contar com as dificuldades decorrentes da crescente burocratização dos seus serviços.

Êstes novos fatôres estão presentes no quadro demonstrativo seguinte, que especifica as operações ativas de todos os estabelecimentos, referentes aos empréstimos em conta corrente e títulos descontados, segundo os beneficiários das aplicações :

EMPRÉSTIMOS EM CONTAS-CORRENTES E TÍTULOS DESCONTADOS EM TODOS OS BANCOS E CASAS BANCÁRIAS SEGUNDO OS BENEFICIÁRIOS
SALDOS EM 31/12/1964
Cr$ 1.000

UNIDADES DA FEDERAÇÃO		TOTAL	ENTIDADES PÚBLICAS	AUTARQUIAS	BANCOS	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	LAVOURA	PECUÁRIA	PARTI-CULARES
RONDÔNIA	Empréstimos c/c	1.771.092	—	—	—	363.421	11.955	1.375.436	14.916	5.364
	Títulos Descontados	871.119	—	—	—	329.144	57.302	459.918	—	24.755
ACRE	Empréstimos c/c	3.678.705	2.437	—	—	449.768	105.022	3.086.852	34.626	—
	Títulos Descontados	1.479.554	—	—	—	504.510	11.300	933.270	8.400	22.074
AMAZONAS	Empréstimos c/c	5.787.012	253.993	—	—	1.725.087	867.628	2.613.289	316.203	10.812
	Títulos Descontados	—	—	—	4	8.057.990	3.640.549	1.244.246	68.540	678.464
RORAIMA	Empréstimos c/c	139.575	2.759	—	—	—	—	59.150	77.666	—
	Títulos Descontados	69.134	—	—	—	50.904	350	2.190	15.690	—
PARÁ	Empréstimos c/c	12.988.021	2.352.066	—	—	2.161.381	2.206.943	5.246.689	641.538	376.404
	Títulos Descontados	19.439.362	—	—	—	10.610.377	5.885.923	859.395	810.767	1.272.900
AMAPÁ	Empréstimos c/c	104.688	190	—	—	24.445	717	35.035	43.941	360
	Títulos Descontados	367.761	—	—	—	228.331	27.110	26.490	67.770	18.060
TOTAL	Empréstimos c/c	24.469.093	2.611.445	—	—	4.724.102	3.192.265	12.416.451	1.128.890	392.940
	Títulos Descontados	35.916.723	—	—	4	19.781.256	9.622.534	3.525.509	971.167	2.016.253
MARANHÃO	Empréstimos c/c	9.489.412	389.751	17.117	—	275.587	2.310.662	4.863.652	1.467.959	164.684
	Títulos Descontados	15.925.340	4.000	—	—	8.532.558	6.075.904	320.738	137.915	854.225
MATO GROSSO	Empréstimos c/c	19.214.785	609.043	—	—	64.209	2.113.134	9.873.415	6.501.931	53.053
	Títulos Descontados	22.439.890	35.575	—	34	6.435.746	1.886.109	3.450.660	8.548.235	2.083.531
GOIÁS	Empréstimos c/c	36.121.534	148.365	—	1.657	81.403	4.987.030	23.547.927	7.308.183	46.969
	Títulos Descontados	28.580.566	239.029	—	—	9.414.591	5.135.544	6.445.850	4.260.443	3.085.109
TOTAL	Empréstimos c/c	64.825.731	1.141.159	17.117	1.657	421.199	9.410.826	38.284.994	15.278.073	264.706
	Títulos Descontados	66.945.796	278.604	—	34	24.382.895	13.097.557	10.217.248	12.946.593	6.022.865
BRASIL	Empréstimos c/c	5.546.435.841	4.566.749.235	107.794.516	7.297.460	78.691.821	185.011.136	489.721.838	97.065.166	14.104.669
	Títulos Descontados	2.661.423.511	10.013.406	20.973.099	291.051	841.113.506	1.205.119.358	312.155.550	80.508.054	191.249.487

FONTE: Serviço de Estatística Econômica e Financeira

398. Em virtude da rápida desatualização das estatísticas nacionais, ditadas pelo processo inflacionário que transforma os valores numéricos recentes em meros dados históricos, o economista precisa valer-se de estatísticas incandescentes que reflitam o fato no momento da análise, ou então terá que proceder à construção de valores sinaléticos ou indexados.

Por êste motivo, a seguir, transcrevemos os últimos dados conhecidos do movimento bancário, na região, recentemente publicados, que contêm as principais contas do ativo e passivo dêstes estabelecimentos, pelos saldos existentes em 31/10/1965 :

MOVIMENTO BANCÁRIO

PRINCIPAIS CONTAS DO ATIVO E PASSIVO
SALDOS EM 31/10/1965 (Cr$1.000)

Unidades da Federação	Depósitos à vista e a curto prazo	Empréstimos em conta corrente	Títulos Descontados
RONDÔNIA	4.473.794	3.342.857	1.081.554
ACRE	3.623.573	7.453.076	2.621.586
AMAZONAS	32.985.828	15.484.511	22.059.319
RORAIMA	501.930	211.360	157.926
PARÁ	87.143.407	14.361.581	37.315.923
AMAPÁ	4.139.321	112.003	699.251
TOTAL	132.867.853	40.965.388	63.935.559
MARANHÃO	19.639.254	11.979.683	23.904.733
MATO GROSSO	50.295.189	19.470.382	41.046.758
GOIÁS	63.929.866	30.011.908	45.274.742
TOTAL	133.864.309	61.461.973	110.226.238
BRASIL	12.839.887.131	8.059.114.699	3.999.877.214

FONTE : Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Mensário Estatístico — Janeiro, 1966).

399. Pede-se responder :

1. E' verdade a afirmativa corrente de que a rêde bancária na Amazônia capta os recursos locais para aplicá-los no sul do país ?
2. Qual a melhor praça amazônica para a captura de depósitos ?
3. Em que Estado a demanda de crédito pressiona mais a rêde bancária ?
4. Qual a Unidade mais carente de assistência creditícia ?
5. Qual a relação entre depósitos e aplicações na região?
6. Os créditos bancários têm acompanhado na região as necessidades financeiras decorrentes do aumento da produção e do fenômeno inflacionário ?
7. Qual a participação dos Bancos Oficiais dos Estados nas contas do ativo e passivo bancários na região ?

400. Ao responder aos quesitos acima observe mais atentamente os fatos seguintes :

1. No Estado do Amazonas o saldo das aplicações da rêde bancária, em 31 de outubro de 1965, era de Cr$ 37 bilhões, para um volume de depósitos de Cr$ 33 bilhões, enquanto que no Estado do Pará a relação era de Cr$ 41 bilhões para Cr$ 87 bilhões. Explique porque.
2. No Amapá os depósitos montavam a Cr$ 4 bilhões e as aplicações atingiram apenas Cr$ 800 milhões. Analise a participação do setor da grande mineração para explicar a discrepância entre um volume excessivo de depósitos e uma pequena taxa de aplicação.
3. O Estado do Acre apresentava o maior índice de dependência do setor bancário, dado pelo montante de

Cr$ 10 bilhões de empréstimos e descontos para um saldo de depósito de cêrca de Cr$ 3,6 bilhões. Essa grande demanda de crédito será de caráter sazonal, refletido nesse mês de outubro, ou tem caráter permanente ?

4. O Território de Roraima apresentava o menor índice de assistência financeira e também o menor índice de depósitos, refletindo o isolamento e a estagnação de sua economia.

5. No conjunto da Amazônia dos 6, as aplicações totais da rêde bancária eram de Cr$ 104 bilhões contra um depósito total de Cr$ 132 bilhões. No grupo dos Estados do Maranhão, Mato Grosso e Goiás a relação era inversa — Cr$ 171 bilhões para Cr$ 133 bilhões. Para o total do Brasil as aplicações se aproximavam do montante dos depósitos. Dê as razões, em cada um dos três casos.

6. Correlacione poupança com depósitos bancários e aplicações bancárias com o nível geral da atividade econômica.

5.10.2 — **Estrutura Fiscal**

401. A estrutura fiscal dos Estados amazônicos partiu da mesma base sôbre a qual se fundou a economia extrativa. À semelhança desta, que condicionava os seus ganhos à obtenção de um preço maior por unidade coletada, aproveitando a escassez resultante da inelasticidade relativa da oferta ou a pressão da demanda dos mercados externos, os Estados da região, seguindo o mesmo esquema, estruturaram a sua base financeira sôbre uma política fiscal de caráter extrativista, mediante a qual conseguiam obter crescentes receitas impondo maiores ônus tributários à produção, sem maiores considerações de ordem econômica

Em tal sistema o Estado se representa pela figura tôdapoderosa do exator e do fiscal de rendas que assinalam com as suas visitas a presença do poder público, que se omite nas demais funções para se fazer atuante apenas no campo da ação fiscal, cujas maiores vítimas têm sido sempre as pobres e indefesas populações do interior.

Não se procurou, nessa fase, orientar a política tributária para criação de estímulos fiscais para permitir ampliar a base econômica, a fim de obter maiores receitas subseqüentes, derivadas de um maior número de unidades produzidas, mas sim pelo imediatismo do curto prazo que levava ao aumento vertical das alíquotas e à piramidização dos impostos e taxas que incidiam sôbre o mesmo fato gerador da obrigação fiscal.

Desde os tempos coloniais, quando os dízimos e redízimos devidos à Fazenda Real, constituíam a principal preocupação dos Capitães-Generais, até atingir a fase do ciclo da borracha, essa política fiscal extrativista se expressou pelo aprofundamento da carga tributária que já em 1910, representava 22% no Pará e 18% no Amazonas, calculada sôbre o valor da produção exportável. Dêste modo os orçamentos estaduais passaram a refletir, na sua arrecadação, as altas e baixas cíclicas verificadas nos diversos períodos de prosperidade e vicissitude da economia regional, sem que fôsse possível contra-restar essas tendências pela implementação de uma política fiscal anti-cíclica, muito embora a Lei 2.542-A, de 5/1/1912, que traçou o primeiro plano de desenvolvimento da Amazônia, cogitasse da desoneração tributária e da criação de estímulos fiscais, que não chegaram a realizar-se em virtude do arquivamento do plano.

402. Na parte que toca aos gastos públicos criou-se, no mesmo passo, uma política urbana de dissipação da receita, pela realização de obras monumentais, de caráter ostentativo,

para simbolizar a euforia do Estado nôvo-rico, como atestam as construções suntuárias dos grandes Teatros e Palácios governamentais, nas principais cidades amazônicas, quando essa dissipação não se realizava de modo mais sumário em banquetes e viagens ao exterior, ou não se consumava através do desvio dos dinheiros públicos.

Passado êsse período, com o colapso econômico, da década dos 30, e com a reativação econômica no após-guerra, muito embora a pressão popular passasse a reclamar melhores serviços e obras públicas, de caráter mais útil e produtivo, do ponto de vista social, as receitas públicas não puderam mais suportar o vulto dos encargos que êsses investimentos demandavam. A decadência do serviço público que se seguiu, bem se reflete no colapso do sistema energético, de transporte, de portos, de telefones, de água e esgotos, e no **deficit** de escolas e hospitais e outros setores infra-estruturais nas cidades, bem como no total abandono do interior por parte da pública administração. Esta fase tende a ser superada nos dias correntes, quer pela assistência financeira que a União passou a prestar, através dos órgãos federais e dos auxílios concedidos para implantação das economias externas, que foram sendo criadas na última década, por fôrça da obrigação constitucional do Art. 199, quer pelas decorrentes da política de redistribuição de rendas aos Estados e Municípios que passaram a participar da arrecadação tributária dos impostos de renda e consumo, como do fundo rodoviário e de eletrificação. Essa participação federal nos gastos públicos assumiram, assim, uma enorme significação dentro da estrutura fiscal dos Estados e Municípios, pois em muitos casos era superior à própria arrecadação tributária dessas Unidades.

De outro lado, os Estados que vinham praticando a sua tradicional política fiscal extrativista, neste período de transição, passaram a sofrer as pressões decorrentes da explosão urbana verificada nas últimas décadas. Essa

pressão fêz alargar o hiato entre o conjunto de necessidades e o sistema de prestação de serviços, entre as exigências de investimentos e os excessivos gastos de pessoal, entre o volume da despesa pública e o montante das receitas orçamentárias, entre o interior abandonado e o engorgitamento das capitais. O impacto dessa nova ordem provocou outra vez o exacerbamento da carga fiscal do impôsto de vendas e consignações, cujas incidências se repetiam "em cascatas" e sôbre a produção que, em muitos casos, chegou a representar quase 40% do valor das cambiais de exportação, estimulando, destarte, o surgimento do descaminho e do contrabando dos produtos que procuravam assim fugir ao confisco tributário.

Algumas unidades amazônicas beneficiavam-se até desta prática, mediante estímulo oferecido por alíquotas menores, com o objetivo de aliciar a produção dos Estados vizinhos, quando a produção não buscava o abrigo protetor da União nos Territórios de fronteira, mediante o expediente dos despachos de trânsito.

403. O quadro abaixo bem reflete a situação da receita e da despesa pública, nas diversas unidades amazônicas, segundo os orçamentos aprovados para o exercício de 1965 :

FINANÇAS DOS ESTADOS
ORÇAMENTO PARA 1965

Unidades da Federação	Receita prevista (Cr$ 1.000)	Despesa fixada (Cr$ 1.000)
ACRE	5.548.450	5.548.450
AMAZONAS	(1) 34.500.425	35.017.947
PARÁ	22.146.268	22.146.268
TOTAL	62.195.143	62.712.665
MARANHÃO	12.137.008	11.975.518
MATO GROSSO	10.317.830	10.651.000
GOIÁS	54.353.974	61.140 462
TOTAL	76.808.812	83.766.980
BRASIL	3.137.960.297	3.404.111.724

FONTE : Conselho Técnico de Economia e Finanças — IBGE.

(1) — Inclusive Cr$ 9.185.100.000 de transferências correntes (fundo rodoviário e de eletrificação).

404. Observe e analise no quadro acima :

1. A exacerbação da receita no Estado do Amazonas em relação à sua base econômica e demográfica, em comparação com a das demais Unidades. Muito embora a receita prevista inclua as transferências concorrentes

dos fundos federais rodoviários e de eletrificação, da ordem de Cr$ 9 bilhões, mesmo com a exclusão dêste, os recursos orçamentários montavam a Cr$ 25 bilhões, o maior em têrmos absolutos e relativos na Amazônia dos 6 e dos 9, com exclusão de Goiás em têrmos absolutos. Considerando uma população de 800.000 pessoas, existentes no Estado, a carga tributária estadual recebida pelo amazonense, nesse ano, foi de Cr$ 30.000 **per capita.** Considerando que uma unidade familiar é composta em média de 5 pessoas o ônus passou a ser de Cr$ 150.000 por família/ano.

2. Observe que no Pará esta carga era de apenas . . . Cr$ 12.500 **per capita** e Cr$ 62.500 por família/ano; no Maranhão de Cr$ 5.000, e Cr$ 25.000; em Mato Grosso de Cr$ 10.000 e Cr$ 50.000; em Goiás de Cr$ 22.000 e Cr$ 120.000, respectivamente.

3. Com os dados acima procure calcular a relação entre a carga fiscal e o valor do produto de cada Unidade para melhor avaliar o grau da pressão da estrutura fiscal em cada caso.

4. Atualize os dados acima para o corrente ano de 1966.

405. Não obstante a insuficiência das informações existentes sôbre os orçamentos municipais, cuja publicação se retarde em média de 3 a 4 anos, prejudicando a análise da conjuntura fiscal, transcrevemos no quadro seguinte os orçamentos dos municípios das capitais em 1964, para os seguintes fins :

1. Estabelecer a relação entre a participação fiscal do Município dominante da capital, com a dos demais municípios do interior, procurando correlacionar a arrecadação urbana com a rural.

2. Relacionar a arrecadação da capital com a dos respectivos Estados, estudando nos orçamentos estaduais a

distribuição da despesa pública segundo a sua aplicação na própria capital do Estado e no interior.

3. Analisar o impacto da pressão tributária dos Estados, que ao se exacerbarem na sua competência fiscal, esgotam a capacidade do contribuinte municipal e do produtor interiorano, retirando-lhes assim a capacidade para contribuir para o aumento da receita municipal, a não ser de forma residual.

FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS
ORÇAMENTOS DAS CAPITAIS — 1964

CAPITAIS	Receita prevista (Cr$ 1.000)	Despesa fixada (Cr$ 1.000)
PÔRTO VELHO (1)	51.723	51.723
RIO BRANCO — ACRE (1)	186.318	186.318
MANAUS (1)	530.800	668.106
BOA VISTA	150.000	150.000
BELÉM	2.544.110	3.008.368
MACAPÁ	339.900	339.900
TOTAL	3.802.851	4.404.715
S. LUIS (1)	236.250	236.250
CUIABÁ	220.776	222.437
GOIÂNIA	964.000	1.398.193
TOTAL	1.421.026	1.856.880
TOTAL DAS CAPITAIS BRASILEIRAS	110.555.798	126.422.264

FONTE: Conselho Técnico de Economia e Finanças — IBGE.

(1) — Orçamento de 1963.

406. Os Estados não detêm o monopólio da pressão tributária sôbre os contribuintes de suas circunscrições. A União participa, também, ativamente, fazendo aumentar ainda mais o seu impacto sôbre as atividades econômicas regionais. Assim é que a receita arrecadada pela União nos Estados da Amazônia dos 6 foi superior ao total da receita arrecadada pelos respectivos Estados, em 1963. Neste exercício, enquanto a União arrecadava, na Amazônia dos 6, Cr$ 8,6 bilhões, os Estados arrecadavam apenas Cr$ 8 bilhões. Em 1964 a arrecadação da União subia para Cr$ 19 bilhões (Cr$ 23,5 bilhões, incluindo o impôsto único sôbre combustíveis arrecadados pela Alfândega de Manaus).

Na Semi-Amazônia dos 3, no entanto, a pressão do fisco federal era bem diminuta, pois as receitas conjuntas dos Estados do Maranhão, Mato Grosso e Goiás alcançaram cêrca de Cr$ 17 bilhões enquanto que a União arrecadava apenas Cr$ 5,7 bilhões.

407. Os dois quadros seguintes apresentam a discriminação da receita da União na Grande Amazônia dos 9, especificando as diversas espécies tributárias e outras receitas. Procure bem analisá-los para comprovação, se no exercício de 1964 se repetiu o fenômeno registrado em 1963, quando a receita arrecadada pela União nos Estados foi superior às receitas estaduais. Outrossim, quando forem publicados os dados do orçamento da União e dos Estados de 1965 verifique se ocorreu a inversão dêsses têrmos perversos de relação fiscal, em conseqüência dos favores fiscais e da política de estímulos que a União passou a adotar a partir da Lei 4.216.

RECEITA ARRECADADA PELA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

EXERCÍCIO DE 1963

Unidades da Federação	Total Geral	União	Estados	Municípios
RONDÔNIA	150.074	—	—	150.074
ACRE	111.639	—	—	111.639
AMAZONAS	7.942.881	(1) 1.879.610	4.777.269	1.286.002
RORAIMA	150.700	—	—	150.700
PARÁ	11.914.527	(2) 6.724.992	(3) 3.303.187	1.886.348
AMAPÁ	347.118	—	—	347.118
TOTAL	20.616.939	8.604.602	8.080.456	3.931.881
MARANHÃO	3.946.551	887.278	2.589.591	469.682
MATO GROSSO	6.841.536	1.324.325	4.209.628	1.307.583
GOIÁS	15.717.431	3.575.366	10.568.536	1.573.529
TOTAL	26.505.518	5.786.969	17.367.755	3.350.794
BRASIL	1.953.628.481	953.053.875	830.735.714	158.588.892

FONTE: Conselho Técnico de Economia e Finanças e Contadoria Geral da República — IBGE.

(1) — Inclusive a receita federal arrecadada nos Territórios de Rondônia e Roraima e no Estado do Acre.

(2) — Inclusive a receita federal arrecadada no Território do Amapá.

(3) — Dados do orçamento.

FINANÇAS DA UNIÃO
RECEITA ARRECADADA POR UNIDADES DA FEDERAÇ

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL GERAL	RECEITA ORDINÁRIA (Cr$1.000)					
		TRIBUTÁRIA — IMPOSTOS E TAXAS					
		IMPORTAÇÃO	CONSUMO	RENDA	SÊLO	ÚNICO P/ ENERGIA ELÉTRICA	ATRIB À UN NO TERRIT
AMAZONAS	9.065.031 +	101.438	452.620	1.826.242	779.257	100.903	112
PARÁ	14.488.734 ++	239.440	8.727.725	2.180.598	1.403.812	216.803	57
TOTAL	23.553.765	340.878	9.180.345	4.006.840	2.183.069	317.706	170
MARANHÃO	2.115.958	28.086	314.315	764.361	542.597	36.175	
MATO GROSSO	2.935.944	6.965	386.322	749.613	1.014.718	45.691	
GOIÁS	8.756.847	40	629.776	3.524.798	2.369.493	257.223	
TOTAL	13.808.749	35.091	1.330.413	5.038.772	3.926.808	339.089	
BRASIL	2.010.623.153 +++	124.401.307	880.001.954	482.414.657	188.007.641	32.619.310	170

FONTE : CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA — IBGE

\+ — Inclusive impôsto único sôbre combustíveis. Inclusive a receita arrecadada nos Territórios de Rondônia, Roraima e Estado do Acre.

++ — Inclusive a receita arrecadada no Território do Amapá.

+++ — Exclusive a arrecadação do impôsto único sôbre combustíveis.

ÃO — 1.964

UNI						RECEITA EXTRA-ORDINÁRIA
FED	UÍDO IÃO S ÓRIOS	ÚNICO S/ COMBUS-TÍVEIS	TAXAS	PATRIMONIAL	INDUSTRIAL	DIVERSAS	(Cr$1.000)
AM	376	4.728.550	26.246	1.403	112.398	126.986	696.612
PAI	933	—	185.265	6.864	150.989	302.908	1.016.397
TO	309	4.728.550	211.511	8.267	263.387	429.894	1.713.009
MA	—	—	6.471	2.527	90.135	72.782	258.509
MA	—	—	22.416	1.656	123.477	200.200	384.886
GO	—	—	21.344	1.197	276.954	278.228	1.397.794
TO	—	—	50.231	5.380	490.566	551.210	2.041.189
BR	309	—	10.040.040	41.878.664	14.032.747	37.631.983	199.424.541

FO

408. A repercussão das finanças da União sôbre os Estados se faz sentir mais intensamente através dos impostos de consumo e renda. Êste último, aliás, quando bem arrecadado, constitui um excelente parâmetro para aferir a conjuntura da economia empresarial e os níveis de renda dos contribuintes em geral. No entanto, as distorções representadas pela fuga do contribuinte a êsse impôsto direto, torna mais difícil essa avaliação. Não obstante, a comparação dos dados da arrecadação dêsse tributo federal, nas diversas Unidades, permite elucidar alguns aspectos interessantes da eficiência do sistema arrecadador e da conformação e capacidade contributiva dos contribuintes. O quadro seguinte, referente ao exercício de 1964, é bem instrutivo, pois demonstra :

1. O Estado do Amazonas, mesmo incluindo a insignificante participação dos Territórios de Roraima e Rondônia e do Estado do Acre, com uma população total de 1.100.000 habitantes (800.000 no Amazonas e . . . 300.000 nos demais) apresentava o maior índice de arrecadação, tanto em número de contribuintes, de renda bruta declarada, como de impôsto de renda arrecadado. Com uma renda bruta declarada de Cr$ 5,2 bilhões, e uma arrecadação de Cr$ 1,9 bilhões êle detinha, nesse ano, a maior participação relativa de tôda a região, expressa pela arrecadação **per capita** de Cr$ 1.700 ao ano.

2. Enquanto que no Estado do Pará e Território do Amapá, com uma população de 1.800.000, e um nível de atividade econômica muito maior, essa participação estava representada por 1.651 contribuintes, que declararam uma renda bruta de Cr$ 4,8 bilhões, equivalentes a uma arrecadação de Cr$ 1.200 **per capita.**

3. No Maranhão o pauperismo dos contribuintes estava evidente no índice de Cr$ 265 por contribuinte/ano,

enquanto que em Goiás, cuja base econômica era das mais prósperas, a arrecadação anual cifrou-se em Cr$ 800 **per capita.**

4. De onde se conclui que a população amazônica do Pará e Amazonas possui maior capacidade contributiva e paga melhor os seus impostos, sendo que no caso amazonense, em particular, reflete a maior renda **per capita** do Estado, além de revelar o caráter tradicional do contribuinte amazonense que, por fôrça da excepcional carga tributária que vem recebendo há longo tempo, se habituou a cumprir as exigências do fisco, submetendo-se, passivamente, a tôda e qualquer imposição fiscal, seja qual fôr a competência tributária. Entretanto, a perda de dinamismo da economia da Amazônia Central, que se observa nos dias correntes, irá determinar, pròximamente, modificações na posição absoluta e relativa do contribuinte estadual. Essa perda que em grande parte decorre da posição excêntrica do Estado, vem sendo progressivamente agravada pela oneração fiscal a que estão sujeitas a produção, o comércio e o consumo estadual.

ARRECADAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA
EXERCÍCIO DE 1964

Unidades da Federação	Arrecadação do Impôsto de Renda das Pessoas Jurídicas, Físicas, Retenção na Fonte e Adicionais (Cr$ 1.000)	Número de contribuintes — Pessoa Física	Renda bruta declarada pelos contribuintes — Pessoa Física (Cr$ 1.000)
ACRE	—	162	337.000
AMAZONAS	1.896.630	2.658	5.230.000
PARÁ	2.169.051	1.651	4.811.000
TOTAL	4.065.681	4.471	10.378.000
MARANHÃO	797.668	1.757	3.422.000
MATO GROSSO	1.818.689	495	964.000
GOIÁS	1.889.562	1.647	3.018.000
TOTAL	4.505.919	3.899	7.404.000
BRASIL	488.089.032	312.097	574.226.000

FONTE: Departamento do Impôsto de Renda — IBGE.

409. Para concluir o estudo da estrutura fiscal na região, analise as repercussões que advirão, já no próximo ano, quando passar a vigorar a Emenda Constitucional n.º 18, promulgada em 1.12.1965, que instituiu a reforma tributária e uma nova discriminação constitucional das rendas, através das seguintes inovações na estrutura dos atuais tributos e da nova repartição da competência tributária :

1. Transferência do impôsto de exportação, da órbita estadual, para a competência federal.

2. Instituição do impôsto sôbre produtos industrializados que substituirá o atual impôsto de consumo, com caráter de seletividade, em função da essencialidade dos produtos, mantido o critério de alíquota não-cumulativa.

3. Substituição do atual impôsto de vendas e consignações, que constitui a espinha dorsal da estrutura fiscal dos Estados, pelo impôsto sôbre a circulação que incidirá apenas sôbre o valor adicionado, abatendo-se, em cada operação, o montante cobrado nas anteriores, evitando-se assim o impôsto "em cascata" do sistema atual.

4. Instituição do impôsto municipal sôbre a circulação, em base não superior a 30% da alíquota fixada pelo Estado, em substituição ao impôsto de indústria e profissões sôbre o movimento econômico.

5. Participação dos Estados e Municípios na arrecadação federal dos impostos sôbre a renda e sôbre os produtos industrializados, na base de 10% de cada um, através do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

5.11 — ESTRUTURA DO INTERCÂMBIO

5.11.1 — A Amazônia e o Resto do Mundo

410. Lento e longo foi o processo de fundação e estabelecimento dos contatos e relações da Amazônia com o mundo exterior. Êle reflete, em suas linhas gerais, os enormes obstáculos que tiveram que ser superados, ao longo de três séculos, desde o descobrimento até aos nossos dias. A vastidão das terras e rios, a rarefação e extrema dispersão do elemento humano, o desconhecimento dos recursos naturais e das técnicas mais adequadas para enfrentar o

mundo tropical, tornaram difíceis realizar, desde o início, com sucesso, a emprêsa econômica na Amazônia.

Na impossibilidade de criar, desde logo, uma economia de base agrícola, sòmente possível de realizar-se quando os aglomerados humanos apresentam certo grau de densidade e concentração, a única alternativa viável para o colono foi iniciar a emprêsa extrativista, utilizando para tanto a secular experiência do índio e o recurso natural mais ostensivo : a floresta. Dêste modo, o intercâmbio que se seguiu teria que forçosamente estruturar-se em função do mundo exterior. Por isso, como no Gênesis, poderíamos dizer que **no princípio era a Amazônia e o resto do Mundo.**

411. Iniciada a emprêsa econômica, pela especiaria aromática do chamado ciclo da "droga do sertão" que estimulou as relações de troca entre a colônia amazônica e a metrópole portuguêsa, o setor evoluiria, posteriormente, para a produção da especiaria florestal de matéria-prima para uso industrial, já nos meados do século passado, abrindo, assim, a fronteira do intercâmbio para o resto do mundo. Ràpidamente, a especiaria florestal assumiria, com a borracha, a liderança do processo de expansão das atividades econômicas. Essa expansão permitiria consolidar a estrutura do mercantilismo silvestre e aprofundar as correntes do comércio de importação e exportação com o mundo exterior, especialmente com a Inglaterra e os Estados Unidos. Nêle se baseou, para crescer todo o setor ligado aos produtos florestais, entre outros, o da castanha, sôrva, balata, óleos essenciais, madeiras, peles e couros de animais, cuja contribuição ao balanço de mercadorias da região com o resto do mundo possui relevante significação. Outrossim, dado o grande potencial econômico que a floresta representa para a Amazônia, como o seu maior patrimônio de recursos naturais, as relações entre a região e o mundo exterior tenderão a crescer no futuro, à medida que fôr sendo im-

plantada uma nova tecnologia para utilização racional dêsses recursos, transformando a estrutura artesanal do extrativismo florestal em economia de escala de produção em massa. Mesmo assim, estruturado precàriamente, êle contribuiu, nos últimos cem anos, com mais de dois bilhões de dólares para a sustentação da economia regional, pois sòmente a borracha proporcionou no período que vai de 1860 a 1947 cêrca de £ 350 milhões.

412. Em sua fase mais recente, o setor passaria a receber extraordinário impulso e grande dinamismo com a fundação da grande indústria de mineração de manganês em Amapá, que passou a liderar a corrente do comércio exterior da Amazônia, com uma contribuição anual que tem variado entre US$20 a US$30 milhões. A existência de indícios de grande número de afloramentos minerais na região, como a cassiterita em Rondônia, a hematita em Jatapu, o linhito no Jutaí, o sal-gema no Madeira, constituem outras perspectivas de desenvolvimento para a economia regional nas suas relações de intercâmbio com o mundo exterior.

413. O esbôço conceitual acima pode ser, estatìsticamente, analisado nos quadros seguintes que discriminam :

1. A quantidade, o valor em cruzeiros e em dólares da exportação regional, no qüinqüênio 1960/1964.
2. Os principais produtos da pauta de exportação para o exterior, por tonelagem e valor em dólares, no lustro acima.
3. O comércio exterior de importação, por quantidade, valor em cruzeiros e dólares, no mesmo período.

COMÉRCIO EXTERIOR
Exportação (Portos e Aeroportos)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE (TON)					VALOR — Cr$ 1.00		
	1960	1961	1962	1963	1964	1960	1961	196
RONDÔNIA	—	—	—	—	—	—	—	—
ACRE	—	—	—	—	—	—	—	—
AMAZONAS (Manaus)	22.123	23.635	16.380	15.844	22.240	1.398.653	2.405.293	2.408
RORAIMA	—	—	—	—	—	—	—	—
PARÁ (Belém)	44.346	53.180	47.296	51.925	50.909	2.710.052	4.412.454	4.211
AMAPÁ (Macapá)	742.273	823.535	689.245	772.551	777.360	4.812.319	8.269.369	9.250
TOTAL	808.742	900.350	752.921	840.320	850.509	8.921.024	15.087.116	15.870
MARANHÃO (S. Luís)	1.583	6.125	28.051	14.478	28.597	21.741	146.551	1.024
MATO GROSSO (1)	71.647	48.500	40.238	76.479	25.108	680.679	730.080	954
GOIÁS	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	73.230	54.625	68.289	90.957	53.705	702.420	876.631	1.979
BRASIL	10.607.865	12.714.702	12.360.972	14.139.433	14.586.690	147.122.627	245.150.739	307.129

FONTE : Serviço de Estatística Econômica e Financeira — IBGE
(1) — Bela Vista, Corumbá, Ponta Porã, Pôrto Esperança e Pôrto Murtinho
OBS. : Os valores em US$ para o Amapá, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás foram calculados pelo autor, com base na taxa média anual de cor

			VALOR FOB — US$1.000				
2	1963	1964	1960	1961	1962	1963	1964
—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—
.164	3.189.871	10.419.858	7.632	9.756	7.064	5.695	7.935
—	—	—	—	—	—	—	—
.859	5.783.567	16.510.978	14.809	17.936	12.387	10.327	12.575
.636	12.731.280	25.584.358	26.296	33.615	27.207	22.734	19.485
.659	21.704.718	52.515.194	48.737	61.307	46.658	38.756	39.995
.593	504.303	1.493.640	118	595	3.013	900	1.137
.587	2.333.975	2.547.454	3.719	2.967	2.807	4.167	1.940
—	—	—	—	—	—	—	—
.180	2.838.278	4.041.094	3.837	3.562	5.820	5.067	3.077
.850	549.500.904	1.177.497.741	1.268.802	1.402.970	1.214.185	1.406.480	1.429.790

versão cambial, à época, e por isto sujeitos a imperfeições e retificações.

414. Verifique no quadro anterior.

1. A participação predominante do Amapá que reflete a exportação do manganês, tanto em tonelagem — cêrca de 90% — como em valor — cêrca de 40 a 50% do total da área.

2. A tendência declinante das quantidades exportadas pelo Estado do Amazonas no qüinqüênio, com uma recuperação no ano de 1964, refletindo as condições adversas da Amazônia Central, através dos pesados ônus fiscais que oneram a produção e o conseqüente aliciamento de seus produtos para exportação pelas unidades vizinhas.

3. A ascensão da exportação paraense, em tonelagem exportada, que de 44 mil passou para 50 mil no fim do período, que evidencia uma maior agressividade no processo de captura da produção extrativa do interior, graças à vinculação do seu comércio com o Território de Rondônia e Estado do Acre, e o mais brando tratamento tributário dispensado pelo fisco paraense.

4. A ausência do Território de Rondônia e do Estado do Acre deve-se ao fato de que a sua produção é exportada pelos portos de Manaus e Belém, através do comércio exportador local, continuando assim a tradicional dominação dêsses dois centros no desempenho de sua função de empório comercial e de convergência da área.

5. O Território de Roraima, achando-se situado na parte setentrional da bacia, que constitui o maior inecúmeno da região e a parte florestal mais desconhecida e pobre, em têrmos de extração silvestre, pràticamente pouco contribui para a exportação regional. A sua produção de ouro e diamantes geralmente não comparece nas estatísticas oficiais, por óbvias razões.

6. A participação maranhense está representada pela exportação de óleo e torta de babaçu, que no ano de 1963 contribuíram com 615 tons., no valor de US$ 115.000 e 16.182 tons. no valor de US$ 962.000, respectivamente. A produção matogrossense, parte é escoada através do pôrto de Manaus e Belém, e parte pelos portos tributários da bacia paraguaia.

7. A contínua queda dos preços da tonelada exportada, refletindo o agravamento das relações de troca da Amazônia com o resto do mundo está evidenciada pela queda de valores exportados e o aumento da quantidade exportada no período.

8. A participação da exportação da Amazônia no orçamento cambial do país variou, no período, entre 3 a 4% do total.

PRINCIPAIS PRODUTOS DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DA AMAZÔNIA PARA O EXTERIOR

PRODUTOS	1.960		1.961		1.962		1.963		1.964	
	TONS.	US$1.000	TONS.	US$1.000	TONS.	US$1.000	TONS.	US$1.000	TONS.	US$1.000
MANGANÊS	740.431	25.175	816.177	30.198	684.382	24.637	765.088	22.187	769.404	19.235
CASTANHA DO PARÁ	26.394	14.286	36.252	15.621	23.029	9.910	25.194	8.882	24.185	10.421
SORVA	1.159	414	5.352	2.648	4.021	2.029	1.811	953	1.864	1.046
PELES DE JACARÉ	36	530	63	841	82	1.030	76	971	56	593
PELES DE CAITITU	249	413	299	488	305	560	305	666	251	630
CUMARÚ	93	163	85	117	110	160	76	96	124	127
JUTA	—	—	—	—	45	9	2.050	458	2.755	727
PIMENTA DO REINO	1.919	2.501	2.935	2.909	2.763	2.217	2.377	1.801	4.046	3.039
ÓLEO ESSENCIAL DE PAU ROSA	157	638	174	649	95	506	61	383	102	474
BALATA	972	1.917	1.492	2.438	859	799	244	225	824	870
SUB-TOTAL	771.410	46.037	862.829	55.909	715.691	41.857	797.282	36.622	803.611	37.162
OUTROS PRODUTOS	37.332	2.700	37.521	5.398	37.230	4.801	43.038	2.134	46.898	2.833
TOTAL	808.742	48.737	900.350	61.307	752.921	46.658	840.320	38.756	850.509	39.995

FONTE: Dados básicos — SEEF — IBGE

415. Exercite a sua capacidade interpretativa analisando, no quadro anterior, o comportamento dos diversos produtos da pauta de exportação da Amazônia, principalmente :

1. A participação predominante do **manganês** no conjunto da economia regional. Verifique a queda do valor médio unitário da tonelagem exportada, com a conseqüente deterioração da receita de exportação dêsse minério, expressa pelos seguintes valores anuais médios :

Tonelagem exportada	Ano	Preço médio p/ton	Valor da exportação (US$)
740.431	1960	US$34	25.175.000
816.177	1961	US$37	30.198.000
684.382	1962	US$26	24.637.000
765.088	1963	US$29	22.187.000
769.904	1964	US$25	19.235.000

2. A importante posição ocupada pela castanha do Pará, que aparece com uma tonelagem exportada que variou no período, de um mínimo de 23.029 tons., em 1962, com um valor de US$9.910.000, para um máximo de 36.252, em 1961, com um valor de US$15.621.000. Correlacione o maior ou menor volume das safras dêste produto, com os valores da receita cambial obtida e os seguintes preços unitários da tonelada-dólar :

Tonelagem exportada	Ano	Preço médio p/ton	Valor da exportação (US$)
26.394	1960	US$541	14.286.000
36.252	1961	US$430	15.621.000
23.029	1962	US$430	9.910.000
25.194	1963	US$352	8.882.000
24.185	1964	US$430	10.241.000

3. O declínio da exportação de balata, que de um máximo de 1.492 tons., em 1961, com um valor de US$ .... 2.438.000, passou respectivamente, nos anos subseqüentes para 859 tons., 244 tons. e 824 tons., no triênio 1962-1964. De passagem, estude o problema da extinção dessa espécie florestal, fadada a desaparecer pela destruição sistemática da balateira, cujo leite coagulado em blocos é utilizado para fabricação de bolas de gôlfe.

4. Estude o mesmo fenômeno com relação ao óleo essencial de pau-rosa, cuja produção vem declinando, a partir da década iniciada em 1930, quando foram montadas as primeiras destilarias em Maués e no interior. De uma safra que chegou a atingir o máximo de 400 tons. hoje está reduzida para cêrca de 100 a 150 tons./ano. Êste produto em 1963, sofreu uma queda na sua exportação, em decorrência do considerável desvio dêsse óleo essencial para a Guiana Holandesa e Peru, quando no jargão exportador, "Paramaribo se tornou a capital do Pará, e Iquitos a capital do Amazonas".

Para maior facilidade do estudo do problema da elasticidade da oferta das safras dêsse óleo, em função da variação dos preços, damos a seguir a variação do valor médio anual de um tambor exportado (180 quilos líqüido), obtida junto a um exportador de Manaus :

1960 —	US$	733	por	tambor (180 kgs. líqüido)
1961 —	US$	688	"	"
1962 —	US$	1.054	"	"
1963 —	US$	1.136	"	"
1964 —	US$	861	"	"
1965 —	US$	780	"	"

Dada a boa rentabilidade do setor de produção de óleos essenciais, o que constitui uma grande atração para as atividades econômicas sediadas na grande área extrativista amazônica que sobrevive a custo dos altos preços por unidade produzida, recomenda-se a realização de um estudo para a produção de outros óleos essenciais de alto valor, aproveitando a grande variedade de essências vegetais aromáticas da região, bem como promovendo a aclimatação de espécies alienígenas provenientes de outras áreas tropicais concorrentes como :

a Citronela, de Formosa	US$ 0,60 p/lb.	de óleo
a Bergamota, da Itália	US$25,30 "	" "
o Cravo, de Madagascar	US$ 1,85 p/kg.	" "
o Lavander, da Espanha	US$ 4,00 p/lb.	" "
o Lemongrass, da Índia	US$ 3,30 p/kg.	" "
a Lima, do Haití	US$ 7,50 p/lb.	" "
o Petit-Grain, do Paraguai	US$ 4,50 p/kg.	" "
a Pimenta, da Índia	US$ 2,90 p/lb.	" "
o Vetivert, do Haití	US$10,75 p/lb.	" "
o Patchouli, da Indonésia	US$10,00 p/lb.	" "

e outras espécies produtoras de óleos essenciais aromáticos, utilizados pela indústria mundial de perfumaria e sabonetes finos.

5. Os novos produtos da pauta de exportação : a juta, que depois de suprir o mercado interno, passou a figurar na exportação amazônica, quer sob a forma prensada, quer já transformada em tela e sacaria, com amplas perspectivas no mercado importador argentino e alalquiano, cuja contribuição já no ano passado de

1965, ultrapassou a um milhão de dólares; e a pimenta-do-reino que assumiu o terceiro lugar no balanço mercantil, logo após o manganês e a castanha, com uma participação, em 1964, de US$3.039.000.

COMÉRCIO EXTERIOR
Importação (Portos e Aeroportos)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE (TON)					VALOR — Cr$ 1.		
	1960	1961	1962	1963	1964	1960	1961	1
RONDÔNIA	—	—	—	—	—	—	—	
ACRE	—	—	—	—	—	—	—	
AMAZONAS (Manaus)	161.901	191.364	218.169	231.486	308.830	474.993	863.396	1.7
RORAIMA	—	—	—	—	—	—	—	
PARÁ (Belém)	165.691	133.909	68.716	84.821	76.232	1.550.130	2.789.336	2.3
AMAPÁ (Macapá)	10.533	4.828	616	—	209	469.404	187.867	2
TOTAL	338.125	330.101	287.501	316.307	385.271	2.494.527	3.840.599	4.3
MARANHÃO (S. Luís)	18.311	10.904	5.172	15.894	19.046	111.554	95.623	
MATO GROSSO (1)	19.736	19.448	18.605	22.413	13.993	165.358	204.144	2
GOIÁS	—	—	—	—	—	—	—	
TOTAL	38.047	30.352	23.777	38.307	33.039	276.912	299.767	3
BRASIL	15.609.773	15.858.510	16.785.930	17.666.190	18.174.281	201.218.687	299.357.007	511.4

FONTE : Dados Básicos
Serviço de Estatística Econômica e Financeira — IBGE
(1) — Bela Vista, Corumbá, Ponta Porã, Pôrto Esperança e Pôrto Murtinho
OBS. : Os valores em US$ para o Amapá, Maranhão, Mato Grosso e Goiás foram calculados pelo autor, baseado na taxa média anual de convers

000			VALOR US$1.000 CUSTO E FRETE				
962	1963	1964	1960	1961	1962	1963	1964
—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—
45.595	3.401.951	7.962.400	4.184	4.542	5.325	7.049	7.761
—	—	—	—	—	—	—	—
30.262	4.492.295	6.940.635	13.935	12.904	7.425	8.597	6.749
32.590	—	287.753	4.220	869	743	—	279
08.447	7.894.246	15.190.788	22.339	18.315	13.493	15.646	14.789
75.467	1.498.092	3.048.379	1.004	442	241	2.869	2.965
61.607	734.871	892.039	1.489	945	835	1.407	867
—	—	—	—	—	—	—	—
37.074	2.232.963	3.940.418	2.493	1.387	1.076	4.276	3.832
77.448	782.219.819	1.242.890.958	1.462.131	1.460.093	1.475.047	1.486.848	1.263.451

io cambial, à época, e por isto sujeitos a imperfeições e retificações.

416. O deslocamento das fontes supridoras de bens de consumo do mercado externo para o mercado doméstico do país, provocou, inicialmente, o declínio da participação do setor de importação de produtos estrangeiros na região. Em seguida, durante a década dos anos 50, êsse setor seria reativado pela importação substancial de máquinas e equipamentos para a montagem de fábricas e implantação do sistema energético na região. Depois, entraria novamente em declínio, pela progressiva substituição do mercado externo fornecedor de máquinas, pela indústria nacional de bens de produção.

No quadro anterior, vamos verificar, através da discriminação das quantidades e valores em cruzeiros e dólares, alguns fatos que merecem melhor análise no período . . . 1960-1964 :

1. O declínio dos valores da importação em dólares que de US$22.339.000, em 1960, passou a US$14.789.000, em 1964. Êste declínio, favorável à primeira vista, deve assinalar a perda de dinamismo industrial na área, pela diminuição da importação de maquinaria, equipamentos e bens de produção do exterior, que foi ativada, durante a década dos anos 50 (setor de manganês, refino de petróleo, implantação do sistema energético, montagem de jutifícios, etc.) e declinou no período sob análise.

2. Êste fato bem se observa no caso do Amapá, cuja importação de US$4.220.000 em 1960, passou para US$279.000 em 1964. No Estado do Pará, a diminuição do valor importado que de US$13.935.000 em 1960, e US$12.904.000 em 1961, passou para . . . . US$6.749.000 em 1964, reflete além do fato acima, também a mudança na composição da pauta de importação, pela substituição da importação de bens de consumo do exterior, pelo mercado interno.

3. O aumento da quantidade importada do exterior, no qüinqüênio sob exame, no Estado do Amazonas de 161.901 tons. em 1960 para 308.830 tons. em 1964, segundo os registros do SEEF-IBGE, no seu último Anuário Estatístico de 1965, não expressa a realidade, porquanto houve um êrro evidente na sua computação. O **quantum** da importação dêsse Estado é constituído, preponderantemente, de petróleo cru, refinado em Manaus, cuja participação no balanço mercantil da área é o que a seguir se demonstra, conforme dados originais. Os dados seguintes são importantes para o exato conhecimento da estrutura do intercâmbio do Estado do Amazonas, bem como com a região vizinha da Amazônia Peruana, que constitui o primeiro passo para a integração regional multi-nacional do futuro mercado comum pan-amazônico. Outrossim, revelam que o petróleo cru, sendo também um produto primário, sofreu neste qüinqüênio uma sensível queda de preços no mercado internacional, o que beneficiou a região, pela primeira vez, pois passou a importar quantidades maiores com um dispêndio muito menor de divisas, conforme se verifica no quadro seguinte :

IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO PELO ESTADO DO AMAZONAS — 1960/1965

ANO	TON.	VALOR DA IMPORTAÇÃO — US$1.000			VALOR TOTAL Cr$1.000
		Da Amazônia Peruana	Da Venezuela	Total	
1960	215.940	1.703	2.735	4.439	443.950
1961	242.068	1.662	2.858	4.521	931.811
1962	235.311	2.128	2.088	4.216	1.397.459
1963	241.769	2.033	2.295	4.328	1.805.900
1964	263.937	1.874	2.802	4.676	4.713.253
1965	240.950	1.570	2.396	3.966	6.978.042

417. Finalmente, o estudo da estrutura do intercâmbio da Amazônia com o resto do mundo se completa com a montagem do Balanço de Mercadorias, como o primeiro passo para a elaboração posterior do Balanço Geral de Pagamentos da região, abrangendo as contas de mercadorias, de serviços e de capitais.

O quadro seguinte permite, pois, avaliar o comportamento do conjunto da economia regional em face dos mercados externos, e suscitar debates sôbre os seguintes aspectos :

1. Tendência superavitária das contas do intercâmbio mercantil com o resto do mundo, em tôdas as unidades da Amazônia, expressa, no exercício de 1964, pelo **superavit** de Cr$ 37.324.406.000 e US$ 25.206.000.

2. O **superavit** total no qüinqüênio foi de . . . . . US$ 150.812.000, conforme demonstração abaixo:

ANOS	EXPORTAÇÃO US$1.000	IMPORTAÇÃO US$1.000	SALDO US$1.000
1960	48.737	22.339	26.339
1961	**61.307**	18.315	42.992
1962	46.658	13.493	33.165
1963	38.756	15.646	23.110
1964	39.995	14.789	25.206
TOTAIS:	235.453	84.582	150.812

3. Devemos assinalar que êsse saldo se deve, em sua maior parte, à participação ativa da exportação de manganês do Amapá, cujo saldo em 1964 foi de . . . . US$19.206.600. Contudo, mesmo sem essa participação, o **superavit** nesse ano, ainda assim seria de US$6.000.000.

BALANÇO MERCANTIL DA AMAZÔNIA COM O RESTO DO MUNDO
ANO : 1964
VALOR EM Cr$1.000

	Importação Valor Cr$1.000	Exportação Valor Cr$1.000	Saldo (+) ou Deficit (—) Cr$1.000	
RONDÔNIA	—	—		—
ACRE	—	—		—
AMAZONAS	7.962.400	10.419.858	(+)	2.457.458
RORAIMA	—	—		—
PARÁ	6.940.635	16.510.978	(+)	9.570.343
AMAPÁ	287.753	25.584.358	(+)	25.296.605
TOTAL	15.190.788	52.515.194	(+)	37.324.406
BRASIL	1.242.890.958	1.177.497.741	(—)	65.393.217

FONTE : SEEF — IBGE

VALOR EM US$1.000

RONDÔNIA	—	—		—
ACRE	—	—		—
AMAZONAS	7.761	7.935	(+)	174
RORAIMA	—	—		—
PARÁ	6.749	12.575	(+)	5.826
AMAPÁ	279	19.485	(+)	19.206
TOTAL	14.789	39.995	(+)	25.206
BRASIL	1.263.451	1.429.790	(+)	166.339

FONTE : Dados Básicos.
SEEF — IBGE

OBS : Valores em US$ foram calculados pelo autor, com base na taxa média de conversão cambial vigente à época, e por isto, sujeitos às imperfeições e retificações.

5.11.2 — **A Amazônia e o Resto do Brasil**

418. A Amazônia constituía, a princípio, um mundo à parte. O sistema econômico que criou, pràticamente, se isolara do resto do Brasil. A sua falta de complementariedade com o sistema nordestino, baseado no açúcar, com o sistema central voltado para a mineração, e com o sistema do extremo sul entregue à pecuária — **a droga, o doce, o ouro** e **o boi** — agravava-se pela enorme distância continental a vencer, numa época em que as comunicações terrestres, marítimas e fluviais eram percorridas à custa de muito sacrifício e longa espera.

O arquipélago econômico que se formou na Amazônia, a teria levado, fatalmente, ainda nos tempos coloniais, à formação de uma unidade política independente, se o Estado do Maranhão, criado em 1621 não viesse a se extinguir, posteriormente. A volta à unificação política, pela fusão dos dois Estados — o do Maranhão e o do Brasil — eliminou essa possibilidade, permitindo assim a manutenção da unidade nacional ao alvorecer da independência.

419. A unidade política, não obstante, era condição necessária mas não suficiente para motivar a integração econômica da Amazônia com o resto do Brasil. Permanecendo com a sua estrutura econômica voltada para o restante do mundo, até à terceira década do atual século, e persistindo as precárias condições de articulação marítima e territorial, a integração desta parte do continente brasileiro ao restante do país, difìcilmente seria realizada. Essa obra, no entanto, adquiriu impulso a partir dos anos 40, pela atuação simultânea da frente industrial paulista e da frente econômica amazônica, mediante a complementariedade de interêsses que passou a unir os dois sistemas.

Para tanto, foi decisivo o processo de industrialização do centro-sul que forçou, através do protecionismo cambial e aduaneiro, a captura dos mercados do sistema sulino, do centro-oeste, do nordeste e do norte, para o escoamento de sua produção industrial, oferecendo, em contra-partida, o seu enorme potencial de consumo para absorver os produtos primários e matérias primas produzidas por essas regiões. A Amazônia respondeu a essa mudança estrutural da economia brasileira, desviando o fluxo de sua tradicional corrente de comércio exterior para o núcleo dinâmico que se formara no centro-sul do país. Iniciando pela borracha, cuja produção foi ràpidamente absorvida pela indústria paulista de pneumáticos, a integração dos dois sistemas encontraria nôvo ímpeto com a juta, a partir de 1945, que passaria a dar apoio ao acondicionamento do café e da produção agrícola de outras regiões. Do lado da importação, a Amazônia passou a consumir e apoiar-se nos produtos agrícolas das outras regiões brasileiras, para completar o **deficit** de sua produção de alimentos, aprofundando, assim, a sua vinculação aos demais sistemas econômicos do país, bem como a consumir, da indústria nacional, os bens duráveis por ela fabricados para melhorar o nível de vida de sua população e os bens de produção para dar partida, também, ao seu próprio processo de industrialização regional.

420. Nesse ínterim, a política de integração levada a efeito pelo govêrno federal implantou os dois grandes eixos rodoviários da Belém-Brasília e da Brasília-Acre, que abriram uma transversal e uma radial de ligação terrestre, para ocupar o vazio do mediterrâneo amazônico, em complemento à cabotagem entre os portos marítimos e fluviais do Atlântico e da hinterlândia. Nasceu, assim, a fase do intercâmbio da Amazônia com o resto do Brasil.

421. A análise estatística dêsse conceito pode ser efetuada pelos quadros seguintes que informam :

1. O **quantum** e o valor do comércio interior de exportação, por cabotagem, da Amazônia para o mercado nacional, no período 1960-1964.
2. Os principais produtos da pauta de exportação da Amazônia para o mercado nacional, por cabotagem, no qüinqüênio acima.
3. O comércio interior de importação de produtos nacionais pela Amazônia, por cabotagem, por tonelagem e valor em cruzeiros no mesmo período.

COMÉRCIO INTERIOR DE CABOTAGEM
EXPORTAÇÃO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE (ton.)					VALOR (Cr$1.000)				
	1.960	1.961	1.962	1.963	1.964	1.960	1.961	1.962	1.963	1.964
RONDÔNIA	7.369	9.476	6.071	4.216	5.061	659.507	837.487	985.605	1.493.106	3.409.916
ACRE	18.847	24.284	17.896	18.450	13.714	1.299.258	1.783.765	1.888.968	5.036.557	6.348.058
AMAZONAS	220.932	219.415	211.607	206.099	193.730	5.574.442	9.434.572	10.296.222	16.782.642	33.846.059
RORAIMA	3.805	8.479	6.528	4.923	279	74.154	144.681	158.044	199.919	46.445
PARÁ	177.324	137.314	127.762	109.019	111.464	7.098.354	9.534.409	11.849.011	18.831.670	39.509.791
AMAPÁ	4.478	5.032	2.325	3.452	2.915	235.554	236.456	214.016	980.011	693.109
TOTAL	432.755	404.000	372.189	346.159	327.163	14.941.269	21.971.370	25.391.866	43.323.905	83.853.378
MARANHÃO	127.777	104.654	97.822	104.450	127.167	4.281.473	4.171.447	5.459.647	10.703.898	29.542.435
MATO GROSSO	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
GOIÁS	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	127.777	104.654	97.822	104.450	127.167	4.281.473	4.171.447	5.459.647	10.703.898	29.542.435
BRASIL	7.649.937	8.524.944	9.453.611	8.873.251	9.513.951	107.689.284	148.318.454	196.583.925	238.906.605	507.048.859

FONTE : Serviço de Estatística Econômica e Financeira — IBGE

422. A exportação amazônica para o mercado nacional, registrada no quadro anterior, quando analisada pelo prisma das quantidades, revela uma tendência regressiva, pois iniciando no período com 432.755 toneladas, na Amazônia dos Seis, terminou o qüinqüênio com 327.163 toneladas. Analise as razões dêsse decréscimo, que se atribui aos seguintes fatos, entre outros :

1. Os derivados de petróleo refinados em Manaus, que abasteciam parte do Nordeste, no início do período, foram sendo absorvidos pelo aumento de consumo na própria área. Em 1964, apenas 4% da produção de diesel, 15% de querosene e 38% de gasolina eram ainda exportados para o Nordeste. A expansão do mercado amazônico, além de absorver 76% de diesel, 85% de querosene e 62% de gasolina da produção local, que já consumia a totalidade da produção de óleo combustível e de gás liquefeito, passou a exigir refôrço de abastecimento de outras áreas para complementar a demanda regional. Dêste modo se explica porque o Estado do Amazonas, que em 1961 exportou 219.415 tons., em 1964 essa quantidade ficou reduzida para 193.730.

2. A estagnação ou decréscimo das safras dos produtos extrativos, como a da borracha, cuja exportação para o mercado nacional passou de 34.212, em 1960, para 30.900, em 1964. Êste decréscimo afetou sobretudo a Amazônia Ocidental (Rondônia e Acre) que registram nesse período uma queda superior a 7.000 toneladas, passando assim o **quantum** exportado por essas duas unidades de 26.000 em 1960, para 18.700 em 1964.

3. A menor participação do setor juta em bruto, no intercâmbio com o sul, em virtude da estagnação ou decréscimo das safras, bem como resultante do processo de industrialização na área, e do início de sua expor-

tação para o exterior. Êste fato se evidencia pela comparação das quantidades exportadas, por cabotagem, dêsse produto, que de 34.426 tons. em 1960 passou para 25.026 tons. em 1964.

4. A diminuição registrada no Estado do Pará de 177.324 tons. para 111.464, no fim do período, deve ser interpretada como sintomático para a produção extrativa regional, pois sendo o pôrto de Belém, o maior centro de convergência da exportação para o sul do país dêsses produtos, o decréscimo reflete a perda de dinamismo dêsse setor tradicional.

5. A abertura dos eixos rodoviários de Belém-Brasília e Brasília-Acre, no período, contribuíram para deslocar parte da exportação por cabotagem para o comércio interior por via rodoviária, cujas estatísticas ainda não são conhecidas.

423. A pauta de exportação amazônica para os mercados nacionais, constante do quadro seguinte, constitui-se predominantemente de produtos primários e matérias primas que, no passado, eram escoados para o mercado exterior, e que a partir do processo de industrialização brasileira do centro-sul passaram a ser adquiridos pelas fábricas nacionais. A borracha, a juta e a malva são os itens predominantes nesse intercâmbio, com uma participação de cêrca de 50% no total da exportação de cabotagem, ou sejam Cr$ 40,8 bilhões para um total exportado de Cr$ 83,8 bilhões, na Amazônia dos Seis, durante o exercício de 1964.

424. Dos demais produtos da pauta devemos destacar a participação crescente do setor industrial de sacaria de juta que no ano de 1964, de acôrdo com os números apresentados pelos registros do SEEF-IBGE, foi de 2.927 tons. equivalente a Cr$ 1.878.768.000. Êsse registro, todavia,

não pode ser fidedigno, pois acusando apenas uma exportação de sacaria de juta, por cabotagem, de menos de 3.000 toneladas, o setor manufatureiro de juta na região, nesse ano, já tinha uma capacidade instalada de cêrca de 20.000 toneladas/ano, representado por 8 fábricas. Assim sendo, a sua contribuição está sub-avaliada por êrro de elaboração estatística e a sua correção implicaria em multiplicar por 6 a 7 vêzes os números do SEEF-IBGE, para poder bem representá-lo, o que importaria em aditar cêrca de Cr$ 17 bilhões ao valor registrado, tomando por base uma produção industrial de cêrca de 20.000 toneladas, vendida ao preço de Cr$ 1.000 por quilo de juta tecida, de acôrdo com a cotação vigente à época. Aliás êsse fato pode ser também fàcilmente deduzido pela comparação entre as 42.000 toneladas da safra de juta de 1964 com a exportação de apenas 25.026 toneladas registradas no comércio de cabotagem. A diferença de 17.000 tons., sem contar com o processamento industrial da malva, deve ter sido consumida pelas fábricas de fiação e tecelagem de Belém e Manaus, e transformada em tela e sacaria.

425. Um nôvo produto que surgiu na pauta do intercâmbio da Amazônia Ocidental (Rondônia), neste qüinqüênio, foi a cassiterita, que de 134 tons. em 1960, passou para 1.054 tons. em 1963, e 854 tons. em 1964, no valor de Cr$ 880 milhões. A exportação dêsse minério de estanho é realizada ou por via aérea, ou por via rodoviária pela antiga BR-29. Muito embora não figure ainda nas estatísticas do comércio de exportação interna da área, êle já assumiu o 5.º lugar na pauta exportadora da Amazônia dos Seis, no ano de 1964, precedido apenas pela borracha, juta, malva e sacaria de juta. Já a pimenta-do-reino tinha uma menor participação no intercâmbio interno, em virtude da maior parte de sua produção destinar-se para o exterior.

426. O óleo de babaçu assumia papel preponderante na economia maranhense que dêle dependia, como de sua produção de arroz que não foi possível dimensionar. Mesmo assim, tomando como verdadeiro o registro de 127.167 tons. da exportação maranhense, de cabotagem, o babaçu contribuiu, em 1964, com cêrca de 50% dessa quantidade.

O quadro seguinte permite uma melhor análise da pauta de exportação para o mercado nacional :

PRINCIPAIS PRODUTOS DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DA AMAZÔNIA PARA O RESTO DO BRASIL

PRODUTOS	1960		1961		1962		1963		1964	
	TONS.	Cr$1.000	TONS.	Cr$1.000	TONS.	Cr$1.000	TONS.	Cr$1.000	TONS.	Cr$1.000
BORRACHA NATURAL	34.212	4.902.349	31.470	5.488.918	29.245	7.719.666	27.530	14.448.597	30.900	31.490.376
JUTA EM BRUTO	34.426	1.564.737	31.751	2.745.818	26.815	2.490.679	23.353	3.831.371	25.026	7.700.782
MALVA E GUAXIMA (1)	11.585	286.619	13.130	522.626	13.152	561.437	13.144	1.060.211	12.692	1.606.058
SACOS DE JUTA (2)	6.464	820.296	5.812	1.959.268	3.722	768.044	3.421	1.319.128	2.927	1.878.768
ESPECIARIAS (3) (pimenta-do-reino)	1.718	373.308	1.845	405.310	845	219.913	1.071	519.477	506	340.730
MADEIRAS EM TÁBUAS SERRADAS (4)	32.376	243.551	36.454	481.912	33.517	610.592	18.604	512.312	17.904	737.772
GUARANÁ (5)	178	9.762	185	27.225	310	28.318	154	38.874	86	22.689
CASSITERITA (5)	134	24.242	111	23.343	740	69.740	1.054	1.020.092	854	880.182
ÓLEO DE BABAÇÚ (6)	14.285	1.149.663	14.288	1.601.427	31.621	2.790.206	29.494	6.587.032	51.097	25.481 617
TOTAL	135.378	9.374.527	135.046	13.255.847	139.967	15.258.595	117.825	29.377.094	141.992	70.138.974

FONTE: Dados básicos do S.E.E.F. — IBGE

(1) — Quantum e valor de produção paraense de malva

(2) — Quantum e valor nacional do comércio interior com preponderância da indústria amazônica escoada por cabotagem.

(3) — Quantum e valor nacional do comércio interior de cabotagem de tôdas as especiarias, com preponderância absoluta de pimenta-do-reino do Pará.

(4) — Quantum e valor nacional do comércio interior de cabotagem para as madeiras em tábuas serradas, aplainadas e simplesmente preparadas, exclusive pinho.

(5) — Quantum e valor da produção amazônica

(6) — Quantum e valor do comércio interior de cabotagem com preponderância absoluta da produção maranhense.

427. O mercado nacional passou a atrair assim a corrente exportadora da Amazônia, pois de um total exportado, para o conjunto do setor interno e externo, de Cr$ 146,2 bilhões, no ano de 1964, a indústria brasileira de outras áreas absorvia já nesse ano Cr$ 83,8 bilhões da produção amazônica, ou seja, quase 58% do total. No entanto, seria no setor da importação que essa participação iria caracterizar, definitivamente, o processo de mudança de estrutura do intercâmbio da região, pois de um total de Cr$ 124,6 bilhões o mercado supridor nacional, em 1964, havia capturado 88% de participação com Cr$ 109,4 bilhões, enquanto que o mercado externo comparecia com 12%, ou sejam, Cr$ 12,2 bilhões. As conseqüências ocasionadas por essa alteração da corrente de intercâmbio, se de um lado beneficiaram a Amazônia, através da garantia para a absorção de suas safras, não mais sujeitas às oscilações cíclicas, pelo menos no setor borracha-juta, de outro lado iriam infligir à região uma perda nas suas relações de troca. Inicialmente, pela política de confisco cambial, através da fixação de taxas de conversão sub-avaliadas para os produtos de sua exportação para o exterior, e na fase seguinte, cessada essa prática, pelo agravamento do processo inflacionário no país, pois enquanto o produto nacional era importado do sul, a preços inflacionados, a produção regional encontrava sérias dificuldades burocráticas para obter os reajustamentos da correção monetária equivalente. Importávamos, pois, a inflação, porém, sem a possibilidade compensatória de em contra-partida reexportá-la para os centros dinâmicos do país, onde ela se havia originado.

428. A região teve que enfrentar uma situação difícil em face do desequilíbrio de suas relações de troca com o resto do país, intercâmbio êsse que, em conseqüência, se tornou altamente deficitário, não só em virtude da inflação, porém, é justo assinalar, em função do aumento do consumo da

região por fôrça do incremento demográfico. Êsses **deficits** seriam cobertos pelos saldos superavitários do intercâmbio com o resto do mundo, ou compensados mediante verbas e dotações do orçamento federal. O quadro seguinte discrimina a quantidade e o valor da importação amazônica de produtos nacionais ou nacionalizados, provenientes das demais regiões brasileiras, por cabotagem, no qüinqüênio 1960-1964. Pedimos examinar nesse quadro os seguintes aspectos :

1. Uma importação de Cr$ 109,4 bilhões na Amazônia dos Seis, comparada com uma exportação interna de Cr$ 83,8 bilhões, gerando, portanto, um **deficit** de Cr$ 25,6 bilhões em 1964. Para o total do qüinqüênio o **deficit** montou a Cr$ 62 bilhões, resultante de uma importação global de Cr$ 251,4 bilhões e uma exportação total de Cr$ 189,4 bilhões no período.

2. As quantidades importadas, porém, pouco variaram oscilando de 517.233 tons. em 1960, para 522.908 tons. em 1964, passando pelo pico de 582.908 tons. em 1961, muito embora os valores tenham subido um pouco acima de cinco vêzes.

3. O ano mais próspero do intercâmbio da Amazônia foi sem dúvida o de 1961, tanto para a importação como para a exportação. Nesse ano, as quantidades exportadas atingiram o máximo de 404.000 tons. e as importadas a 582.165 tons. O mesmo ocorreu no lado da exportação para o exterior, quando nesse mesmo ano alcançou o teto de US$61,3 milhões jamais atingido posteriormente. Ainda foi nesse ano que se registrou uma safra excepcional de juta da ordem de 51.000 toneladas e de borracha de 31.400 toneladas. Procure analisar e explicar a razão dessa conjuntura tão favorável, nesse ano, e a perda de dinamismo subseqüente.

4. Analise a pauta de importação de produtos nacionais pela região para determinar a estrutura de sua composição, especialmente no setor de importação de alimentos e de bens duráveis de consumo para determinar a dimensão do mercado regional e fixar as linhas de uma política de substituição de importações pela produção local.

5. A título de ilustração damos, a seguir, alguns dados fornecidos pela companhia concessionária do pôrto de Manaus, referente à importação de alimentos, por cabotagem, entrados pelo referido pôrto, no ano de 1963 :

Açúcar	15.619 tons.
Farinha de trigo	6.953 tons.
Cerveja	3.246 tons.
Óleo comestível	1.911 tons.
Arroz	2.008 tons.
Leite em pó e condensado	1.449 tons.
Conservas	1.371 tons.
Feijão	1.156 tons.

6. Procure apresentar novos aspectos sugeridos pelo quadro a seguir transcrito :

COMÉRCIO INTERIOR DE CABOTAGEM
IMPORTAÇÃO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE (TON)					VALOR (Cr$ 1.000)				
	1960	1961	1962	1963	1964	1960	1961	1962	1963	1964
RONDÔNIA	24.738	21.989	21.361	17.066	17.322	1.136.304	1.274.065	1.774.059	2.273.301	4.618.354
ACRE	12.230	12.578	15.963	11.881	16.117	647.569	945.875	1.328.598	1.850.037	5.025.311
AMAZONAS	119.873	145.132	136.308	127.207	109.173	5.241.458	7.874.157	10.899.576	19.610.864	34.145.308
RORAIMA	2.285	3.740	2.837	1.583	12.435	112.721	240.623	308.749	390.212	2.332.013
PARÁ	343.198	381.385	362.840	330.254	346.307	12.407.440	16.484.200	22.095.723	29.880.051	58.191.836
AMAPÁ	14.909	17.341	20.698	23.771	21.554	652.779	1.079.474	1.491.058	2.138.289	5.148.546
TOTAL	517.233	582.165	560.007	511.762	522.908	20.198.271	27.898.394	37.897.763	56.142.754	109.461.368
MARANHÃO	87.958	100.020	90.363	90.031	90.627	2.261.835	2.914.860	3.129.596	4.536.978	10.958.971
MATO GROSSO	59	60	60	72	61	1.815	4.321	11.015	4.742	18.014
GOIÁS	544	197	279	87	200	18.801	12.479	11.792	13.999	40.075
TOTAL	88.561	100.277	90.702	90.190	90.888	2.282.451	2.931.660	3.152.403	4.555.719	11.017.060
BRASIL	7.649.937	8.524.944	9.453.611	8.873.251	9.513.951	107.689.284	148.318.454	196.583.925	238.906.605	507.048.859

FONTE: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — IBGE.

429. O intercâmbio da Amazônia com o resto do Brasil, no lado da importação por cabotagem, reflete as necessidades regionais de procurar complementação de sua economia nas atividades produtoras ou supridoras dos outros Estados do país.

É útil, portanto, conhecer como êsse intercâmbio se distribui pelas diversas unidades federadas. Êste é o objetivo a alcançar com a exposição do quadro seguinte.

Por êle vamos verificar que o Estado da Guanabara, como o maior centro comercial distribuidor do país, detinha, no ano de 1964, a posição de principal fornecedor da região, com um valor de Cr$ 25,4 bilhões, equivalente a 33% de participação no total do intercâmbio de Cr$ 76,2 bilhões. A seguir, vem o Estado de São Paulo, como centro supridor de bens duráveis de consumo e equipamentos, com uma participação de 31%, correspondente a Cr$23,7 bilhões. Pernambuco ocupava o terceiro lugar, com 14% do total, representado pelo valor de Cr$ 10,8 bilhões, graças à sua exportação de açúcar, e a seguir o Estado do Ceará que detinha, nesse ano, um pouco mais de 7% do intercâmbio com Cr$ 5,8 bilhões.

Continui a análise acima, para verificar a distribuição dêsse intercâmbio pelas unidades federadas importadoras da Amazônia.

INTERCÂMBIO COMERCIAL DE CABOTAGEM — AMAZÔNIA E O RESTO DO BRASIL
ANO : 1.964

	UNIDADES FEDERADAS IMPORTADORAS (AMAZÔNIA DOS 6)						
	RONDÔNIA	ACRE	AMAZONAS	RORAIMA	PARÁ	AMAPÁ	TOTAL
	VALOR EM Cr$1.000						
AMAZÔNIA DOS 6	4.010.497	3.425.381	8.142.803	606.151	14.288.262	2.744.960	33.218.054
MARANHÃO	33.911	17.178	466.512	1.191	953.108	154	1.472.054
PIAUÍ	—	—	4.719	—	159	—	4.878
CEARÁ	421.067	461.809	1.723.759	169.972	2.907.322	188.328	5.872.257
R. G. DO NORTE	—	—	12.040	—	230.856	—	242.896
PARAÍBA	4.879	8.016	183.930	1.263	1.549.137	23.593	1.170.818
FERNAMBUCO	—	108.343	3.637.450	—	7.016.150	18.520	10.780.463
ALAGOAS	—	—	37.500	—	1.459.761	—	1.497.260
SERGIPE	—	—	—	—	5.064	—	5.064
BAHIA	1.259	—	23.357	1.289.946	860.262	29.480	2.204.304
MINAS GERAIS	—	—	—	—	—	—	—
ESPÍRITO SANTO	—	—	—	—	—	—	—
RIO DE JANEIRO	104	7.333	144.980	1.950	158.376	28.529	341.272
GUANABARA	30.554	750.460	8.763.874	107.338	13.955.772	1.812.692	25.420.690
SÃO PAULO	116.083	238.570	10.448.762	154.202	12.434.341	302.290	23.694.248
PARANÁ	—	—	193.051	—	285.946	—	478.997
SANTA CATARINA	—	—	—	—	181.587	—	181.587
R. G. DO SUL	—	8.221	362.549	—	1.905.733	—	2.276.503
MATO GROSSO/GOIÁS	—	—	—	—	—	—	—
BRASIL	4.618.354	5.025.311	34.145.308	2.332.013	58.191.836	5.148.546	76.243.291

FONTE : SEEF — IBGE

430. Para concluir o estudo das relações de troca da Amazônia com o resto do Brasil, deveremos proceder ao levantamento do balanço de mercadorias da região. E' o que tentamos fazer no quadro seguinte.

Por êle verificamos que êsse intercâmbio é altamente deficitário com relação à Amazônia, não sòmente em 1964, porém em caráter permanente em todos os anos anteriores. No ano de 1964, êsse **deficit** ficou expresso pelo valor de Cr$ 25,6 bilhões, resultante de uma exportação de Cr$ 83,8 bilhões e uma importação de Cr$ 109,4 bilhões.

Verifique, nesse quadro, que em 1964 :

1. O **deficit** foi mais acentuado no Estado do Pará que registrou em sua conta de mercadorias um saldo negativo de Cr$ 18,6 bilhões, seguido pelo Amapá com um **deficit** de Cr$ 4,4 bilhões. No caso do Pará isto se explica pela sua posição dominante na região, como supridor do comércio interiorano da região, como também pela ampliação do poder de compra de sua capital, em virtude de ser sede dos principais órgãos federais que atuam na região, cujos gastos, baseados no orçamento federal, representam transferências de recursos da União, de caráter compensatório. No Amapá, o **deficit** provém de que a sua economia de tipo enclave, produz para o mercado externo. No entanto, os grandes **superavits** de seu balanço de mercadorias com o exterior permite manter o seu poder de compra e ainda cobrir os **deficits** das contas das demais unidades.
2. No caso do Amazonas o pequeno **deficit** registrado de Cr$ 299 milhões, é resultado de sua posição de fornecedor de produtos refinados de petróleo para as demais unidades da região, incluindo parte do Nordeste. Retirado êste setor, as suas contas apresentam vultosos **deficits.**
3. Rondônia e Acre apresentam neste Balanço os únicos **superavits** registrados, com o resto do país. Êsses

saldos positivos são aparentes, pois indicam que as suas necessidades estão sendo atendidas, em grande parte, por via indireta, pelo refaturamento de mercadorias adquiridas nas praças de Belém e Manaus. Efetivamente, isto fàcilmente se verifica quando se analisa o intercâmbio inter-amazônico que registra quase Cr$ 18 bilhões de mercadorias importadas por essas duas unidades dos demais Estados da região, sobretudo do Amazonas e Pará.

4. Roraima possuía a economia mais desequilibrada do ponto de vista de intercâmbio com o resto do país, pois êsse Território não está gerando produção interna suficiente para fazer face às suas necessidades que são atendidas através de verbas federais.

Daí a razão do **deficit** direto de Cr$ 2,2 bilhões que terá que ser adicionado ao resultante do intercâmbio interregional.

BALANÇO MERCANTIL DA AMAZÔNIA COM O RESTO DO BRASIL ANO DE 1964

	Importação Valor Cr$1.000	Exportação Valor Cr$1.000	Saldo (+) ou Deficit (—) Cr$1.000
RONDÔNIA	4.618.354	3.409.916	(+) 1.208.438
ACRE	5.025.311	6.348.058	(+) 1.322.747
AMAZONAS	34.145.308	33.846.059	(—) 299.249
RORAIMA	2.332.013	46.445	(—) 2.285.568
PARÁ	58.191.836	39.509.791	(—) 18.682.045
AMAPÁ	5.148.546	693.109	(—) 4.455.437
TOTAL	109.461.370	83.853.378	(—) 25.607.992
BRASIL	507.048.859	507.048.859	—

FONTE: S.E.E.F. — IBGE

431. Impõe-se ao final, para avaliar o resultado global do intercâmbio, a agregação dos dois balanços mercantis da Amazônia com o resto do mundo e com o resto do Brasil, procedimento de caráter integrativo que se obtém pela consolidação de tôdas as contas de mercadorias relativas às trocas nacionais e internacionais.

Êsse balanço consolidado é o que se apresenta no quadro seguinte, referente ao ano de 1 964. A sua análise revela:

1. A tendência persistente de formação de saldos positivos com o exterior e negativo no campo interno, que se compensam entre si, para produzir ao final um **superavit** de Cr$ 11,7 bilhões no exercício, produto de um saldo positivo do exterior de Cr$ 37,3 bilhões subtraído o saldo negativo interno de Cr$ 25,6 bilhões.

2. As contas consolidadas dos diversos Estados da área, na Amazônia dos Seis, apresentavam variações exclusivamente positivas em Rondônia e no Acre, em virtude de sua não participação direta no comércio exterior, e exclusivamente negativas em Roraima, pelas razões já conhecidas. Tôdas essas unidades, contudo, por via indireta, contribuíam para a formação de **superavits** e **deficits** registrados nas contas dos demais Estados.

3. Nos Estados do Pará e Amazonas, os dois grandes centros exportadores tradicionais, as contas consolidadas apresentam resultados diversos. No Amazonas, a fusão dos dois balanços produziu um resultado positivo da ordem de Cr$ 2,1 bilhões, enquanto no Pará, o saldo do resto do mundo — Cr$ 9,5 bilhões — não foi suficiente para compensar o **deficit** do resto do Brasil — Cr$ 18,6 bilhões, produzindo, assim, o único caso negativo nas contas regionais da ordem de Cr$ 9,1 bilhões.

4. O Amapá comparece no Balanço Consolidado com o maior **superavit** da área, expresso pelo valor de . . . . Cr$ 20,8 bilhões. As exportações totalizando Cr$ 25,3 bilhões, resultado das grandes exportações de manganês, foram responsáveis por êsse resultado extremamente favorável, que serviu para compensar os **deficits** da área em relação com o resto do Brasil e do Mundo. Mesmo eliminando êste setor do Balanço Consolidado, as contas, todavia, ainda apresentam um saldo de cêrca de Cr$ 1 bilhão.

432. Dêste modo, desfaz-se o conceito genérico divulgado em tôda a Amazônia de que o intercâmbio comercial apresenta-se deficitário. Esta noção deriva de um exame unilateral da conta de mercadorias com o resto do país, sem contudo referir-se às contas do intercâmbio com o exterior. A análise macro-econômica aqui empreendida, através da consolidação dos Balanços, exibe uma situação favorável que permite a região fazer face às outras contas do Balanço de Pagamentos, sobretudo dos chamados "itens invisíveis".

Infelizmente, não é possível levantar, no estágio atual de despreparo estatístico da região, o Balanço Consolidado de Pagamentos da Amazônia, incluindo as contas parciais de mercadorias, serviços e capitais. Sòmente assim, seria possível revelar, com exatidão, se aquêle conceito é válido ou não.

433. A título de contribuição para o levantamento do Balanço Consolidado de Pagamentos da região, sugerimos a pesquisa metódica dos seguintes elementos :

1. Levantamento das verbas, dotações, subsídios e transferências do govêrno federal para a Amazônia, através dos recebimentos e gastos dos diversos órgãos da União na área.

2. Análise do valor dos fretes pagos às companhias de navegações, passagens às companhias de aviação, e seguros ao mercado securitário nacional e de comissões e juros aos Bancos cujas matrizes estejam situadas fora da região.

3. Remessa de lucros e dividendos de filiais de companhias nacionais e estrangeiras para as respectivas matrizes fora da área.

4. Remessas efetuadas para o sul e para o exterior para atender ao serviço de juros, comissões de agentes, e outros encargos.

5. Remessa de donativos, pensões e pagamento de proventos de aposentadorias e pessoal em disponibilidades residentes fora da Amazônia e que continuam a receber recursos da região enviados por suas famílias ou pelo govêrno.

6. Inversões de capitais amazônicos, ganhos na área, mas que dela se evadiram para investimentos em outros Estados do país, sobretudo para aplicações imobiliárias em Guanabara e em outros centros urbanos.

7. Recebimento de capitais forâneos à área, através dos incentivos fiscais proporcionados pela Lei 4.216, que hoje devem montar a cêrca de Cr$ 30 bilhões, que se encontram depositados no Banco de Crédito da Amazônia, ou em processo de inversão na economia regional.

BALANÇO MERCANTIL CONSOLIDADO DA AMAZÔNIA COM O RESTO DO BRASIL E DO MUNDO — ANO DE 1964

UNIDADES AMAZÔNICAS		Importação Cr$1.000	Exportação Cr$1.000	Saldo (+) ou Deficit (—) Cr$1.000
RONDÔNIA	RM (1)	—	—	—
	RB (2)	4.618.354	3.409.916	(+) 1.208.438
ACRE	RM (1)	—	—	—
	RB (2)	5.025.311	6.348.058	(+) 1.322.747
AMAZONAS	RM (1)	7.962.400	10.419.858	(+) 2.457.458
	RB (2)	34.145.308	33.846.059	(—) 299.249
RORAIMA	RM (1)	—	—	—
	RB (2)	2.332.013	46.445	(—) 2.285.568
PARÁ	RM (1)	6.940.635	16.510.978	(+) 9.570.343
	RB (2)	58.191.836	39.509.791	(—) 18.682.045
AMAPÁ	RM (1)	287.753	25.584.358	(+) 25.296.605
	RB (2)	5.148.546	693.109	(—) 4.455.437
TOTAL	RM (1)	15.190.788	52.515.194	(+) 37.324.406
	RB (2)	109.461.370	83.853.378	(—) 25.607.992
			Superavit do Balanço consolidado de mercadorias . . . (Investimento líqüido do Exterior do balanço de transações).	11.716.414

FONTE : Dados básicos

S.E.E.F. — IBGE

(1) RM = Resto do Mundo

(2) RB = Resto do Brasil

5.11.3 — O intercâmbio na Amazônia dos Seis

434. Nem só do resto do mundo ou do resto do Brasil pode viver a Amazônia. O seu desenvolvimento, embora não dispense o intercâmbio proporcionado pelos setores externo e doméstico, implica, necessàriamente, na formação de um centro dinâmico dentro da própria área, para sustentar o seu auto-crescimento, escorado no seu mercado de consumo interno. Êste mercado passou por um prolongado período de incubação, enquanto se aguardava o crescimento vegetativo da população, depois de cessado o influxo migratório cearense do princípio do século. À medida que se expandia a população amazônica, hoje da ordem de 6 milhões de habitantes, com uma taxa explosiva de crescimento de 4% ao ano, e que a fronteira humana regredia, após a dispersão do apogeu da economia florestal, para ocupar a calha central do Rio Amazonas e povoar intensamente os centros urbanos de Belém, Macapá, S. Luís, Santarém, Parintins, Itacoatiara, Manaus, Cuiabá e capitais dos Territórios, criaram-se então, já nos dias atuais, as dimensões de mercado necessárias para o desenvolvimento do setor que nêle se apoiasse.

Êste mercado terá grande significação futura, pois as linhas estratégicas básicas de integração física inter-amazônica, representadas pela imensa rêde fluvial de peneração, que em outras áreas depende de um grande investimento fixo infra-estrutural, não necessitará ser criada pois já existe como bem natural e gratuito. A complementação dessa integração fluvial, que se fará territorialmente, por via rodoviária, pelas terras firmes, unindos cidades e vilas da hinterlândia, completará a articulação espacial da área.

435. As linhas econômicas, da integração regional, porém há muito já foram lançadas. Iniciou-se no momento em que o arroz branco de Carolina foi introduzido no Maranhão, o

boi em Marajó e Rio Branco, a salga do pirarucu no Solimões, a mandioca no Baixo Amazonas, os jutais em Parintins, para finalmente deslocar-se para o campo industrial, em fase mais recente, partindo das instalações, em 1956, do refino de petróleo em Manaus, que deu grande impulso às trocas internas na região, através do abastecimento de combustíveis e derivados, para em seguida expandir-se no setor de substituição de importações, de refino de óleos comestíveis em Belém, de fabricação de cimento em Capanema, de moagem de trigo, fabricação de cerveja e açúcar e outros empreendimentos industriais existentes ou em projeto, fundados sôbre o consumo do mercado regional. À medida que se expandirem os centros internos de produção e consumo, êste mercado evoluirá para assumir a liderança da estrutura do intercâmbio, criando assim as condições básicas para a formação do futuro mercado comum pan-amazônico que incluirá os países fronteiriços participantes do condomínio político da área.

436. O quadro seguinte demonstra o **quantum** e o valor das trocas processadas entre as diversas unidades da região, no ano de 1964, o qual permite observar o seguinte :

1. O total do intercâmbio dentro da área da Amazônia dos Seis, estava representado por 182.134 toneladas que correspondiam a um valor de Cr$ 33,2 bilhões.

2. Parte dêsse intercâmbio, no entanto, era produto de refaturamento de mercadorias importadas de outros Estados fora da área, e vendidas pelas praças de Belém e Manaus, que se encarregavam de distribuí-las para as diversas unidades regionais.

3. O Amazonas contribuía com o maior volume dêsse intercâmbio, em pêso, representado por 118.036 toneladas, e 65% do total, porém em valor — Cr$ 10,3 bilhões — decrescia para 32% a sua participação. O compo-

nente básico do intercâmbio, gerado pelo Amazonas, estava representado pelo fornecimento de combustíveis e derivados de petróleo.

4. O Estado do Pará detinha uma participação de 24% no **quantum** das remessas — 43.275 tons. — porém, que representava 40% — Cr$ 13,3 bilhões — do seu valor total. O seu melhor cliente era o Estado do Amazonas com uma importação de 23.857 tons. do Estado do Pará, no valor de Cr$ 6,5 bilhões. Em segundo lugar vinha o Estado do Acre que enviou para o Pará 10.936 toneladas, na sua maior parte de produtos regionais, no valor de Cr$ 5 bilhões, tendo adquirido daquele Estado, em contra-partida, 6.726 toneladas de mercadorias no valor de Cr$ 2,1 bilhões.

5. As únicas unidades da área que não participavam ativamente dêsse intercâmbio regional eram os Territórios de Roraima, cuja economia se achava exclusivamente vinculada ao Estado do Amazonas, e o Território do Amapá ao Estado do Pará.

437. Após examinar o quadro seguinte, que registra apenas o intercâmbio inter-estadual na área, tabulado pelo SEEF-IBGE, conforme as guias oficiais de exportação, procure localizar e dimensionar outros setores de importante significação, nas trocas internas de cada Estado, entre êles :

1. O setor industrial urbano produzindo para o consumo nas capitais dos Estados e seu interior.

2. O setor agrícola de subsistência dentro de cada Estado, responsável pelo abastecimento de produtos alimentares nos mercados, feiras e armazéns.

3. O setor pecuário de produção de carne, leite e derivados, nas bacias bovinas e leiteiras de cada Estado, e o do pequeno criatório supridor de aves e ovos para consumo local.

INTERCÂMBIO COMERCIAL INTER-AMAZÔNICO DE CABOTAGEM
ANO DE 1964

UNIDADES FEDERADAS EXPORTADORAS	UNIDADES FEDERADAS IMPORTADORAS						TOTAL
	RONDÔNIA	ACRE	AMAZONAS	RORAIMA	PARÁ	AMAPÁ	
	QUANTIDADE (Ton)						
RONDÔNIA	—	91	917	77	3.202	—	4.287
ACRE	—	—	2.495	—	10.936	206	13.637
AMAZONAS	10.760	4.754	—	1.018	91.996	9.508	118.036
RORAIMA	—	—	279	—	—	—	279
PARÁ	5.663	6.726	23.857	622	—	6.407	43.275
AMAPÁ	—	—	—	—	2.620	—	2.620
TOTAL	16.423	11.571	27.548	1.717	108.754	16.121	182.134
	VALOR — Cr$ 1.000						
RONDÔNIA	—	159.102	251.558	69.837	2.064.488	—	2.544.985
ACRE	—	—	1.291.240	—	5.028.292	16.480	6.336.012
AMAZONAS	1.696.237	1.098.395	—	430.215	6.597.286	553.125	10.375.258
RORAIMA	—	—	46.445	—	—	—	46.445
PARÁ	2.314.260	2.167.884	6.553.560	106.099	—	2.175.355	13.317.158
AMAPÁ	—	—	—	—	598.196	—	598.196
TOTAL	4.010.497	3.425.381	8.142.803	606.151	14.288.262	2.744.960	33.218.054

FONTE: S.E.E.F. — IBGE.

5.12 — ESTRUTURA DO PRODUTO E DA RENDA REGIONAL

438. O processo de desenvolvimento, em qualquer sociedade, estrutura-se em um complexo de fatôres, de largo espectro, de natureza social, política, cultural e econômica que, atuando sôbre a vontade e a consciência individual e social, e sôbre uma potencialidade física e um quadro institucional, produzem o maior e melhor aproveitamento dos recursos naturais e humanos. Os seus efeitos são observados e medidos tanto em têrmos quantitativos, pelo crescimento do produto, quanto de modo qualitativo, pelo melhor uso dos fatôres, como em têrmos distributivos, pelo aumento geral do bem-estar social.

Diversos são os instrumentos e parâmetros para aferir o grau de desenvolvimento social e econômico. Dada à dificuldade de escolha de um índice que refletisse o quadro geral do processo, alguns economistas propuseram um método de avaliação compósito, partindo de vários índices representativos da estrutura social e econômica de uma dada sociedade. Seguindo êsse critério a Organização das Nações Unidas, ao estudar a economia dos países subdesenvolvidos, ou em processo de desenvolvimento, propôs a adoção de nove índices que caracterizariam a estrutura dêsses países. Êsses índices revelariam o seguinte quadro :

1. Baixa renda **per capita,** inferior a US$400 por ano.
2. Pequena taxa de poupança e investimento.
3. Inferior produção industrial.
4. Meios de transporte primitivos e comunicações deficientes.
5. População ocupada no setor agrícola em mais de 50% do total disponível.
6. Baixos índices de nutrição.

7. Baixo nível educacional, com elevado percentual de analfabetismo.

8. Alta taxa de natalidade, acima de 40 por mil habitantes, e de mortalidade infantil e adulta.

9. Grande número de dependentes jovens por família, alargando a base da pirâmide etária.

439. Sem desconsiderar a importação da avaliação dos demais setores, o método de aferição do nível de desenvolvimento, pelo produto e pela renda, oferece inúmeras vantagens, não só por se localizar no campo estratégico da produção pròpriamente dita, como também pelo fato de ser mais suscetível à mensuração matemática e estatística, a despeito dos conhecidos percalços existentes, ao se fazer a sua capitação, relacionando o estoque da população com o produto e a renda gerada.

440. Ao se enfocar o **status** atual da economia amazônica, dentro de modêlo construído pelos índices da ONU, verifica-se, de logo, o seu enquadramento dentro dos padrões gerais que caracterizam as economias subdesenvolvidas ou em processo de desenvolvimento.

O caso amazônico, no entanto, possui peculiaridade própria, pois se trata de uma sociedade em formação que procura realizar-se dominando um vasto espaço físico, sem ter alcançado um grau de densidade demográfica e coesão que lhe permita lastrear, de forma duradoura e contínua, a ocupação econômica da área pela melhor e maior utilização dos seus recursos potenciais.

Para tal tipo de sociedade seria mais adequada utilizar a nomenclatura proposta por François Perroux que denominou de economias desarticuladas a daquelas regiões que, pela falta de integração humana ao conjunto das relações espaciais e temporais, se fragmentam pela ausência de vínculos

e contatos, produzindo-se o isolamento e imobilismo de suas estruturas.

441. Apesar disso, ao se proceder a uma análise mais atenta da **performance** da atividade econômica, verifica-se que a emprêsa amazônica vem realizando aquelas tarefas mínimas e indispensáveis para a criação de uma sociedade mais estável e dinâmica. A criação e aparelhamento dos centros urbanos, que desempenharam importante papel polarizador de intercâmbio no passado; a correção da fragmentação humana pela concentração demográfica ao redor dos pólos de crescimento regional; a diversificação da atividade produtora, abrangendo os setores agrícola, pecuário, industrial e de serviços; a exploração de seus recursos florestais, aproveitando o monopólio natural que lhe permite obter vantagens comparativas absolutas em relação às demais regiões brasileiras; a descoberta de minerais básicos e jazimentos de porte, seguida de sua exploração industrial; o estabelecimento de relações com o mundo exterior, que lhe permite obter saldos favoráveis, e com o resto do país, onde se apoia para usufruir os benefícios da complementariedade e integração econômica, constituem já fatôres favoráveis e positivos que demonstram o sucesso do esfôrço empreendido.

442. Resta, pois, aferir o nível dêsse esfôrço, mediante o inventário do produto e a avaliação da renda, ambos objetivando estimar o **quantum** e o valor monetário da produção anual de bens e serviços na região. Esta tarefa passou a ser facilitada com o aperfeiçoamento dos estudos de Contabilidade Nacional do país, criando os instrumentos básicos para a escrituração das contas regionais com base nos métodos macro-econômicos de agregação dos componentes. Infelizmente, os estudos da Renda Nacional, que vinham sendo elaborados pela Fundação Getúlio Vargas, pràticamente foram interrompidos, a partir de 1960, quando os últimos

dados das contas do produto e da renda foram publicados. Mesmo assim, as estimativas feitas para a Amazônia são falhas e deficientes, eis que a avaliação foi efetuada apenas para os Estados do Amazonas e do Pará, sem que se saiba, ao certo, se nesse cálculo foram imputados os valores dos produtos dos Territórios Federais. Ao que tudo indica, o produto atribuído ao Estado do Amazonas foi super- dimensionado, pela agregação de contas pertencentes aos Territórios do Acre e Rondônia, e as do Estado do Pará subestimadas pela omissão do produto amapaense. Esta dúvida, é logo suscitada, pelo fato de o produto e de a renda amazonense se colocar em sexto lugar entre as dos demais Estados da Federação, e as do Pará em décimo segundo lugar, a despeito de possuírem ambos economias paralelas, muito embora a maior população paraense possa ter contribuído para diminuir o valor da renda **per capita, pela divisão do produto** por um maior número de habitantes.

443. Não obstante as possíveis falhas é útil conhecer-se as estimativas oficiais da Renda Interna da Região, levadas a cabo pela Fundação Getúlio Vargas, pois é com base nelas que os economistas do resto do Brasil e da própria área, fazem as suas interpretações e prognósticos, contribuindo dêsse modo para criar uma imagem econômica da Amazônia que pode não ser válida mesmo para o ano em que foi elaborada. Os quadros que se seguem, discriminam a Renda Interna da Amazônia, segundo os ramos da atividade, os diferentes setores, bem como os valores absolutos e relativos da renda **per capita** de acôrdo com a posição ocupada no conjunto da economia nacional :

RENDA INTERNA
SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE
1960
ESTIMATIVAS — Cr$1.000.000

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total	SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES							
		Agricultura	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes e Comunicações	Intermediários financeiros	Aluguéis	Govêrno
AMAZONAS	17.956,8	6.460,6	4.935,8	2.406,0	1.271,9	984,6	142,8	143,7	1.611,4
PARÁ	24.355,2	6.329,6	4.907,5	4.849,3	2.785,3	1.878,5	271,6	453,8	2.879,6
TOTAL	42.312,0	12.790,2	9.843,3	7.255,3	4.057,2	2.863,1	414,4	597,5	4.491,0
MARANHÃO	22.961,5	12.609,8	2.246,8	3.060,0	2.832,0	1.032,9	198,2	119,7	862,1
MATO GROSSO	19.033,0	11.077,4	1.731,7	1.193,7	1.091,9	1.653,7	243,4	213,5	1.827,7
GOIÁS	28.765,4	18.438,0	1.947,3	2.284,3	2.783,6	979,0	674,8	601,6	1.056,8
TOTAL	70.759,9	42.125,2	5.925,8	6.538,0	6.707,5	3.665,6	1.116,4	934,8	3.746,6
BRASIL	1.916.497,7	631.167,4	429.727,9	232.685,4	209.590,3	135.806,1	54.208,2	73.992,1	149.315,3

FONTE: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia.

RENDA INTERNA
SEGUNDO OS SETORES
1960

UNIDADES DA	Total da Renda	Primário Agricultura		Secundário Indústria		Terciário Serviços		Renda Anual Per Capita
FEDERAÇÃO	Cr$1.000.000	Cr$1.000.000	%	Cr$1.000.000	%	Cr$1.000.000	%	Cr$ 1
AMAZONAS	17.956,8	6.460,6	36%	4.935,8	28%	6.560,4	36%	24.898
PARÁ	24.355,2	6.329,6	26%	4.907,5	20%	13.118,0	54%	15.703
TOTAL	42.312,0	12.790,2	30%	9.843,3	23%	19.678,4	47%	18.600
MARANHÃO	22.961,5	12.609,8	56%	2.246,8	10%	8.104,9	34%	9.213
MATO GROSSO	19.033,0	11.077,4	59%	1.731,7	9%	6.223,9	32%	20.909
GOIÁS	28.765,4	18.438,0	64%	1.947,3	7%	8.380,1	29%	14.718
TOTAL	70.759,9	42.125,2	60%	5.925,8	8%	22.708,9	32%	—
BRASIL	1.916.497,7	631.167,4	33%	429.727,9	22%	855.602,4	45%	26.789

FONTE : Dados básicos — Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia.

444. Verifique no quadro anterior :

1. A hipertrofia do setor terciário (serviços, comércio, transportes, intermediários financeiros, aluguéis, govêrno) no Estado do Pará que alcançou nesse ano 54% do total da renda, maior do que a soma da renda agrícola e industrial do Estado e maior ainda do que a média nacional de 45% do setor. Êste fato pode ser atribuído tanto à excessiva comercialização, através da expansão do intermediarismo mercantil, como à maior burocratização do sistema motivado pelo paternalismo governamental ampliando o número de funcionários públicos como solução à falta de empregos, ou ainda motivado pela expansão da despesa pública baseada na centralização dos órgãos federais sediados na sua capital.

2. A preponderância do setor industrial no Estado do Amazonas, produto da localização estratégica do setor do refino de petróleo de grande dinamismo e influência sôbre o restante da área. À essa época, também se registrou nesse Estado, o início do processo de industrialização regional, que haveria de perder fôrça, nos anos subseqüentes, pelo agravamento de sua posição excêntrica, e conseqüente deslocamento do centro de expansão industrial para o Estado do Pará.

3. A excessiva concentração da renda no setor primário nos Estado do Maranhão, Mato Grosso e Goiás, com uma média de 60% do total, revelando a maior amplitude das atividades agro-pecuárias, de menor rentabilidade que o setor extrativo da Amazônia dos 6.

4. A menor renda da área coube ao Estado do Maranhão, confirmando a situação de pauperismo de sua população, e a pequena produtividade do sistema em que se apoia, parcialmente influenciado pela economia nordestina do Piauí que detém o maior índice de pobreza

do país. Neste particular, cabe pesquisar uma possível correlação inversa entre a renda e densidade demográfica nessas estruturas primárias. Parece que à medida que a população aumenta a renda tende a cair, pois as atividades econômicas, de baixa produtividade, não têm capacidade para sustentar um maior número de pessoas, sem que produza concomitantemente o rebaixamento do padrão de vida de todos.

POPULAÇÃO, RENDA ABSOLUTA E RENDA PER CAPITA
POSIÇÃO DAS UNIDADES FEDERADAS SEGUNDO A RENDA PER CAPITA
ANO : 1.960

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	População Recenseada em 1.960	Renda absoluta estimada pela F.G.V. Cr$ 1.000.000	Renda per capita—Cr$ estimada pela F.G.V.	Posição dos Estados segundo a renda per capita
GUANABARA	3.307.163	257.836,7	77.963	1.º
SÃO PAULO	12.974.699	617.604,9	47.600	2.º
R. G. DO SUL	5.448.823	175.108,1	32.136	3.º
PARANÁ	4.277.763	126.840,9	29.651	4.º
RIO DE JANEIRO	3.402.728	86.599,1	25.449	5.º
AMAZONAS	721.215	17.956,8	24.898	6.º
S. CATARINA	2.146.909	51.518,8	23.996	7.º
MATO GROSSO	910.262	19.033,0	20.909	8.º
MINAS GERAIS	9.798.880	186.092,6	18.991	9.º
ESP. SANTO	1.188.665	20.546,2	17.285	10.º
PERNAMBUCO	4.136.900	66.993,4	16.194	11.º
PARÁ	1.550.935	24.355,2	15.703	12.º
R.G. DO NORTE	1.157.258	17.564,1	15.177	13.º
BAHIA	5.990.605	89.339,9	14.913	14.º
GOIÁS	1.954.862	28.765,4	14.718	15.º
SERGIPE	760.273	11.140,1	14.652	16.º
PARAÍBA	2.018.023	29.120,4	14.430	17.º
ALAGÔAS	1.271.062	17.192,6	13.526	18.º
CEARÁ	3.337.856	40.182,2	12.038	19.º
MARANHÃO	2.492.139	22.961,5	9.213	20.º
PIAUÍ	1.263.368	9.740,8	7.710	21.º
RONDÔNIA	70.783	—	—	—
ACRE	160.208	—	—	—
RORAIMA	29.489	—	—	—
AMAPÁ	68.889	—	—	—
FERNANDO DE NORONHA	1.389	—	—	—
BRASÍLIA	141.742	—	—	—
BRASIL	70.967.185	1.901.176,8	26.789	—

FONTE : Dados básicos da Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia.

OBS : A referida Fundação não chegou a publicar as estimativas para os Territórios.

Obtém-se a Renda Per Capita, dividindo-se a Renda Absoluta pela População Absoluta.

445. O quadro anterior indica a posição da renda dos Estados Brasileiros no conjunto da economia nacional. Por êle verificamos :

1. A posição de sexto lugar ocupada pela renda do Amazonas, tanto pode indicar o super-dimensionamento da renda, como já assinalamos, pela inclusão na conta do produto territorial do Acre, Rondônia e Roraima, como pode revelar a maior rentabilidade do setor extrativo-florestal e da agricultura de exportação de juta, bem como refletir apenas a menor base demográfica que o apoia.

2. A posição inferior do Estado do Pará, em décimo segundo lugar, pode refletir, igualmente, o sub-dimensionamento do produto, pela modificação do critério aplicado para o Estado do Amazonas, desta vez pela não inclusão da renda gerada pelo Território do Amapá como indicar o maior grau de concentração humana que fêz diminuir o quociente da renda capitada, como também demonstrar o atraso no início do processo de industrialização, que sòmente nos anos posteriores iria ser ativado pela instalação de unidades industriais de grande porte.

3. Se o produto gerado pelo Amapá foi omitido, no cômputo da renda regional, as contas revelam uma grave distorsão, pois a economia amapaense contribuiu nesse ano com US$26.296.000 de exportação para o exterior, para um total de US$48.737.000 da região. Essa participação, devida à grande mineração do manganês, faz com que o Amapá apresente a maior renda **per capita** de todo o país, superior à da Guanabara. Tomando por base a sua população recenseada em 1960, de 68.889 habitantes, teríamos, computando sòmente a exportação para o exterior, um produto de

US$381 **per capita**, quase duas vêzes superior à média brasileira.

4. Com base nos dados anteriores, aproveite a oportunidade para objetar a utilização da renda **per capita** como parâmetro válido para aferir as economias de tipo-enclave. Ao mesmo tempo sugerimos discutir os reflexos da economia amapaense sôbre o conjunto da economia regional ajudando a compensar os desequilíbrios das contas com o resto do Brasil, e sôbre a economia local sabendo-se que :

a) — A emprêsa mineradora paga 5% de **royalties** para o Govêrno do Território, que estão sendo aplicados na construção da Hidrelétrica do Paredão.

b) — Parte dos seus lucros estão sendo reinvestidos no Amapá na instalação de uma fábrica de laminados e compensados, em associação com o grupo holandês da Bruynzil, e iniciando um programa de plantação de dendê em larga escala.

c) — Um amplo programa de assistência social, saúde e educação vem sendo realizado com benefícios diretos e indiretos para a população.

d) — O complexo minerador Serra do Navio-Estrada de Ferro-Pôrto de Santana, fixou uma infra-estrutura de serviços que ajudará a formação de outras economias externas e que cêrca de 10% da população do Amapá se beneficia direta ou indiretamente do empreendimento.

e) — Uma parcela ponderável dos lucros deve ser absorvida pela **holding** brasileira, sediada no sul do país, e parte transferida para o exterior pela

Bethlehen Steel Corporation, associada minoritária do grupo.

446. Tendo em vista a desatualização das estimativas do Produto e da Renda feitas pela Fundação Getúlio Vargas, que datam de 1960, e a provável deficiência de sua elaboração, natural em trabalhos pioneiros desta espécie, torna-se imperioso empreender, ao final dêste estudo, uma nova tentativa de avaliação do Produto na região, para melhor conhecer os elementos componentes e os conjuntos significativos das atividades econômicas na Amazônia. Esta tentativa vai expressa nos quadros seguintes.

A metodologia adotada baseou-se no sistema de contabilidade do produto que se propõe a medir o valor da produção corrente, indicando como êste valor se distribui entre os diversos setores. Êste método, partindo do inventário setorial do produto e de sua agregação por contas, para chegar posteriormente à Renda, é mais simples e adequado para as regiões como a Amazônia, despreparadas do ponto de vista estatístico, do que o método do cálculo direto da renda, pelo somatório dos rendimentos percebidos por todos os agentes e participantes empenhados nas diferentes atividades econômicas, para, a seguir, estimar o produto.

447. A fim de facilitar a análise e a crítica do método adotado sumariamos a seguir as etapas percorridas para a elaboração da estimativa do Produto Regional na Amazônia dos Seis, referentes ao ano de 1964.

I — ESTRUTURA DO PRODUTO

1. As diferentes atividades econômicas foram estruturadas segundo os setores primários, secundários e terciários para melhor identificar os componentes do produto

agro-extrativo, do produto industrial, do comercial, de serviços e do Govêrno.

2. O setor primário foi subdividido de forma a especificar a pauta do produto extrativo vegetal e animal, da produção agrícola de subsistência e de matérias primas e da produção da pesca e pecuária.

3. O setor secundário foi desdobrado para especificar a produção de oleaginosas e da mineração, não computada nos setores acima, e o produto da indústria de transformação, apenas pelo valor adicionado para evitar a duplicidade de contagem.

4. O setor terciário foi assim distribuído :

a) — comercialização da produção extrativa, agrícola e mineral pelo valor final da exportação para o exterior e mercado doméstico, deduzido o valor da produção extrativa, agrícola e mineral a preços de fatôres.

b) — comercialização da produção da pesca, pecuária e agricultura de subsistência para o consumo regional, pelo valor de mercado, obtido pela imputação de um valor estimativo adicionado de 50% para fazer face aos custos de transferência (fretes, impostos, juros, salários, lucros, etc.), deduzido o valor da produção a custo de fatôres.

c) — comercialização das mercadorias importadas do resto do mundo e do país, calculada com um acréscimo de 80% para cobrir os custos de transferência mais altos dêsse setor (despachos, fretes, seguros, impostos, juros, capatazias, salários, lucros), deduzido o valor de custo do setor de importação.

d) — O setor de serviços incluiu as receitas dos serviços de alojamento e alimentação (abatido o custo estimado dos alimentos para evitar duplicidade) e os serviços de reparos, serviços pessoais, serviços auxiliares de comércio e de diversão e rádio-difusão, além de uma estimativa do setor de profissões liberais, bem como o de aluguéis baseados no impôsto predial.

e) — O setor Govêrno foi estruturado para abranger os rendimentos do funcionalismo público estadual, municipal e federal, conforme procedimento descrito abaixo, no ítem correspondente.

II — AVALIAÇÃO DO COMPONENTES SETORIAIS

1. As quantidades e valores dos produtos extrativos, agrícolas e minerais estão calculados a preços de fatôres, e foram obtidos com base nos dados disponíveis do Serviço de Estatística da Produção — IBGE, e se referem ao ano de 1964, procedendo-se, em seguida, à agregação das quantidades e valores unitários de cada produto, em cada Estado e Território da região.

2. Os valores da indústria de transformação são os constantes do último Registro Industrial de 1962, que incluem os resultados relativos aos estabelecimentos que ocuparam, em qualquer mês do ano, mais de 5 pessoas. Foi computado apenas o valor adicionado pela transformação, deduzindo-se do valor da produção as despesas de consumo e de matérias primas, para evitar contagem dupla. Procedeu-se em seguida à agregação dos diferentes gêneros de indústrias nos Estados e Territórios para obter o produto global do setor. Como êsses valores se referiam a 1962, foi feito o seu reajustamento a preços de 1964, segundo índice

Nacional de Preços por Atacado de Produtos Industriais, e previsto um crescimento de 5% no biênio.

3. O **quantum** e os valores da comercialização foram obtidos :

a) — na comercialização para exportação, pelos dados de 1964, do Serviço de Estatística Econômica e Financeira — IBGE, referentes ao comércio exterior e interior de cabotagem, deduzido sempre o valor da produção, a preços de fatôres, dos produtos destinados à exportação.

b) — na comercialização dos produtos da pesca, pecuária e agricultura de subsistência foram tomados os valores e as quantidades em 1964, estimados pelo Serviço de Estatística da Produção — IBGE, que foram deduzidos do valor final da comercialização, a preços de mercado, estimado com um acréscimo de 50% no valor.

c) — na comercialização das mercadorias importadas foram tomadas as quantidades e valores de 1964, do SEEF-IBGE, deduzidos do valor da comercialização, acrescida de 80% sôbre o valor original, para obter o valor adicionado pelo setor.

4. No ítem "serviços" os dados foram baseados nos resultados do Censo de Serviços de 1960, com preços reajustados para 1964, adotando-se o Índice de Serviços, integrante do custo de vida, calculado pela Fundação Getúlio Vargas para a Guanabara. Como o Censo de Serviços de 1960 não incluiu o setor de profissões liberais, estimamos a contribuição do mesmo, compreendendo as categorias profissionais de médicos, dentistas, advogados, engenheiros, economistas, contadores, etc. partindo de uma população profissional ativa de

1.500 profissionais na área, com uma renda imputada de Cr$ 2.000.000 anuais, **per capita,** para o ano de 1964.

5. O setor de aluguéis foi estimado partindo dos últimos dados publicados referentes à receita do impôsto predial, na Amazônia dos Seis, em 1960, que foi de Cr$... 69.500.000, divulgado pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças — IBGE. Estimando-se que êsse impôsto represente em média 10% do valor dos aluguéis anuais, dimensionamos a contribuição dêsse setor para a formação do Produto Bruto em 1960, em Cr$ .... 695.000.000. Em seguida, aplicou-se o Índice de Aluguéis da Fundação Getúlio Vargas para reajustá-lo a preços de 1964.

6. O setor Govêrno, que contribui para a formação do Produto, através da fôlha de pagamento ao seu funcionalismo, integrante do setor de serviços, foi estimado com base no exame das despesas correntes de custeio do pessoal nos orçamentos estaduais e municipais da área. Dadas as dificuldades de obter os dados referentes aos Estados e Municípios para o referido ano de 1964, em virtude do atraso das publicações oficiais, valemo-nos das seguintes aproximações : 1) para o Estado do Amazonas, Pará e Acre, partimos do total das despesas fixadas do orçamento de 1965, excluídas as transferências, e deflacionadas para preços de 1964; 2) para os Territórios do Amapá e Rondônia imputamos valores idênticos ao Acre, e para o Território de Roraima 50% do valor atribuído àqueles, tendo em vista as suas condições adversas em relação aos demais; 3) para o setor municipal, representado pelas 160 unidades na Região, a avaliação do produto foi feita com os dados disponíveis das despesas orçamentárias municipais realizadas no ano de 1962, reajustadas a preços

de 1964; 4) para o setor federal foi estimada uma participação equivalente à metade das despesas do setor Govêrno Estadual para cobrir a produção de serviços realizados pelo funcionalismo federal, civil e militar, na área; 5) sôbre o total do valor encontrado aplicou-se um percentual de 80% sôbre a despesa global obtida, que deve corresponder aproximadamente à participação da fôlha de pagamento do funcionalismo sôbre a receita arrecadada, que resume o produto do Govêrno no setor de prestação de serviços que entra na formação da Renda e do Produto.

III — SÍNTESE E PROJEÇÃO DO PRODUTO

1. Efetuada a avaliação do Produto Regional Bruto, que se estimou em Cr$ 416.788.500.000 para o ano de 1964, procedeu-se em seguida à estimativa da Renda Regional, pela dedução da depreciação do capital fixo e dos tributos indiretos e adição dos subsídios que, se guardadas as mesmas proporções entre Produto e a Renda Nacional, representa uma diferença de cêrca de 20%. A Renda Regional calculada em . . . . . Cr$ 33.430.800.000 foi então capitada, dividindo-se pela população existente em 1964, para se encontrar a Renda Regional **per capita** de Cr$ 113.000.

2. A atualização tanto do Produto como da Renda Regional Bruta para o ano de 1965 foi efetuada pelo reajustamento de valores segundo Índice Geral de Preços por Atacado da Fundação Getúlio Vargas, com a cláusula **ceteris paribus,** isto é, pressupondo-se que tudo o mais permaneceu constante; para o ano de 1966, fêz-se a projeção por extrapolamento, levando-se em consideração uma estimativa de expansão inflacionária da ordem de 30%, porquanto neste ano a

taxa cambial, que exerce influência decisiva sôbre os preços do setor exportação, já foi reajustada em 20%, passando de Cr$ 1.820 para Cr$ 2.200 por dólar; e uma taxa de crescimento de 3%, tendo em vista a reativação da economia nacional e regional esperada para o corrente ano. Isto permitiu calcular o Produto e a Renda **per capita,** em 1966, em Cr$ 265.000 e Cr$ 212.000, respectivamente.

3. Para concluir o estudo pedimos proceder à análise e à crítica da metodologia adotada, e realizar uma pesquisa para determinar a participação absoluta e relativa em cada uma das seis unidades da Amazônia, das contas setoriais e globais do Produto e da Renda para fins de comparação do comportamento da economia amazônica, em face das demais regiões brasileiras e com o conjunto da economia nacional.

ESTRUTURA DO PRODUTO REGIONAL — AMAZÔNIA DOS SEIS — ANO DE 1964

I — SETOR PRIMÁRIO

1. Produção extrativa vegetal

Quantidade	Unidade	Produto	Valor a custo de fatôres Cr$1.000
38.821	ton	borracha natural	19.276.147
44.210	ton	castanha do Pará	4.268.864
2.060.914	m3	lenha	1.246.618
1.530	ton	balata	1.170.796
—	—	madeiras para serrarias	2.074.903
75	ton	Ipecacuanha	745.650
1.993	ton	sorva	340.841
1.135	ton	maçaranduba	331.153
295	ton	carvão	250.156
1.056	ton	piaçava	130.442
415	ton	sebo de ucuúba	88.567
316	ton	babaçú (Pará)	47.623
137	ton	coquirana	23.173
1.215	ton	murumuru	28.504
3	ton	tucum	9.900
25	ton	timbó	2.052
32	ton	copaíba	10.221
Total do Produto Extrativo Vegetal			30.045.610

2. Produção extrativa animal

Quantidade	Unidade	Produto	Valor a custo de fatôres Cr$1.000
2.015	peles	couros de ariranha	78.226
31.004	"	couros de capivara	17.652
21.602	"	couros de onça e gato-do-mato	678.780
290.352	"	couros de queixada e caitetu	299.377
149.640	"	couros de veado	88.284
102.921	"	couros de jacaré	253.130
Total do Produto Extrativo Animal			1.415.449

3. Produção agrícola de subsistência para consumo regional

Quantidade	Unidade	Produto	Valor a custo de fatôres Cr$1.000
3.192	mil frutos	abacaxi	263.394
46	ton	amendoim	8.226
59.858	ton	arroz	3.001.971
5.326	mil cachos	banana	874.981
6.985	mil frutos	côco-da-Bahia	215.169
7.092	ton	batata doce	190.162
262.003	ton	cana de açúcar	443.329
15	ton	cebola	2.026
653	ton	café	80.967
12.010	ton	feijão	1.524.449
116.566	mil frutos	laranja	765.711
1.401.078	ton	mandioca	7.390.703
43.815	ton	milho	2.195.317
933	ton	tomate	141.287
Total do Produto Agrícola Alimentar			17.097.732

4. Produção agrícola de matérias primas para indústria e exportação.

Quantidade	Unidade	Produto	Valor a custo de fatôres Cr$1.000
376	ton	algodão	30.531
2.861	ton	cacau	389.859
2.641	ton	fumo	939.823
51.235	ton	juta	6.328.824
11.942	ton	malva	509.161
86	ton	guaraná	22.689
12	ton	sisal	1.200
6.461	ton	pimenta-do-reino	3.202.720
Total do Produto Agrícola de Matérias Primas			11.424.807

5. Produção de pescado

Quantidade	Unidade	Produto	Valor a custo de fatôres Cr$ 1.000
3.100	ton	Pirarucu sêco-salgado	724.698
45.356	ton	Peixe fresco, diversos	5.600.346
Total do Produto da Pesca			6.325.044

6. Produção da pecuária e criatório

Quantidade	Unidade	Produto	Valor a custo de fatôres Cr$ 1.000
22.918	ton	carne de boi	11.706.834
3.988	ton	carne de porco	1.665.337
40	ton	carne de carneiro	19.068
19	ton	carne de cabra	8.261
2.552	ton	banha e toucinho	1.765.597
26.137	mil litros	leite in-natura	3.710.448
3.029	ton	couros de boi verde, sêco e salgado	221.467
587	mil cabeças	carne de aves abatidas (estimada na base de um desfrute anual de 10% do número e valor de criação (5.878 mil cabeças no valor de Cr$ 8.062.310 mil)	806.231
9.995	mil dúzias	ovos de galinha	5.171.600
60	ton	mel de abêlha	29.756
Total do Produto da Pecuária			25.104.599

II — SETOR SECUNDÁRIO

1. Produção de óleos e gorduras.

Quantidade	Unidade	Produto	Valor a custo de fatôres Cr$ 1.000
205	ton	óleo essencial de pau-rosa	725.449
91	ton	óleo de andiroba	28.532
61	ton	óleo de castanha do Pará	15.711
17	ton	óleo de murumuru	5.267
TOTAL DO PRODUTO DAS OLEAGINOSAS			774.959

2. Produção Extrativa Mineral

Quantidade	Unidade	Produto	Valor a custo de fatôres Cr$ 1.000
854	ton	Cassiterita	880.182
1.079.093	ton	Manganês	9.353.985
TOTAL DO PRODUTO DA MINERAÇÃO			10.234.167

3. **Produção da Indústria de Transformação**

Valor da transformação industrial, em 1962, conforme último Registro da Atividade Industrial (Valor da transformação ou valor adicionado é o que se acresce ao valor das matérias primas e materiais empregados na produção, pelo trabalho industrial executado nos estabelecimentos industriais. Obtém-se êsse valor subtraindo do valor da Produção as Despesas de consumo).

Gêneros de Indústrias de Transformação	Valor da transformação industrial em 1962 Cr$ 1.000
Minerais não metálicos	473.943
Metalurgia	237.600
Material de Transporte	38.726
Madeira	822.489
Mobiliário	114.977
Borracha	575.952
Couros e Peles	274.755
Refino de petróleo	2.146.533
Outras Indústrias Químicas	30.688
Produtos farmacêuticos e medicinais	69.478
Produtos de perfumaria, sabões e velas	560.395
Têxteis	1.868.992
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	105.190
Produtos alimentares	1.634.741
Bebidas	711.975
Fumo	830.650
Editorial e gráfica	461.926
Diversas	14.624
Valor Adicionado pela Indústria de Transformação, ano de 1962	10.973.634
Reajustamento do valor acima, para preços de 1964, segundo Índice de Preços por Atacado de Produtos Industriais, calculados pela Fundação Getúlio Vargas — Ano de 1962 = 933 — Ano de 1964 = 3.137. Índice 1964/1962 = 3,36, com um acréscimo de 5% p/cobrir o crescimento do setor no período. Cr$ 10.973.634 × 3,36 + 5%	38.714.980

III — SETOR TERCIÁRIO

1. Produto da comercialização da produção extrativa vegetal, agrícola de matérias primas, de óleos e extrativa mineral, para exportação.

Valor da Produção a custo dos fatôres Cr$ 1.000 (A)		Valor da comercialização dessa produção a preços de exportação (vide balanço de mercadorias). Cr$ 1.000 (B)		Total do valor imputado pela comercialização Cr$ 1.000 (C) B — A
Extrativa Vegetal	30.045.610	Exportação para o resto do mundo	52.515.194	
Extrativa Animal	1.415.449	Exportação para o resto do Brasil	83.853.378	
Agrícola de Matérias primas	11.424.807			
Óleos e Gorduras	774.959			
Extrativa Mineral	10.234.167			
TOTAL	53.894.982	TOTAL	136.368.572	82.473.590

2. Produto da comercialização da produção da pesca, pecuária e da agricultura de subsistência para consumo regional.

Valor da Produção a custo dos fatôres Cr$ 1.000 (A)		Valor da comercialização dessa produção a preços de mercado, com um valor estimativo adicionado de 50%, incluindo fretes, impostos, juros, salários, lucros, etc. Cr$ 1.000 (B)	Total do valor imputado pela comercialização Cr$ 1.000 (C) B — A
Pesca	6.325.044		
Pecuária	25.104.599		
Agricultura de subsistência	17.097.732		
TOTAL	48.527.375	72.791.062	24.263.687

3. Produto da comercialização das mercadorias importadas

Valor das mercadorias importadas a preço de custo Cr$ 1.000 (A)		Valor da comercialização dessas mercadorias, a preços de mercado, com um valor estimativo adicionado de 80%, incluindo fretes, seguros, impostos, juros, salários, lucros, etc. Cr$ 1.000 (B)	Total do valor imputado pela comercialização Cr$ 1.000 (C) B — A
Importação do resto do mundo	15.190.788		
Importação do resto do Brasil	109.461.368		
TOTAL	124.652.156	224.373.880	99.721.724

4. **Produto dos Serviços**

GÊNEROS DE SERVIÇOS	Valor dos Serviços — Receita — Cr$ 1.000
Serviços de alojamento e alimentação (hotéis, pensões, restaurantes, bares, botequins, etc.) — (Receita total — Cr$ 771.685 menos 50% de custo estimado para os alimentos).	385.843
Serviços de reparação (de artefatos de metal, de máquinas e aparelhos, oficinas de veículos, etc.).	263.782
Serviços pessoais (de higiene pessoal, confecções sob medida, etc.).	270.498
Serviços comerciais (serviços auxiliares de comércio, de mercadorias e valores, etc.).	283.452
Serviços de diversões e rádio-difusão (cinemas, teatros, "boites", bilhares, estações de rádio-difusão, etc.).	140.884
Valor da Receita dos Serviços, Censo de 1960	1.344.459
Reajustamento para preços de 1964, segundo índice de serviços da F.G.V., para Guanabara, 3573/464 = 7,7	10.352.334

5. **Produto do Setor Profissões Liberais** (médicos, dentistas, advogados, engenheiros, economistas, contadores, etc.)

Número estimado de profissionais no exercício de suas atividades em 1964	Renda média anual estimada por profissional — Cr$ 1.000	Produto do Setor Cr$ 1.000
1.500	Cr$ 2.000	3.000.000

6. **Produto do Setor Imobiliário Urbano** (aluguéis)

Receita do Impôsto Predial Cr$ 1.000	Valor dos Aluguéis Cr$ 1.000
Valor do impôsto predial dos municípios, arrecadado em 1960 (Conselho Técnico de Economia e Finanças — IBGE) Cr$ 69.500 Valor estimado dos aluguéis de 1960, estimado na base de um impôsto de 10% **ad-valorem**	695.000
Valor reajustado, a preços de 1964, segundo índice de aluguéis de F.G.V. para Guanabara — 1169/317 = 3,68	2.557.600

7. Produto do Govêrno

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		Despesas estimadas em 1964	Pagamentos de Vencimentos e Vantagens ao funcionalismo público, estimado na base de 80% da despesa
AMAZONAS:			
Despesa fixada para 1965	35.017.947		
menos: transferências	11.164.524		
Total	23.853.423		
Despesa estimada em 1964, utilizando o índice Deflator dos Preços de Atacado, da F. G. V. — 4242/2813 = 66,3%		15.814.819	12.651.855
PARÁ:			
Despesa fixada em 1965	22.146.268		
menos: transferências	2.546.604		
Total	19.599.664		
Despesa estimada em 1964, conforme índice acima		12.994.577	10.395.661
ACRE:			
Despesa fixada em 1965	5.548.450		
menos: transferências	1.048.150		
Total	4.500.300		
Despesa estimada em 1964, conforme índice acima		2.983.698	2.386.958
RONDÔNIA: estimativa idêntica ao Acre		2.983.698	2.386.958
AMAPÁ: idem, idem		2.983.698	2.386.958
RORAIMA: estimativa de 50% da despesa do Acre		1.491.849	1.193.479
Sub-Total dos Estados e Territórios		39.252.339	31.401.869
Municípios da Amazônia dos 6 (160): Despesa orçamentária realizada em 1962 Cr$ 2.326.587 Despesa estimada para 1964, aplicando-se o índice geral dos Preços por atacado de F. G. V. — 2813/846 = 3,32		7.724.268	6.179.414
Despesas dos órgãos e repartições federais na área estimadas na base de 50% das despesas orçamentárias dos Estados e Territórios		19.626.169	15.700.935
Total dos Estados, Municípios e União		66.602.776	53.282.218

PRODUTO REGIONAL BRUTO DA AMAZÔNIA DOS SEIS

RESUMO — ANO 1964

I — **SETOR PRIMÁRIO**			Cr$ 1.000
1.	Produto Extrativo Vegetal	30.045.610	
2.	Produto Extrativo Animal	1.415.449	
3	Produto Agrícola de Subsistência	17.097.732	
4.	Produto Agrícola de Matérias Primas	11.424.807	
5.	Produto da Pesca	6.325.044	
6.	Produto da Pecuária e Criatório	25.104.599	91.413.241
II — **SETOR SECUNDÁRIO**			
1.	Produto das Oleaginosas	774.959	
2.	Produto da Mineração	10.234.167	
3.	Produto adicionado pela Indústria de Transformação	38.714.980	49.724.106
III — **SETOR TERCIÁRIO**			
1.	Produto imputado pela comercialização da produção extrativa, agrícola e mineral na exportação	82.473.590	
2.	Produto imputado pela comercialização da produção da pesca, pecuária e agricultura de subsistência para consumo regional	24.263.687	
3.	Produto imputado pela comercialização das mercadorias importadas	99.721.724	206.459.001
4.	Produto dos Serviços	10.352.334	10.352.334
5.	Produto do Setor Profissões Liberais	3.000.000	3.000.000
6.	Produto dos Aluguéis	**2.557.600**	**2.557.600**
7.	Produto do Govêrno	53.282.218	53.282.218
TOTAL — ESTIMATIVA DO PRODUTO REGIONAL BRUTO, EM 1964			416.788.500
ESTIMATIVA DA RENDA REGIONAL, EM 1964 (Guardadas as mesmas proporções entre as contas nacionais do Produto Bruto e da Renda/Nacional)			333.430.800
PRODUTO REGIONAL BRUTO PER-CAPITA, EM 1964 (População da Amazônia dos Seis, estimada em 1964 — 2.931.000 habitantes)			Cr$ 142 mil
RENDA REGIONAL PER-CAPITA, EM 1964			Cr$ 113 mil

PROJEÇÃO DA ESTIMATIVA DO PRODUTO E DA RENDA REGIONAL PARA OS ANOS DE 1965 E 1966.

ANO DE 1965	Cr$ 1.000
PRODUTO REGIONAL — Ano-Base de 1964	416.788.500
PRODUTO REGIONAL, Ceteris paribus, a preços de 1965 (Índice Geral de Preços por atacado da F.G.V. — 4242/2813 = 1,50)	625.182.750
RENDA REGIONAL, a preços de 1965	500.146.200
PRODUTO PER-CAPITA	Cr$ 204 mil
(população da Amazônia dos seis, estimada em 1965 — 3.058.000 habitantes)	
RENDA PER-CAPITA	Cr$ 163 mil

ANO DE 1966	Cr$ 1.000
PROJEÇÃO DO PRODUTO REGIONAL BRUTO, para o ano de 1966 — Índice Geral dos Preços por atacado, previsto para 1966 — 1,30 — com uma estimativa de crescimento econômico de 3% ao ano	837.119.702
RENDA REGIONAL PREVISTA PARA 1966	669.695.761
PRODUTO PER-CAPITA	Cr$ 265 mil
(população da Amazônia dos Seis, estimada em 1966 — 3.159.000 habitantes)	
RENDA PER-CAPITA	Cr$ 212 mil

bibliografia

ABREU, Sílvio Fróis. **O Solo da Amazônia.** Revista Brasileira de Geografia, ano IV, n.º 2, Rio de Janeiro, 1939.

ANDRADE, Gilberto Osório de. **Um Complexo Antropogeográfico** (Lineamentos para uma geografia total da Amazônia). Recife, 1940.

ALTMAN, R.F.A. **Exploração industrial de sementes oleaginosas amazônicas.** Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Rio de Janeiro, 1958.

AB'SABER, A. N. **A Cidade de Manaus.** Boletim Paulista de Geografia, n.º 15, São Paulo, 1953.

AZEVEDO, João Lúcio de. **Os Jesuítas no Grão-Pará. Suas missões e a colonização.** Editôra Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa, 1901.

AZEVEDO, Newton Pires de. **Características agrárias da Amazônia.** Edição SPVEA, Coleção Araújo Lima, Rio de Janeiro, 1958.

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial** (1500-1800). F. Briguiet & Cia., Rio de Janeiro, 1934.

ARAÚJO, André Vidal de. **Introdução à Sociologia da Amazônia.** Editôra Sergio Cardoso, Manaus, 1956.

BASTOS, A. C. Tavares. **O Valle do Amazonas.** Companhia Editôra Nacional, S. Paulo, 1937.

BASTOS, A. de Miranda. **Contribuição ao conhecimento da Floresta Amazônica.** Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

BONFIM, Sócrates. **Um esbôço da vida amazônica.** Edição SPVEA, Coleção Araújo Lima, Rio de Janeiro, 1958.

Proposição de uma política mineral para o Estado do Amazonas. Edição CODEAMA, Manaus, 1965.

BITTENCOURT, Agnello. **Notas Históricas sôbre a Navegação do Amazonas.** Manaus, 1940.

BITTENCOURT, Agnello Uchôa. **Aspectos Sociais e Políticos do Desenvolvimento Regional,** Editôra Sergio Cardoso, Manaus, 1962.

BENCHIMOL, Samuel. **O Cearense na Amazônia — Inquérito Antropogeográfico Sôbre um Tipo de Imigrante.** Imprensa Nacional, Rio, 1946 e Edição SPVEA, Coleção Araujo Lima, Rio de Janeiro, 1965.

BENCHIMOL, Saul e PERES, Jefferson. **Problemas Econômicos da Atualidade,** Edições Universitárias, Editôra Sergio Cardoso, Manaus, 1961.

BRAZIL — **The Land of Rubber. Third International Rubber and Allied Trades Exibition.** New York, 1912.

BATISTA, Francisco Ferreira. **Planejamento e Programação Regional.** Série "Euclides da Cunha", Editôra Sergio Cardoso, Manaus, 1965.

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA. **Investimentos privilegiados na Amazônia.** Belém, 1965.
Relatório da Diretoria do exercício de 1964. Livraria Globo, Belém, 1965.

CODEAMA — **A Cultura da Juta e sua mecanização,** Manaus, 1965.
Diagnóstico Sócio-Econômico Preliminar da Agricultura do Amazonas, Manaus, 1966.
Diagnóstico Sócio-Econômico Preliminar da Produção Industrial do Amazonas, Manaus, 1966.
Diagnóstico Sócio-Econômico Preliminar da Juta. Manaus, 1966.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome.** Rio de Janeiro, 1946.

COSTA, Heitor Façanha da. **Nôvo Distrito Ferrífero no Brasil — Rio Jatapu,** Edição CODEAMA, Manaus, 1965.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. **Tipos e Aspectos do Brasil.** IBGE, Rio de Janeiro, 1963.

CAMARGO, Felisberto Cardoso. **O Desenvolvimento da produção de Juta e Uaicima na Amazônia, de 1941 a 1953.**

CORREIA FILHO, Virgílio. **Devassamento e Ocupação da Amazônia Brasileira. In** "Amazônia Brasileira", pgs. 166/185, IBGE, Rio, 1944.

CRULS, Gastão. **Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil. In** "Amazônia Brasileira", pgs. 233/268, Rio, 1944.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. **Amazônia Brasileira** — Excertos da Revista Brasileira de Geografia, I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1944.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. **Grande Região Norte.** Por Antônio Teixeira Guerra e com a colaboração de Roberto Flávio C. Galvão, Catharina Vergolina Dias, Maria Magdalena Vieira Pinto, Ignez Amélia Teixeira Guerra, Marília Veloso Galvão, Carlos Goldenberg e outros. Rio de Janeiro, 1957.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Anuários Estatísticos do Brasil.**

CÂMARA, Dornelas. **Colocação no Amazonas dos flagelados do Nordeste.** Manaus, 1919.

DUCKE A. — BLACK, George A. **Phytogeographical Notes on the Brazilian Amazon.** Academia Brasileira de Ciências, Rio, 1953.

DELGADO DE CARVALHO, C. M. **O Rio Amazonas e a sua bacia.** Revista Brasileira de Geografia, ano IV, n.º 2, Rio de Janeiro, 1942.

DEFFONTAINES, Pierre. **Geografia Humana do Brasil.** Revista Brasileira de Geografia, Ano I, Rio de Janeiro, 1939.
L'Homme et la Foret. Paris, 1933.

DEMPSEY, James — **Juta.** Tradução de Sybil Vane Fonsêca das Neves. Edição CODEAMA, Manaus, 1965.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Conjuntura Econômica — Retrospecto 1965.** Rio de Janeiro, 1965.

FRIEDMANN, John R. P., **Introdução ao Planejamento Regional** (com referência especial à Região Amazônica). Escola Brasileira de Administração Pública. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 1960.

FERREIRA FILHO, Cosme. **Porque perdemos a Batalha da Borracha.** Edição do Govêrno do Estado do Amazonas, Série "Euclides da Cunha", Editôra Sergio Cardoso, Manaus, 1965.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Editôra Fundo de Cultura, S. Paulo, 1959.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** Livraria José Olímpio, Rio, 1950. — **Sobrados & Mucambos,** Rio, 1951.

FITTKAU, Ernest Josef. **Relações entre as águas e as terras na região amazônica.** Conferência no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 1965.

GOUROU, Pierre. **Observações geográficas na Amazônia.** Revista Brasileira de Geografia, ano XI, n.º e ano XII, n.º 2, Rio de Janeiro, 1949/1950.

GLERUM, B. B. e SMITH, G. **Inventário Florestal Total na região do Curuá-Una.** Edição SPVEA, Rio de Janeiro, 1965.

GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Plano de Desenvolvimento Econômico e Social** (1965-1966). Comissão de Desenvolvimento Econômico do Amazonas (CODEAMA), Rio, 1965.

HEINSDIJK, D. **A floresta entre os rios Tapajós e Xingu.** Edição SPVEA, Rio de Janeiro, 1965.

KLEIN & SAKS. **O Problema da Alimentação no Brasil.** Comissão de Desenvolvimento Industrial. Rio, 1954.

LE COINTE, Paul. **Amazônia Brasileira: árvores e plantas úteis.** São Paulo, 1947.

LIMA, Araújo. **Amazônia — A Terra e o Homem.** Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1937. **A explotação amazônica, in** "Amazônia Brasileira", pg. 233/268.

LIMA, Rubens. **A agricultura nas várzeas do estuário do Amazonas.** Boletim Técnico do Instituto Agrônomico do Norte, n.º 33, Belém, 1956.

LIBONATI, Virgílio F. **A Juta na Amazônia.** Boletim Técnico do Instituto Agronômico do Norte, n.º 34,. Belém, 1958.

MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial.** São Paulo, 1935.

MONBEIG, Pierre. **Ensaios de Geografia Humana Brasileira.** S. Paulo, 1940.

MARTINS, Luís de Souza. **Notas sôbre a geografia da Amazônia. In** "Amazônia Brasileira", pgs. 125/152. IBGE, Rio de Janeiro, 1944.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na Era Pombalina** (3 volumes). Correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, S. Paulo, 1963.

MOURA, Pedro. **Relêvo da Amazônia.** Revista Brasileira de Geografia, ano V, n.º 3, Rio de Janeiro, 1943.

MENEZES, Adriano. **O problema da colonização da Amazônia.** Edição SPVEA, Coleção Araújo Lima, Rio de Janeiro, 1958.

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia — o conceito e a paisagem.** Edição SPVEA, Coleção Araújo Lima, Rio de Janeiro, 1960.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **O Regatão (notícia histórica).** Editôra Sergio Cardoso, Manaus, 1958. **O Sacado (Morfo-Dinâmica fluvial).** Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Rio de Janeiro, 1964.

PANDOLFO, Clara. **Recursos Minerais da Região Amazônica.** SPVEA, Belém, 1955.

PESCE, Celestino. **Oleaginosas da Amazônia.** Belém, 1951.

PAIXÃO, Moacir. **Sôbre uma Geografia Social da Amazônia.** Manaus, 1943.

REIS, Arthur C. F. **O Processo Histórico da Economia Amazonense.** Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1944.
O Seringal e o Seringueiro. Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1953.

A Expansão Portuguêsa na Amazônia nos Séculos XVII e XVIII — Edição SPVEA, Coleção Pedro Teixeira, Rio de Janeiro, 1959.

A Amazônia e a Cobiça Internacional. Companhia Editôra Nacional, S. Paulo, 1960.

Tempo e Vida na Amazônia. Série "Alberto Torres", Editôra Sergio Cardoso, Manaus, 1965.

A Amazônia e a Integridade do Brasil. Série "Alberto Torres", Editôra Sergio Cardoso, Manaus, 1966.

ROCHA, Adauto. **Introdução à Economia Amazônica.** Escola Técnica de Manaus, 1952.

SPVEA — **Política de Desenvolvimento da Amazônia** (2 volumes — 1954/1955). Rio de Janeiro, 1960.

Serviço de Estatística Econômica e Financeira. **Mensários Estatísticos.**

Movimento Bancário do Brasil.

Comércio de Cabotagem do Brasil.

Comércio Exterior do Brasil.

Serviço Nacional de Recenseamento — **Censos de 1950 e 1960.**

SAMPAIO, A. J. **A Flora Amazônica. In** "Amazônia Brasileira", pgs. 92/102. IBGE, Rio de Janeiro, 1944.

SIOLI, Harald. **Estudo preliminar das relações entre a geologia e a limnologia da zona bragantina.** Boletim do Instituto Agronômico do Norte, Belém, 1951.

O Rio Arapiuns. As águas da Região do Alto Rio Negro. Primeira Descoberta de um representante de Charophyta na Região Amazônica. Boletim Técnico do Instituto Agronômico do Norte, n.º 32, Belém, 1956.

SCHMIDT, José Carlos Junqueira. **O Clima da Amazônia.** Revista Brasileira de Geografia, ano IV, n.º 3, Rio de Janeiro, 1942.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil,** 1500-1822 (2 volumes). Companhia Editôra Nacional, S. Paulo, 1944.

SOARES, Lúcio de Castro. **Amazônia — Guia da Excursão n.º 8,** do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Edição do Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1963.

Limites meridionais e orientais da área de ocorrência da floresta amazônica em território brasileiro. Revista Brasileira de Geografia, ano XV n.º 1, Rio de Janeiro, 1953.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. **Vales tectônicos na planície amazônica ?.** Revista Brasiieira de Geografia, ano XII, n.º 4, Rio de Janeiro, 1950.

A Terra e o Homem nos Trópicos. Edição do Govêrno do Estado do Amazonas. Série "Euclides da Cunha", Editôra Sergio Cardoso, Manaus, 1965.

TOCANTINS, Leandro. **A Amazônia. Natureza, tempo e homem.** Rio de Janeiro, 1963.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e rio Negro.** Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1939.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica (Estudo do Homem nos Trópicos).** Companhia Editôra Nacional, S. Paulo, 1957.

trabalhos do autor

Roteiros da Amazônia — Conferência pronunciada na Faculdade de Direito do Recife, **in** "Caderno Acadêmico", Ano II, n.º 3, Recife, 1942.

O Bacharel no Brasil — Aspectos de sua influência em nossa história social e política. Ed. Livraria Clássica, Manaus, 1946.

O Cearense na Amazônia — Inquérito antropogeográfico sôbre um tipo de imigrante. Prêmio "José Boiteux" do X Congresso Brasileiro de Geografia (1944). 1.ª edição, Conselho Nacional de Imigração e Colonização, Imprensa Nacional, Rio, 1946. 2.ª edição, SPVEA, Coleção Araújo Lima, Rio de Janeiro, 1965.

O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. In Boletim Geográfico, Conselho Nacional de Geografia, Ano IV, Número 42, Rio de Janeiro, 1946.

Manaus : The Growth of a City in the Amazon Valley — Tese de licenciamento para obtenção do **Master Degree** em Economia e Sociologia, por Miami University, Oxford, Ohio, USA, 1947.

Sociology in Brazil — A comparative study. In "Sociology and Social Research", Vol. 32, n.º 2. Los Angeles, Califórnia, 1947.

Ciclos de Negócios & Estabilidade Econômica — Contribuição ao estudo da Conjuntura. Tese de Concurso à Cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito do Amazonas. Tipografia Fenix, Manaus, 1954.

Relação entre a Economia e o Direito. In "Revista da Faculdade de Direito do Amazonas", n.º 3, Manaus, 1955.

Inflação e Desenvolvimento Econômico. Tipografia Fenix, Manaus, 1956, e "Revista do Serviço Público" do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Vol. 73, Rio de Janeiro, 1956.

Problemas de Desenvolvimento Econômico — com especial referência ao caso amazônico. Editôra Sergio Cardoso, Manaus, 1957.

O Banco do Brasil na Economia do Amazonas — Edição SPVEA, Coleção Araújo Lima, Rio de Janeiro, 1958.

Investimento & Poupança — Inquérito Sôbre a Pobreza das Nações. In "Revista da Faculdade de Direito do Amazonas", n.º 7, Manaus, 1960.

Pólos de Crescimento da Economia Amazônica: Aspectos Espaciais, Temporais e Institucionais, in Cadernos CODEAMA, n.º 2, Manaus, 1965.

Pólos de Crescimento & Desenvolvimento Econômico. Editôra Sergio Cardoso, Manaus, 1965.

Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia — 1.º Volume, Edições do Govêrno do Estado do Amazonas, Série "Euclides da Cunha", Vol. V, Editôra Sergio Cardoso, Manaus, 1966.

Esta obra foi executada nas oficinas da Editôra Sergio Cardoso, Rua Joaquim Sarmento, 78 — Manaus, para o Govêrno do Estado do Amazonas.

mento Econômico". Em 1957, em Manaus, Edição Sérgio Cardoso, "Problemas de Desenvolvimento Econômico — com especial referência ao caso amazônico". Em 1958, no Rio de Janeiro, Edições SPVEA — Coleção Araújo Lima, "O Banco do Brasil na Economia do Amazonas". Em 1960, em Manaus, Revista da Faculdade de Direito do Amazonas, n.º 7, "Investimento & Poupança : Inquérito Sôbre a Pobreza das Nações". Finalmente, em 1965, em Manaus, nos Cadernos CODEAMA, n.º 2, "Pólos de Crescimento da Economia Amazônica: Aspectos Espaciais, Temporais e Institucionais" e, em Edição Sergio Cardoso, "Pólos de Crescimento & Desenvolvimento Econômico".

No magistério o Dr. Samuel Benchimol foi, também, professor da Escola de Comércio "Solon de Lucena", em Manaus (Economia Política — História Econômica), da Escola de Enfermagem de Manaus (Sociologia), da Faculdade de Ciências Econômicas (Economia Política).

O autor desta obra foi, ainda, um dos fundadores do Banco do Estado do Amazonas S/A, tendo exercido a sua Vice-Presidência no período de 1957-1962 e é membro do Conselho Consultivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Amazonas.

ESTRUTURA GEO-SOCIAL E ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Êste é o segundo volume de um livro que examina a economia amazônica nas suas peculiaridades e na sua participação no processo de desenvolvimento do Brasil. O professor Samuel Benchimol, que lhe é autor, propõe-na nos seus detalhes e na sua atualidade, com fundamento em observações e nos documentos disponíveis. Não é esta uma simples exposição rotineira. Nas suas páginas existem elementos novos, muitos fatos até então ignorados, muita realidade examinada com decisão e segurança.

Não é uma obra com limites estaduais. Amplia-se à região amazônica, abrangendo-a tôda, como unidade.

UM LANÇAMENTO DO GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura